



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

BRASÍLIA-DF
2016



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com normativos vigentes, em especial a Instrução Normativa-TCU (IN-TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, as Decisões Normativas-TCU (DN-TCU) nº 146, de 30 de setembro de 2015 e DN-TCU nº 147, de 11 de novembro de 2015, a Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e Portaria CGU nº 522, de 04 de março de 2015.

BRASÍLIA/DF

2016

1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

1.1 Lista de Abreviações e Siglas

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABT - Auto Bomba Tanque
AC- Acre
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AGERO – Assessoria de Gestão de Riscos Operacionais
AM: Amazonas
ANAC - Agência nacional de aviação civil
AP- Amapá
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVI – Formato popular criado pela Microsoft, reconhecido pela maioria das versões de Windows, aparelhos de DVD e TVs
BMS – Brasil mais seguro
BO – Boletim de Ocorrência
BPFRON - Batalhão de Polícia de Fronteira do Paraná
CAD - Central de Atendimento e Despacho
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCONT/MJ – Coordenação de Contratação
CDIF - Comissão Permanente do Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
Censipan - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGAP - Comitê de Gestão e Acompanhamento de Projetos
CGDESP - Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Projetos
CGE - Comitê de Governança Estratégica
CGFIS - Coordenação de Fiscalização e Monitoramento
CGI/SENASP - Gabinete de Gestão Integrada/ Ministério da Justiça
CGL – Coordenação Geral de Logística
CGOF/MJ - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças /Ministério da Justiça
CGOFIN – Coordenação Geral de Gestão Orçamentária e Financeira
CGPlan - Coordenação-Geral de Planejamento Setorial
CGRH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da informação
CGU – Controladoria Geral da União
CICCN - Centro Integrado de Comando e Controle Nacional
CICCs - Centro Integrado de Comando e Controle
CID - Internacional de Doenças
CIOPAER - Centro Integrado de Operações Aéreas
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COMIGRAR - Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
CONJUR – Consultoria Jurídica
CONSEFRON - Instituição do Conselho de Segurança Pública de Fronteira
CONSEG - Conferência Nacional de Segurança Pública
CT - Comunidades Terapêuticas
CTAC - Comissão Técnica de Acompanhamento Contratual
CTF - Controle Total de Frotas

CTFron - Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEA - Drug Enforcement Administration
DEAPSEG - Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública
DEFRON-MS - Delegacia de Repressão aos Crimes de Fronteira/Mato Grosso do Sul
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DEPAID/SENASP – Departamento de pesquisa Análise e Desenvolvimento
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
DEPRO/Senasp – Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP
DFNSP – Departamento da Força nacional de Segurança Pública
DN-TCU - Decisões Normativas – Tribunal de Contas da União
DOD - Documento e Oficialização da Demanda
DOF-MS - Departamento de Operações de Fronteiras/Mato Grosso do Sul
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EAD –Educação a Distancia
EAD/SENASP - Rede Nacional de Educação a Distância para profissionais de Segurança Pública
ENAESP - Implantação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro ENCHOI -
Encontros dos Chefes de Inteligência
END - Estratégia Nacional de Defesa
EPA – Equipe de Planejamento para Aquisições
FBI – Federal Bureau of Investigation
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FLV – Formato encontrados em sites de compartilhamentos de vídeos
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GAJUSC - Gratificação de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e Cidadania
GDAJUSC - Gratificação de Desempenho de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e
Cidadania
GEO – Georreferenciados
GGIF – Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira
GGI-F - Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira
GRAESP – Grupamento Aéreo de Segurança Pública
GTA – Grupo Tático Aéreo
GTCONV - Grupo de Trabalho para Eliminação do Passivo de Prestação de Contas de Convênios
HD – High Definition e Hard Disk
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IESP - Instituições de Ensino em Segurança Pública
INC - Instruções de Nivelamento de Conhecimento
Inc. – Inicial
InfoGGI - Gabinetes de Gestão Integrada
INFOSEG - Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização
IN-TCU - Instrução Normativa –Tribunal de contas da União
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JMJ – Jornada Mundial da Juventude
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMS – Learning Content Management System ou Ambiente Virtual de Aprendizagem

LOA – Lei Orçamentária Anual
MCN – Matriz Curricular Nacional
MDE - Memorando de Entendimento sobre o Controle de Narcóticos e Aplicação da Lei
MEC - Ministério da Educação
MJ – Ministério da Justiça
MPD – Miami Police Department
MPF – Ministério Público Federal
MPOG - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
ND – Natureza de despesa
NECVU/UFRJ - Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana/ Universidades Federais dos Estados de Fronteira
NUGEP - Núcleo de Gerenciamento de Projetos e Convênios
OASP - Organizações de Aviação de Segurança Pública
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OSCIPs - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA – Pará
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDN - Políticas de Defesa Nacional
PDP - Política de Desenvolvimento de Pessoas
PDTI - Plano Direto de Tecnologia da Informação
PEST - (fatores) Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PF - Polícia Federal
PGPE - Plano Geral do Poder Executivo
PNRH – Pacto nacional de redução de homicídios
PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos
PPP - Plano de Providências Permanentes
PR – Paraná
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PRODOC - Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
PROERD - Programa Educacional de Resistência a Violência e as Drogas
PRONAPOL - Programa Nacional de Proteção ao Policial Vítima de Ameaça
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RAE - Reunião de Avaliação da Estratégia
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
Rede Infoseg - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização
Rede INFOSEG - Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal
RENAESP - Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
RETIS - Programa de Pós-graduação
RIF - Relatórios de Inteligência Financeira
RO – Rondônia
RP – Restos a Pagar
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SAL - Secretaria de Assuntos Legislativos

SC – Santa Catarina
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCORM - Sharable Content Object Reference Model
SE/MJ – Secretaria Executiva do Ministério da Justiça
SEBRAE - Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEGUP/PA - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEJUSP/AP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá
SENACON - Secretaria Nacional do Consumidor
SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG - Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso
SGSO - Gerentes de Segurança Operacional
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC - Serviços de Informações ao Cidadão
SICC - Sistema Integrado de Comando e Controle
SICONV - Sistema de Convênios
SIGAP - Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos
SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e Sobre Drogas
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SMPE/PR - Secretaria da Micro e Pequena Empresa
SNJ - Secretaria Nacional de Justiça
SD – Stand
SQL - Structured Query Language ou Linguagem de Consulta Estruturada
SRJ - Secretaria de Reforma do Judiciário
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UF – Unidade da Federação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG – Unidade gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UNFPA – Fundo Nacional de População das Nações Unidas
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VAT – Tecnologia de Informação S/A

1.2 Lista de Quadros e Figuras

Tabela A.3.1 – Competências da Senasp	16
Tabela A.3.3.1 – Análise PEST da Senasp	18
Tabela A.3.3.2 – Cadeia de valor no âmbito da Senasp.....	20
Tabela A.3.3.3 –Análise SWOT no âmbito da Senasp	21
Figura 1 - Organograma da Senasp.....	22
Quadro A.3.5.1 – Macroprocesso Finalístico Coordenação Estratégica em Segurança Pública	26
Quadro A.3.5.2 – Macroprocesso Finalístico Gestão do conhecimento em Segurança Pública	27
Quadro A.3.5.3 – Macroprocesso Finalístico Gestão de investigações e operações em segurança pública.....	29
Quadro A.3.5.4 – Macroprocesso Finalístico Execuções descentralizadas	30
Tabela A.4.1.1.1 –Objetivos e indicadores estratégicos SENASP – Mapa Estratégico do MJ.	33
Tabela A.4.1.1.2 – Objetivos de contribuição da Senasp e seus indicadores.	34
Tabela A.4.1.1.3 – Objetivos, metas e iniciativas da SENASP no PPA 2012-2015.	37
Tabela A.4.1.1.4 – Objetivos, metas e iniciativas da SENASP no PPA 2016-2019.	40
Quadro A.4.1.3.1 - Vinculação dos planos da unidade com as competências.....	44
Tabela A.4.3.1.1 – Principais resultados alcançados pela Força Nacional em 2015	53
Figura A.4.3.1.1 – Capacitação ENAFRON 2012/2015.....	93
Figura A.4.3.1.2– Capacitação BMS	96
Figura A.4.3.1.3 - Ações de capacitação e programas prioritários	99
Figura A.4.3.1.4– Capacitação Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.....	100
Figura A.4.3.1.5 – Capacitação EaD/Senasp	102
Quadro A.4.3.2.1 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	103
Quadro A.4.3.2.2 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA– OFSS.....	104
Quadro A.4.3.2.3 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA– OFSS.....	105
Quadro A.4.3.2.4 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	106
Quadro A.4.3.2.5 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	107
Quadro A.4.3.2.6 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	108
Quadro A.4.3.2.7 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	109
Quadro A.4.3.2.8 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS.....	110
Quadro A.4.3.2.9 – Ações/Subtítulos - OFSS.....	111
Quadro A.4.3.2.10 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS.....	112
Quadro A.4.3.2.11 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS.....	112
Quadro A.4.3.2.12 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS.....	113
Quadro A.4.3.2.13 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS.....	113
Quadro A.4.3.4.1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	116
Quadro A.4.3.5.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	118
Quadro A.4.3.5.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	119

Quadro A.4.3.5.3. – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão.....	119
Quadro A.4.3.5.4. – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	120
Tabela A.4.3.5.1. – Processos acessados pelo GTConv-Senasp em 2015.....	121
Tabela A.4.3.5.2. – Pareceres emitidos pelo GTConv-Senasp em 2015	121
Tabela A.4.3.5.3. – Prestações de contas aprovadas em 2015.....	122
Tabela A.4.3.5.1.1. – Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	124
Quadro 4.3.6.1- Despesas por modalidade de contratação	125
Quadro 4.3.6.2- Despesas por grupo e elemento de despesa	126
Quadro A. 4.5.1 – Indicador estratégico 2015-2019.....	129
Quadro A. 4.5.2 – Indicador estratégico 2015-2019.....	129
Quadro A. 4.5.3 – Indicador estratégico 2015-2019.....	130
Quadro A. 4.5.4 – Indicadores internos	130
Quadro A. 4.5.5 – Indicadores internos	131
Quadro A. 4.5.6 – Indicadores internos	131
Quadro A. 4.5.7 – Indicadores internos	132
Quadro A. 4.5.8 – Indicadores internos	133
Quadro A. 4.5.9 – Indicadores internos	133
Quadro A. 4.5.10 – Indicadores internos	134
Quadro A. 4.5.11 – Indicadores internos	134
Quadro A. 4.5.12 – Indicadores internos	135
Quadro A. 4.5.13 – Indicadores internos	136
Quadro A. 4.5.14 – Indicadores internos	136
Quadro A. 4.5.15 – Indicadores internos	137
Quadro A. 4.5.16 – Indicadores internos	138
Quadro A. 4.5.17 – Indicadores internos	138
Quadro A. 4.5.18 – Indicadores internos	139
Quadro A. 4.5.19 – Indicadores internos	140
Quadro A. 4.5.20 – Indicadores internos	140
Quadro A. 4.5.21 – Indicadores internos	141
Quadro A. 4.5.22 – Indicadores internos	141
Quadro A. 4.5.23 – Indicadores internos	141
Quadro A. 4.5.24 – Indicadores internos	142
Quadro A. 4.5.25 – Indicadores internos	142
Quadro A. 4.5.26 – Indicadores internos	143
Figura A.5.1.1 – Estrutura de Governança da Senasp	146
Quadro A.5.3.1 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Fomentar a política de estruturação e melhoria da segurança pública”	148
Quadro A.5.3.2 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Fomentar, induzir, coordenar e supervisionar as atividades de ensino e capacitação dos profissionais de segurança pública”	149

Quadro A.5.3.3 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Identificar e fomentar projetos e ações de valorização de segurança pública dos Estados e do DF”	152
Quadro A.5.3.4 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Identificar, documentar, produzir e disseminar pesquisas, materiais técnicos e publicações na área de segurança pública”	153
Quadro A.5.3.5 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Planejar, coordenar e avaliar a sistematização de informações, estatística e acompanhamento de dados criminais, bem como propor critérios para seu aperfeiçoamento”	153
Quadro A.5.3.6 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública”	154
Quadro A.5.3.7 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	155
Quadro A.5.3.8 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	156
Quadro A.5.3.9 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	156
Quadro A.5.3.10 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	157
Quadro A.5.3.11 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública”	157
Quadro A.5.3.12 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	160
Quadro A.5.3.13 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”	161
Quadro A.5.3.14 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Nivelar e aprimorar o conhecimento em segurança pública”	161
Figura A.6.3.1 – Tipos de Manifestações – Ouvidoria da Senasp	171
Figura A.6.3.2 – Estatísticas de Satisfação – Ouvidoria da Senasp	172
Quadro A.7.1.1 - Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	175
Quadro A.7.3.1 – Informações contábeis da Senasp – Notas Explicativas	178
Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da Senasp	181
Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	181
Quadro A.8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Senasp	181
Quadro A.8.1.5.1 – Despesas com pessoal	186
Quadro A.8.1.6.1 – Pedido de autorização para realização de concurso público	187
Quadro A.8.1.8.1 – Contratação de estagiários.....	194
Quadro A.8.1.9.1 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000167-2	197
Quadro A.8.1.9.2 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000184-1	198
Quadro A.8.1.9.3 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000178-1	199
Figura nº A.8.3.1.1 – Etapas estratégicas, metodológicas e de TI	219

Quadro A.8.3.1.1 – Etapas estratégicas do Sinesp.....	219
Quadro A.8.3.1.2 – Principais módulos em desenvolvimento no Sinesp.....	220
Quadro A.9.1.1 – Tratamento dado ao Acórdão 1864/2015 - TCU - Plenário.....	225
Quadro A.9.1.2 – Tratamento dado ao Acórdão 2009/2015 - TCU - Plenário.....	226
Quadro A.9.1.3 – Tratamento dado ao Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário.....	227
Quadro A.9.1.4 – Tratamento dado ao Acórdão 7872/2015 – TCU – 2ª Câmara	230
Quadro A.9.1.5 – Tratamento dado ao Acórdão 2388/2015 – TCU – Plenário.....	230
Quadro A.9.1.6 – Tratamento dado ao Acórdão 2387/2015 – TCU – Plenário.....	231
Quadro A.9.1.7 – Índice de atendimento a determinações e recomendações do TCU.....	232
Quadro A.9.1.8 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	232
Quadro A.9.2.1 – Constatação nº 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774.....	234
Quadro A.9.2.2 – Constatação nº 1.1.1.3 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774.....	235
Quadro A.9.2.3 – Constatação nº 1.1.1.4 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774.....	236
Quadro A.9.3.1 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	238
Quadro A.9.3.2 – Medidas adotadas quanto ao passivo de GRUs anteriores a 2015	239
Quadro A.9.3.3 – Medidas adotadas quanto às GRUs do exercício de 2015	239
Quadro A.9.3.4 – Sindicâncias investigativas.....	240
Figura A.11.2.1.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e Siconv.....	245
Figura A.11.2.3.1 – Declaração da área responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	247
Figura A.11.2.4.1 – Declaração de integridade dos registros no SIOP.....	248
Tabela A.11.2.5.1 – Unidades Gestoras verificadas quanto à conformidade contábil	249
Tabela A.11.2.5.2 – Ocorrências Contábeis – Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)	250
Quadro A.11.2.6.1 – Declaração do contador.....	252

1.3 Lista de anexos

1.3.1 Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos

1.3.2 Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos

1.3.3 Balanço Patrimonial - Todos os Orçamentos

1.3.4 Demonstrações dos Fluxos De Caixa - Todos os Orçamentos

1.3.5 Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos

1.3.6 Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos

1.4 Sumário

1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	3
1.1 LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	3
1.2 LISTA DE QUADROS E FIGURAS.....	7
1.3 LISTA DE ANEXOS	11
1.3.1 Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos.....	11
1.3.2 Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos.....	11
1.3.3 Balanço Patrimonial - Todos os Orçamentos	11
1.3.4 Demonstrações dos Fluxos De Caixa - Todos os Orçamentos	11
1.3.5 Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos	11
1.3.6 Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos	11
1.4 SUMÁRIO	12
2 APRESENTAÇÃO	14
3 VISÃO GERAL DA UNIDADE	16
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	16
3.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	17
3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	17
3.4 ORGANOGRAMA.....	22
3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	26
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	32
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	33
4.1.1 Descrição dos objetivos do exercício	33
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	42
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências.....	44
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	47
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	49
4.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	50
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	103
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	115
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	116
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	118
4.3.6 Informações sobre a execução das despesas	125
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	128
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	129
5 GOVERNANÇA	145
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	145
5.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	147
5.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	148
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	163
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	164
6.1.1 Ouvidoria Setorial da Senasp	165
6.1.2 Rede de Serviços de Informações ao Cidadão, Rede - SIC.....	166
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	167
6.2.1 Recepção de armas no âmbito da Campanha Nacional do Desarmamento	168
6.2.2 – Rede Nacional de Educação a Distância para profissionais de segurança pública – Rede EAD-Senasp..	169
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	171
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	173
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	174
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	175
7.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	175
7.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	177
7.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	178

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	180
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	180
8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	181
8.1.2 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade	183
8.1.3 Política de Capacitação e Treinamento de pessoal	184
8.1.4 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada	185
8.1.5 Demonstrativo das despesas com pessoal	186
8.1.6 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	187
8.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	190
8.1.8 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	194
8.1.9 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	195
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	215
8.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	215
8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	216
8.3.1 Principais sistemas de informações	217
8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	222
8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	223
8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	223
8.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	224
8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	224
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	225
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	225
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	234
9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	238
9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	241
9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	242
9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	243
10 ANEXOS E APÊNDICES	244
11 RELATÓRIO, PARECERES, DECLARAÇÕES	245
11.1 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	245
11.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	245
11.2.1 Integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	245
11.2.2 Integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	246
11.2.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	247
11.2.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	248
11.2.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	249
11.2.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	252

2 APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de Tomada de Contas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), exercício de 2015. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pela Senasp no esforço de cumprir suas competências como órgão integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça (MJ).

A elaboração do documento norteou-se pelo conjunto de itens de informações atribuídos à Senasp no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) que trataram, em síntese, da visão geral da unidade, planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, governança, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, áreas especiais de gestão, conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle, bem como os normativos vigentes, em especial a Instrução Normativa-TCU (IN-TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, as Decisões Normativas-TCU (DN-TCU) nº 146, de 30 de setembro de 2015 e DN-TCU nº 147, de 11 de novembro de 2015, a Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e Portaria CGU nº 522, de 04 de março de 2015.

As informações estão estruturadas, por item, nos termos das seções e orientações dispostas no e-Contas.

As figuras, quadros e tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto.

Alguns dos quadros de apoio à elaboração do relatório de gestão disponibilizados no e-Contas não foram apresentados no Relatório, por tratarem de situações não ocorridas no exercício ou que não se aplicam à Senasp.

Em síntese, o presente relatório destaca algumas das principais realizações da Secretaria em 2015, quais sejam, capacitação dos profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância; desenvolvimento dos módulos do Sinesp, em especial o "Sinesp Integração"; publicação do "Diagnóstico dos Homicídios no Brasil"; desenvolvimento do Projeto de Criação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública; estruturação de metodologia para aquisições e contratos no âmbito da Senasp; estruturação de área para gestão de riscos, com destaque no acompanhamento de demandas de órgãos de controle, Ministério Público e Polícia Federal; criação do Grupo de Trabalho para Eliminar o Passivo de Prestações de Contas "a aprovar" da Senasp; cursos de capacitação e readaptação dos profissionais no âmbito da Força Nacional; realização de instruções da Força Nacional nos Estados, tornando mais abrangente o número de estados com profissionais capacitados nas diversas áreas para atuarem como multiplicadores internos às suas instituições; 1507 militares mobilizados nas operações da Força Nacional, distribuídos em 43 operações em 14 Estados da Federação mais o Distrito Federal; estruturação do Núcleo de Gerenciamento de Projetos, com o objetivo de gerenciar de forma mais centralizada e especializada as demandas e processos concernentes aos convênios de alçada do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (Depro), propiciando maior controle e celeridade dos processos, bem como do acompanhamento e fiscalização dos convênios; redesenho do processo de planejamento para as aquisições de bens a serem destinados às Unidades Federativas; aquisição em 2015 de 537 equipamentos de computação forense, 19 moinhos criogênicos e 28 equipamentos de luz forense multiespectral, que foram destinados aos órgãos periciais dos Estados-membros e do Distrito Federal, visando à melhoria dos exames e dos laudos periciais nas áreas prioritárias da perícia criminal, dentro do Programa de Redução da Criminalidade Violenta.

Este relatório contempla ainda as principais dificuldades encontradas pela Senasp para a consecução dos objetivos no exercício de 2015, que consistiram em: contingenciamento orçamentário e insuficiência financeira; carência de servidores; complexidade das aquisições para segurança pública; greve dos servidores do Serpro; atraso na execução de convênios por parte dos Estados; falta de uniformidade na coleta e padronização nos dados de homicídios no Brasil; articulação deficitária com as instituições de ensino superior; dificuldade de fiscalização e acompanhamento de convênios, em virtude do elevado número de instrumentos celebrados, em detrimento da equipe reduzida e de falta de ferramentas tecnológicas para subsidiar as ações; excesso de demandas nas áreas; carência de suporte tecnológico; não funcionamento e/ou funcionamento irregular do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Por todo o exposto, entende-se que este documento fornecerá elementos para o exame da conformidade e do desempenho da gestão da Senasp em 2015.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE

Esta seção contempla os elementos identificadores da Senasp e também algumas informações para melhor caracterizar a unidade, tais como estruturação, contexto de atuação, principais macroprocessos, competências.

3.1 Finalidade e Competências

A Senasp foi criada em 1997 pelo Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997, em decorrência da transformação da antiga Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública – SEPLANSEG.

A Secretaria é um órgão específico singular integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça tendo este a missão de trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito. De tal modo, a Senasp busca assegurar o perfeito funcionamento da Pasta e contribuir com o desafio do governo de aumentar o sucesso das políticas públicas do Estado.

As competências da Secretaria estão estabelecidas no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, conforme apresentado, de forma sintetizada, na tabela a seguir:

Tabela A.3.1 – Competências da Senasp

Competências	Artigos
Assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade.	12, inc. I
Planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;	12, inc. II
Elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;	12, inc. III
Promover a integração dos órgãos de segurança pública;	12, inc. IV
Estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;	12, inc. V
Promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;	12, inc. VI
Realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;	12, inc. VII
Estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;	12, inc. VIII
Exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;	12, inc. IX
Implementar, manter, modernizar e dirigir a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede Infoseg	12, inc. X

Promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública	12, inc. XI
Incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública	12, inc. XII
Coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública	12, inc. XIII

As principais ações da Senasp estão voltadas ao desenvolvimento e apoio a projetos de modernização das instituições de segurança pública em todo o país, à promoção de programas para a redução da criminalidade violenta e à qualificação, padronização e integração das instituições de segurança pública, por meio de intercâmbio de experiências técnicas e operacionais.

Busca-se, assim, uma prestação de serviço de qualidade à sociedade brasileira, respeitada a autonomia das organizações envolvidas.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

As principais normas que regem a atuação da Senasp são:

- Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

Na oportunidade, destaca-se que foi publicado, em 11 de fevereiro de 2016, o Decreto nº 8.668 que aprova nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça, remaneja cargos em comissão, aloca funções de confiança e dispõe sobre cargos em comissão. A nova norma passará, portanto, a reger a Senasp a partir de 05 de abril de 2016.

3.3 Ambiente de atuação

Durante a elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2019, o MJ fez uso de três ferramentas para melhor enquadramento contextual de sua atuação: **i) análise PEST** (fatores Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos), que considera variáveis externas relacionadas à organização, permitindo a análise de ameaças e oportunidades; **ii) cadeia de valor**, que considera variáveis internas, o que possibilita identificar forças e vulnerabilidades; e, **iii) análise SWOT** (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens* – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), que consiste na combinação das ferramentas PEST e cadeia de valor, representando, assim, os fatores internos e externos à organização que impactam significativamente nas atividades e na entrega de valor aos seus clientes.

Com base nessa análise em âmbito ministerial, pode-se recortar do material produzido, em sede do Planejamento Estratégico MJ 2015-2019, aspectos que retratam especificamente o ambiente de atuação da Senasp.

Análise PEST

É possível a verificação das seguintes variáveis externas relacionadas à atuação da Senasp:

Tabela A.3.3.1 – Análise PEST da Senasp

Fatores políticos	Prioridade da Segurança Pública para Governo Federal.
Fatores econômicos	<p>Ajuste severo das contas públicas, com impacto nas despesas discricionárias do Poder Executivo.</p> <p>Atraso na aprovação da LOA 2015, comprometendo o ritmo da execução orçamentária.</p> <p>Grande impacto econômico da violência no Brasil, estimado em R\$ 192 bilhões em 2013.</p> <p>Prioridade da redução da violência na agenda de Governo para 2015.</p> <p>Correlação frágil entre aumento dos dispêndios com segurança e redução das taxas de homicídios (IPEA).</p>
Fatores sociais	<p>Dados que apontam o Brasil como grande consumidor de drogas e rota de tráfico na América do Sul.</p> <p>Problemática crescente do tráfico e consumo de crack, que tem o Brasil como principal mercado.</p> <p>Taxa elevada de homicídios no País, com dados muito heterogêneos entre as unidades da federação.</p> <p>Redução de crimes em UF que integraram polícias, fortaleceram inteligência e coordenação, dentre outras práticas.</p> <p>Elevado índice de letalidade das polícias brasileiras, sem correlação aparente com a diminuição da violência.</p> <p>Demanda de recursos para ações coordenadas de controle e enfretamento de ilícitos em regiões de fronteiras.</p> <p>Dados que revelam que apenas 1/3 dos brasileiros confiam nas instituições policiais e no Poder Judiciário.</p> <p>Maioria de negros entre presos e vítimas de homicídios, evidenciando correlação entre crime e desigualdade.</p>
Fatores tecnológicos	<p>Consenso sobre a necessidade de consolidação e fortalecimento do SINESP enquanto base de informação.</p> <p>Uso potencial de aplicativos e dispositivos móveis para interação do cidadão com as funções do MJ.</p> <p>Amplas possibilidades tecnológicas para monitoramento, vigilância e fiscalização em áreas públicas.</p> <p>Experiência bem sucedida do uso intensivo de tecnologia para segurança de grandes eventos.</p>

Cadeia de valor

A cadeia de valor é um modelo que retrata a maneira pela qual os diferentes processos organizacionais se conectam e se relacionam para a entrega de valor aos clientes finais.

As informações abaixo revelam os macroprocessos da Senasp e os seus principais atores envolvidos na entrega do valor “Proteção e Segurança da Sociedade”.

Tabela A.3.3.2 – Cadeia de valor no âmbito da Senasp

Cadeia de valor – Desdobramentos Senasp –					
Valor: Proteção e Segurança da Sociedade					
	Macroprocesso	Unidades envolvidas	Principais fornecedores	Principais clientes	Principais parceiros externos
Gestão da Política Integrada de Segurança Pública	Coordenação Estratégica em Segurança Pública	DEPEN, DPF, DPRF, SENASP , SNJ e SESGE	Unidades Federativas; instituições de segurança pública dos Estados, DF e Municípios; Poder Legislativo; Coordenação-Geral de Pesquisa da SENASP; - CGI/SENASP; PF, PRF, Receita Federal, IBAMA, Forças Armadas; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; ENAP; PNUD, Consultores contratados para pesquisas pontuais; IPEA; - Universidades e Centros Especializados em Segurança Pública; UNFPA.	- DPF, DPRF, SENASP, SESGE, Órgãos governamentais, parceiros, Sociedade; Presidência da República, Estados e Municípios; Órgãos Federais em atribuições Policiais; Instituições de Segurança Pública; MJ	Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados e DF e Municípios, PNUD, IPEA, FBSP, ENAP, UNFPA, PF, PRF, Receita Federal, IBAMA, Forças Armadas.
	Gestão do Conhecimento em Segurança Pública	DEPEN, DPF, DPRF, SENASP e SESGE	Universidades e instituições de pesquisa, núcleos de estatística das secretarias de Segurança Pública; Instituições de Ensino em Segurança Pública, Academias de Polícia, Grupos de Trabalho, Consultores, docentes; Rede Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública; Consultores.	Outras unidades do MJ; Órgãos e Instituições Públicas; Estados da Federação; Órgãos Externos; Sociedade; SENASP DPRF, Profissionais de segurança pública; Instituições de Ensino de Segurança Pública.	Universidades, Instituições de Ensino em Segurança Pública, Academias de Polícia, núcleos de estatísticas, Secretarias de Segurança Pública, PNUD e FBSP
	Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública	DPF, DPRF, SENASP e SESGE	Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados	Unidades federativas, SENASP	Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados, PF; PRF; IBAMA.
	Execuções Descentralizadas	Arquivo Nacional, Comissão de Anistia, DEPEN, DPF, DPRF, FUNAI, SENACON, SENAD, SENASP , SAL, SNJ, SRJ e SESGE.	CGOF/MJ e demais Departamentos da SENASP	Órgãos e/ou instituições parceiras, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais	Entes públicos e entidades públicas e privadas, entre governos estaduais e municipais, instituições de ensino e OSCIPs.

Análise SWOT (Forças, fraquezas, oportunidades, ameaças)

Tabela A.3.3.3 –Análise SWOT no âmbito da Senasp

<p>Forças</p> <p>Capacidade de indução de políticas públicas; Expertise na execução de cursos presenciais e a distância; Plataforma EaD em expansão</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Falta de estratégia e planejamento Falta de comunicação interna e com a sociedade; Processos de trabalho não padronizados; Ineficácia, inadequação e ineficiência dos instrumentos de parceria; Carência de suporte tecnológico; Baixa performance em gestão de pessoas; Infraestrutura predial precária de sede e anexos; Carência de profissionais especializados e de analistas; Insuficiente estruturação de carreiras.</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Desenvolvimento de tecnologias para planejamento, execução e monitoramento das políticas; Prioridade da segurança para o governo federal; Abertura de órgãos federais e entes federados para celebração de parcerias. Aumento do número de pesquisadores de segurança pública; Necessidade de consolidação e padronização dos dados estatísticos em segurança pública; Capacidade de acesso às instituições nas esferas federal, estadual e municipal;</p>	<p>Ameaças</p> <p>Ajuste fiscal e atraso na aprovação das leis orçamentárias; Falta de estrutura dos parceiros e entes federados; Dificuldade de comunicação e desarticulação intersetorial; Falta de formalização das políticas do órgão; Falta de flexibilidade para implementação das políticas públicas; Percepção negativa dos valores públicos entregues pelo órgão; Percepção negativa do serviço público; Baixa governabilidade sobre valores públicos desejados pela sociedade e imputados ao órgão. Contigenciamento de recursos</p>

3.4 Organograma

Com base no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública é composta formalmente por quatro Departamentos. Conforme organograma a seguir:

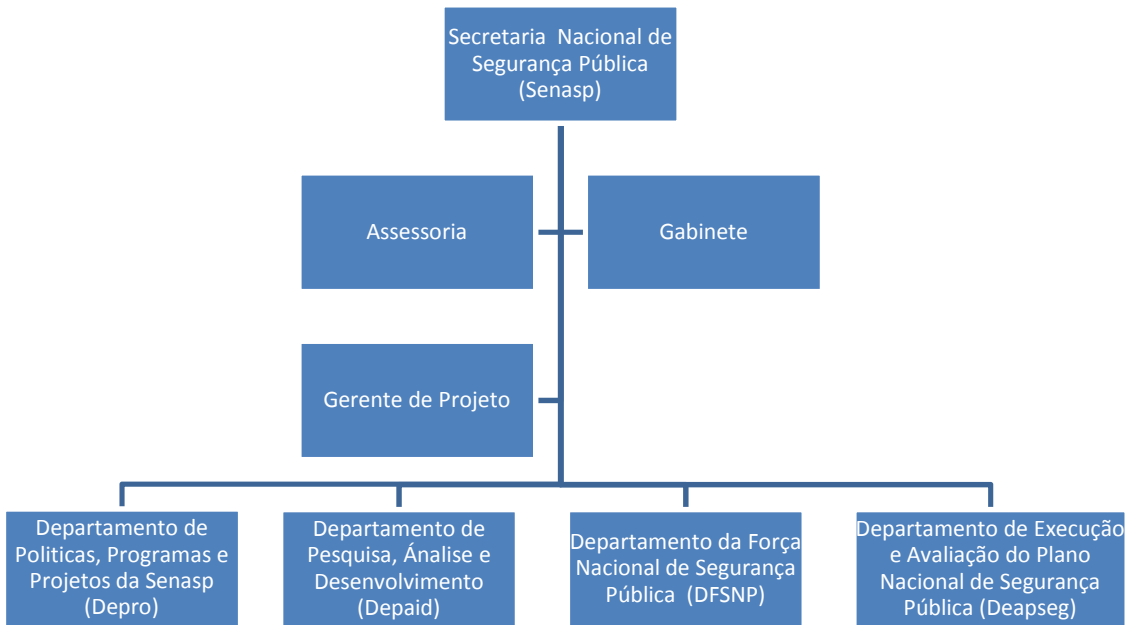


Figura 1 - Organograma da Senasp.

Destacam-se como áreas estratégicas da Senasp os quatro Departamentos, Gabinete e Secretaria acima referenciados e que possuem suas principais competências relacionadas no quadro a seguir:

Quadro A.3.4.1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Nacional de Segurança Pública	Assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade; planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública; elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado; promover a integração dos órgãos de segurança pública; estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública; promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência; estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade; exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais; implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública INFOSEG; implementar, manter, modernizar e dirigir a Rede Infoseg; promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública; incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública; e coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública.	Regina Maria Filomena De Luca Miki	Secretária	01/01 a 31/12/15*
		Marcello Barros De Oliveira	Secretário substituto	** 04 a 07/02; 08 a 13/06; 05 a 11/07; 24 a 31/08; 26 a 30/09; 18 a 25/10; 27 a 31/10 ; 05 a 07/11; 18 a 21/11 06 a 12/12; 19 a 30/12****
Gabinete	Coordenar e desenvolver atividades concernentes a relações públicas; assistir ao Secretário em sua representação funcional, política e social ; orientar e supervisionar as atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria; manifestar-se sobre matéria de projetos de lei e demais atos normativos do interesse da Secretaria , quando solicitado; participar da formulação de planos , programas e projetos relacionados com as atividades da Secretaria ; e coordenar a divulgação dos atos normativos e despachos do Secretário , assim como dar publicidade aos assuntos relacionados com as finalidades e interesses da Secretaria.	Marcello Barros de Oliveira	Chefe de Gabinete	01/01 a 31/12/15

<p>Departamento de Políticas, Programas e Projetos</p>	<p>Fomentar a política de estruturação e melhoria da segurança pública, por meio de planejamento e suporte às aquisições diretas realizadas pela SENASP, bem como de apoio às Unidades Federativas na celebração e execução de convênios firmados com a SENASP/MJ; promover interlocução com as Unidades Federativas visando a potencializar as ações preventivas e o fortalecimento da repressão qualificada da criminalidade, propondo e acompanhando os Acordos de Cooperação Técnica entre a SENASP e as Secretarias de Segurança Pública; acompanhar, monitorar e avaliar os programas e projetos: <i>Crack, é Possível Vencer</i>; ENAFRON; <i>Mulheres da Paz</i> e <i>Protejo</i>; <i>Modernização da Perícia Criminal</i> e <i>Estruturação das Delegacias de Homicídios</i>; coordenar a Política Nacional de Fomento aos <i>Gabinetes de Gestão Integrada</i>, de Fortalecimento das <i>Guardas Municipais</i> e de disseminação da filosofia de <i>Policimento Comunitário</i>; formular e implantar o plano de estruturação das órgãos de segurança pública.</p>	<p>Cristina Gross Villanova</p> <p>Beatriz Cruz da Silva</p> <p>Raphael Carvalho da Silva</p> <p>Anael Aymoré Jacob</p> <p>Laiza Magna Spagna</p>	<p>Diretor</p> <p>Diretor Substituto</p> <p>Diretor Substituto</p> <p>Diretor e Diretor Substituto</p> <p>Diretor Substituto</p>	<p>01/01 a 12/01 21/01 z 01/02</p> <p>13/01 a 20/01</p> <p>02/02 a 09/02</p> <p>10/02 a 02/03; 03/03 a 19/07; 01/08 a 12/10 17/10 a 27/12</p> <p>20/07 a 31/07; 13/10 a 16/10; 28/12 a 31/12</p>
<p>Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública</p>	<p>Promover o desenvolvimento da segurança pública e a valorização dos profissionais da área por meio da capacitação, cursos e treinamentos executados nas modalidades presencial e a distância; Coordenar e fomentar atividades de ensino em capacitações gerencias, técnicas, operacionais e de especialização lato sensu aos profissionais da área de segurança do cidadão nos Estados, Municípios e Distrito Federal; Desenvolver em parcerias com as Instituições de Segurança Pública Procedimentos Operacionais Padrão para as atividades dos Corpos de Bombeiros Militar, Polícia Técnico-Científica, Polícia Judiciária, Polícia de Preservação da Ordem Pública e Polícia de Proximidade; Promover a padronização e consolidação de estatísticas e informações de dados criminais, por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas - Sinesp, visando a realização de diagnósticos sobre a violência e criminalidade, bem como formular e avaliar as políticas públicas para área; Apoiar as Unidades de Estatísticas e Análise de Dados Criminais Estaduais; Fomentar, identificar, produzir e disseminar pesquisas voltadas à segurança pública, em especial as</p>	<p>Isabel Seixas de Figueiredo</p> <p>Rogério Bernardes Carneiro</p> <p>Wilquerson Felizardo Sandes</p>	<p>Diretora</p> <p>Diretor</p> <p>Diretor-Substituto</p>	<p>01/01 a 12/01</p> <p>12/01 a 30/11</p> <p>10/12 a 23/12/2015</p> <p>01/12 a 09/12/2015</p> <p>24/12 a</p>

	relacionadas ao diagnóstico dos homicídios dolosos no Brasil.			31/12/2015
Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública	Dar suporte às ações finalísticas de competência dos demais Departamentos da Senasp, por meio do apoio à implementação técnica e financeira dos programas estratégicos do Governo Federal nos Estados, Municípios e Distrito Federal relativos à segurança pública, do auxílio à fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do apoio administrativo ao Conselho Gestor do FNSP, além da realização de outras atividades de natureza administrativa necessárias ao bom funcionamento e ao desenvolvimento organizacional da Secretaria.	Sidnei Borges Fidalgo	Diretor	01/01/2015 a 11/03/2015
		Leonardo Rodrigo Ferreira	Diretor	12/03/2015 a 31/12/2015
Departamento da Força Nacional de Segurança Pública	Coordenar o planejamento, o preparo, a mobilização e o emprego da Força Nacional de Segurança Pública; Definir a estrutura de comando dos integrantes da Força Nacional; Planejar, coordenar e supervisionar as atividades operacionais e atividades de ensino voltadas ao nivelamento, formação e capacitação dos integrantes da Força Nacional; Manter o cadastro atualizado dos integrantes da Força Nacional; bem como manter o controle dos processos disciplinares e de correição dos integrantes quando em operação; Manter plano de convocação imediata dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública; Administrar os recursos materiais e financeiros necessários ao emprego da Força Nacional; Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de registro, controle, manutenção e movimentação dos bens sob sua guarda; Manter o controle e a segurança dos armamentos, munições, equipamentos e materiais sob sua responsabilidade; e Desenvolver atividades de inteligência e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.	Alexandre Augusto Aragon	Diretor	01/01/2015 a 02/02/2015
		Aristeu Leonardo Tavares	Diretor	02/02/2015 a 16/04/2015
		Marcello Barros de Oliveira	Diretor Substituto	16/04/2015 a 10/08/2015
		Nazareno Marcineiro	Diretor	01/07/2015 a 31/12/2015
Observações:				
* Considerar informações consignadas abaixo relativas à atuação do Secretário Nacional Substituto.				
** Atuação do Secretário Nacional Substituto durante os afastamento da Secretária para cumprir agenda internacional.				
*** Férias da Secretária Nacional.				

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.3.5.1 – Macroprocesso Finalístico Coordenação Estratégica em Segurança Pública

UNIDADE - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Macroprocesso 1
Coordenação Estratégica em Segurança Pública
Unidades envolvidas no macroprocesso
DEPEN, DPF, DPRF, SENASP, SNJ e SESGE
Descrição do Macroprocesso
Conjunto de processos executados pelo Ministério da Justiça cujo enfoque é a produção de inteligência estratégica e coordenação de ações que permitem maior controle da segurança no país.
Processos relacionados na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Gerir informações e diagnósticos de interesse da segurança pública. - Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública. - Gerir conhecimento de inteligência em segurança pública. - Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública. - Promover a estruturação das instituições de segurança pública. - Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública.
Principais insumos do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Demandas das instituições de segurança pública dos Estados, DF e Municípios. - Estudos, trabalhos, publicações e pesquisas de segurança pública. - Consultorias nas diversas áreas de segurança pública e prevenção social à criminalidade. - Cursos, treinamentos e capacitações para fortalecimento e qualificação dos mecanismos de governança em segurança pública. - Planejamentos estratégicos de acordo com as dinâmicas criminais, bem como de demandas da Senasp e dos Estados, que fundamentam os planejamentos táticos e execução operacional integrada dos órgãos a serem envolvidos com as Operações. - Projetos, oficinas e ações direcionados para temas afetos a prevenção social à criminalidade e atendimento de público mais vulnerável a processos de criminalização. - Espaços de participação social e articulação de rede, voltados para pautas afetas a prevenção social à criminalidade fomentados.
Principais fornecedores do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - As Unidades Federativas. - As instituições de segurança pública dos Estados, DF e Municípios. - Poder Legislativo. - Coordenação-Geral de Pesquisa da SENASP. - Coordenação-Geral de Inteligência da SENASP. - PF, PRF, Receita Federal, IBAMA, Forças Armadas. - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. - A Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no apoio às consultorias para diagnósticos em segurança pública e execução de oficinas e ações de prevenção social à criminalidade. - Consultores contratados para pesquisas pontuais. - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. - Universidades e Centros Especializados em Segurança Pública. - O Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA, no apoio a execução de oficinas e ações de prevenção social à criminalidade.
Principais produtos e/ou serviços do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Dados de segurança pública consolidados e disponibilizados. - Relatórios de diagnósticos elaborados.

<ul style="list-style-type: none"> - Planejamentos Estratégicos das Operações, direcionando os desdobramentos locais elaborados. - Planejamentos Táticos Integrados implementados. - Dinâmica de monitoramento e acompanhamento estratégico das operações implementada. - Centros Integrados de Comando e Controle empregados. - Operações integradas realizadas. - Conhecimento produzido, Relatórios de inteligência elaborados, Plano de inteligência elaborado, Relatórios identificadores de vulnerabilidades e mecanismos de segurança a serem implementados elaborados. - Atividades de inteligência de segurança pública integradas em todo o País. - Mecanismos de controle e governança implementados. - Instituições de segurança pública modernizadas e estruturadas. - Ações preventivas realizadas. - Ações de prevenção social à criminalidade realizadas. - Espaços de participação social e articulação de rede promovidos.
Subunidade responsável
DEPAID, DEPRO, FNSP, CGI.
Principais Clientes do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - DPF, DPRF, SENASP, Órgãos governamentais, parceiros, Sociedade; - DPF, DPRF, SENASP, SESGE, Órgãos governamentais, parceiros; - Presidência da República, Estados da Federação, Sociedade, Órgãos Federais em atribuições Policiais; - Estados e Municípios, Instituições de Segurança Pública; - Instituições de Segurança Pública; - SENASP, Outras unidades do Ministério da Justiça, Órgãos e Instituições públicas, Estados da Federação, Sociedade.
Principais parceiros externos do macroprocesso na Unidade
Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados e DF e Municípios, PNUD, IPEA, FBSP, ENAP, UNFPA, PF, PRF, Receita Federal, IBAMA, Forças Armadas.
Descrição sucinta de sua condução do macroprocesso
<p>O Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID fomenta a coordenação estratégica em segurança pública por meio de arranjo de gestão com os entes federados e demais parceiros, gerindo assim produção da informação e diagnósticos de segurança pública, produzindo conhecimento com pesquisas e publicações da área. Por outra dimensão, no DEPAID, os mecanismos de governança são fortalecidos por intermédio de capacitações na área de gestão e indicadores de segurança pública.</p> <p>O Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP - DEPRO atua articulando e promovendo a execução de ações e projetos de modernização das instituições de segurança pública, subsidiando a melhor estruturação e qualificação de órgãos e serviços de atendimento ao público, bem como de prevenção social à criminalidade direcionados para territórios e público alvo mais vulneráveis a processos de criminalização e envolvimento em dinâmicas de violência e criminalidade; induzindo e subsidiando tecnicamente boas práticas em policiamento preventivo e comunitário.</p> <p>A equipe envolvida com a gestão de ações integradas atua por meio do planejamento em conjunto com os órgãos federais e estaduais diversos planejamentos estratégicos, que subsidiam a elaboração dos planejamentos táticos das instituições, bem como a execução operacional integrada nas localidades envolvidas com as diversas operações, focadas na redução de homicídios, enfrentamento ao contrabando e descaminho, enfrentamento a roubos a bancos e diversas outras modalidades criminosas, a partir de demandas, constatações e diagnósticos do próprio governo federal e dos entes federados envolvidos.</p> <p>Através da Coordenação-Geral de Inteligência-CGI, a SENASP exercerá a articulação com os entes federativos e demais órgãos, com vistas ao desempenho das atribuições que lhe competem como órgão central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, nos termos do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, fomentando a coordenação e integração das atividades de inteligência de segurança pública em todo o território nacional, com vista a suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisão neste campo.</p>

Quadro A.3.5.2 – Macroprocesso Finalístico Gestão do conhecimento em Segurança Pública

UNIDADE - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Macroprocesso 2

Gestão do conhecimento em Segurança Pública
Unidades envolvidas no macroprocesso
DEPEN, DPF, DPRF, SENASP e SESGE
Descrição do Macroprocesso
Conjunto de processos executados pelo Ministério da Justiça cujo enfoque está na produção, fomento e disseminação de conhecimentos específicos em Segurança Pública, proporcionando maior transparência para a sociedade e contribuindo para a capacitação de atores importantes.
Processos relacionados na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar e disseminar conhecimento de temas afetos à segurança pública; - Produzir e fomentar estudos em segurança pública; - Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública; - Promover capacitações em Segurança Pública; - Desenvolver, revisar e atualizar doutrina em Segurança Pública.
Principais insumos do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Dados de ocorrências criminais, dados das estruturas organizacionais e dos recursos das instituições de segurança pública estaduais, doutrina e técnica policial. - Consultorias desenvolvidas para diagnóstico de necessidades no campo da qualidade de vida e valorização profissional. - Informações produzidas por parceiros estratégicos integrantes da Rede Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública.
Principais fornecedores do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Universidades e instituições de pesquisa, núcleos de estatística das secretarias de Segurança Pública. - Instituições de Ensino em Segurança Pública, Academias de Polícia, Grupos de Trabalho, Consultores, docentes. - Rede Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública. Consultores.
Principais produtos e/ou serviços do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento gerado. - Materiais informativos elaborados. - Eventos executados. - Pesquisas realizadas e Consultas realizadas. - Profissionais de segurança pública capacitados e valorizados. - Material didático elaborado. - Procedimentos operacionais padrão realizados. - Normas técnicas elaboradas.
Subunidade responsável
DEPAID, CGI, DEPRO
Principais Clientes do macroprocesso na Unidade
<ul style="list-style-type: none"> - Outras unidades do Ministério da Justiça; Órgãos e Instituições Públicas; Estados da Federação; Órgãos Externos; Sociedade. - SENASP (Diretoria DEPAID e Coord. PRODOC), DPRF, Outras Secretarias (Ministério da Justiça); Órgãos e Instituições Públicas; Estados da Federação; Órgãos Externos; Sociedade. - Profissionais de segurança pública. - SENASP; Órgãos de segurança pública; Sociedade. - DPF, DPRF, SENASP, SESGE, Profissionais de Segurança Pública; Instituições de Ensino de Segurança Pública.
Principais parceiros externos do macroprocesso na Unidade
Universidades, Instituições de Ensino em Segurança Pública, Academias de Polícia, núcleos de estatísticas, Secretarias de Segurança Pública, PNUD e FBSP.
Descrição sucinta de sua condução do macroprocesso

A gestão do conhecimento é promovida por produção de conhecimento e estudos e pelo desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão a cargo da Coordenação de Pesquisa do DEPAID. Por meio da Coordenação de Ensino do DEPAID, é operacionalizada a qualificação dos profissionais da área de segurança pública por meio de cursos e capacitações ministrados nas modalidades presencial e à distância. Ainda nesta mesma coordenação, a valorização profissional, processo de grande importância para o DEPAID, se dá pelo fomento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos operadores da área e a melhoria de sua qualidade de vida.

Quadro A.3.5. 3 – Macroprocesso Finalístico Gestão de investigações e operações em segurança pública

UNIDADE - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Macroprocesso 3
Gestão de investigações e operações em segurança pública
Unidades envolvidas no macroprocesso
DPF, DPRF, SENASP e SESGE
Descrição do Macroprocesso
Retrata o trabalho no Ministério da Justiça na execução de operações de segurança da sociedade, incluindo fronteiras, grandes eventos, rodovias federais e áreas de interesse da União.
Processos relacionados na Unidade
- Planejar e desenvolver operações da Força Nacional
Principais insumos do macroprocesso na Unidade
- Demanda dos Estados da Federação que necessitam de apoio para fazer frente a conjuntura crítica de forma a estabelecer a normalidade.
Principais fornecedores do macroprocesso na Unidade
- Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados.
Principais produtos e/ou serviços do macroprocesso
- Profissionais mobilizados e desmobilizados. - Movimentação do profissional. - Interação entre os entes envolvidos realizada. - Banco de dados organizado. - Ações executadas. - Relatório final emitido.
Subunidade responsável
Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
Principais Clientes do macroprocesso na Unidade
- Unidades federativas, SENASP.
Principais parceiros externos do macroprocesso na Unidade
- Unidades Federativas, Instituições de Segurança Pública dos Estados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
Descrição sucinta de sua condução do macroprocesso
A Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, criada por meio do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, é um programa de cooperação entre os Estados-Membros e a União Federal, a fim de executar, por meio de convênio, atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atuando também em situações de emergência, calamidades públicas e de defesa civil. Posteriormente, com o advento da Lei nº 11.437/2007, o Distrito Federal foi incluído no projeto, mantendo-se as mesmas finalidades. Conforme o § 1º do artigo 4º, do Decreto nº 5.289/2004, a Força Nacional atua por determinação do Ministro da Justiça, de forma episódica e planejada, como tropa de pronto emprego. Em 2007, em acordo com o

Decreto nº 6.061/2007, art. 16, Anexo, I, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, a FNSP foi elevada a “status” de departamento da SENASP.

Por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 0394/08, de 04 de março de 2008, as atribuições da Força Nacional foram ampliadas, abrangendo também a cooperação com os órgãos federais de segurança, o que foi corroborado pela Portaria MJ nº 178/2010. Já no ano de 2010, com a alteração no Decreto nº 5.289/2004, pelo Decreto nº 7.318/2010, a Força Nacional passou a contar com integrantes das polícias civis e peritos forenses.

Ao Departamento da Força Nacional compete dentre outras ações, a coordenação, o planejamento, o preparo, a mobilização e o emprego de seus profissionais. Também deverá planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino referente ao nivelamento, formação e capacitação de seus integrantes, bem como, propor atividades de ensino, em conjunto com outros órgãos, visando o máximo aperfeiçoamento dos profissionais da Força Nacional de Segurança Pública.

É também da responsabilidade do Departamento a manutenção de forma atualizada do banco de dados composto por profissionais integrantes da Força Nacional.

As operações da Força Nacional de Segurança Pública em regra são desempenhadas em situações emergenciais, quando o poder local ou órgão responsável esgota sua capacidade de resposta e necessita de apoio para fazer frente à conjuntura crítica e restabelecer a normalidade, agindo mediante solicitação do ente apoiado e autorização de Portaria do Ministro da Justiça.

Quadro A.3.5.4 – Macroprocesso Finalístico Execuções descentralizadas

UNIDADE - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Macroprocesso 4
Execuções descentralizadas
Unidades envolvidas no macroprocesso
Arquivo Nacional, Comissão de Anistia, DEPEND, DPF, DPRF, FUNAI, SENACON, SENAD, SENASP, SAL, SNJ, SRJ e SESGE.
Descrição do Macroprocesso
Retrata a atuação do Ministério da Justiça na realização de parcerias estratégicas, onde muitas ações das áreas finalísticas do órgão são executadas e que viabilizam a execução das políticas públicas, afetas ao Ministério, em todo território nacional.
Processos relacionados na Unidade
-Gerir transferência entre órgãos federais -Gerir transferências voluntárias (contrato de repasse, convênio, TP) -Gerir ajustes e acordos de cooperação técnica
Principais insumos do macroprocesso na Unidade
Recursos orçamentários e financeiros da SENASP, emendas parlamentares impositivas, editais e portarias de regulação de transferências voluntárias no âmbito da SENASP.
Principais fornecedores do macroprocesso na Unidade
CGOF/MJ e demais Departamentos da SENASP.
Principais produtos e/ou serviços do macroprocesso na Unidade
-Transferências realizadas -Transferências voluntárias realizadas e com prestação de contas encerradas -Acordos de cooperação técnica encerrados
Subunidade responsável
DEAPSEG
Principais Clientes do macroprocesso na Unidade

Órgãos e/ou instituições parceiras, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.
Principais parceiros externos do macroprocesso na Unidade
Entes públicos e entidades públicas e privadas, entre governos estaduais e municipais, instituições de ensino e OSCIPs.
Descrição sucinta de sua condução do macroprocesso
No âmbito da SENASP, ao longo do exercício de 2015, o macroprocesso foi conduzido mediante o gerenciamento e operacionalização de sistemas estruturantes do Governo Federal – SIOP, SIAFI e SICONV – com a formalização apenas de Convênios decorrentes de emendas parlamentares impositivas e Termos de Execução Descentralizada, principalmente, objetivando aquisições para os Jogos Olímpicos de 2016 e a continuidade dos Cursos realizados pelo Departamento de Pesquisa, Análise e Desenvolvimento - DEPAID.

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Estruturado em três grandes eixos (planejamento organizacional, resultados da execução orçamentária e resultados operacionais), o objetivo deste capítulo é apresentar o planejamento da atuação Senasp, bem como seu desempenho frente aos objetivos e metas estabelecidos para o ano de 2015. Além de abordar o planejamento estratégico, também descreve suas inter-relações com planos (inclusive o Plano Plurianual – PPA) e competências legais.

Assim, o subitem 4.1 traz informações sobre o planejamento organizacional, elencando os objetivos e metas programados para contribuir ao alcance da missão institucional, além da avaliação sobre os estágios de implementação do planejamento estratégico e a demonstração da vinculação dos planos.

Com relação ao subitem 4.2, são apontados os instrumentos e as formas pelos quais a unidade acompanha e monitora os resultados dos objetivos relacionados tanto no planejamento estratégico quanto no PPA.

Já o subitem 4.3 demonstra a alocação de recursos para o cumprimento dos objetivos previstos para 2015, apresentando a relação entre os orçamentos programado e executado. Cabe ressaltar que os quadros referentes às “Ações – Orçamento de Investimento – OI” não se aplicam à Senasp.

O subitem 4.4, referente ao desempenho operacional, demonstra os resultados obtidos na condução dos objetivos estabelecidos nos planos da unidade.

Finalizando o capítulo, são apresentados os indicadores e seus respectivos atributos, sendo realizada uma análise quanto ao desempenho, compreendido no subitem 4.5.

4.1 Planejamento organizacional

Este subitem traz informações sobre o planejamento organizacional, elencando os objetivos e metas programados para contribuir com o alcance da missão institucional, além da avaliação sobre os estágios de implementação do planejamento estratégico e a demonstração da vinculação dos planos da unidade.

4.1.1 Descrição dos objetivos do exercício

Ao longo do ano de 2015, o Ministério da Justiça discutiu a definição de prioridades e delimitação de ações e projetos a serem realizados nos próximos anos. Esse esforço culminou na consolidação do Planejamento Estratégico do MJ 2015-2019 (PE-MJ 2015-2019) e no PPA 2016-2019.

No âmbito do desenvolvimento do Planejamento Estratégico, a Senasp surge como ator relevante na promoção de políticas de segurança pública e no estabelecimento das entregas para a sociedade que o Ministério realizará nos próximos anos nesta área. Os objetivos estratégicos que estão diretamente vinculados à Secretaria estão descritos abaixo:

Objetivo 01: Reduzir homicídios. Este objetivo visa promover o aprimoramento da gestão integrada em segurança pública para reduzir o número de homicídios no país. A principal estratégia será o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, cujas etapas preparatórias para pactuação e lançamento estão sendo realizadas.

Objetivo 06: Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública. Este objetivo dispõe-se a aprimorar a coordenação da atuação de diferentes órgãos de segurança pública, nos diferentes níveis federativos, destinando-se à atuação integrada e à produção de informações para condução das políticas de segurança pública.

Os indicadores estratégicos desenhados para o acompanhamento destes objetivos pela Senasp dialogam diretamente com a intenção da Secretaria de fortalecer-se como fomentador de uma política de redução de homicídios e como parceiro dos Estados e Municípios na promoção de políticas de segurança pública realizadas de forma integrada e com uso intensivo de informações. Além disso, os indicadores têm a função essencial de permitir a realização de eventuais correções de rumo que se façam necessárias nos projetos da Secretaria durante sua implementação. A relação completa de indicadores pode ser vista na Tabela A.4.1.1.1.

Tabela A.4.1.1.1 –Objetivos e indicadores estratégicos SENASP – Mapa Estratégico do MJ.

Objetivo PE	Indicador do PE	Finalidade do indicador	Fórmula de Cálculo	Meta Estratégica
01 Reduzir homicídios	Redução do número de homicídios	Identificar a redução do número de homicídios no país.	Nº de homicídios	5% ao ano por 3 anos ou 15% no final de 2018
06. Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança	Quantidade de Centros Integrados de Comando e Controle implantados e ativos.	Acompanhar a implantação dos CICC's - ambientes integrados composto por diversas ferramentas e soluções tecnológicas, que facilitem e permitam o desenvolvimento de ações integradas de inteligência, atendimento de emergências, comando e controle integrado.	Número de CICC's implantados e ativos	15 novos CICC implantados

pública	Estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao SINESP	Identificar o número de bases de dados estaduais integradas ao Sinesp, considerando os sistemas para: registro de ocorrência, termo circunstanciado de ocorrência, atendimento de ocorrências emergenciais e inquérito policial.	Número de estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao SINESP	27 estados
----------------	---	--	---	------------

O processo de consolidação do Planejamento Estratégico 2015-2019 englobou também uma rodada de detecção de objetivos das unidades finalísticas que contribuem diretamente para os objetivos estratégicos, bem como seus indicadores, metas e projetos vinculados. Os objetivos de contribuição da Senasp estão elencados abaixo e seus indicadores podem ser verificados na Tabela A.4.1.1.2.

- Garantir o programa de atendimento as demandas para preservação da ordem pública em caso de gravíssima perturbação;
- Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública;
- Fomentar a geração de conhecimento na área de Segurança Pública;
- Fomentar práticas de valorização dos profissionais de Segurança Pública;
- Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp;
- Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional.

Tabela A.4.1.1.2 – Objetivos de contribuição da Senasp e seus indicadores.

Objetivo de contribuição	Indicadores	Fórmula de cálculo
Garantir o programa de atendimento as demandas para preservação da ordem pública em caso de gravíssima perturbação	% de atendimento das demandas legais	Total de atendimento das demandas legais / total de demandas legais recebidas
Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública	Efetividade dos GGIs	Número de GGIs com atividades registradas no InfoGGI nas áreas temáticas de Segurança Pública, ações de prevenção à criminalidade e integração com sistema de justiça criminal
	Número de operações realizadas de forma integrada entre as instituições envolvidas com Segurança Pública	Somatório do número de operações integradas
	Capacitações realizadas em gestão e governança	Total de pessoas capacitadas na temática gestão e governança em Segurança Pública
	Número de Pareceres de Prestação de Contas Produzidos Mensalmente	Somatório do Número de Pareceres Produzidos Mensalmente
	Fiscalização dos convênios	Número de visitas de fiscalização de convênios in loco realizadas
	Participação social	Número de espaços promovidos para participação social na temática de segurança pública e prevenção à criminalidade nos territórios do PNRH

	Projetos e ações de prevenção à criminalidade promovidos e/ou articulados	Total de projetos e ações de prevenção à criminalidade promovidos e/ou articulados e executados nos territórios do PNRH
	Uso dos CICC em operações integradas	Número de CICC utilizados durante a execução das operações integradas.
	Número de encontros na Área de Inteligência realizados	Número de encontros estaduais + número de encontros regionais + número de encontros nacionais
Fomentar a geração de conhecimento na área de Segurança Pública	Percentual de Instituições de Ensino em Segurança Pública - IESP integradas na Rede ENAESP	(Total de instituições de ensino em Segurança Pública integradas na Rede ENAESP / Total de instituições de ensino em Segurança Pública)*100
	Número de vagas ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	Vagas ofertadas no curso tecnólogo (EaD)
	Número de vagas ofertadas nos Cursos de Especialização lato sensu	Vagas ofertadas nos cursos de especialização <i>lato sensu</i> (RENAESP)
	Número de vagas ofertadas em cursos de strictu sensu	Vagas ofertadas em cursos de mestrado + doutorado
Fomentar práticas de valorização dos profissionais de Segurança Pública	Premiação e publicação de boas práticas	Número de boas práticas premiadas e publicadas por ano
Aprimorar a capacidade de gestão e governança da SENASP	Número de Solicitação de Auditoria Atendidas Dentro dos Prazos Legais	Número de Solicitações de Auditoria Recebidas/Número de Solicitações de Auditoria Atendidas Dentro do Prazo
	Número de Apontamentos de Auditoria Resolvidos (PPP)	Número Total de Apontamentos Recebidos Órgãos de Controle/Número de Apontamentos Resolvidos no Ano
	Número de Aquisições Realizadas com Sucesso	Número Total de Aquisições Realizadas no Ano/Número de Aquisições Efetivamente Concluídas
	Número de Processos de Aquisições Concluídos Auditados	Número de Aquisições Concluídas/Número de Aquisições Auditadas
Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	Número de Aquisições Realizadas com Sucesso	Número Total de Aquisições Realizadas no Ano/Número de Aquisições Efetivamente Concluídas
	Número de Processos de Aquisições Concluídos Auditados	

Dentro do PPA 2012-2015, os objetivos estratégicos da Senasp estão contidos no Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania:

Objetivo 0825: Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do

tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Objetivo 0828: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Objetivo 0830: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Objetivo 0834: Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Na Tabela A.4.1.1.3 foram elencadas as metas e iniciativas relacionadas aos objetivos da SENASP para os anos de 2012 a 2015.

O PPA 2016-2019 foi construído em congruência com o Planejamento Estratégico 2015-2019, garantindo que as estratégias adotadas para o Ministério no período fossem refletidas nas metas, iniciativas e objetivos a serem estabelecidos. Dentro do Programa 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública, há três objetivos diretamente relacionados à SENASP, listados abaixo.

Objetivo 1039: Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas;

Objetivo 1044: Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Objetivo 1041: Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção e lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

As iniciativas e metas também foram construídas de acordo com a estratégia do Ministério. Na Tabela A.4.1.1.4, elenca-se as metas e iniciativas relacionadas aos objetivos da SENASP para os anos de 2016 a 2019.

Tabela A.4.1.1.3 – Objetivos, metas e iniciativas da SENASP no PPA 2012-2015.

Metas	
<p>Objetivo 0825: Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras • Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras • Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras • Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras • Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras • Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras. • Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras • Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras
<p>Objetivo 0828: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD) • Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação • Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP • Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública • Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação • Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública • Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013 • Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras • Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área • Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer. • Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas
<p>Objetivo 0830: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012

<p>de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg • Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios • Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material • Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação • Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos • Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF • Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP • Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes • Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio • Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública • Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs. • Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional • Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão
<p>Objetivo 0834: Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada • Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz • Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs • Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal • Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade • Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população • Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer

Iniciativas		
<p>Objetivo 0825: Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p>Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições</p>	<p>Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões</p>
<p>Objetivo 0828: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.</p>	<p>Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas</p>	
<p>Objetivo 0830: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp</p>	
<p>Objetivo 0834: Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.</p>	<p>Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.</p>	<p>· 04AI - Promover Programas de Combate ao Racismo Institucional nas corporações de segurança pública e fortalecer a abordagem da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.</p>

Tabela A.4.1.1.4 – Objetivos, metas e iniciativas da SENASP no PPA 2016-2019.

Metas				
Objetivo 1039: Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.	Reduzir em 15% o número de homicídios.		Celebrar e implantar 27 planos integrados com os estados no âmbito do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.	
Objetivo 1044: Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.	Fomentar o funcionamento de 27 Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs estaduais.	Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais.	Capacitar mais de 855.000 profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.	Sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp.

Iniciativas				
Objetivo 1039: Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.	Implantação do Sistema Nacional de Indexação Balística.	Promoção da modernização e a padronização de procedimentos dos órgãos de perícia oficial.	Apoio à estruturação de Delegacias Especializadas em Homicídios e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher para investigação de feminicídio.	Fortalecimento da filosofia de atuação preventiva, com base comunitária, junto aos órgãos de segurança pública estaduais e municipais.

Relatório de Gestão 2015 – Senasp

	Promoção de ações específicas voltadas à prevenção da morte de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio do monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.	Criação de estratégias para orientar e articular ações intersetoriais no sentido de reduzir os índices de violência letal contra jovens negros, crianças e adolescentes e mulheres.	Fortalecimento da Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas de Fogo.	Apoio e incentivo aos estados na adoção do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero.
Objetivo 1044: Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.	Criação da Escola Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (ENAESP).	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Nacional e fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada estaduais e municipais.	Integração das Instituições de Ensino em Segurança Pública à ENAESP.	Criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Violência e Segurança Pública.
	Estruturação e fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública.	Instituição do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).	Adequação e continuidade da execução do Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos fortalecendo os serviços prestados pelos órgãos envolvidos.	
Objetivo 1041: Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção e lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.	Ampliação e fortalecimento da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), com a implementação de ações intersetoriais e transversais de segurança pública junto a outros programas de governo, para o desenvolvimento territorial da faixa de fronteira brasileira.		Instituição do Conselho de Segurança Pública de Fronteira - CONSEFRON	

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Com mencionado no tópico anterior, o processo de planejamento estratégico da Senasp vem ocorrendo no âmbito de um movimento mais amplo e completo de planejamento estratégico do Ministério da Justiça, numa visão sistêmica e integrada entre as diversas áreas deste Ministério.

O processo de formulação do planejamento estratégico 2015-2019 do Ministério da Justiça (que abrange e incorpora o próprio planejamento estratégico da Senasp) foi iniciado ainda em 2014, e sua execução e acompanhamento terão vigência até 2019. O plano estratégico para o quinquênio 2015-2019 foi formalmente instituído e aprovado por meio da Portaria nº 1500, de 16 de setembro de 2015, do Ministro de Estado da Justiça, e está em consonância com os dispositivos do Plano Plurianual e com as Diretrizes Estratégicas do Ministério da Justiça.

O monitoramento do planejamento estratégico do MJ, incluindo a Senasp, é realizado em três principais frentes: i) a permanente alimentação do sistema de gerenciamento de projetos Projetos.mj pela área técnica da Senasp, com atualização das informações sobre o status das ações estratégicas; ii) as frequentes reuniões entre as áreas técnicas da Senasp e da Secretaria-Executiva do MJ; e iii) as reuniões mensais do Secretário-Executivo com os Secretários de todas a unidade do MJ.

Também como já mencionado no item anterior, a Secretaria priorizou uma política de redução de homicídios para os próximos anos e seus principais projetos apoiam essa iniciativa. Desta forma, 2015 foi um ano de discussão e elaboração desta política e de foco na estruturação de projetos estratégicos que serão implementados nos próximos anos. Os projetos estratégicos da Senasp estruturados ou em fase de finalização da estruturação por meio do Projetos.mj que estão em constante acompanhamento e monitoramento pelas áreas técnicas e estratégicas do MJ são:

1. Controle de Armas
2. Criação de Núcleos de Inteligência nas Delegacias de Homicídios
3. Visitas comunitárias para prevenção da violência
4. Implantação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – ENAESP
5. Modernização da Perícia Criminal dos Estados
6. Expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle – CICC
7. Estruturação das delegacias de homicídios
8. Fortalecimento das Guardas Municipais
9. Enfrentamento ao Feminicídio
10. Fortalecimento e estruturação das Corregedorias e Ouvidorias
11. Fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada
12. Centro de Excelência em Informações sobre Segurança Pública
13. Prêmio Boas Práticas em Segurança Pública
14. Programa Nacional de Proteção ao Policial Vítima de Ameaça – PRONAPOL

Foram realizados 3 (três) ciclos de monitoramento no período de novembro de 2015 e janeiro de 2016 para acompanhamento dos resultados da estratégia com Secretário-Executivo e demais Secretários do MJ, por meio da análise dos indicadores e das ações estratégicas em curso. No âmbito de responsabilidade da SENASP, as principais discussões ocorrem no seguinte sentido:

1. Objetivo estratégico: Reduzir o número de homicídios. Indicador: redução do número de homicídios. Considerações: esse indicador ainda não está em uso. Ele permitirá uma avaliação dos resultados da implantação das ações da política de redução de homicídios em

curso. A meta deste objetivo está inserida num contexto de pactuação com Estados e Municípios.

2. Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a coordenação estratégica em Segurança Pública. Indicador: Estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao SINESP. Considerações: a integração de sistemas de BO ao SINESP permite a consolidação de informações que subsidiem o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública. Sistema em funcionamento em Roraima. Próximos estados: AP, MA, PI. Projeto piloto no DF iniciado no 2º semestre/2015 – Solução para integração de bases de dados. Alcance da meta depende de disponibilidade das equipes técnicas, da infraestrutura disponível nos estados e de customizações que sejam necessárias.

3. Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a coordenação estratégica em Segurança Pública. Indicador: Quantidade de Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) implantados e ativos. Considerações: a implantação de CICCs permite que os órgãos de segurança atuem de forma integrada no planejamento e acompanhamento das ações de segurança pública. Projeto ainda em fase de execução. Diferentes estratégias: a) Convênios com SC e GO – já celebrados; b) Contratação de empresas para construção nos demais Estados, após realização do anteprojeto básico.

O monitoramento do painel de contribuição com análises qualitativas e quantitativas de seus objetivos e indicadores de contribuição de forma sistemática e estruturada tem previsão para início de 2016.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências

Este item busca demonstrar a vinculação de planos da Senasp com a missão da entidade e os resultados alcançados.

Observa-se, todavia, que a demonstração do vínculo dos planos com as competências institucionais permeiam outros tópicos do relatório.

Quadro A.4.1.3.1 - Vinculação dos planos da unidade com as competências

Missão Senasp

Assessorar na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, de programas e de projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e criminalidade; promover a integração dos órgãos de segurança pública; estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência; estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública; propor critérios para a padronização e consolidação de estatísticas nacionais de crimes e indicadores de desempenho da área de segurança pública e sistema de justiça criminal; coordenar e supervisionar as atividades de ensino, gerencial, técnico e operacional, para os profissionais da área de segurança do cidadão nos Estados, Municípios e Distrito Federal

Planos	Principais Resultados
SINESP - celebrar pactos nos Estados e DF para implementação do Sinesp	No quadriênio, foram celebrados 27 pactos para adesão das UF ao SINESP, conforme Lei nº 12.681/2012
SINESP - Estruturação e reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública.	De 2012 a 2015, 72 convênios foram celebrados para reaparelhamento e modernização das Instituições de Segurança Pública com vistas a implementação do Sinesp e Núcleos de Estatísticas e Análise Criminal nos Estados e DF.
Pacto Nacional pela Redução de Homicídios	Publicação do Diagnóstico dos Homicídios no Brasil - Coordenação-Geral de Pesquisas - CGPES/DEPAID/SENASP.
SINESP - Integração dos Boletins de Ocorrência	Desenvolvimento dos módulos do SINESP, em especial o "SINESP Integração". Integração dos Boletins de Ocorrência no DF e RR.
Programa Brasil Mais Seguro - BMS	De 2012 a 2015, 18.750 profissionais de segurança pública foram capacitados
Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron	De 2012 a 2015 foram capacitados 2.864 profissionais de segurança pública na ENAFRON.
Parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil	De 2013 a 2105 foram capacitados 1.156 profissionais de segurança pública.
Capacitação continuada	No quadriênio, de 2012 a 2015, cerca de 1.054.429 operadores de segurança pública foram capacitados por meio da Rede Nacional de Educação a Distância - EaD/Senasp.
Aumento do número de pareceres de prestação de contas produzidos anualmente pela Senasp. Meta para 2015: 760.	Resultado em 2015: 897 pareceres de prestação de contas produzidos pelo DEAPSEG; efeito pedagógico para os convenientes – percepção de fiscalização e presença do órgão concedente.
Redução da quantidade de recomendações da CGU pendentes no PPP.	Resultado em 2015: houve redução do número de recomendações pendentes no PPP em 70%, sendo que, das remanescentes, 82,45% estão ainda em análise pela CGU, e apenas 17,55% aguardam providências pelo gestor.

Meta para 2015: 90%	
Criação de uma Coordenação-Geral de Logística no âmbito da Senasp, especializada em aquisições de segurança pública.	Resultado em 2015: foi criada a Coordenação-Geral de Logística da Senasp (CGL/DEAPSEG/Senasp), com estrutura e metodologia de trabalho voltadas para a realização de aquisições em segurança pública. Uma das principais dificuldades corresponde à carência de pessoal em relação ao volume de demandas.
Programa de Redução da Criminalidade Violenta - Brasil mais Seguro - no exercício de 2015 foram adotadas medidas visando a continuidade da implementação dos projetos pactuados no âmbito desse plano, principalmente relativos aos acompanhamento dos convênios firmados e nas entregas das aquisições realizadas no exercício de 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de 145 Pilotos de Helicópteros e Aviões como Examinadores Credenciados, junto a Agência nacional de aviação civil (ANAC). - Capacitação de 111 profissionais para as Organizações de Aviação de Segurança Pública (OASP), Federais e Estaduais, junto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), como Gerentes de Segurança Operacional (SGSO), divididos em três Turmas, sendo a primeira em Brasília/DF, a segunda em São Paulo/SP e a terceira e última no Rio de Janeiro/RJ. - Em 2014 foram adquiridos câmaras frias, termocicladores, automação da extração de DNA, nobreaks e analisadores genéticos e dando continuidade às aquisições diretas, ocorreu a adesão à ata de registro de preço para aquisição de 146 estações de trabalho de computação forense, cuja entrega foi realizada em 2015. Em parceria com o DPF, houve a aquisição de 17 moinhos criogênicos, entregues em 2015 aos Estados de AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, RJ, SP e SC. - Em 2015 também foram adquiridos 537 equipamentos e sistemas para computação forense e 28 equipamentos de Luz Forense, que vieram para complementar as outras 27 unidades adquiridas em 2011. - Foi continuado os trabalhos relativos à Campanha Nacional de Desarmamento, sendo entregues 15.034 armas no exercício.
Plano Estratégico de Fronteiras - Instituído pelo Decreto nº 7.496, criado com a finalidade de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços e aos crimes praticados na faixa de fronteira, em parceria com estados e municípios. Integra ações dos ministérios da Defesa, Fazenda e Justiça	<ul style="list-style-type: none"> - No período entre janeiro de 2012 e junho de 2015 foram apreendidas 753 toneladas de drogas (crack, maconha, cocaína e outras drogas) nos estados fronteiriços. No mesmo período observa-se a apreensão de 21.761 armas de fogo. - Além desses esforços, as instituições de segurança pública que atuam na faixa de fronteira brasileira realizaram diversos procedimentos policiais, cujos resultados proporcionaram o cumprimento de 29.801 mandados de prisão, conclusão de 468.643 inquéritos policiais, elaboração de 140.447 laudos periciais e a prisão em flagrante delito de 62.736 pessoas. Além disso, foram recuperados 23.097 veículos automotores (furtados e/ou roubados). - Ainda em relação às informações criminais na faixa de fronteira, destacamos que o número absoluto de homicídios indicou redução de cerca de 3,5%, quando comparados os dados dos anos de 2013 e 2014, em que no primeiro ano esse quantitativo indicou 1.627 vítima fatais, enquanto que no ano seguinte esse valor apontou 1.570 casos. Para a taxa de homicídios (medida por 100 mil habitantes), esta passou de 15 vítimas por 100 mil habitantes no primeiro ano, para 14,5 em 2014. - Aquisição de um Helicóptero multimissão leve para o Estado do Amapá, tendo sido entregue ao GTA/SEJUSP -AP, em 15 de dezembro de 2015, para emprego nas atividades de Segurança Pública, referentes ao policiamento especializado de Fronteiras - PEFRON, cujo repasse da SENASP/MJ foi de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
Programa Crack é Possível Vencer foi lançado em sete de dezembro de 2011 pela Presidência da República, prevendo um conjunto de ações constantes no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e a reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de	<p>O programa Crack adquiriu até 2015 um total de 197 Kits entregues aos entes pactuados, com os seguintes quantitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 197 BCMV (Base Comunitária Móvel de Videomonitoramento); - 24 Sistemas de Videomonitoramento - 394 Veículos automotores do tipo sedan; - 394 motocicletas tipo “TRAIL” ON/OFF ROAD; - 420 capacetes para condutor de motocicletas; - 8950 pistolas de condutividade elétrica; - 29550 espargidores de solução do tipo pimenta;

<p>crack e outras drogas ilícitas, conforme Decreto n.º 7.179 de 20 de maio de 2010 e Decreto n.º 7.637 de 08 de dezembro de 2011.</p>	
<p>Plano de Modernização das Instituições de Segurança Pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de Grupo de Trabalho para Regulamentação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), junto à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, cujos trabalhos ainda em andamento. - Acompanhamento e participação em Audiências Dirigidas para construção do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 90, junto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), visando disciplinar as atividades aéreas de segurança pública no País. O RBAC 90 deverá ser publicado em meados de 2017, conforme cronograma ANAC. - Gestão para implementação da Resolução CGSIM nº 29, de 29 de novembro de 2012, que estabeleceu as diretrizes nacionais de referência para o processo de licenciamento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte junto aos Corpos de Bombeiros Militares, no que tange a segurança contra incêndios, resultado ACT nº 001/2013 entre a SENASP, SMPE/PR e SEBRAE. - Foram entregues 48 (quarenta e oito) caminhões do tipo Auto Bomba Tanque (ABT) para os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, para o serviço de combate a incêndios, sendo investidos R\$ 22.595.664,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais). - Desenvolvimento de Grupo de Trabalho para elaboração de TR para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate a incêndios urbanos pelos Corpos de Bombeiros Militares.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

No que diz respeito ao acompanhamento e monitoramento dos objetivos traçados no Plano Plurianual –PPA, cabe destacar que para o período de 2012-2015 foi estabelecida nova metodologia para o PPA, novos conceitos e categorias explícitas de planejamento foram implementadas (Objetivos, Metas e Iniciativas). Dessa forma, o ciclo de planejamento, orçamentação e gestão do PPA também foi reformulado, tendo como pressuposto a produção de informações úteis para subsidiar a ação governamental, orientando-a para a execução das políticas e a redução das desigualdades.

O monitoramento do PPA tem destaque nesse processo na medida em que cria um fluxo de informações relevantes para a tomada de decisões cruciais nos âmbitos decisórios de governo. É a partir dessa compreensão que se baseia a Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento para o PPA 2012 – 2015.

Nesse contexto, a Lei 12.593/12 estabeleceu que a gestão do PPA deve articular os meios necessários para viabilizar a consecução das Metas declaradas, sobretudo para a garantia de acesso às políticas por parte dos segmentos populacionais mais vulneráveis. No mesmo sentido, ela definiu que cabe ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) a definição de prazos, diretrizes e orientações técnicas para a gestão do Plano, entendida como a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas referentes aos respectivos Programas Temáticos. Assim, o monitoramento do Plano é feito semestralmente, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

No que tange à Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015, há orientação para que esteja centrada no alcance das metas prioritárias da Administração Pública Federal. Deve acompanhar a execução de cada programa, tendo, portanto, flexibilidade para se adequar às suas especificidades, respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso. A prática da gestão do Plano implicará a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa, particularmente o intercâmbio e a disseminação de informações, e à participação da sociedade civil.

O monitoramento não é fim em si mesmo, nem tampouco se confunde com atividades de cobrança por execução física e financeira das ações do orçamento, ou com atividades de controle procedimental dessas ações, ou ainda, com a prestação de contas das realizações governamentais. Ao contrário, a atividade de monitoramento perseguida inspira-se na compreensão de que monitoramento é, antes de tudo, fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas, que visa - por suposto - a produção de informações tempestivas para o processo complexo de tomada de decisões por parte das instâncias deliberativas de governo.

Com relação aos ritos de monitoramento do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça 2015-2019, no âmbito mais específico da Senasp, temos as informações a seguir:

O processo de monitoramento do Planejamento Estratégico do MJ 2015-2019, liderado pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE, tem como objetivo possibilitar que o plano estratégico, seus desdobramentos e resultados sejam avaliados e monitorados periodicamente, com o intuito de acompanhar a implementação da estratégia, de identificar possíveis desvios e de implementar ações corretivas, visando o alcance dos objetivos estratégicos.

Nesse sentido, o rito de monitoramento foi estabelecido de forma a integrar a rotina de gestão das principais entregas das políticas públicas prestadas pelo MJ, com base, em nível institucional, na mensuração dos objetivos estratégicos, por meio dos indicadores e metas, bem

como na consecução dos projetos da carteira estratégica. Esse rito é composto pelos seguintes eventos listados abaixo:

a) Acompanhamento de Projetos Estratégicos: representa o acompanhamento sistemático e rotineiro dos projetos, realizado com o apoio da ferramenta Projetos.MJ, implementada com o intuito de apoiar os gestores e equipes no gerenciamento dos projetos sob sua responsabilidade. Ocorre de forma rotineira no âmbito das Diretorias e Coordenações da Senasp.

b) Reunião de Status Report (Reunião Mensal de Monitoramento): liderada pela Secretaria Executiva do MJ, consiste na oportunidade de apresentação dos resultados dos indicadores de objetivos estratégicos pelos titulares das unidades ou seus representantes. Nessa ocasião devem ser discutidos os aspectos de desempenho não esperados, as linhas de tendência e realizadas as considerações gerenciais decorrentes do contexto retratado pelos indicadores estratégicos. Assim, a reunião mensal representa uma oportunidade relevante para que os titulares das diferentes áreas, incluindo SENASP, tenham contato com os temas e desafios estratégicos de todo o Ministério, permitindo a identificação e a discussão de tópicos e desafios transversais à estrutura do MJ, que ensejem soluções integradas.

c) Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE (Reunião Quadrimestral): Trata-se da oportunidade de reflexão sobre os grandes resultados da estratégia e de identificação de possíveis ajustes, em função das variáveis ambientais. A Reunião Quadrimestral é presidida pelo Ministro ou pelo seu substituto e tem o foco de avaliação, no mais alto nível, dos resultados institucionais, sobretudo, referente aos objetivos de resultado, focados na sociedade.

Informações mais detalhadas sobre os resultados alcançados pela Secretaria estão explicitados no corpo do Relatório.

4.3 Desempenho Orçamentário

Este item informa sobre a programação e execução do orçamento da Senasp em 2015, demonstrando a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício da unidade, assim como as conexões do orçamento da Secretaria com os seus objetivos.

Também foram evidenciadas ao longo do item, de forma sucinta, as principais dificuldades enfrentadas pela Senasp na execução do orçamento.

4.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A política de segurança pública orienta-se pela garantia do direito fundamental a serviço de todo cidadão, tratando-se de obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de governo, e sob responsabilidade de toda a sociedade. Sua concepção orienta-se pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

O programa temático que visa atingir aos objetivos definidos pela Secretaria no PPA 2012-2015 é o **2070 - Segurança Pública com Cidadania**.

O programa “Segurança Pública Com Cidadania” tem por objetivo ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Abaixo transcrevemos os resultados alcançados em cada objetivo:

Objetivo 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

O Plano Estratégico de Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 7.496/2011 e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo, em caráter permanente, os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

O escopo da atuação do Ministério da Justiça é gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, da prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços, havendo adesão total dos Estados fronteiriços em dezembro de 2011, contando com a participação dos seguintes estados: (AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC).

Essa pactuação possibilitou a implementação de vários projetos voltados ao fortalecimento da Segurança Pública na Faixa de Fronteira em parceria com os estados localizados nas fronteiras internacionais, tais como: Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública; Capacitação; Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras; Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada; Sistema de Radiocomunicação Digital; Caderno de Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD); Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU); Apoio à Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras; Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras; Contratação de seis consultorias sobre o sistema de segurança pública no Brasil e em outros países como Índia, Rússia e China; Doação aos estados pela Senasp

de 8005 pistolas calibre .40, exceto Paraná (falta de dotação do estado para aquisição), além da implementação dos projetos foram firmados 54 convênios entre os estados fronteiriços e a SENASP. Os convênios de reaparelhamento 2011 e 2012 possibilitaram reaparelhar, entre 2012 e 2015, 606 unidades operacionais com a aquisição de equipamentos diversos como armas, munições, coletes balísticos, veículos automotores, embarcações, computadores, móveis, entre outros.

Entre as ações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, desenvolvidas por meio da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), destacaram-se as seguintes: 1. Mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; 2. Regulamentações para a lei 9.683/1998 (Lavagem de Dinheiro); 3. Combate ao suborno transnacional; 4. Cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; 5. Manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

Em cumprimento ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP - Decreto nº 7.901/13), lançado em fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementado por trabalho de campo nos 11 estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos: modalidades de Tráfico de Pessoas; perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas e/ou assistidas; modus operandi dos agentes criminosos; modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes; descrição dos fluxos migratórios; identificação da composição de eventuais fluxos mistos; mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e análise do ambiente local nos 11 Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação num futuro de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes. Além dessa ação, também foi lançada em 2013 uma campanha nacional de televisão e rádio divulgando o tema do tráfico de pessoas, a Campanha Coração Azul, que contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Em 2014 foi realizada a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, no âmbito da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio- COMIGRAR, proporcionando um espaço de trocas de experiências e metodologias nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nesse mesmo ano, foi lançado o 1º Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos, revelando que o atendimento a 340 casos e a capacitação de 21.725 pessoas.

Cumprir destacar no contexto da implementação do programa Enafron, o fato de que os estados fronteiriços têm trabalhado de forma intensa, no sentido de alinharem suas políticas de segurança pública às diretrizes centrais sugeridas pelo Ministério da Justiça, que vem desenvolvendo esforços, buscando universalizar a padronização de processos de coleta, tratamento e análise de dados criminais, tendo em vista a melhoria da produção do conhecimento na referida área, fato que vem mostrando grandes avanços no que se refere ao enfrentamento à criminalidade por parte das instituições federais e estaduais, por meio da adoção de ações preventivas e intensificação da repressão às organizações criminosas.

No que se refere à participação do Departamento de Polícia Federal (DPF), atuação se no âmbito das ações de aprimoramento do combate à criminalidade, destacam-se as seguintes contribuições: Desvio de recursos públicos, Crimes contra o meio ambiente, Combate à lavagem de dinheiro, Previdência social, Tráfico de drogas, Fiscalização do fluxo migratório e tráfico de armas.

Com o escopo de otimizar as atividades desenvolvidas pelo órgão, houve incremento dos serviços de capacitação oferecidos aos servidores, a exemplo dos permanentes Cursos na modalidade EAD de Investigação Previdenciária e Investigação de Desvio de Recursos Públicos, e do Curso de Planejamento Operacional em Matéria Previdenciária.

Em relação ao efetivo combate aos desvios de recursos públicos, apenas em 2015, foram deflagradas 51 operações que levaram à identificação de prejuízos da ordem de R\$131.858.000,00. Ao mesmo tempo foram instaurados 9.430 inquéritos para apurar contratos sobre suspeita que envolvem valores da ordem de R\$39,3 bilhões de reais.

Quanto aos crimes ambientais, houve a intensificação das investigações contra grandes organizações criminosas, com especial foco na repressão à corrupção de servidores públicos e na quantificação dos danos ambientais. Além disso, foram adotadas medidas de descapitalização dos grupos criminosos como estratégia de combate à impunidade. Destaque para as Operações Enredados, Forjas e Madeira Limpa, cujos danos ambientais constatados se aproximam a R\$ 100.000.000,00.

Além dos resultados obtidos com as Operações Lava Jato e Zelotes, cabe destacar a realização das análises dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) do COAF e a produção de informações que subsidiaram as diferentes investigações criminais. Além disso, com o objetivo de atualizar conhecimentos relativos à área, foi realizado o primeiro Encontro de Aprimoramento em Perícias em Movimentação Financeira que reuniu mais de 70 peritos criminais federais.

No combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a Previdência Social, destaca-se, que nas ações debeladas pela PF o prejuízo apurado ao erário atingiu o patamar aproximado de R\$ 119.000.000,00. Com o escopo de otimizar a recuperação desses recursos, ilicitamente obtidos dos cofres públicos, houve incremento dos serviços de capacitação oferecidos aos servidores, a exemplo do permanente Curso Básico de Investigação Previdenciária (ensino a distância) e do Curso de Planejamento Operacional em Matéria Previdenciária.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, percebe-se a necessidade de aprimoramento constante das técnicas e procedimentos utilizados para apreensão de drogas, uma vez que os traficantes e transportadores que utilizam o modal rodoviário têm utilizado de técnicas diversas e levantamentos específicos para evitar a fiscalização. No entanto, mesmo diante dessas ações dos infratores sociais, somente no ano de 2015 a PRF apreendeu 8.531 kg de cocaína, mantendo a média dos anos de 2012 a 2014.

A Força Nacional de Segurança Pública, por sua vez, criada em 2004, trata-se de um programa de cooperação federativa, com a participação das instituições de policias militares, corpos de bombeiros militares, policias civis e pericias forenses dos estados federados. Com atuação episódica e planejada a Força Nacional atua em suplementação às forças estaduais no gerenciamento de crises na segurança pública e somente mediante pedido direto do Governador do Estado e subordinando-se diretamente ao comando da unidade federada. Excepcionalmente a Força também faz operações de apoio à Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama.

O efetivo da Força é composto por profissionais cedidos temporariamente pelos Estados, que são treinados e capacitados conforme doutrinas suplementadas ou específicas geridas pela Força Nacional. Para atender situações que demandam mobilização imediata, a Força Nacional conta com o Batalhão de Pronto Resposta, que têm efetivo treinado para agir imediatamente em casos de desastres, ações emergenciais de polícia ostensiva e ações de preservação do meio ambiente.

A Força Nacional realizou cursos, estágios e eventos acadêmicos, compreendidos entre os anos de 2012 e 2015, tendo como público alvo profissionais de segurança pública dentre policiais militares, bombeiros, policiais civis e peritos forenses, sendo estes profissionais inseridos ao contingente que possuem habilitação para compor o DFNSP.

Quando retornam a seus Estados, os policiais que estiveram no DFNSP, além da sua capacitação, são disponibilizados através de legados os equipamentos que utilizam durante sua

estada na Força Nacional. Isto possibilita aos Estados disporem a custo zero de uma tropa treinada e bem equipada. Com isso a Força Nacional de Segurança conta com um banco de dados composto por 13.507 profissionais capacitados conforme sua doutrina e necessidade, que continuam desempenhando suas funções em seus Estados, e estão aptos a serem mobilizados para as atividades desenvolvidas pela Força Nacional.

Atualmente 1507 militares estão mobilizados nas operações do DFNSP, distribuídos em 43 operações em 14 Estados da Federação mais o Distrito Federal, conforme quadro abaixo. Desde a sua criação, o DFNSP já deflagrou 277 operações, com destaque para as operações Arco de Fogo e Sentinela, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais na Amazônia e ao tráfico de drogas nas fronteiras.

No período de 2012 a 2015, a Força Nacional realizou cursos, estágios e eventos acadêmicos em que foram capacitados diversos profissionais de segurança pública. Ainda, em conjunto com as polícias desenvolveu diversas Operações obtendo de forma satisfatória os resultados que a levaram a contribuir com a redução dos altos índices de criminalidades de algumas regiões e garantindo a efetiva segurança para o cidadão.

As operações da Força Nacional obtiveram ainda resultados no que diz respeito às apreensões de armas de fogo, de munições, de explosivos, de maconha, de crack, de cocaína e de outras drogas, além dos mais diversos tipos de produtos contrabandeados e dos veículos abordados, vistoriados e apreendidos.

Os enfrentamentos ao contrabando e ao descaminho existente na área de fronteira do Brasil foram fortemente combatidos pela Força Nacional em conjuntos com outros órgãos, o que resultou na apreensão dos mais variados tipos de produtos, tais como cigarro, produtos de informática, de mídia, eletrônicos, entorpecentes ilícitos oriundos dos diversos países fronteiriços. Houve ainda o combate aos diversos tipos de crimes ambientais, tais como a apreensão de madeira extraída ilegalmente e a captura e transporte de animais silvestres e em extinção. Os esforços para proteger a saúde pública também foram combatidos de forma incessante, dentre tantas outras apreensões realizadas em prol da melhoria dos residentes nas diversas áreas de atuação. Abaixo anexamos tabela com os principais resultados da Força Nacional.

Tabela A.4.3.1.1 – Principais resultados alcançados pela Força Nacional em 2015

RESULTADOS ALCANÇADOS	
ABORDAGEM A EDIFICAÇÕES (UND)	3.467
ABORDAGEM A EDIFICAÇÕES COM CÃES (UND)	26
ABORDAGEM A EMBARCAÇÕES (UND)	4.869
ABORDAGEM A EMBARCAÇÕES COM CÃES (UND)	147
ABORDAGEM A MOTOS (UND)	258.057
ABORDAGEM A MOTOS COM CÃES (UND)	1.000
ABORDAGEM A ÔNIBUS (UND)	20.973
ABORDAGEM A ÔNIBUS COM CÃES (UND)	3.535
ABORDAGEM A PESSOAS (UND)	1.893.820
ABORDAGEM A PESSOAS COM CÃES (UND)	119.817
ABORDAGEM A VEÍCULOS (UND)	350.490
ABORDAGEM A VEÍCULOS COM CÃES (UND)	7.099

ADULTOS PRESOS EM FLAGRANTE (UND)	2.987
ADULTOS PRESOS POR MANDADO JUDICIAL (UND)	526
ANIMAIS EM EXTINÇÃO APREENDIDOS (UND)	9
ANIMAIS APREENDIDOS (UND)	564
APREENSÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS (UND)	1.076
APREENSÕES DE CARREGADORES (UND)	215
APREENSÕES DE CARREGADORES COM CÃES (UND)	4
APREENSÕES DE CIGARROS (MAÇO)	859.446
APREENSÃO DE COMBUSTÍVEL (LITRO)	14.787
APREENSÃO DE CONFECÇÕES (PEÇAS)	46.551
APREENSÕES EM DINHEIRO (DOLAR) (VALOR)	64.711
APREENSÕES DE EMBARCAÇÕES (UND)	30
APREENSÕES DE EXPLOSIVOS (UND)	10
APREENSÃO DE HAXIXE (KG)	56
APREENSÃO DE HAXIXE COM CÃES (KG)	10
APREENSÕES DE LANÇA PERFUME/CHEIRINHO/LOLÓ (UND)	6
APREENSÕES DE MAQUINAS CAÇA-NÍQUEL (UND)	321
APREENSÃO DE MEDICAMENTOS (CART)	6.960
APREENSÕES DE MENOR INFRATOR (UND)	718
APREENSÃO DE MERLA (LATA)	1
APREENSÕES DE MOTOCICLETAS (UND)	504
APREENSÕES DE MUNIÇÃO (UND)	32.859
APREENSÕES DE MUNIÇÃO COM CÃES (UND)	600
APREENSÃO DE PASTA BASE DE COCAÍNA (KG)	757
APREENSÃO DE PASTA BASE DE COCAÍNA COM CÃES (KG)	62
APREENSÕES DE PESCADOS (KG)	36.780
APREENSÃO DE PNEUS (UND)	1.592
APREENSÕES DE PRODUTOS ELETRÔNICOS (UND)	52.289
APREENSÕES EM DINHEIRO (REAL) (VALOR)	1.617.404,76
APREENSÃO DE SEMENTES DE MACONHA (KG)	4
APREENSÕES DE VEÍCULOS DE PASSEIO (UND)	671
APREENSÕES DE ARMAS BRANCAS (UND)	2.434
APREENSÕES DE ARMA DE FOGO (UND)	886
APREENSÕES DE ARMA DE FOGO COM CÃES (UND)	7
ARMAS PERICIADAS (UND)	7.642
ASSISTÊNCIA A FERIDOS (UND)	550
ASSISTÊNCIA A FERIDOS COM CÃES (UND)	2
ATENDIMENTO PRE HOSPITALAR (UND)	14

AUTOS DE RECONHECIMENTO (UND)	946
AUXILIO A DESABRIGADOS (UND)	2.769
AUXILIO A DESABRIGADOS COM CÃES (UND)	1
AUXÍLIOS A COMUNIDADE (UND)	38.773
AVALIAÇÃO/FISCALIZ. DE LOCAIS DE RISCO (UND)	8.710
BARREIRA POLICIAL (UND)	10.374
BARREIRA POLICIAL COM CÃES (UND)	665
BUSCA A PESSOAS (UND)	394
APREENSÕES DE CAMINHÕES (UND)	132
CARGAS RECUPERADAS / LOCALIZADAS (UND)	588
CARTUCHOS DE MUNIÇÃO PERICIADOS (UND)	5.951
CARVÃO VEGETAL APREENDIDO (M³)	1.500.082
CARVOARIAS MULTADAS (UND)	1
APREENSÃO DE COCAÍNA (KG)	509
APREENSÃO DE COCAÍNA COM CÃES (KG)	31
FRAGMENTOS PAPILOSCÓPICOS LEVANTADOS EM LOCAL DE CRIME CONTRA PESSOA (UND)	104
COLETA NECROPAPILOSCÓPICA (UND)	3.319
COMBATE A INCÊNDIO (UND)	6
COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL (UND)	12
APREENSÃO DE CRACK (KG)	95
APREENSÃO DE CRACK COM CÃES (KG)	5
CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL (UND)	1.309
DEPORTAÇÃO DE ESTRANGEIRO (UND)	55
DESMAT. IRREGULAR POR HECTARE (HEC)	1
DISPARO DE PISTOLA (UND)	94
EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (UND)	250
EXUMAÇÕES (UND)	3
IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (UND)	281
INQUIRIÇÕES (UND)	23.838
INSERÇÕES SINIC (UND)	5.583
INTIMAÇÕES EXPEDIDAS / CUMPRIDAS (UND)	24.927
IP'S REMETIDOS AO JUDICIÁRIO COM RELATÓRIO FINAL DA AUTORIDADE POLICIAL (UND)	4.112
LAUDOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (UND)	17
LAUDOS DE EXAME EM ARMA DE FOGO (UND)	9.137
LAUDOS DE EXAME EM CARTUCHOS DE MUNIÇÃO (UND)	72
LAUDOS DE EXAME CONST. PRE. DE ENTORPECENTES (UND)	3
LAUDOS DE EXAME EM EXUMAÇÃO (UND)	2

LAUDOS DE EX. EM MICRO-COMPARAÇÃO BALÍSTICA (UND)	47
LAUDOS DE EXAME EM PROJÉTEIS E ESTOJOS (UND)	6
LAUDO METALOGRAFICO E/OU IDENTIFICAÇÃO VEICULAR (UND)	77
LAUDOS EM LOCAL DE CRIME CONTRA PESSOA (UND)	531
LAUDOS EM LOCAL DE DISPARO DE ARMA DE FOGO (UND)	6
LAUDOS EM PERÍCIA DE DEMANDA DO DFNSP (UND)	443
LAUDOS EM PERÍCIAS DIVERSAS (UND)	1.644
APREENSÃO DE MACONHA (KG)	8.871
APREENSÃO DE MACONHA COM CÃES (KG)	2.430
MADEIRA SERRADA APREENDIDA (M³)	138.200
MADEIRA EM TORA APREENDIDA (M³)	226.824
MOTOSERRAS APREENDIDAS (UND)	298
MULTAS AMBIENTAIS APLICADAS (R\$)	334.647.178
NECROPAPIOSCOPIA - CONFRONTO (AFIS/DOC) (UND)	1.999
OPERAÇÕES POL. / DILIGENCIAS DIVERSAS (UND)	130.263
ORDEM DE MISSÃO EXPEDIDA (UND)	8.969
ORIENTAÇÕES E ADVERTÊNCIAS (UND)	4.201
OUTRAS DROGAS (KG)	2.481
OUTRAS DROGAS COM CÃES (KG)	2
OUTRAS ESCOLTAS (UND)	1.229
OUTROS EQUIPAMENTOS APREENDIDOS (UND)	164.765
ATENDIMENTO DE VITIMA EM HOSPITAL (UND)	454
AUTOS DE ACAREAÇÃO (UND)	24
AUTOS DE RECONSTITUIÇÃO (UND)	6
IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITO (UND)	1.826
IDENTIFICAÇÃO DE VITIMAS / FAMILIARES (UND)	1.647
INFILTRAÇÃO EM LOCAL DE CRIME (UND)	7
LOCAL DE HOMICÍDIO ATENDIDO (UND)	1.020
OBJETOS RESTITUÍDOS (UND)	835
OFÍCIOS EXPEDIDOS (UND)	15.060
Nº PESSOAS MORTAS/LOCAL HOMICÍDIO (UND)	1.133
PESSOAS ATENDIDAS NO LOCAL DE CRIME (UND)	6.197
RECONGNIÇÃO VISUOGRÁFICA/LOCAL CRIME (UND)	1.268
RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL (UND)	5.760
SOLICITAÇÃO DE LAUDO (UND)	4.727
PEÇAS PERICIADAS (UND)	1.253
PERÍCIA DE CONSTAT. PRELIMINAR DE ENTORPECENTES (UND)	495
PERÍCIA EM DEMANDAS DO DFNSP (UND)	444

PERÍCIA EM EXAMES DIVERSOS (UND)	1.604
PERÍCIA EM LOCAL DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (UND)	17
PERÍCIA EM LOCAL DE CRIME CONTRA PESSOA (UND)	1.381
PÉS DE MACONHA APREENDIDOS/DESTRUÍDOS (UND)	553
PESQUISA AFIS - ESTADUAL (UND)	1.605
PESQUISA AFIS - FEDERAL (UND)	5.373
PESSOAS ATEND. NA BASE DA OPERAÇÃO (UND)	44.444
PESSOAS DESAPARECIDAS LOCALIZADAS (UND)	16
POLICIAMENTO EM EVENTOS (UND)	417
PREVENÇÃO EVENTOS, INST. E TREINAM. (UND)	30
PRISÃO DE FORAGIDOS DA JUSTIÇA (UND)	96
PROCESS. DE ANOT. CRIMINAIS (PESQ. ONOMÁSTICA) (UND)	2.997
PROGRAMAS DE PREVENÇÃO (UND)	5.414
PROJÉTEIS E ESTOJOS PERICIADOS (UND)	1.440
PROMOÇÃO DE EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS (UND)	95
REINTEGRAÇÃO DE POSSE (UND)	36
RELATÓRIO TÉCNICO PAPILOSCÓPICO (UND)	1.259
REMOÇÃO DE FERIDOS (UND)	332
REPRESENTAÇÕES JUDICIAIS/MINISTERIAIS (UND)	2.154
RESGATES DE PESSOAS SEM VIDA (UND)	31
RESGATES DE PESSOAS COM VIDA (UND)	1.274
RESGATE SALV. EM MEIO LIQUIDO (UND)	17
RETRATO FALADO (UND)	5
SERRARIAS AUTUADAS (UND)	23
SERRARIAS EMBARGADAS (UND)	11
SERRARIAS FISCALIZADAS (UND)	197
SERVIÇO DE GUARDA ARMADA (UND)	463
TRATORES APREENDIDOS (UND)	194
VEÍCULOS RECUPERADOS / LOCALIZADOS (UND)	262
VEÍCULOS PERICIADOS (UND)	395
APREENSÕES DE DINHEIRO FALSIFICADO	19.950,00

Abaixo se discorre sobre metas e resultados alcançados pela Senasp em 2015.

Meta compartilhada entre: SENASP/ DPF / DPRF - 150.717 Kg de Cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida.

Análise Situacional da Meta: Observando o período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015, verifica-se que o total das apreensões de drogas no País totalizou 963.911,59 Quilogramas (Kg). Esse dado demonstra que os esforços e estratégias dos órgãos de segurança pública, no

enfrentamento ao tráfico de drogas, têm sido o fator motivador das apreensões, especialmente nos Estados que fazem fronteira com os Países que limitam com o Brasil.

O quantitativo em tela refere-se às apreensões de drogas realizadas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Cíveis dos Estados, no entanto, cabe salientar que a quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas na faixa de fronteira é expressiva, visto que as ações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON estão sendo bem absorvidas e catalisadas em diversas áreas.

Assim como nos anos anteriores, o aumento das apreensões em 2015, quando comparado com 2014, foi atingido graças aos esforços das instituições de segurança pública em atividade nos 26 Estados da Federação e Distrito Federal, a partir da realização de operações policiais integradas pelas Polícias Estaduais e Federais, além de órgãos afins, como Receita Federal do Brasil. Nesse aspecto é inegável a importância da parceria entre o Ministério da Justiça e as instituições de segurança pública dos Estados, cujos resultados mostram que a articulação de políticas de enfrentamento às organizações criminosas e os vultosos investimentos federais e estaduais em reaparelhamento das unidades operacionais, implantação de sistemas tecnológicos de radiocomunicação e de videomonitoramento têm contribuído largamente para o fortalecimento da prevenção, controle e repressão ao tráfico de drogas.

Discriminação das Apreensões por Região Geográfica: Norte (37.063,16 Kg), Nordeste (33.088,94 Kg), Centro-Oeste (597.289,63 Kg), Sudeste (124.765,79 Kg) e Sul (171.704,07 Kg).

Previsão de realização para o próximo período:

Finalização das execuções dos convênios de reaparelhamento, possibilitando o efetivo reaparelhamento das unidades operacionais em atividade na faixa de fronteira, notadamente dos Núcleos Integrados de Inteligência de Fronteira - NIF.

Implantação definitiva dos sistemas de radiocomunicação e de videomonitoramento nos municípios prioritários, localizados na faixa de fronteira.

No campo da coleta de dados da ENAFRON, dar continuidade ao processo de sensibilização das instituições de segurança pública dos Estados de Fronteira, tendo em vista a necessidade da alimentação constante do banco de dados sobre apreensões e demais atividades de polícia.

Arranjos de Gestão:

Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da ENAFRON nos Estados de Fronteira, assim como com os Coordenadores dos GGI's e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de drogas nessas UF's. Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação dos órgão de segurança pública, na prevenção e repressão ao tráfico de drogas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de rotinas e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados, sendo que antes da implantação da ENAFRON, alguns Entes Federados não realizavam esse tipo de levantamento, dificultando a análise de dados e a geração de informações confiáveis.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, percebe-se a necessidade de aprimoramento constante das técnicas e procedimentos utilizados para apreensão de drogas, uma vez que os traficantes e transportadores que utilizam o modal rodoviário têm variado o *modus*

operandis e realizado levantamentos específicos para evitar a fiscalização. No entanto, mesmo diante dessas ações dos infratores sociais, somente no ano de 2015 a PRF apreendeu 28.035,12 kg de cocaína, mantendo a média dos anos de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada: 963.911,59 Quilogramas (Kg).

Data de Referência: 31/12/2015.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	597.289,63	31/12/2015
Região Nordeste	11.902	kg	33.088,94	31/12/2015
Região Norte	25.307	kg	37.063,16	31/12/2015
Região Sudeste	58.806	kg	124.765,79	31/12/2015
Região Sul	11.847	kg	171.704,07	31/12/2015

Meta compartilhada entre: SENASP/ DPF / DPRF 52.000 armas de fogo apreendidas

Análise Situacional da Meta: Para o ano de 2012 as apreensões totalizaram o quantitativo de 7.242 unidades, distribuídas entre as regiões Norte (1.262); Nordeste (117); Sudeste (544); Centro-Oeste (721) e Sul (4.598). O ano de 2013 registrou 8.152 unidades, revelando elevação de 12,4% em relação ao ano anterior, distribuídas entre as regiões Norte (1.885); Nordeste (133); Sudeste (619); Centro-Oeste (900) e Sul (4.615). Em relação a 2014, o quantitativo indicou 6.390 unidades, distribuídas nas regiões Norte (505); Centro-Oeste (918), Nordeste (491), Sudeste (562) e Sul (3.914). Dados preliminares de 2015 (janeiro a setembro) indicam apreensões de 3.104, distribuídas entre as regiões Norte (378); Nordeste (117); Sudeste (544); Centro-Oeste (382) e Sul (1.683). Observa-se que o somatório das apreensões considerando o acumulado nos quatro anos registrou o quantitativo de **24.888** armas de fogo.

Não houve uma mudança significativa na estratégia dos criminosos, para o cometimento deste tipo de crime, as armas continuam sendo transportadas, na sua maioria, juntamente com drogas. Dentre as armas recolhidas estão os revólveres, pistolas, espingarda e até fuzis. As apreensões estão diretamente ligadas às operações integradas entre os Órgãos de segurança pública estadual e da União, como política permanente de segurança pública. Em 2015, só as polícias Cíveis e Militares, nos Estados de fronteira, apreenderam 2.443 armas de fogo, tendo a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal também atuado fortemente na busca do atingimento da meta.

Com isso a retirada de cerca de 25.000 armas de fogo de circulação, reduz a quantidade de crimes praticados no país, contribuindo de alguma forma para a redução dos crimes violentos, praticados com armas de fogo.

As apreensões foram realizadas em todos os municípios fronteiriços, especialmente a partir da articulação fomentada pelos GGIF, CTF e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira.

Destacam-se a deflagração da operação Fênix, em Mato Grosso do Sul, que combateu o tráfico de drogas e de armas relacionados reclusos da penitenciária de segurança máxima de Campo Grande/MS, a operação Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, que reprimiu o tráfico internacional de drogas e armas com a desarticulação de grupo criminoso que atuava na Região Sul do País, além das ações rotineiras das Operação Sentinela e Defesa da Vida, que atuou nos Estados fronteiriços combatendo os diversos tipos de delito.

Foram desencadeadas no segundo semestre de 2014 duas operações integradas, sendo a primeira envolvendo os onze estados de fronteira mais as unidades federativas localizadas na região Nordeste, e a segunda envolvendo todos os estados brasileiros.

No ano de 2015, os estados fronteiriços informaram a apreensão de 2.443 armas de fogo. Salienta-se que esses dados se referem ao período de janeiro a setembro, ficando a consolidação anual pendente da alimentação do banco de dados da Senasp pelos estados fronteiriços. Cabe ressaltar que a maioria desse quantitativo está vinculada às ações desencadeadas pela Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre a Polícia Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional. A regionalização está sendo contabilizada.

Quantidade alcançada: 24.888 armas de fogo apreendidas

Regionalização:

Região	Quantitativo 2012-2015
Norte	4.030
Nordeste	858
Centro-Oeste	2921
Sul	14.810
Sudeste	2.269

Meta: Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: Objetivando estender a malha de inteligência nos municípios fronteiriços do país, levou-se a efeito a idéia de descentralizar as atividades de inteligência para as áreas vulneráveis dos Estados que tem fronteiras internacionais. Para tanto com o projeto Enafron propôs o reaparelhamento de 20 agências de inteligência e implantação, subordinadas a elas, de Núcleos de Inteligência integrados por policiais civis e militares, no interior dos estados fronteiriços.

As Agências estão sendo reaparelhadas e os núcleos criados, por meio de 22 (vinte e dois) Convênios com a Senasp, os quais ainda se encontram em andamento, com encerramento previsto para o ano de 2015. Atualmente estão em atividade, conforme informações dos estados fronteiriços, 97 Núcleos Integrados de Inteligência de Fronteira, dos quais 96 já foram devidamente reaparelhados com recursos dos convênios de reaparelhamento 2011 e 2012.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: - Há dificuldades nas aquisições de alguns equipamentos, em razão da distância de boa parte das localidades fronteiriças para os grandes centros, dificultando a entrega de bens e encarecendo os valores das aquisições. Outra dificuldade apontada consiste no baixo nível de integração entre os núcleos integrados de inteligência, tanto entre os órgãos estaduais, quanto entre estes e outros organismos da esfera federal, fato que inibe um ação ainda mais robusta contra a atuação de organizações criminosas nas regiões de fronteira. Um ponto de atenção importante tem a ver com a necessidade de viabilizar instrumentos legislativos que facilitem as ações integradas entre o Brasil e os demais países limítrofes. Atualmente as atividades de polícia e de justiça que envolvem apuração de crimes praticados no outro lado da fronteira dependem de procedimentos cuja demora na execução acaba por prejudicar a aplicação da pena ao criminoso.

Quantidade alcançada: 96 Núcleos de Inteligência

Meta: Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras

Análise Situacional da Meta: Em 02/07/2014, foi realizado na Senasp o Pregão Presencial Internacional sob nº 14/2014 – cujo objeto foi o Registro de Preços para aquisição de veículos especiais equipados com escâneres (geradores de imagens), para uso em atividades de policiamento nas operações de fiscalização de veículos e cargas, de modo não intrusivo e não destrutivo, através de processo de visualização do seu interior, para atender demanda da Senasp, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Comando do Exército. Contudo, este pregão foi suspenso administrativamente para que o Ministério da Justiça pudesse prestar informações à Procuradoria Regional da União no Distrito Federal acerca da Ação Ordinária nº 4399.32.2014.4.01.3400. O pregão a ser realizado pelo Ministério da Justiça foi suspenso e não houve novo certame visando à referida aquisição. No exercício de 2015, houve nova movimentação para aquisição dos referidos equipamentos, sem contudo, prosperar tal iniciativa. Vale ressaltar que a Senasp celebrou Termo de Cooperação com a PRF em 2011, o que permitiu a aquisição de 5 scanners veiculares, com vistas intensificar o controle e a fiscalização na faixa de fronteira, de forma integrada com as demais forças policiais, respeitadas as atribuições de cada órgão. Os bens estão sendo utilizados nas diversas ações e operações realizadas nas localidades fronteiriças, notadamente nos arcos Central e Sul. Principais

Dificuldades Encontradas na Execução do Pregão de 2014 e 2015: falta de empresas cadastradas no mercado mundial com tecnologia adequada e previsão orçamentária para aquisição de todos os scanners.

Quantidade alcançada: 5 Veículos scanner

Regionalização da Meta:

Total Unidade Qtde. Alcançada: 5

Região Centro-Oeste: 2 unidades

Região Norte: 1 unidade

Região Sul: 2 unidades

Obs: Este texto diverge do inserido no SIOP em virtude da necessidade de apresentar detalhes sobre a execução descentralizada de meta.

Meta: Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: No âmbito da Área Técnica de Aviação de Segurança Pública da SENASP foi elaborado o Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública nas Fronteiras, visando dotar os órgãos de segurança pública dos 11 Estados, que limitam territorialmente com Países sulamericanos, de capacidade e mobilidade aérea para execução de suas missões. O Plano encontra-se lastreado em três eixos estratégicos: reestruturação/reequipamento das OASP de Fronteira; Capacitação/Qualificação de pessoal/tripulações e Padronização Operacional.

Nesse alinhamento, em 2015 realizaram-se as seguintes ações: **Eixo Reestruturação/Reequipamento das OASP**

a) Entrega de uma aeronave de asa fixa, com capacidade de transportar 10 pessoas, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), adquirida mediante Convênio SENASP/MJ 752780/2010, a qual esta sendo operacionalizada pelo GRAESP –

Grupamento Aéreo de Segurança Pública nas missões e operações do Policiamento Especializado de Fronteiras;

b) Entrega de uma aeronave de asa fixa, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso (SESP/MT), adquirida mediante Convênio Senasp/MJ 752782/2010, a qual esta sendo operacionalizada pelo CIOPAER – Centro Integrado de Operações Aéreas nas missões e operações de segurança pública e do policiamento especializado de fronteiras, e

c) Aquisição de uma aeronave de asa rotativa, para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), mediante Convênio Senasp /MJ 752783/2010, a qual esta sendo operacionalizada pelo GTA – Grupo Tático Aéreo nas missões e operações de segurança pública e do policiamento especializado de fronteiras.

Eixo Capacitação/Qualificação de Pessoal/Tripulações

a) Foi concluído o Mapeamento das Unidades Aéreas dos Órgãos de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira.

b) Foram capacitados profissionais da área de segurança pública em cursos ministrados pela Agência Nacional de Aviação Civil, como forma de otimizar a gestão das Unidades Aéreas junto ao órgão regulador e potencializar a segurança operacional de suas atividades.

Eixo Padronização Operacional

a) Foi realizado o acompanhamento, por meio da participação em Audiências Públicas e Audiências Dirigidas, referente a Regulamentação da Aviação de Segurança Pública (RBAC 90), que continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria nº 2.975- ANAC, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União. A Senasp tem colaborado ativamente na formação de consenso acerca dessa regulamentação.

Principais Dificuldades Encontradas: a) No Âmbito Estadual - Falta de efetivo qualificado para a execução das atividades de Aviação de Segurança Pública, afetas as Polícias Militares, Polícias Civis e Corpo de Bombeiros Militares; - ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; - infraestrutura precária, especialmente no Arco Norte e Central da Fronteira (AP, AM, AC, PA, MT, MS, RR, RO), e - infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública. b) No Âmbito Federal - Contingenciamento de recursos orçamentários/financeiros específicos para a estruturação da Aviação de Segurança Pública de Fronteiras.

Quantidade alcançada: 1

Meta: Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.

Informações do Monitoramento: A partir das ações da Enafron em parceria com os Estados e baseado nas discussões e pacto ocorridos no Encontro de Interlocutores da Enafron e Secretários Executivos do GGIF/ Câmara Temática de Fronteira no Município do Chuí-RS, foi realizado a 1ª Operação Simultânea – GGI FRON nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012 com a participação de 10 Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas o Estado de Rondônia não participou desta ação integrada, que beneficiou um total de 139 Municípios fronteiriços que abrigam uma população de 5.682.953 de pessoas. Foi utilizado um efetivo total de 3.009 servidores da segurança pública e 696 viaturas

empregadas. Vale ressaltar entre outras produtividades: foram recuperados 13 veículos, 129 prisões, apreendidas 11 armas de fogo, 777,726 kg de maconha, 35,3 kg de cocaína e 51 pedras de crack. No ano de 2013, o fomento das Operações Simultâneas e Integradas só foi possível no primeiro semestre, catalisadas por meio da utilização de mecanismos de gestão como reuniões técnicas realizadas em Cáceres-MT, Foz do Iguaçu-PR e Oiapoque-AP, eventos onde foram discutidas as principais ações estratégicas (inteligência, táticas e operacionais) para a realização de operações no primeiro semestre. Essa operação do primeiro semestre envolveu a participação direta dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A referida operação foi desencadeada na semana anterior à Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e o foco era proporcionar segurança aos milhares de pessoas que deslocavam em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada reunião técnica em Chapecó-SC, no entanto, diferentemente do 1º semestre, não foram realizadas operações simultâneas envolvendo todos os Estados, fato provocado pela ocorrência dos Jogos da Copa das Confederações, que redundaram num grande esforço dos órgãos de segurança pública, especialmente no que tange a diversas manifestações, que fizeram com que os entes federados focassem a realização de centenas de operações integrantes no âmbito de cada estado. Importante destacar que a ausência dessas operações não foi fator determinante para aumento dos esforços dos órgãos estaduais de segurança pública. Em cumprimento à determinação do Ministro da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal participou da Operação Brasil Integrado, que foi desenvolvida em quatro fases, iniciando nos Estados Fronteiriços e se estendendo para as Divisas dos Estados, onde todos os órgãos de Segurança Pública, a saber PRF, PF, PM e PC, uniram esforços para combater as ações das organizações criminosas, inclusive os assaltos a bancos e utilização de explosivos para arrombamento de caixas eletrônicos, obtendo resultados relevantes nas diversas fases da Operação. Previsão de realização para o próximo período: O Ministério da Justiça, aproveitando inclusive o legado de segurança pública da Copa do Mundo, fomentará atuação integrada entre Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes, de forma a ampliar a atuação integrada entre os Estados. Os Estados é que são responsáveis pela realização das operações integradas, cabendo ao Ministério coordenar a integração entre Estados, agregando também a participação dos órgãos de segurança pública federais, tais como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Nesse sentido, estão sendo realizadas reuniões com Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes; visitas técnicas aos Estados, levantamento de iniciativas e sugestões, para a elaboração de um plano que agregue as peculiaridades de cada um dos Arcos de Fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: - Articulação dos Estados a participarem das Operações, em razão de outras prioridades estabelecidas por estes.

Quantidade alcançada: 13 Operações fronteiriças

Meta: Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: Devido à complexidade desse projeto, a discussão sobre sua implantação demandou muitos esforços da Senasp e estados durante os anos de 2012, 2013 e 2014, porém, após essa fase de estruturação, definições, apresentação de propostas, ajustes, aprovação e celebração de convênios, os onze estados estão iniciando a execução de fato dos convênios, preparando editais e demais medidas visando à estruturação dos sistemas em diversos municípios de fronteira. Nas estimativas iniciais, o projeto teria uma amplitude de cobertura na área urbana de 140 municípios, porém, após a finalização das últimas propostas, a previsão era de atingir 153 municípios, superior à meta prevista inicialmente. Importante mencionar que, após a execução final do convênio, esse quantitativo pode sofrer novas alterações. Em 2014 a maioria dos estados fronteiriços deu início ao projeto de implantação dos sistemas, a partir da aquisição das primeiras

torres e outros equipamentos. No entanto, existe dificuldades na totalização das aquisições em face do atraso no repasse da última parcela do convênio pela Senasp, cujos valores se encontram empenhados desde o mês de abril de 2014. Principais realizações do período: - Liberação do pagamento da penúltima parcela do convênio, fato que permitiu à maioria dos estados realizasse algumas aquisições que se encontravam pendentes. No entanto, ainda falta o pagamento da última parcela para 08 estados, sendo: AC, AP, RO, MT, PA, MS, SC e RS. Por falta de repasse dos recursos, o estado do Paraná teve encerrado seu convenio em 27.12.2015. Os estados de Roraima e Amazonas não receberam a segunda parcela, ainda dentro da vigência do convenio, fato esse motivador para a não prorrogação de “ofício”, sendo encerrados em 27.12.2015, com prestação de contas enviadas para análise. Cabe salientar que todos esses convenio são de recursos oriundos do FNSP, portanto, regidos pela Lei 10.201/01, que prevê a execução dos projetos em 24 meses. Os projetos estaduais de radiocomunicação estão sendo executados com parcerias com organismos federais, como a PRF, no sentido de reduzir custos de instalação e de equipamentos, compartilhando sua infraestrutura que em alguns pontos do território nacional já estão disponibilizadas para efeito de utilização do sistema. Essas medidas visam a redução de custos operacionais e otimização dos de cooperação com a Polícia Rodoviária Federal, para utilização da infraestrutura e de parte dos equipamentos. Está em curso a realização de um diagnóstico detalhado sobre a situação de todos os projetos, por meio da coleta das informações de cada estado, para identificação de boas práticas, principais dificuldades e mapeamento de todas as torres de transmissão, objetivando a integração dos sistemas dos organismos estaduais e federais, o que deverá aprimorar o processo de comunicação e troca de informações entre as instituições de segurança pública. Fazem parte da equipe de sistematização o Ministério da Justiça e a Controladoria Geral da União-CGU.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada. - Tentativa dos estados em alterar as especificações técnicas estabelecidas na Portaria que deu início à elaboração dos projetos, de acordo com interesses individualizados. Atraso no repasse da última parcela do convênio.

Quantidade alcançada: 8 Sistemas de Radiocomunicação (em 113 municípios)

Obs: Este texto diverge do inserido no SIOP em virtude da necessidade de apresentar detalhes sobre o cancelamento de convênios de três estados, bem como ajustes textuais e da quantidade alcançada.

Meta: Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: O projeto está seguindo seu curso conforme planejado, após a publicação de portaria estabelecendo os parâmetros de financiamento, todos os estados fronteiriços apresentaram seus respectivos projetos, sendo devidamente aprovados, empenhados e pagos, com exceção do Estado do Pará que ainda aguarda liberação do financeiro. Após a conclusão de todos os projetos, a previsão inicial de abrangência do sistema que era de 64 municípios foi alterada para 77, acima do previsto inicialmente em virtude do modelo de negócio apresentado pelo Governo de Santa Catarina, que buscou através de parcerias com municípios do oeste do estado alcançar diversas outras localidades que não estavam previstas anteriormente, sendo uma promissora iniciativa para expansão desses importantes sistemas.

Principais realizações do período: Acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um Estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada.

Quantidade alcançada: 77 Municípios de fronteira

Meta: Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: A integração entre as instituições de segurança pública na faixa de fronteira é um dos objetivos e diretrizes principais não apenas da Enafron, mas do Plano Estratégico de Fronteiras como um todo, inclusive mencionado em todos os artigos do Decreto nº 7.496 de 11 de junho de 2011, e levadas a efeito a partir de então. Além das atividades destacadas nos arranjos de gestão, as ações dos GGIF e CT-Fron merecem um destaque e atenção especial, visto que esses fóruns devem congregiar todas as ações e iniciativas que tenham como objetivo a aproximação dos “atores das fronteiras”, promovendo mecanismos de integração sistêmica e cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais. No ano de 2014 houve forte articulação política dos GGIF e CT-Fron. Conforme dados repassados pelos estados, no período entre 2012 e 2015 foram realizadas 428 reuniões, momento em que são planejadas as diversas ações estratégicas e operacionais dos sistemas estaduais de segurança pública. Nesse sentido, destaca-se o êxito das ações integradas de cada órgão com outros organismos das esferas federais, estaduais e municipais, cujos benefícios são de suma importância para o sistema como um todo.

Principais realizações do período: Acompanhamento das ações desenvolvidas pelos GGIF e CT-Fron, que realizaram ao longo de 2015, 31 reuniões. Observa-se que essas reuniões têm contribuído fortemente para a melhoria da atuação das instituições de segurança pública na faixa de fronteira. Isso pode ser observado pelos dados de apreensões e outras atividades de polícia desenvolvidas pelas unidades operacionais nos estados fronteiriços. - A ação integrada de articulação entre a Senasp e os estados fronteiriços permitiu a transformação de três Câmaras Temáticas de Fronteira em Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, a saber, nos estados do Acre, Roraima e Rondônia. Isso deverá favorecer a atuação desses organismos e ampliar sua autonomia em seus respectivos estados. - A atuação dos GGIF e CT-Fron contribuiu para que três estados fronteiriços, a saber, Acre, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, formalizassem seus Planos Estratégicos para a Segurança Pública. Fato que contribuiu para o fortalecimento dos sistemas de segurança pública nos estados em referência, além de haver ampliado as possibilidades de maior integração com a Senasp.

Arranjos de Gestão: Fomento a realização de articulações com os gestores dos municípios da faixa de fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Dificuldades na articulação e repasse de informações aos gestores dos municípios priorizados para ações da Enafron em suas respectivas fronteiras. Falta de compromisso no cumprimento de pactuações realizadas junto à Senasp, especialmente no que concerne à elaboração de publicação de Planos Estaduais de Fronteira, o que só foi realizado até agora apenas pelos estados do Acre, Mato Grosso e Santa Catarina.

Quantidade alcançada: 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)/ CTFron.

Regionalização da Meta: Faixa de Fronteira 11 Gabinetes/CTFron.

Meta: Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras

Análise Situacional da Meta: A partir dos investimentos realizados nos anos de 2011 e 2012 através da celebração de 22 convênios, vários equipamentos, viaturas e armamentos foram adquiridos de acordo com a execução das metas e etapas por ente federado e seus respectivos órgãos, que ainda se encontram em execução. A partir das visitas técnicas de monitoramento dos convênios realizadas ao longo de 2014, foi possível avaliar que por intermédio dos investimentos já foram aparelhadas 660 unidades operacionais na faixa de fronteira, atendendo 263 municípios fronteiriços. Ainda no contexto das ações de aparelhamento das instituições estaduais de segurança pública, foram adquiridas pela SENASP 8.005 pistolas calibre .40, as quais já forma devidamente distribuídas para os estados, exceção feita a Paraná.

Principais realizações do período: Acompanhamento da execução dos convênios para aparelhamento das unidades operacionais e monitoramento do emprego desses equipamentos nas localidades previamente pactuadas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Dificuldade de logística em algumas localidades, dificuldades estas provocadas pelas distâncias de muitas localidades à capital, além de estradas mal conservada ou até mesmo difícil deslocamento via fluvial, notadamente para os estados do Arco Norte.

Quantidade alcançada: 606 Unidades operacionais

Regionalização da Meta: Faixa de Fronteira 606 unidades

Meta: Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteira

Análise Situacional da Meta: A pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras encontra-se inserida no primeiro eixo estruturador da Enafron, constituindo hoje o principal levantamento nacional sobre a configuração da violência e da criminalidade nos municípios situados na faixa de fronteira brasileira, bem como sobre a infraestrutura logística e de pessoal existente nessas localidades para o enfrentamento desses fenômenos. O objetivo finalístico é que este extenso trabalho de pesquisa ajude a orientar e direcionar investimentos na área de segurança pública nas localidades fronteiriças, assim como, em um segundo momento, que essa massa de informações seja utilizada também para avaliar a eficiência e a eficácia dos programas e projetos custeados com os recursos da Senasp. O universo da pesquisa são os 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul. O diagnóstico é estratificado em três níveis. O primeiro nível abarca todo o universo e será realizado a partir de fontes secundárias de informação. O segundo nível compreende uma amostra de 178 municípios, unidades administrativas que ocupam posição estratégica na faixa de fronteira e consideradas mais vulneráveis aos problemas de segurança pública que se pretende diagnosticar. Por fim, no terceiro nível da pesquisa, que abarca 55 municípios, inclusive as chamadas cidades gêmeas, foi realizada uma pesquisa de campo mais aprofundada não apenas sobre a estrutura institucional de segurança pública e os fenômenos da violência e criminalidade, mas também sobre a dinâmica de mercados ilegais e fluxos de pessoas e mercadorias. O projeto foi desenvolvido em parceria com diversas Universidades Federais dos Estados de Fronteira, sendo que a Coordenação Nacional foi da UFRJ, pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), contando também com a participação do Grupo RETIS (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ). A estruturação metodológica, os trâmites institucionais para que a parceria fosse concretizada e a seleção dos mais qualificados pesquisadores das universidades percorreu todo ano de 2012. Em 2013 o trabalho de campo da pesquisa teve início em fevereiro e encerrou-se em outubro do mesmo ano, após coleta de dados qualitativos e quantitativos em uma amostra de 178 municípios da faixa de fronteira brasileira e análises de dados espaciais dos 588 municípios existentes na faixa de

fronteira. A UFRJ já apresentou dois relatórios parciais sobre o diagnóstico e no final de novembro de 2013 participaram do IX Encontro Técnico da Enafron em Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, visando integrar e compartilhar experiência com gestores do Ministério da Justiça e dos Estados de Fronteira envolvidos diretamente com a política em todas as regiões de fronteira do Brasil, bem como alinhar as estratégias de avaliação e relatoria final dos trabalhos, que concentra milhares de informações sobre diversos assuntos e em diversos ângulos sobre a fronteira brasileira. O relatório final foi apresentado pela coordenação do Rets e Necvu em setembro de 2015, nas dependências do Ministério da Justiça, no XIII Encontro Técnico da Enafron, contando com a presença, além de representantes do Ministério da Justiça, de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de interlocutores estaduais da Enafron e convidados de outras instituições como a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira-CDIF.

Quantidade alcançada: 1 pesquisa sobre segurança pública na faixa de Fronteira

Meta: Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015

Análise Situacional da Meta: Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron. Dados referem-se a abordagem de pessoas, veículos e embarcações. Ressalta-se que essa meta é plenamente compartilhada com as ações dos órgãos federais (DPF, DPRF, Receita, Força Nacional, Forças Armadas, etc) visto que as Polícias Militares, Civis, Perícia e Bombeiros atuam cotidianamente em todos os 588 municípios da fronteira brasileira, sendo que a sistematização desses dados requer um esforço concentrado por parte dos Estados. No período de 2012-2014, as forças de segurança estaduais, localizadas na faixa de fronteira realizaram a fiscalização de 18.007.818. PRF: Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron, se referem a abordagem de pessoas e veículos. Em 2012 foram realizadas 4.484.297 fiscalizações, 6.884.559 em 2013, 6.384.400 em 2014 e 6.494.803 em 2015. O resultado do aumento da fiscalização é o número elevado de apreensões de drogas em estados de fronteira. Previsão de realização para o próximo período: - Sensibilizar Estados de Fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das realizadas no período estabelecido com a Senasp. Coleta dos dados das fiscalizações realizadas junto aos Estados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

TOTAL DE FISCALIZAÇÕES (2012 - 2015)

PRF ----- 24.248.059
 PF-----1.800.000
 SENASP----18.007.818
 TOTAL-----44.055.877

Quantidade alcançada: 44.055.877 ações de fiscalização

0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

No período de 2012 a 2015, foram disponibilizadas nas capacitações da Senasp, mais de 1.125.719 vagas para os gestores e operadores de segurança pública frequentarem diversos cursos de aperfeiçoamento profissional ou especializações *lato sensu*.

Após uma reflexão e análise crítica, se percebe que algumas metas foram alcançadas, outras superadas, alcançadas em parte ou não alcançadas.

Das metas superadas destacamos:

- a) Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância: superada em 330% (1.073.767 profissionais capacitados);
- b) Disponibilizar 20 novos cursos na Rede EaD/Senasp: superada em 55% (disponibilizado 31 novos cursos);
- c) Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação: superada em 30% (pactuados 52 projetos);
- d) Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública: superada em 150% (10 estudos e/ou pesquisas).

Metas alcançadas:

- a) Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas;
- b) Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP;
- c) Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras;
- d) Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- e) Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.

A Meta “Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013”, foi parcialmente alcançada, tendo em vista que está funcionando apenas para os Tutores Master da Rede EaD/Senasp, faltando incorporar os Gestores das Instituições de Ensino.

Metas não alcançadas:

- a) Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer: atingido 87,60% da meta: capacitados 2.838 novos policiais militares;
- b) Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação: atingido 78% da meta, visto que foram disponibilizados cursos para 21 UF.

Meta: Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.

O “Programa Crack, é possível vencer” foi instituído com escopo de capacitar policiais militares para a atuação preventiva de natureza primária contra o uso de drogas junto à

comunidade escolar, com foco nos alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental, por meio do PROERD – Programa Educacional de Resistência a Violência e as Drogas. As capacitações foram pactuadas com os entes federados em Acordos de Cooperação Técnica, onde foram ofertados os “Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD” e “Curso Nacional de Mentores do PROERD”. Dito isso, no período de 2012-2015, foram capacitados 2.838 policiais militares para a atuação junto ao “Programa Crack, é possível vencer”, totalizando 87,60% da meta proposta.

O não atingimento da meta de capacitação é atribuída a alta complexidade do projeto, em especial, as seguintes dificuldades de execução: conciliar o calendário dos cursos com o calendário das instituições parceiras; não apresentação de discentes por parte dos respectivos comandos; estruturas físicas inadequadas; emprego dos profissionais de segurança pública na Copa do Mundo FIFA 2014, o que obrigou um recesso escolar de cerca de 4 meses; atividades operacionais relativas aos grandes eventos e missões extraordinárias, entre essas, as manifestações populares de junho 2013 e eleições gerais de 2014.

Meta: Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área

A educação a distância promovida pela Senasp é realizada pela Rede EaD, tendo por especial fim qualificar os profissionais de segurança pública pela capacitação continuada, ofertados em sua plataforma própria. Atualmente estão disponíveis na referida Rede, cerca de 73 cursos de aperfeiçoamento profissional, os quais foram construídos devidamente ancorados nas orientações da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. A meta proposta no Plano Plurianual 2012-2015 foi amplamente superada, sendo capacitados no período 1.073.767 profissionais de segurança pública em cursos na modalidade a distância. A superação da meta pode ser atribuída a expansão da Rede EaD, que em 2015 completou 10 anos de criação, as novas tecnologias que dinamizaram a plataforma, a construção e atualização pedagógica de novos cursos, o módulo academia que passou a atender as demandas específicas de capacitação dos Estados e a maior divulgação das suas funcionalidades aos profissionais da área.

Meta: Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.

A capacitação de profissionais de segurança pública para atuarem em locais de uso de drogas é importante ação para o sucesso do “Programa Crack, é possível vencer”. As capacitações desenvolvidas visavam qualificar os profissionais em temáticas de policiamento ostensivo e preventivo de proximidade, com a utilização de “bases comunitárias com videomonitoramento móvel”. Foram ofertados os seguintes cursos: “Módulo I: Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária”, “Módulo II: Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias, Redes de Atenção e Cuidados – TEPAC/RAC” e “Módulo III: Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias, Abordagem a pessoas em situação de risco – TEPAC/APSR”.

Foram capacitados nos cursos em epígrafe, 8.468 profissionais de segurança pública, superando a meta inicialmente prevista.

Meta: Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras.

Tendo em vista a necessidade premente de melhorar as condições de trabalho e fixar os profissionais de segurança pública nas localidades de fronteira, de acordo com as orientações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron, se iniciou, gradativamente, a implementação das Diretrizes sobre a Política de Pessoal para os Profissionais dos órgãos de segurança pública de fronteira, conforme o eixo seis da Estratégia em comento. Dito isso, a Senasp com apoio do PNUD, produziu o Caderno Técnico “Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que Atuam na Faixa de Fronteira Brasileira”, desenvolvido nos anos de 2012 e 2013 e publicada no ano de 2014, com uma tiragem de 1.000 exemplares, distribuídos às Instituições de Segurança Pública de fronteira. Em 20 de novembro de 2013, foi publicada a Portaria da Senasp nº 136, instituindo no âmbito da Enafron a Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que atuam na faixa de fronteira. A partir de 2014, tendo em vista as observações do Caderno Técnico e as Diretrizes da Portaria nº 136/2013, foram realizados arranjos de gestão com os 11 Estados Brasileiros de Fronteira, em especial, nos Encontros Técnicos da Enafron. Nesses eventos, foi possível acompanhar o andamento dos convênios, as operações policiais promovidas, bem como identificar as necessidades, carências e boas práticas dos órgãos de segurança pública no que tange a política de pessoal, as principais diretrizes a serem implementadas e as demandas mais urgentes. Em 2015, se intensificou a divulgação das Diretrizes da Política de Pessoal nos cursos realizados pela Senasp.

A meta de construção das diretrizes da política de pessoal foi efetivamente atingida com a construção do Caderno Técnico e publicação da Portaria nº 136/2013.

Meta: Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EaD)

Os conteúdos dos Cursos da Rede EaD/Senasp são desenvolvidos por conteudistas/especialistas devidamente selecionados, possuidores de notório saber acerca do tema e com experiência na área de segurança pública. Após apresentado o conteúdo finalizado, o mesmo é devidamente chancelado por Camara Técnica, para só após esse procedimento, em ato contínuo, ser transposto na plataforma EaD e disponibilizado ao público-alvo.

Nesse sentido, de 2012 a 2014, foram desenvolvidos 25 novos cursos da Rede EaD. No exercício 2015 6 novos cursos foram desenvolvidos: Necropapiloscopia, Prevenção e Enfrentamento a Tortura, Análise Criminal 2, Perícia Papiloscópica em Identificação Humana, Políticas Públicas de Segurança Pública e Convênios: Formalização e Execução. No quadriênio 2012-2015, foram disponibilizados 31 novos cursos na Rede EaD/Senasp.

Não obstante a meta ter sido superada em 55%, asseveramos que o atraso no cumprimento dos prazos por parte dos conteudistas em remeter o material didático-pedagógico, somado ao encerramento e renovação do contrato da empresa que procede a transposição dos conteúdos para a Plataforma, ocorrido em 2013, foram as principais dificuldades encontradas na execução dessa meta.

Meta: Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP

A Senasp realiza seus cursos por execução direta, em parceria com os estados e DF, ou mediante convênios, por intermédio de transferências voluntárias de recursos. O público-alvo são os profissionais de segurança pública dos Estados (Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares, Profissionais de Perícia), DF e Municípios (Guardas Municipais). Essas capacitações são ações intimamente relacionadas com programas prioritários da Presidência da

República, onde destacamos o “Brasil Mais Seguro – BMS” e “Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron”.

Ainda fazem parte dessa meta os cursos realizados em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Estão abarcados nessa ação diversos cursos que visam a redução da criminalidade violenta e segurança pública nas fronteiras: “Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais”, “Curso de Necropapiloscopia”, “Curso de Local de Crime”, “Curso de Análise Criminal”, “Curso de Unidades Especializadas de Fronteira”, “Curso de Policiamento em Vias Hídricas”, “Curso de Operações de Inteligência”, Curso de Inteligência de Sinais”, “Curso de Produção do Conhecimento”, entre outros.

Os treinamentos do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, ou seja, as “Instruções de Nivelamento de Conhecimento – INC”, também estão computados nesta meta. Outra ação importante, que demandou grande articulação interministerial e digna de destaque é o “Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios”, envolvendo esforços do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Secretaria de Política para as Mulheres.

Tal capacitação visou qualificar os profissionais dos órgãos de perícia oficial e os profissionais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento e atendimento integral e humanizado das pessoas vítimas de violência sexual. A Senasp, de 2012 a 2014, disponibilizou 32.646 vagas aos profissionais de segurança pública nos cursos e atividades de ensino na modalidade presencial. Já em 2015, foram abertas 8.000 vagas. Dito isto, no período compreendido de 2012-2015, foram disponibilizadas 40.646 vagas nos cursos presenciais da Senasp.

Meta: Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada

As ações de capacitação da Senasp são pautadas pela “Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN”. A MCN se constitui em um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar as capacitações iniciais e continuada dos órgãos de segurança pública. A referida MCN foi concebida em 2003 e no período de 2011 a 2012 passou por um processo de ampla revisão de suas diretrizes, orientações pedagógicas, eixos articuladores e áreas temáticas. A nova versão da MCN foi concluída em 2013 e publicada no ano de 2014. Foram impressos 8.000 exemplares, sendo distribuídos para as instituições de ensino de segurança pública e profissionais da área. A nova versão da Matriz incluiu em seu texto original, dentre outros pontos, o eixo articulador “Diversidade Étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública”. Relevante salientar que os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos de caráter transversal, o seja, devem nortear as orientações didático-pedagógicas e permear as diferentes disciplinas, seus objetivos e conteúdos. Ainda em 2013 foi realizado o Workshop “A abordagem policial e a promoção da igualdade racial”, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e profissionais da Polícia de Miami. Destaca-se que essas ações foram realizadas em parceria com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e Embaixada Americana. Além disso, foram finalizadas, no segundo semestre de 2013, duas pesquisas com o tema: “Segurança Pública e Questões Raciais”, cujo objetivo é aprimorar o tratamento do tema nas ações de educação profissional direcionadas às instituições de segurança pública. Nos anos de 2014 e 2015, as capacitações realizadas pela Senasp, nas modalidades presencial e a distância, a temática racial permeou todos os conteúdos, de maneira transversal.

Meta: Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública

A Rede EaD-SENASP, que em 2015 completou 10 anos, vem disponibilizando, de forma gratuita, cursos continuados de qualificação e aperfeiçoamento aos profissionais de segurança pública. Com intuito de integrar a Rede EaD/Senasp às ações de educação das instituições de segurança pública, são ofertados cursos através do “Módulo Academia”, que é uma ferramenta que possibilita a criação de turmas fechadas, de acordo com a demanda e necessidade das Instituições de segurança pública, complementando as ações de educação dessas instituições. O “módulo academia” integrou as ações da Rede EaD/Senasp as ações de educação das instituições de segurança pública, sendo amplamente utilizado visto o baixo custo, diminuição da carga-horária presencial dos cursos, bem como a otimização e diminuição do tempo de execução das capacitações.

A utilização do módulo academia por parte dos entes federados comprovam o atingimento da meta, visto a seguinte evolução: em **2012, 12 estados e 4 municípios** utilizavam a ferramenta; em **2013, 16 estados e 6 guardas municipais**; em **2014, 18 estados e 5 guardas municipais**; já em **2015, 18 Estados e 10 Municípios** utilizaram a ferramenta. Estes indicador representa um crescimento significativo e maior interação entre a SENASP e as Instituições de Segurança Pública, sendo que para os próximos exercícios a ferramenta será ampliada, tendo em vista os excelentes resultados apresentados e a maior procura por parte das citadas instituições.

Meta: Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação

Os cursos ofertados pela RENAESP se constituem de especialização lato sensu executados em parceria com as Instituições de Ensino Superior, mediante a publicação de Editais. Nesse sentido, os editais possuem potencial para contemplar, no mínimo, uma Instituição por Unidade Federativa. Ao longo do quadriênio, foram lançados 4 editais ofertando cursos de especialização por meio da Renaesp, totalizando 21 unidades federativas contempladas com execução desses cursos. Isso posto, se percebe que **74% da meta foi atingida**.

Cabe destacar que o não atingimento da meta se justifica visto os seguintes fatores: i) A Senasp ofertou parcerias de cursos para todos os Estados, no entanto, em 6 UF as IES não apresentaram propostas; ii) visto que mesmo sendo lançado Editais pela Senasp, o envio de proposta é ato personalíssimo da IES, não possuímos total governabilidade; iii) o contingenciamento financeiro impediu o repasse de recursos referente ao Edital nº 01/2014. Isso posto, não contempladas 6 unidades da federação (AL, AM, ES, MS, PI e PR).

Cabe destacar que os técnicos da Senasp se empenharam na divulgação dos editais junto às instituições de ensino superior almejando incentivar a realização de cursos Renaesp, em especial os estados ainda não contemplados, todavia, não ocorreu o envio de propostas de instituições de ensino superior desses Estados.

• OBS: Foi incluído no SIOP do exercício anterior, equivocadamente, 22 UF contempladas, tendo em vista a inclusão de IES cujo repasse de recurso não foi feito. **QUANTIDADE ALCANÇADA: 21 UF contempladas**.

Meta: Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação

O Programa Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, pactua com os Entes Federados por meio de Edital de Chamada Pública, apoiando ações específicas, de acordo com a política de valorização da Senasp. Os editais fomentam projetos e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional nas Unidades da Federação, investindo em linhas que versam acerca da “redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional”, “prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas” e “qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho”.

No período de **2012 a 2014**, a Senasp pactuou **52 projetos** relacionados a valorização profissional, **superando** a meta proposta em cerca de **30%**. A quantidade de projetos pactuados, por ano, são os seguintes: **2012: 15 projetos; 2013: 24 projetos; 2014: 13 projetos.**

A política em questão, cujas metas físicas foram superadas, poderiam ter sido ampliadas, entretanto, no **ano de 2015**, em virtude de contingenciamento no orçamento, não foi realizado Edital de Chamada Pública.

Meta: Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública

Os estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública são imprescindíveis para a qualificação dos profissionais da área, avanço das instituições, e diagnósticos acerca dos problemas e soluções da segurança pública no Brasil.

Os estudos e pesquisas foram realizadas em parceria com o PNUD, sendo **2 pesquisas** em **2012**, **3 pesquisas** em **2013**, **2 pesquisas** em **2014** e **3** em **2015**. Assim, no quadriênio foram realizadas **10 pesquisas e/ou estudos**, superando a meta em cerca de **150%**.

Meta: Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013

No primeiro semestre de 2013 foi elaborado o planejamento para o III Encontro de Áreas Educativas e do V Encontro de Tutores Máster da Rede de Educação a Distância – EaD/Senasp. O referido encontro, entre outros objetivos, visava estabelecer diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em especial, entre os gestores de ensino. Assim, a Rede EaD/Senasp desenvolveu a ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino”, destinado a discussões entre os Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública de todo país e os Tutores Master Estaduais. A Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública se encontra pronta e disponível junto a plataforma da Rede EaD Senasp, sendo muito utilizada pelos Tutores Master da referida Rede. No que diz respeito aos Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública, a previsão para funcionamento pleno seria no primeiro semestre de 2015, após o “Encontro Técnico dos Gestores de Ensino”, evento que não ocorreu, haja vista o contingenciamento de recursos. A ferramenta está pronta e disponível na plataforma da Rede EaD/Senasp, sendo utilizada pelos Tutores Masters Estaduais e Municipais.

No que tange ao funcionamento pleno, ou seja, com a inclusão dos gestores das instituições de ensino de segurança pública, não foi possível atingir a meta, visto o que segue: i) contingenciamento financeiro e cancelamento do “Encontro Técnico”; ii) Mudanças nos gestores de educação das Instituições de Ensino dos entes federados.

Dito isto, a meta foi parcialmente atingida, uma vez que a Rede de Gestores de Educação se encontra em funcionamento com os Tutores Master da Rede EaD. No que diz respeito aos gestores das instituições de ensino, para o ano de 2016 será realizado o Encontro Técnico para ajustar detalhes e integrar os referidos profissionais à Rede.

0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Os crescentes desafios na área de Segurança Pública, como a complexidade e diversificação das atividades criminosas (tráfico de drogas, pessoas, armas, lavagem de dinheiro, pirataria, corrupção), além da interiorização e espalhamento da violência, refletida em uma das maiores taxas de homicídio do mundo (25,4 homicídios a cada 100 mil habitantes), demandam a estruturação e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública. Nos últimos anos o Governo Federal assumiu, em comunhão de esforços com os Estados e Distrito Federal, o papel de protagonista na área de segurança pública. Dessa forma, foi ampliado volume de recursos investidos, o que possibilitou a melhor estruturação das Polícias da União, a criação da Força Nacional de Segurança Pública e a consolidação do papel indutor do Governo Federal de políticas públicas na área de segurança. Destaca-se aqui, a repasse de recursos aos entes federados para reaparelhamento das polícias, corpos de bombeiros e guardas municipais e a difusão da cultura da polícia de proximidade, com foco na redução da criminalidade violenta.

Visando aprofundar o processo de modernização e estruturação do atual sistema de segurança pública, mister se faz garantir aos órgãos de segurança pública e outras instituições condições de logísticas e operacionais, tais como recursos humanos qualificados, de infraestrutura, tecnológicas, de segurança e proteção à vida – para a prestação de um serviço público de alto nível, universal e eficaz, garantindo a segurança para o exercício da cidadania por parte da população. A qualificação dos profissionais de segurança pública possibilita maior eficácia na sua atuação, bem como o investimento em infraestrutura, recursos tecnológicos e estabelecimento de níveis adequados de qualidade na produção de prova material capaz de contribuir para excelência na atuação, no estabelecimento de procedimentos operacionais padrão, visando garantir a segurança no cumprimento da lei e a manutenção da ordem pública.

Foram disponibilizados recursos objetivando a estruturação dos núcleos de estatística e análise criminal, implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP e fomento aos Planos Estaduais de Segurança Pública. Após uma reflexão e análise crítica, se percebe que a meta "Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os Estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012" foi alcançada. No que se refere à participação do Departamento de Polícia Federal (DPF) no âmbito das ações previstas pelo "Objetivo 0830", destacam-se as seguintes:

- **Fortalecimento das atividades de inteligência.** A área de inteligência policial, durante 2015, teve forte atuação na elaboração das análises de risco na área de inteligência estratégica e no desenvolvimento de operações de inteligência de enfrentamento ao terrorismo. A atuação da contrainteligência pautou-se pela proteção ao conhecimento produzido na Polícia Federal, além do combate à corrupção, com a execução de operações sensíveis. Destaca-se o combate a fraudes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, com a utilização da ferramenta computacional SINAPSE-BI, permitiu a análise de grande volume de dados por meio de incontáveis cruzamentos. - Sistemas de informação e bancos de dados Outro ponto que merece destaque refere-se à implantação de sistema de acompanhamento das contas vinculadas a repasses de recursos públicos

da União, que permite rastrear a sua efetiva aplicação em Saúde, Educação e Assistência Social, pelos Estados, DF, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

- **Modernização do sistema de produção da prova material.** Estruturação de uma base de investigação centralizada e o aprimoramento das investigações de repressão à falsificação de moedas e às fraudes praticadas mediante o uso de cheques refletiu no aumento de operações de repressão aos crimes fazendários, com destaque para a operação Zelotes que investiga fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

- **Aprimoramento de suas estruturas físicas.** Na área técnico-científica, em 2015, foi iniciada a execução da segunda fase da obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística, que será o maior centro de difusão de ciências forenses da América Latina, contando com dois laboratórios acreditados internacionalmente pelo Certificado de Acreditação na norma internacional ISO/IEC 17025:2005. Com a ampliação, a perícia criminal federal busca a constante excelência dos resultados técnicos (gestão da qualidade da prova) e o apoio no desenvolvimento científico dos institutos de criminalística que buscam atender às novas demandas, frente aos crescentes níveis de conhecimento e especialização requeridos na apreciação de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciários da esfera criminal. Ainda em relação à estruturação física e melhoria das condições dos edifícios da Instituição, cabe ressaltar que foi concluída a reforma da Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará e estão sendo executadas as obras de construção do Comando de Operações Táticas, do Núcleo de Polícia Marítima de Guáira e do Centro Nacional de Ciências Forenses, bem como reformas de outras unidades.

- **Logística e modernização.** No que diz respeito à logística policial, em 2015, deu-se continuidade à renovação do armamento da PF, com a aquisição de diversos armamentos e aquisição de mil veículos ostensivos e reservados (SUVs, caminhonetes, Vans, micro-ônibus, ônibus etc), todos aptos para uso nas atividades da Polícia Federal).

Meta: Fomentar a reestruturação dos órgãos técnico-científicos das 27 Unidades da Federação

Análise Situacional da Meta: Esta meta é composta por ações para o reaparelhamento das unidades de perícia criminal; a realização e publicação de pesquisas de diagnóstico; a construção de procedimentos operacionais padrão e de cartas de serviço, e por iniciativas para a consolidação da cadeia de custódia de vestígios de crimes.

A produção de conhecimento sobre a perícia criminal no país foi promovida com a realização de pesquisas em parceria com o PNUD. A primeira, feita em 2012, resultou na publicação intitulada Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. A segunda, para a criação das cartas de serviço dos órgãos de perícia. Em 2012 teve início a construção dos Procedimentos Operacionais Padrão da Perícia Criminal, resultando numa publicação lançada em setembro de 2013, com 24 POP nas sete áreas periciais consideradas prioritárias no programa Brasil Mais Seguro.

As ações referentes ao reaparelhamento das unidades de perícia criminal são executadas por meio de aquisições diretas ou de transferência voluntária de recursos.

Foram celebrados, pela Portaria 109/2013, convênios com 25 estados, com repasse no valor de R\$ 44.549.868,13. Por meio da Portaria nº 135/2013, foi pactuada a construção dos Centros Regionais de Excelência em Perícias Criminais no DF, com valor de R\$ 13.019.463,14 e no RS, com valor de R\$ 25.920.000,00, os quais se encontram aguardando disponibilidade financeira realização dos repasses.

Em 2014 foram adquiridos câmaras frias, termocicladores, automação da extração de DNA, nobreaks e analisadores genéticos e dando continuidade às aquisições diretas, ocorreu a

adesão à ata de registro de preço para aquisição de 146 estações de trabalho de computação forense, cuja entrega foi realizada em 2015.

Em parceria com o DPF, houve a aquisição de 17 moinhos criogênicos, entregues em 2015 aos Estados de AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, RJ, SP e SC.

Entre 2011 e 2015 foram adquiridos pela SENASP 55 equipamentos de Luz Forense, que foram doados aos Estados-membros e ao Distrito Federal.

Também houve a aquisição de 537 equipamentos e sistemas para computação forense no ano de 2015, que contemplou as Unidades da Federação nas perícias de informática.

Ainda no ano de 2015 foi iniciado o processo licitatório para aquisição de 440 viaturas de perícia para atender as necessidades dos Órgãos de Perícia estaduais e da Polícia Federal, a serem entregues em 2016.

Os demais investimentos serão replanejados para serem executados com base num aprofundado diagnóstico da perícia criminal no Brasil, bem como pela nova metodologia de aquisições que será realizada no âmbito do Sistema de Doações e Equipagem- SIDE/MJ.

A Portaria nº 82/2014, que estabelece as diretrizes sobre os procedimentos no tocante à cadeia de custódia de vestígios foi publicada no segundo semestre de 2014, sendo publicada a Portaria 89/2014, onde foram pactuados 23 convênios na área de cadeia de custódia com os estados, excetuando MS, RJ, RR e SP, com investimento de R\$ 17.436.956,96. Tais convênios encontram-se no aguardo de disponibilidade financeira para a realização dos repasses.

Outrossim, foi publicada a Portaria 121/2014, visando à estruturação do Órgão de Perícia do Estado de SE, no âmbito do Brasil Mais Seguro, no valor de R\$ 3.949.287,51, os quais se encontram aguardando disponibilidade orçamentária para os repasses financeiros.

Por fim, foram pactuados (emenda parlamentar) 2 convênios com o DF, no valor total de R\$ 1.274.948,28, contemplando a estruturação do Instituto de Identificação.

Principais dificuldades encontradas:

- Entraves burocráticos inerentes aos processos licitatórios das aquisições diretas;
- Dificuldade dos estados no atendimento das exigências formais para celebração de convênios.

Quantidade alcançada: 27 Unidades da Federação

Meta: Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos Estados, Distrito Federal e Municípios

Análise Situacional da Meta: Com relação ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, instituído pela Lei Federal nº 12.681/2012, no ano de 2012 foram publicadas as Portarias nº 58 e 71, para seleção de projetos estaduais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco na aquisição de computadores de mesa, servidores de rede e licenciamento de softwares, além fomentar a modernização e melhoria da gestão dos instituições de segurança pública dos entes federados por meio do desenvolvimento, customização ou aquisição de sistemas informatizados para a gestão de recursos operacionais e de registros de atendimento/ocorrência dos órgãos e entidades de segurança pública estaduais. No referido ano foram pactuados 23 convênios, totalizando um valor global de R\$ 37.782.541,67. Dando continuidade à política de estruturação e melhoria da gestão das instituições de segurança pública dos entes federados, no ano de 2013 foi publicada a Portaria nº 128, de 25 de outubro de 2013, com o mesmo escopo, acarretando a celebração de 18 convênios, totalizando um repasse R\$ R\$ 38.953.061,66. Ressaltamos que apenas o Estado do Amapá não

apresentou proposta para os mencionadas portarias. Assim sendo, no quadriênio 2012-2015, a Senasp, para a materialização do Sinesp, celebrou 41 convênios com os entes federados, totalizando um repasse de R\$ 76.735.603,33. Cabe destacar ainda que a Senasp, no ano de 2012, também apoiou a estruturação dos Núcleos de Estatísticas e Análise Criminal e fomentou as ações dos Planos Estaduais de Segurança Pública, onde foram celebrados 15 convênios com transferência voluntária de R\$ 7.903.196,00. Nessa mesma política pública, em 2013 foram pactuados 16 convênios com os entes federados, perfazendo investimentos no valor de R\$ 9.754.422,90. No ano de 2015, não houve celebração de convênios/projetos por meio de editais no DEPRO, para atingimento da meta, porém, houve análises de propostas de emendas parlamentares, das quais 60 tiveram aprovação. Para o acompanhamento dos convênios em execução, o NUGEP realizou visita in loco a 03 (três) estados: Roraima, Rondônia e Mato Grosso, desde o início de sua instituição, para realizar acompanhamento de alguns projetos apoiados. Da meta de apoio a 420 projetos, o DEPRO apoiou, desde 2012 até 2015, 345 projetos, por meio de convênios celebrados, de reaparelhamento dos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios, no entanto, alguns projetos do ano de 2013 e 2014 não receberam o repasse de recursos do Governo Federal. Entretanto, somando as ações do DEPRO e DEPAID no período analisado, foram apoiados 386 projetos.

Quantidade alcançada: 386 Projetos

Meta: Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão.

Análise Situacional da Meta: A Aviação de Segurança Pública tem se consolidado no cenário nacional e internacional como um segmento de atuação governamental claramente identificável. A atuação da SENASP na área de Aviação de Segurança pública tem como objetivo central contribuir para o aumento da operacionalidade desse segmento, o que, conseqüentemente, resultará em serviços de melhor qualidade prestados à população brasileira.

Principais Realizações:

- a) Foi concluído o Mapeamento das Organizações de Aviação de Segurança Pública dos 26 entes federados e do distrito Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, visando dar suporte à elaboração do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública.
- b) Foi realizada a articulação junto à Agência Nacional de Aviação de Segurança Pública para a capacitação de efetivo da Aviação de Segurança Pública em cursos ministrados pelo órgão regulador.
- c) A Regulamentação da Aviação de Segurança Pública continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil, com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria ANAC nº 2.975, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União. A SENASP tem colaborado ativamente na formação de consenso acerca de tal regulamentação.
- d) Foi elaborada a Minuta de Portaria para criação de Comitê Nacional de Aviação de Segurança Pública.
- e) Criação do Grupo de Trabalho para delineamento do Curso Nacional de Coordenadores e Multiplicadores de Doutrina de Tripulantes Operacionais.

f) Criação do Grupo de Trabalho para delineamento do Curso para capacitação de Gestores das Organizações de Aviação de Segurança Pública.

g) Foi finalizado o diagnóstico para construção de um Centro Nacional de Aviação de Segurança Pública no Distrito Federal, a fim de abrigar as organizações de aviação do DPF, DPRF, DFNSP, PMDF, PCDF, CBMDF, DETRAN/DF. Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

a) No âmbito da SENASP - Diminuta força de trabalho da Área Técnica de Aviação para realização de suas tarefas. - Contingenciamento de recursos orçamentários/financeiros previstos no Orçamento da União, específicos para a estruturação da Aviação de Segurança Pública Nacional.

b) No âmbito Estadual e Distrital - As principais dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de efetivo qualificado para execução de atividades de aviação de segurança pública afetas as Polícias Militares e Cíveis, Corpo de Bombeiros Militares; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública.

Meta: Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes.

Análise Situacional da Meta: Para implantação e fortalecimento das Ouvidorias Independentes foi publicado Edital de Chamamento Público nº 07/2013, para fins de financiamento de projetos voltados a implantar ou aprimorar as Ouvidorias das Polícias, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Neste Edital que contava também com outras linhas de financiamento, foram apresentadas 03 propostas de fortalecimento das Ouvidorias, que foram analisadas, restando 01 aprovada e apoiada, em Minas Gerais. A proposta do estado de Minas Gerais resultou no convênio 793935/2013. A SENASP/MJ repassou o total de R\$ 823.857,52, que, em conjunto com os R\$ 91.539,72 de contrapartida, perfazem o valor total de R\$ 915.397,24. Os documentos inseridos pelo convenente no SICONV até o momento totalizam R\$ 255.135,22. O convênio se encontra em fase de prestação de contas.

Em agosto de 2014 foi lançado o Edital de Chamada Pública nº 05, para seleção de projetos municipais e de consórcios municipais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco nas ações de prevenção à violência e criminalidade tendo entre suas linhas de financiamento o fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais. Ao final foram aprovadas 04 propostas municipais que contemplaram o fortalecimento de ouvidorias das Guardas Municipais: Foz do Iguaçu/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN e Boa Vista/RR.

A proposta do município de Foz do Iguaçu resultou na celebração do convênio 813811/2014. Foram empenhados R\$ 361.005,00 pelo Ministério da Justiça. O convênio tem sua vigência válida até 31/12/2016. A proposta do município do Rio de Janeiro resultou na celebração do convênio 813822/2014. Foram empenhados R\$ 450.816,96. O convênio tem sua vigência válida até 31/12/2016. A proposta do município de Natal resultou na celebração do convênio 814412/2014. Foram empenhados R\$ 299.485,00. O convênio tem sua vigência válida até 31/12/2016. A proposta do município de Boa Vista resultou na celebração do convênio 813580/2014. Foram empenhados R\$ 311.399,47. O convênio tem sua vigência válida até 30/12/2016.

Principais realizações do período:

Aprovação de 04 propostas municipais para fortalecimento das Ouvidorias das Guardas Municipais.

Aprovação de uma proposta estadual para o fortalecimento de Ouvidoria e Corregedoria de Polícia.
Início do processo de contratação de consultorias para o estudo de Ouvidorias e Corregedorias de Polícia.
Tratativas com a SEDH/PR para a aquisição de bases móveis para as Ouvidorias de Polícia.

Meta: Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material

Análise Situacional da Meta: Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Contudo, não foi possível, até o momento, entregar um sistema desenvolvido e disponibilizá-los aos entes federados para atuar no controle da cadeia de custódia da prova material.

No ano de 2015 foram iniciados os trabalhos para desenvolvimento do citado sistema, cuja operacionalização ocorrerá no âmbito do SINESP, integrando a ferramenta de gestão da Criminalística.

Quantidade alcançada: 0

Meta: Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos

Análise Situacional da Meta: A implantação desta Rede demanda a aquisição do sistema de indexação balística para compor o banco de dados. Desta forma houve a previsão inicial da aquisição de quatro unidades sistema de indexação balística. Todavia, devido a especificidade técnica do sistema de indexação e amplitude do projeto, que envolvem redes integradas de bancos de dados de sistema de informação, foram realizadas diversas tratativas, no primeiro semestre de 2013, visando a formalização do processo licitatório de aquisição, inclusive com a realização de uma audiência pública com a participação dos setores envolvidos, no projeto, do Ministério da Justiça e as empresas fornecedoras dos equipamentos. No segundo semestre de 2013, foram realizados vários ajustes no processo licitatório de acordo com orientações de diversos setores do MJ e o pregão eletrônico nº 56/2013 foi realizado no dia 31/12/2013. Contudo, o aludido pregão restou fracassado em virtude da empresa vencedora não ter apresentado a documentação exigida e a segunda classificada ter apresentado um valor superior ao máximo admissível em pregão e em que pese os esforços, se recusou a reduzir o valor proposto.

Dando continuidade, no ano 2014 foi dado início aos ajustes necessários do processo licitatório, objetivando a realização de um novo pregão para aquisição do sistema de indexação balística e, por conseguinte, a implantação da Rede.

O processo seguiu com todos os ajustes para a CGL em novembro de 2014, face à complexidade dos equipamentos e as inovações tecnológicas, bem como a ampliação da concorrência no setor, decidiu-se por reformular o processo de planejamento e aquisição. Assim, foram retomados em 2015 os trabalhos do GT composto de Peritos Criminais da área da Balística,

objetivando atualização dos estudos técnicos e elaboração de novo termo de referência concernentes ao sistema de análise de dados balísticos - SINAB. Desta forma não foi possível finalizar o procedimento licitatório para aquisição dos sistemas citados, sendo que tal processo deve ser finalizado até o final de 2018.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

-Fracasso do Pregão Eletrônico no. 56/2013, no final de dezembro de 2013, o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos no cumprimento da meta.

-Entraves burocráticos no saneamento de questionamentos, durante reformulação do processo licitatório.

-Demora na tramitação do processo licitatório.

Quantidade alcançada: 0

Meta: Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determina a Lei nº 12.681/2012.

Em 2014 o estado de Goiás foi a primeira Unidade da Federação a integrar o seu sistema de boletim de ocorrência junto ao Sinesp. No ano seguinte, foi necessária a evolução do módulo de Integração do Sinesp, acarretando na paralisação da alimentação dos dados de Goiás. Com a evolução do módulo de Integração do Sinesp, e retomado os trabalhos junto aos Gestores de T.I. estaduais, 17 UFs (DF, RR, AL, BA, MS, ES, PA, PR, PE, PI, AM, RS, SE, SP, TO, PB e GO) iniciaram os processos de análise e configuração dos seus ambientes para atender ao novo modelo, destacando-se o DF e o estado de RR como os primeiros entes a integrarem seus sistemas. Em 2015 o DEPEN iniciou o desenvolvimento do SISDEPEN, como mais um módulo do Sinesp. Desta forma, a integração será realizada logo que o sistema entre em produção. Ademais, aos trabalhos de integração entre os sistemas do DPRF e DPF estão sendo estudados pelas as equipes técnicas de ambas as instituições e o SERPRO. A empresa contratada elaborou o Guia de Integração para que os Estados implementem alimentação de seus Boletins de Ocorrência para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Foram integrados 02 (duas) Unidades da Federação: DF e RR. Cabe destacar que embora a meta não tenha sido atingida, 17 UFs enviaram à Coordenação do Sinesp as informações necessárias para o cadastro dos servidores junto ao Sinesp Segurança.

O não atingimento da meta pode ser atribuído aos seguintes fatores: 1) Atraso na execução dos convênios por parte dos Estados; 2) Atraso na contratação da empresa responsável por realizar a integração; 3) Alteração do Estado-Piloto, que inicialmente seria o Distrito Federal para Goiás; Tal modificação se fez necessária tendo em vista que os padrões de registro de ocorrência do DF não contemplavam informações relevantes para as estatísticas do Governo Federal.

Meta: Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012.

Para a implementação e funcionamento do SINESP, a participação proativa das Unidades Federativas é imprescindível, uma vez que a alimentação e atualização dos dados no sistema deve ser procedida pelas Instituições de Segurança Pública. Isso posto, diversos arranjos de gestão para a formalização da pactuação foram feitos com os Estados e DF. Satisfatoriamente a meta foi concluída e atualmente todos os Estados da Federação aderiram ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp. A adesão ao Sinesp foi

formalizada via acordo de cooperação técnica entre todos os entes federados para fornecimento e atualização de dados no sistema. Outra importante ação digna de nota foi a instituição do Conselho Gestor do Sinesp, por meio da publicação do Decreto 8.075 de 14 de agosto de 2013. O referido Conselho Gestor tem a representação da União, dos Estados e do Distrito Federal, sendo responsável por estabelecer os critérios de padronização dos procedimentos policiais. O Ministério da Justiça normatizou o Conselho Gestor em Portaria, tendo realizado oito reuniões ordinárias e uma extraordinária. Ademais, no ano de 2015 foi publicada a 1º Resolução do Conselho Gestor que trata dos critérios de adimplência das Unidades da Federação junto ao Sinesp.

Meta: Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg

Análise Situacional da Meta: A meta foi alterada para ampliar o acesso aos Municípios ao sistema Infoseg, substituindo a meta “Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg”, a meta era muito subjetiva e para o alcance do objetivo foi preciso inserir os municípios no contexto da rede Infoseg.

Em 2013 foram celebrados 132 Termos de Cooperação Técnica entre a Senasp e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 171 documentações de Prefeituras recebidas, 12 foram indeferidas e outras 27 ficaram pendentes de documentação.

Em conjunto com a Senasp, as Guardas municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores. Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido, foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guardas Municipais e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME, as guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook), além de contatos diretos com Prefeitos e Secretários de Segurança Municipais (Reunião do Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONSEMS realizado em abril/2013) e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ, o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Convênios.

Principais realizações do período: Foram celebrados entre 06/12/2012 e 31/12/2015, 253 Acordos de Cooperação Técnica entre a Senasp e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG.

Previsão de realização para o próximo período: No ano de 2016 a Senasp abrirá novo período de adesão para recebimento de documentações de novas Prefeituras e formalizações de novos Acordos de Cooperação Técnica junto à Rede INFOSEG, com a expectativa de aumentar a meta já alcançada de 250 para 300 ACTs junto às Prefeituras Municipais, de 35 para 55 ACT com órgãos federais e estaduais, além do reaparelhamento dos 27 pontos de acesso nos estados dos novos 28 pontos em órgãos estaduais e federais, para suportar o compartilhamento de bases de dados para o novo sistema Sinesp.infoseg, através de ACT. No período pretende-se ainda a ampliação do total de usuários de 84.000 do Infoseg legado para 100.000 no novo Sinesp.infoseg.

Arranjos de Gestão: Em conjunto com a Senasp, as Guardas Municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar por 14 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 82 milhões de veículos e 55 milhões de condutores.

Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guarda Municipal e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook) além de contatos diretos com Prefeitos, Secretários de Segurança Municipais e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Acordos de Cooperação Técnica. Está sendo confeccionado um cadastro virtual de todas as Guardas Municipais do Brasil a partir dos dados do IBGE, dados enviados a Senasp e via contato telefônico para atualização desses dados cadastrais visando uma divulgação mais efetiva do Acordo.

Quantidade alcançada: 253 Municípios

Meta: Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs.

Análise Situacional da Meta: Esta meta foi implantada a partir de 2013 e é composta por ações para apoio ao reaparelhamento das agências centrais de inteligência dos estados, a indução da criação de núcleos regionais ou descentralizados de inteligência, com o objetivo de fortalecer as instâncias estaduais para o fornecimento de subsídios informacionais aos respectivos governos para a tomada de decisões no âmbito da segurança pública, mediante os processos de produção e proteção de conhecimentos.

No final do exercício de 2013, foram celebrados 5 (cinco) Convênios, pelo Programa Brasil Mais Seguro, abrangendo os Estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás, finalizando as tratativas anteriores de análise e ajustes nos colóquios entre SENASP e Estados, firmado na matriz de responsabilidades na definição dos objetos, relativamente a cada Unidade Federativa, as quais estão sendo beneficiadas pelo Programa, com recursos do Governo Federal. Foram apresentadas 05 propostas para reaparelhamento das Agências de inteligência nos Estados, com criação de 28 Núcleos de Inteligência, sendo aprovadas e liberado parte dos recursos, ainda em 2013, ficando a segunda parcela para 2014, com conclusão dos trabalhos. No entanto face recursos disponíveis foram postergados os prazos para a finalização dos processos e a inclusão de novos Estados.

Previsão de realização para o próximo período: Considerando a indisponibilidade dos recursos previstos para a liberação da segunda parcela em 2015, os convênios firmados tiveram seus prazos de finalização prorrogados para o final do exercício de 2016. Para o ano de 2016 prevê-se a execução e finalização dos convênios até o mês de dezembro, com a liberação dos recursos para reaparelhamento de seis Agências e a criação dos Núcleos de Inteligência, dentro da nova vigência. Quanto à abrangência de novos Estados, aguardamos as diretrizes a serem traçadas pelo Governo Federal.

Arranjos de Gestão: Participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal, completando o ciclo.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Não liberação dos recursos previstos para a segunda parcela dos convênios firmados. A situação estrutural, financeira e organizacional dos Estados do Nordeste é um desafio.

Observações: Os Convênios para o Brasil Mais Seguro ainda se encontram em fase licitatória, estando os Núcleos de Inteligência, em sua maioria, com previsão de pleno funcionamento ainda em 2016.

Quantidade alcançada: 6 Unidades Federativas

Meta: Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública – DNIS

Análise Situacional da Meta: Esta meta foi construída a partir da alteração da meta “Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal”, que em 2012 tratou de integrar todas as Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências que estão sendo paulatinamente modernizadas, de acordo com a necessidade mais premente.

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência – ENCHOI. Os encontros são voltados para elaborar diretrizes como propor capacitação de agente de segurança pública, discussão sobre propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências, a troca de informações nos encontros, que são realizados em nível Nacional e Regional, serve para alinhar diretrizes e apresentar boas práticas.

Para elaboração da doutrina de inteligência foram escolhidos servidores dos estados, em razão de seus currículos e trabalhos efetuados dentro da área de inteligência em segurança pública. Os encontros são realizados por chamamento em nível Nacional, onde são discutidas as doutrinas utilizadas em diversas regiões do país, após extensa discussão sobre os temas abordados são editadas as atualizações como forma de padronização das ações dos profissionais da área de inteligência.

Em 2012 foi editada a 1ª e 2ª atualização da doutrina e no primeiro semestre de 2013 foi atualizada a doutrina em sua 3ª edição.

Importante e necessária ao entendimento e organização das atividades de Inteligência em Segurança Pública, a DNISP norteará os trabalhos na área de inteligência fundamentando suas bases com entendimento e esclarecimento da atividade como um todo, nivelando o entendimento e conhecimento da Inteligência no País.

A atualização da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - DNISP, denominada 4ª edição, foi concluída em 2015, ocasião em que foi apresentada e aprovada por unanimidade pelo Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. A 4ª edição programada e concluída no segundo semestre de 2013, finalizou os trabalhos de atualização da Doutrina de Nacional de Inteligência, sendo apresentado o produto na Coordenação-Geral de Inteligência/SENASP.

Previsão para o próximo período: Com a atualização da DNISP tem-se a meta de atualização cumprida, passa-se à elaboração e publicação dos manuais, com início de distribuição ainda no 1º semestre de 2016.

Arranjos de Gestão: Conta-se com o apoio de alguns órgãos de inteligência, estaduais e federais, tais como: ABIN, Polícia Civil e Militar, Receita Federal, Ministério da Defesa, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança Pública das 5 Regiões do Brasil, Bombeiro Militar, Ministério da Integração Nacional etc.

Principais dificuldades encontradas na execução: A dificuldade encontrada foi com a liberação dos profissionais convocados ao evento, em razão das suas atividades nos órgãos a que pertencem.

Meta: Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional

Análise Situacional da Meta: Realizados até a presente data 18 (dezoito) ENCHOI dos 21 (vinte e um) previstos. Deixaram de ser realizados 01 (um) ENCHOI Nacional em 2014 e 02 (dois) em 2015. Nesta última data, dos 06 (seis) eventos previstos, foram realizados somente os quatro ENCHOI regionais.

Os ENCHOIs vem sendo prestigiado por todos os órgãos estaduais de inteligência, com presença maciça dos responsáveis pelas diretrizes da inteligência em segurança pública no país, com público em torno de 40 participantes nos Encontros Regionais e dos Estados de Fronteira, e de 120 (cento e vinte) nos Encontros Nacionais, incluindo-se aí os representantes da ABIN, DEPEN e Representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal e das Secretarias Estaduais.

Previsão de realização para o próximo período: Para 2016 estão previstos 06 (seis) ENCHOI sendo 02 (dois) Nacionais e 04 (quatro) Regionais, atendendo assim a programação do novo PPA.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Recursos e datas compatibilizadas com as atividades dos participantes.

Observações: O evento almeja integrar e padronizar as atividades de inteligência de segurança pública, com apresentação de práticas de sucesso e palestras de interesse da área e incentivar a integração dos órgãos de inteligência, sejam das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, além do Departamento Penitenciário Federal e órgãos da segurança pública interessados.

Quantidade alcançada: 18 Encontros

Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública elencadas no Sistema Único de Segurança Pública e no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, com os projetos prioritários desenvolvidos pelo Governo Federal.

Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nos territórios, através do desenvolvimento de iniciativas que visam: à reativação de vínculos comunitários, à promoção do envolvimento, à proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, à ampliação do policiamento comunitário e preventivo, à difusão do modelo de justiça comunitária, à ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, ao fortalecimento dos municípios na segurança

pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, à ampliação da presença dos Estados nas regiões de maior vulnerabilidade criminal, bem como ao fomento da política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional.

Nesse sentido, os projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade dialogam com os projetos prioritários do Governo Federal, integrando ações voltadas a reduzir as circunstâncias que propiciam a violência e criminalidade, com as ações focadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, no âmbito do Programa Crack, É Possível Vencer, e do Programa Brasil Mais Seguro, no combate à impunidade e qualificação da investigação criminal e produção de prova.

O programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e de produção de prova, bem como proporcionar maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal. As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes de pacto federativo. As ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa. A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Enfrentamento à Impunidade, Aumento da Sensação de Segurança e Controle de Armas.

Com a implantação do Brasil Mais Seguro em Alagoas, foi possível alcançar a redução de 9% dos crimes violentos em todo o estado e 18% na capital Maceió. As ações prevêm a combinação de projetos voltados à possibilitar melhores condições no trabalho policial, assim como a implementação de ações de prevenção em territórios de maior vulnerabilidade criminal.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na Segurança Pública, serão direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos voltados a: Estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (sala do pleno e secretaria executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para Segurança Pública; fortalecimento das Guardas Municipais, nas cidades com elevados índices de homicídios, principalmente nos 400 Municípios mais violentos em taxas de homicídios, localizados na faixa de fronteira, assim como os que estão priorizados em políticas do Governo Federal, tal como Juventude Viva, possuam conselho de direitos de criança e adolescente, mulher, negros e população LGBT, entre outros. Além disso, está em curso o Programa Crack, é possível vencer, em parceria com diversos órgãos, Estados, Distrito Federal e municípios. As ações desenvolvidas no programa são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados por meio da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Nesse Programa, o desenvolvimento do Eixo Autoridade, no qual as ações de segurança pública irão se concentrar em duas vertentes: no combate às organizações criminosas e implantação do policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de crack e outras drogas. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. Nesse Eixo estão as seguintes ações: Implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas onde são instaladas bases móveis e câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, orientação aos usuários de drogas acerca da rede de proteção e cuidado existentes, assim como possibilitar maior segurança com a identificação e prisão

de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas, possibilitando uma atuação mais eficaz às equipes de saúde e assistência social. Imprescindível destacar que a atuação do Eixo Autoridade deve estar articulada com as ações dos demais eixos, exigindo dos gestores das três esferas da administração uma atuação integrada de forma a possibilitar uma rede de proteção aos usuários de drogas e seus familiares. Tal proposta é extremamente desafiadora, em razão da habitual fragmentação das ações, especialmente considerando áreas de atuação tão distintas; superado este desafio, temos a implementação da política pública de forma integral, beneficiando a população em suas necessidades mais básicas de saúde, segurança e inserção social. Para tal finalidade são disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa e que manifestarem interesse equipamentos manentes e módulos de capacitação aos profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso, assim como ampliação no número de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (microônibus) com haste telescópica e cinco câmeras de videomonitoramento móvel, além de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo). No âmbito do Proerd, são desenvolvidas atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação, especialmente junto às escolas públicas, bem como de dotar as Polícias Militares de todo o país de equipamentos que possibilitem a expansão do Programa, especialmente em locais de maior vulnerabilidade à violência e consumo de drogas.

Meta: 27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantadas

Análise Situacional da Meta: Foram firmados com os estados os Acordos de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, que tem por objeto estabelecer regime de cooperação mútua entre os Partícipes, visando a realização das ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica Internacional, estabelecido entre o Governo do Brasil e o Governo do Japão, para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, com vigência de janeiro de 2015 até janeiro de 2018, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS), Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), Japan International Cooperation Agency (JICA/JAPÃO) e a Agência Nacional de Polícia do Japão (ANP/JAPÃO).

No ano de 2015 foram capacitados 223 Policiais Militares em 6 (seis) edições do Curso, 2 (duas) em cada Estado Modelo (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

Além do Curso Internacional de Multiplicador Internacional de Polícia Comunitária – Sistema Koban, foram feitas visitas técnicas dos Peritos Japoneses (denominação dada aos policiais que vem ao Brasil, através da JICA afim de disseminar o Policiamento Comunitário nos moldes do Japão) e representantes da SENASP aos Estados da Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Goiás, Amazonas, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Além destes Estados, foram visitados os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os quais são denominados de Estados Modelos, dada a realização dos cursos gerenciados pelas Coordenadorias ou Diretorias de Polícia Comunitária Locais. Por fim, em 2015, foi reeditada a doutrina nacional de polícia comunitária através de um grupo de trabalho que contou com a participação de Oficiais de Polícias Militares de várias Unidades Federativas.

Quantidade alcançada: 27 Unidades da Federação

Meta: Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade.

Análise Situacional da Meta: O Juventude Viva consiste num programa estratégico de integração de diversas pastas interministeriais visando a articulação de políticas sociais e de prevenção social à criminalidade voltadas a prevenção e redução de homicídios dolosos de jovens, especialmente, a juventude negra. A coordenação do Juventude Viva compete a Secretaria Nacional da Juventude, atualmente, inserida no arranjo da SEPPIR. Um dos impactos de maior repercussão alcançados pelo programa foi à inserção na agenda pública do problema relativo à morte dos jovens negros.

Do ponto de vista de projeto implantado em parceria direta com o Ministério da Justiça não houve a implementação de ação específica. Todavia, é importante salientar que a pauta do homicídio de jovens integra a agenda do Pacto Nacional de Redução de Homicídios – PNRH, tanto por meio do alinhamento com a rede participante do Juventude Viva, como via inclusão de outras ações que fortalecerão as estratégias e esforços para a prevenção e redução de homicídios de jovens, entre as quais destacamos: fortalecimento das Ouvidorias e Corregedorias de Polícia, bem como a estruturação e instrumentalização de colegiados locais nos territórios priorizados para atuação do PNRH, pelo qual oficinas afetas a juventude serão ofertadas.

Meta: Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz.

Análise Situacional da Meta: No período de 2012 a 2014 foram apoiados um total 124 projetos voltados à prevenção da violência e da criminalidade.

Dentre eles, destacam-se os projetos Mulheres da Paz & PROTEJO, iniciativas do Ministério da Justiça, instituídos pela Lei 11.530/2007, no âmbito do desenvolvimento de políticas de Segurança Pública articuladas com Ações Sociais, priorizando a Prevenção à Violência em Territórios Vulneráveis. Sua implementação se dá por meio de conveniamento entre o Ministério da Justiça e os entes federados (Estados, Distrito Federal ou Municípios).

Em 2015, buscou-se integrar as políticas de prevenção à violência e à criminalidade com outras políticas sociais. Desde modo, foram retomadas algumas parcerias, como a do Ministério da Cultura, para ativações do equipamento Centro de Esportes e Artes Unificados – CEU que objetiva o fomento de ações de prevenção nestes equipamentos, localizados em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Quantidade alcançada: 124 Projetos

Meta: Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs

Análise Situacional da Meta: O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública). As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes do pacto federativo. As ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município), conforme diagnósticos prévios. Os resultados da pactuação são então definidos em

uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa. A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, Ações de Prevenção e Articulação com o Sistema de Justiça Criminal. No final de 2013 foram empenhados diversos convênios com os estados beneficiados pelo Programa Brasil Mais Seguro, com repasse parcial dos recursos empenhados. Temos a seguinte situação: - Alagoas, dos 15 convênios firmados, 05 tiveram os recursos repassados; - Paraíba, dos 20 convênios firmados, 06 tiveram os recursos repassados; - Sergipe, dos 14 convênios firmados, 12 tiveram os recursos repassados; - Rio Grande do Norte, dos 17 convênios firmados, apenas 03 tiveram o recurso repassado. - Goiás teve 07 convênios firmados no âmbito do Programa. Em abril de 2014, equipe da SENASP realizou visita técnica aos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, para monitoramento das ações do programa e atualização das matrizes de responsabilidade. Durante as visitas, a equipe se reuniu com os gestores do programa no estado, bem como, realizou visitas in loco às delegacias de homicídios, delegacias de atendimento à mulher, à criança e ao adolescente. A partir do monitoramento realizado, as verificações apontadas durante as visitas foram encaminhadas aos Secretários de Segurança de cada estado, com solicitação de providências no cumprimento das ações pactuadas em cada Matriz de Responsabilidades. Por meio dos ofícios, também, foi enviado o fluxo de comunicação que deverá ser seguido entre os estados e a Senasp, para manter regularidade no envio das informações sobre o desenvolvimento da Matriz. Em novembro e dezembro de 2014 foram realizadas novas visitas técnicas aos estados de Alagoas, Sergipe e Paraíba. Nas visitas verificou-se que os estados avançaram na execução dos convênios em que houve o repasse e no cumprimento das ações da Matriz de Responsabilidades do Programa Brasil Mais Seguro. Contudo, a maior parte dos projetos estarão em funcionamento apenas no segundo trimestre de 2015. Previsão de realização para o próximo período: Realização de um encontro com os gestores estaduais para avaliação do Programa Brasil Mais Seguro. Arranjos de Gestão: O programa é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela Secretaria da Reforma do Judiciário, mas, no momento da pactuação, são considerados nas discussões com os entes federados a integração das ações com os demais projetos prioritários do governo federal. Além disso, nos Estados em que há uma incidência maior nos homicídios de jovens negros, também está sendo implementado o Programa Juventude Viva (agrega projetos de diversos Ministérios, com vistas a reduzir as condicionalidades de violência contra jovens negros), articulado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Nos estados a execução é acompanhada e avaliada no âmbito dos Gabinetes de Gestão Integrada, em reuniões mensais com participação do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: - Dificuldades das unidades federadas para cumprirem as contrapartidas não financeiras, especialmente no que concerne a recursos humanos suficientes para o desenvolvimento das ações previstas no programa; - Demora na definição dos estados priorizados para a realização das ações de pactuação; - Sobrecarga no âmbito do Ministério da Justiça para expansão do programa para as demais unidades federadas; - Em razão da preparação e realização da Copa do Mundo, não foi possível o desenvolvimento de novas pactuações e o adequado monitoramento do Programa.

No tocante ao exercício de 2015, não houve celebração de novos termos inerentes à meta, haja vista o replanejamento das atividades para modelagem do Pacto Nacional para a Redução de Homicídios.

Quantidade alcançada: 5 Unidades da Federação

Meta: Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal

Análise Situacional da Meta: Em 2014 foi publicada a Portaria nº 01/2014, em 20 de janeiro de 2014 que disciplina os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, Estaduais e de Fronteira e é a primeira norma específica de regulamentação dos GGIs. Nesse mesmo período, em parceria com o PNUD foram realizadas consultorias técnicas para atualização dos documentos referenciais dos Gabinetes de Gestão Integrada, para auxiliar os gestores na implantação destes órgãos de gestão.

Em 2015 foi elaborada a “Cartilha dos Gabinetes de Gestão Integrada”, proposta com base nos trabalhos apresentados pelas consultorias técnicas contratadas em 2014 e na Portaria 01/2014. Nesse ano mesmo foi disponibilizada uma ferramenta para a gestão da informação, dos processos e das atividades dos Gabinetes, chamada INFOGGI (Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública). A ferramenta permite aos gestores cadastrados funcionalidades para planejamento e registro de reuniões do pleno, das câmaras técnicas e temáticas, registro e acompanhamento das ações pactuadas, emissão de relatórios das atividades do GGI e de participação dos membros, rede de contatos dos Gabinetes existentes pelo Brasil para intercâmbio de informações e experiências e representa a criação de um canal de diálogo permanente entre os GGIs e a SENASP. Ao final de 2015, atingiu-se o total de 190 gabinetes que aderiram a ferramenta, sendo: 154 GGIs Municipais, 23 GGIs Estaduais, 09 GGIs de fronteira e 04 GGIs Intermunicipais. Para garantir a adesão ao Sistema foram realizadas Oficinas estaduais de demonstração e capacitação ao INFOGGI. Dado o considerável número de gabinetes cadastrados, a SENASP realizou capacitação *online*, para difusão da ferramenta e esclarecimento de dúvidas sobre sua correta utilização. Mais de 50 gabinetes de todo o país acompanharam e participaram através do canal de vídeos youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=01y6ggg2i2M>), possibilitando um ganho significativo de qualidade na utilização do sistema. Essa capacitação permaneceu disponibilizada e tem sendo utilizada cotidianamente, pois conta com mais de 240 visualizações. Com o intuito de facilitar o uso da ferramenta, também desenvolvido e implantado no sistema INFOGGI um tutorial de orientações, explicando passo a passo e de maneira interativa cada uma das funcionalidades da ferramenta.

Ainda em 2015 procedeu-se uma pesquisa com 81 municípios mais violentos do país, para obtenção de informações sobre GGIs existentes: sua atual situação, atualização de seus gestores responsáveis e ainda para divulgação da ferramenta INFOGGI. Tal pesquisa identificou as dificuldades estruturais, que foram recorrentemente reportadas pelos gestores locais, dando início a um projeto para a estruturação e equipagem dos GGIs dos estados e dos municípios com maiores índices de violência letal. Em outubro de 2015 foi realizado o Encontro regional de Estratégias para Redução de Homicídios, voltado para a região nordeste e que contou com a participação de representantes de todos os Gabinetes estaduais da região, possibilitando a troca de experiências, o conhecimento das práticas e dificuldades destes gabinetes e ainda a difusão da estratégia do Pacto Nacional de Segurança Pública, que será gerido localmente por meio dos Gabinetes.

Quantidade alcançada: 154 são Gabinetes Municipais e 23 Gabinetes Estaduais em funcionamento.

Meta: Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população

Análise Situacional da Meta: A partir de 2012, a ação passou a integrar o escopo do Programa Brasil Mais Seguro, no eixo controle de armas, o qual prevê a continuidade da campanha de entrega voluntária de armas de fogo pela população, mediante pagamento de indenização, por tempo indeterminado. Ainda em 2012 foi editada Portaria reajustando os valores das indenizações pagas à população, tal fato contribuiu para um aumento de 14% nas entregas em 2013, em relação ao ano de 2012. Em 2014, houve uma significativa redução do número de armas de fogo entregues, reflexo da falta de uma campanha em mídia para estímulo da população para a entrega voluntária, não tendo também havido algum fato novo, como em 2012 o aumento do valor da indenização. No ano de

2015, houve uma ligeira queda no número de armas entregues em relação ao ano de 2014, o que corrobora que a falta de uma grande campanha midiática causa a diminuição do número de entregas, apesar da queda registrada ter sido significativamente inferior à queda registrada entre 2013 e 2014. Ainda em 2015, decidiu-se que a Campanha do Desarmamento passaria a se chamar Campanha de Controle de Armas e seria integrada ao novo Pacto Nacional de Redução de Homicídios, no eixo Controle de Armas.

De janeiro a dezembro de 2014, foram entregues 13.483 armas de fogo, sendo realizado semanalmente relatório de acompanhamento das armas entregues em cada Estado.

No mês de junho, foi reestabelecido um site para a comunicação com a Sociedade Civil. O antigo site (entregue sua arma) estava desativado desde 2013 por questões legais relacionadas ao direito de imagem das campanhas publicitárias. O novo site está hospedado no portal do Ministério da Justiça na sessão “Planos e Programas” e conta com sessões como “Como entregar sua arma”, “Conheça o Estatuto” e “Conheça a Campanha”, além de apresentar informações gerais sobre a Campanha e seus procedimentos.

Ao longo do referido ano, foi estabelecida uma relação mais próxima com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça e com o Banco do Brasil. Graças a essa maior proximidade, antigos problemas foram resolvidos, como as quedas constantes do site e a rejeição de remessas de vouchers pelo Banco.

Em julho, o Contrato assinado com o Banco do Brasil em 2011 para a prestação de serviços no que tange ao pagamento das indenizações, por meio do Sétimo Termo Aditivo, foi estendido para até 06 de maio de 2016. Além disso, o mesmo termo aditivo reajustou a tarifa paga ao banco para R\$ 2,25 por saque realizado. Em novembro, foi iniciado os procedimentos para a Contratação de Instituição Financeira para o pagamento das indenizações, uma vez que o Contrato com o Banco do Brasil não poderá mais ser estendido.

Em abril, junho, setembro e novembro foram realizadas reuniões de Ministros de Justiça e Interior no âmbito do Mercosul. Após negociações nas reuniões anteriores, foi decidido na reunião de novembro que o dia 15 de março seria o Dia Sul-americano do Desarmamento e que haveria um grande evento nessa data, que coincidiria com a próxima reunião em Montevideo, com eventos menores ocorrendo em cada país na semana antecessora.

Por fim, como principal realização do período, foi estabelecido o Grupo de Trabalho de Controle de Armas. Com representantes do Ministério da Justiça (através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Reforma do Judiciário), da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Sociedade Civil (representados majoritariamente pela Rede Desarma e pelo Viva Rio) e de parlamentares ; o GT visa defender o Estatuto no Legislativo (frente as recentes tentativas de revogação e mudança) e promover a Campanha nos estados e municípios, seja entre os profissionais de segurança pública ou entre a própria sociedade civil. Ao longo do ano foram realizadas 5 reuniões do Pleno, 19 reuniões e visitas parlamentares, um seminário em Fortaleza e um evento político em Pernambuco em Defesa do Estatuto do Desarmamento.

Resultado acumulado de entrega de armas até 31 de dezembro de 2014:

2012: 27.316 armas recebidas
2013: 31.264 armas recebidas
2014: 16.527 armas recebidas
2015: 13.483 armas recebidas
TOTAL: 88.590

Quantidade alcançada: 88.590 armas entregues voluntariamente.

Meta: Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer.

Análise Situacional da Meta: A meta foi implantada em 2013 tendo em vista a necessidade de tempo para a tramitação dos processos de aquisição direta dos equipamentos, os quais foram iniciados em janeiro de 2012 e finalizados em março/2013. Em 2013 foram também realizadas cinco videoconferências regionais, com vistas a apresentar de forma mais detalhada o Programa para os municípios acima de 200 mil habitantes, sensibilizando-os para a necessidade de adesão ao mesmo. A Senasp iniciou os processos de aquisição dos equipamentos relativos aos anos de 2013 e 2014, no primeiro semestre de 2013, executando-os ao longo do primeiro e segundo semestres de 2014, além do ano de 2015 com a projeção de aquisição de: 197 bases comunitárias, 197 sistemas de videomonitoramento, 9.850 armas, 29.550 equipamentos de menor potencial ofensivo, 394 sedans, 394 motocicletas e 1182 capacetes para motocicletas. Foi concluído o Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento, pelo Grupo de Trabalho para este fim constituído, em agosto de 2014, e apresentado no XI Encontro Técnico de Coordenadores de Polícia Comunitária, realizado em Campo Grande-MS no mês de agosto. Além disso, foram estabelecidos os referenciais de monitoramento supracitados, constantes do relatório de serviço das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento (BCMV), que será preenchido digitalmente pelos Gestores das BCMVs após o término do serviço, no software que teve o início de sua elaboração pelo Serpro em Setembro de 2014 e será hospedado no ambiente SINESP.

Arranjos de Gestão: Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do Programa Crack, é possível vencer, que o plano se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados e dos Municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas a atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução: Morosidade nos processos de aquisição, demora na definição do gestor das bases por parte do Ente Federado, falta de iniciativa dos gestores locais na articulação das diferentes áreas para o atendimento das cenas de uso; Longo período para a conclusão do sistema; Alto número de chamados para manutenção; Isolamento do Programa com outros sistemas de videomonitoramento já existentes nos entes; Falta de Segurança na gravação das imagens; Ausência de matriz de responsabilidade; Ausência de estudo técnico que levasse em consideração as características individuais das cenas de uso, geográficas e tecnológicas; Utilização do mesmo modelo para aplicação em todas as cenas de uso; Tecnologia inadequada para instalação em grande parte das cenas; Instabilidade do sistema; Ausência de cena clássica de uso, muitas vezes sendo amplas e dispersas, nas áreas delimitadas de instalação; Grande perda ao erário pela não utilização dos equipamentos embarcadas na BCMV os quais foram dimensionados para a recepção e monitoramento das imagens pertencentes ao sistema de videomonitoramento; Desconhecimento da tecnologia e infraestrutura dos sistemas de videomonitoramento locais; Impossibilidade de utilização da infraestrutura local; Restrição do escopo de utilização do sistema de videomonitoramento no âmbito programa crack; Depreciação das bases móveis até o momento de instalação do sistema de videomonitoramento (podendo chegar a mais de 01 ano e meio); Descompasso entre a instalação do sistema de videomonitoramento e necessidade de manutenção das bases móveis; Indisponibilidade frequente das bases móveis durante e após a instalação do sistema de videomonitoramento.

Quantidade alcançada (Status das entregas dos equipamentos do programa Crack, é Possível Vencer nos 123 municípios): 197 Base Comunitária Móvel de Videomonitoramento = 100% entregues; 394 Veículos Sedans = 100% entregues; 394 Motocicletas = 100% entregues; 28 Sistema de Videomonitoramento = 14,21% entregues; 420 Capacetes = 35,53% entregues; 29.550 Espargidores = 100% entregues e 8.950 Armas Elétricas = 90,86%.

4.3.1.1 Outras informações relevantes

Ações prioritárias - Senasp

Conforme orientação da Presidência da República, há quatro ações prioritárias.

1. Crack, é possível vencer;
2. Brasil mais Seguro (BMS);
3. Estratégia Nacional de Fronteiras (Enafron);
4. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp)

Essas ações foram tratadas em outros itens do relatório, todavia julga-se necessário abordar aqui alguns aspectos:

I - CRACK, É POSSÍVEL VENCER

O programa está inserido no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e visa a integrar as ações de combate às drogas e tratamento de usuários. O Ministério da Justiça ficou responsável pelo eixo autoridade que tem por objetivo a redução de oferta de drogas ilícitas no Brasil e no âmbito local visa à estratégia da polícia de proximidade como forma de criação de espaços comunitários seguros.

II - ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

Em atenção ao Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011, a SENASP recebeu a incumbência de fortalecer a interlocução entre os órgãos federais, estaduais e municipais, sendo que para a consecução desse mister, foi criada a **Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON**. Esta concentra todas as iniciativas e projetos da Senasp relacionados à segurança pública nas fronteiras. Os 11 Estados de Fronteira são os seguintes:

- **Arco Norte:** Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima;
- **Arco Central:** Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- **Arco Sul:** Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As ações educativas para os profissionais de segurança pública, visando a atuação na faixa de fronteira, de forma homogênea e baseada no conceito de segurança pública com cidadania, como parte integrante do Programa ENAFRON, foi atribuída ao DEPAID.

Assim, o “Projeto de Capacitação para os Profissionais de Segurança Pública nas Fronteiras” foi desenvolvido visando a construção das temáticas dos cursos, a padronização da doutrina e a atuação homogênea nas fronteiras. Essa construção doutrinária e definição de cursos e temáticas foi procedida pelo DEPAID/SENASP, em conjunto com os profissionais de segurança pública das instituições dos Entes Federados de Fronteira. O marco referencial para definição dos cursos ocorreu no “Encontro sobre capacitação no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras”, ocorrido em Porto Velho-RO, de 10 a 13 de abril de 2012.

Os cursos desenvolvidos junto ao Programa Enafron, no ano de 2015, foram os seguintes:

- Curso de Unidades Especializadas de Fronteira - Nível Operador;
- Curso de Análise de Inteligência - Nível Produção do Conhecimento;
- Curso de Inteligência Cibernética;
- Curso de Formação de Multiplicadores em Análise de Inteligência;
- Curso de Formação de Multiplicadores em Inteligência de Sinais.

II.1) A capacitação Enafron em números

A capacitação Enafron, de 2012 a 2015, aperfeiçoou **2.864** profissionais de segurança pública, conforme pode ser observado na Figura nº 5:

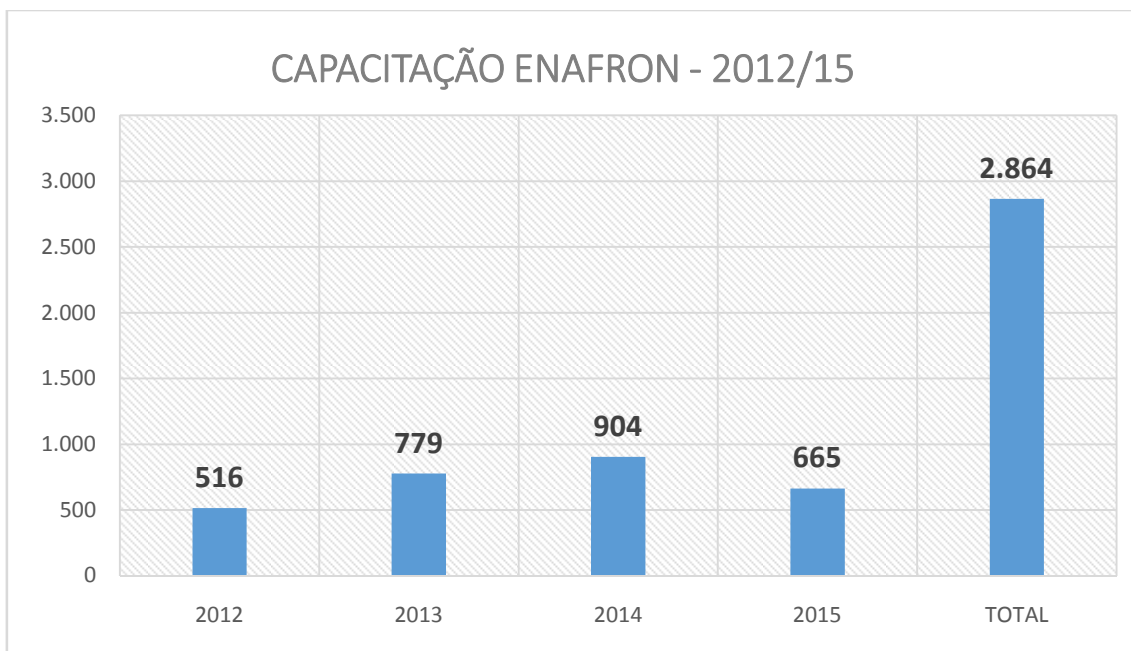


Figura A.4.3.1.1 – Capacitação ENAFRON 2012/2015

Fonte: CGDESP/DEPAID

Para a capacitação ENAFRON no período de 2012/15, onde **2.864** profissionais de segurança pública passaram por cursos presenciais da SENASP, foram investidos **R\$ 6.517.175,60**.

II.2) Análise crítica

A capacitação Enafron, a despeito da importância do conteúdo dos cursos, ainda democratizou o ensino em segurança pública, levando treinamentos em áreas de fronteiras longínquas e de difícil acesso, permitindo a participação de profissionais que atuam na atividade fim, diretamente em cidades-gêmeas, na linha ou na faixa de fronteira. Literalmente, foram executados cursos presenciais do Oiapoque/AP ao Chuí/RS, contando com o imprescindível apoio dos Governos dos respectivos Estados.

Podemos pontuar como fator importante e positivo a ser destacado na Capacitação Enafron:

- **Aporte financeiro**: os recursos financeiros disponibilizados para a execução da capacitação foram suficientes;
- **Perfil dos Indicados**: o público-alvo indicado para os cursos é outro fator a ser destacado, ou seja, sempre as indicações recaíram em profissionais de segurança pública lotados nos órgãos de fronteira. A exceção a regra é o Curso de Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras, o qual se destina aos gestores dos órgãos de segurança pública e integrantes dos Gabinetes de Gestão Integradas de Fronteira, Câmaras Temáticas e Interlocutores da Enafron;
- **Local de realização dos cursos**: os cursos foram realizados em cidades-gêmeas, na linha ou faixa de fronteira, possibilitando que a capacitação chegasse aos profissionais de linha de frente. A exceção é o Curso de Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras, o qual, em virtude de visitas técnicas ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e ao Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército para conhecer o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron, é realizado na Capital Federal;
- **Aumento da sensação de segurança nas cidades sedes de cursos**: também cabe destacar que os cursos realizados nas cidades de fronteira, com uma movimentação maior de policiais, mudou a rotina das localidades, aumentando a sensação de segurança para aquela comunidade; Os cursos também possuem disciplinas práticas, onde a teoria é exercitada em operações policiais. Nesses casos, o laboratório é a rua, a praça, a rodovia, enfim, aumentou o contingente policial no seio da comunidade em questão.

Os entraves encontrados na capacitação Enafron foram os seguintes:

- **Insumos para cursos**: conforme manifestado na capacitação BMS, a impossibilidade de aquisição dos insumos de cursos, como por exemplo, munição, agentes químicos, tonfas, faixas zebreadas, entre outros, dificulta a execução do curso;
- **Restrição de vôos para Estados de Fronteira**: a escassez de vôos para cidades de fronteira, em especial aqueles oriundos do Arco Norte da Enafron, dificultaram o deslocamento ou impossibilitaram a presença de alunos em algumas capacitações;
- **Indicação dos Estados**: algumas Unidades Federativas não apresentam os profissionais para o curso, de acordo com a disponibilidade de vagas ofertadas.

III) BRASIL MAIS SEGURO

O Programa Brasil Mais Seguro foi instituído pelo Governo Federal visando induzir a atuação qualificada dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal para a redução da criminalidade violenta, em especial, a diminuição dos números nefastos de homicídios.

O programa BMS possui cinco eixos de atuação:

1. Gestão Integrada e Governança;
2. Fortalecimento da segurança pública estadual;
3. Controle de armas;
4. Prevenção da violência;
5. Fortalecimento da articulação do sistema de justiça criminal.

O governo federal pactuou o programa BMS com quatro unidades federativas: Alagoas-Al, Paraíba-Pb, Rio Grande do Norte-RN e Sergipe-Se.

Este programa o qual está em fase de transformação para o Pacto Nacional de Redução de Homicídios-PNRH, tem por objetivo induzir a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal para a redução dos índices de homicídios. Busca propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

PROJETO MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA CRIMINAL

O Projeto está inserido no Programa Brasil Mais Seguro – Pacto pela Redução de Crimes Violentos – e tem por objetivo a reestruturação e fortalecimento das instituições periciais, visando à melhoria da produção da prova técnico-científica nas investigações de crimes. Salienta-se que este projeto estratégico também está inserido no âmbito do Pacto Nacional para Redução de Homicídios.

A modernização deve ser abrangente envolvendo a gestão da qualidade, a aquisição de equipamentos, implantação de sistemas, definição e implantação de procedimentos padronizados e aceitos cientificamente, capacitação, intercâmbio, pesquisa e desenvolvimento.

PROJETO ESTRUTURAÇÃO DAS DELEGACIAS DE HOMICÍDIOS

Este projeto foi criado em 2015 e tem por objetivo a modernização das unidades de Polícia Civil responsáveis pelas investigações de homicídios.

Atualmente, o projeto está em fase de contratação de consultoria que realizará o diagnóstico da situação de cada unidade de investigação das delegacias de homicídios no território nacional. Após isso, serão elaborados projetos de investimento em modernização e estruturação, uma vez que o eixo é de suma importância para os objetivos do Pacto Nacional para Redução de Homicídios.

Em relação ao eixo “Fortalecimento da segurança pública estadual”, compreendendo a capacitação e o fortalecimento das instituições de perícia oficial, destaca-se os seguintes pontos:

Assim, à capacitação visa proporcionar aos profissionais de segurança pública uma maior qualificação para atuar, de forma integrada, por meio de avançadas técnicas de inteligência e investigação policial, no enfrentamento da criminalidade violenta e o fortalecimento das ações de prevenção e repressão a estes ilícitos.

Com objetivo macro de contribuir com a redução da criminalidade violenta, a Senasp, por meio do Depaid, ofertou os seguintes cursos presenciais, de 2012 a 2015:

- Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais;
- Curso de local de crime para os profissionais de segurança pública;
- Curso de Inteligência de Sinais;
- Curso de Operações de Inteligência;
- Curso de Análise de Inteligência;
- Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios;
- Curso de Formação para os cargos de Perito Criminal, de Perito Médico-Legista; de Papiloscopista e de Técnico Forense da Perícia Oficial do Estado de Alagoas;
- Curso de Uso Diferenciado da Força;
- Curso de Operação de Cromatógrafo Gasoso;
- Curso de Perícia em Local de Crime Integrado com Balística, Laboratório, Papiloscopia e Medicina Legal;
- Curso de Análise de Monóxido de Carbono e Ácido Cianídrico em Sangue;
- Entre outros.

III.1) A capacitação BMS em números

Como mencionado anteriormente, a capacitação ofertada em atenção ao Programa Brasil Mais Seguro visa a qualificação dos profissionais de segurança pública para a prevenção e o enfrentamento da criminalidade violenta, em especial no fortalecimento da investigação policial e órgãos de perícia oficial. No Gráfico abaixo, observamos a capacitação do programa, de 2012 a 2015:

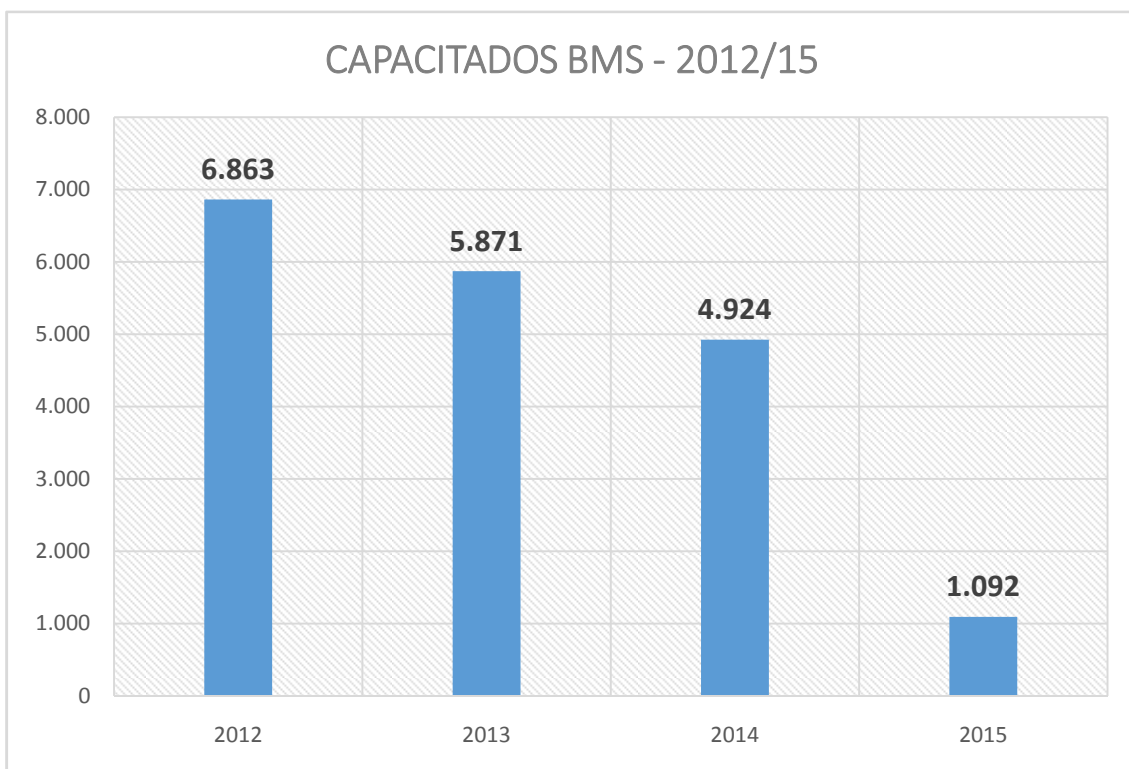


Figura A.4.3.1.2– Capacitação BMS

Fonte: CGDESP/DEPAID

Pode ser observado no gráfico acima que em 2015, **1.092** profissionais de segurança pública foram capacitados no Programa BMS.

De 2012, ano de início do Programa, até 2015, a capacitação atingiu **18.750** operadores da área, totalizando um investimento de cerca de **R\$ 15.454.853,43**.

III.2) Análise crítica

Os resultados apresentados na capacitação Brasil Mais Seguro são significativos e de relevância para o sucesso no alcance da meta principal de profissionais capacitados e contribuição para a redução da criminalidade violenta.

No entanto, algumas dificuldades são dignas de notas, das quais destacamos:

- **Insumos para cursos**: a impossibilidade de aquisição para insumos de cursos, como por exemplo, munição, agentes químicos, tonfas, faixas zebreadas, entre outros, dificulta a execução do curso. Tal entrave foi superado por meio de parcerias com os estados e apoio do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
- **Indicação dos Estados**: ainda cabe destacar que algumas Unidades Federativas não apresentam os profissionais para o curso, de acordo com a disponibilidade de vagas ofertadas.
- **Contingenciamento de recursos**: no exercício de 2015, o contingenciamento orçamentário fez com que o planejamento dos cursos fosse alterado, reduzindo assim o número de capacitados.
- **Indicadores de segurança pública**: a inexistência de indicadores de resultado acerca da influência do ensino nos índices de segurança pública dificulta mensurar a exata proporção do êxito da capacitação e a redução da criminalidade.

IV) Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e Sobre Drogas

O SINESP, instituído pela Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, se constitui de um portal de informações integradas, implementado em parceria com os entes federados, que possibilita consultas operacionais, investigativas e estratégicas, sobre drogas, segurança pública, justiça, sistema prisional, entre outras. O sistema possui vinte módulos que proporcionam melhoria na qualidade dos serviços de segurança pública, com relatórios e dados confiáveis.

O principal objetivo consiste em subsidiar a realização de diagnósticos sobre criminalidade, a formulação e avaliação de políticas públicas, assim como promover a integração nacional de informações. Ainda destacamos, os seguintes objetivos do Sinesp:

- (a) proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados e informações relativos às políticas de segurança pública, sistema prisional, execução penal, enfretamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas;
- (b) disponibilizar estudos, estatísticas, indicadores e outras informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- (c) promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública, criminais, do sistema prisional e sobre drogas; e
- (d) garantir a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo Conselho Gestor.

Em sua área gerencial, o SINESP conta com 01 cargo em comissão, 06 colaboradores eventuais e 09 gerentes de projeto (servidores temporários), todos lotados no Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID/SENASP.

Ademais, cumpre trazer informações a respeito de outras iniciativas Senasp, no âmbito do Depaid/Senasp, a exemplo do “Capacitação em Parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil”; Rede Nacional de Educação A Distância – Ead/Senasp.

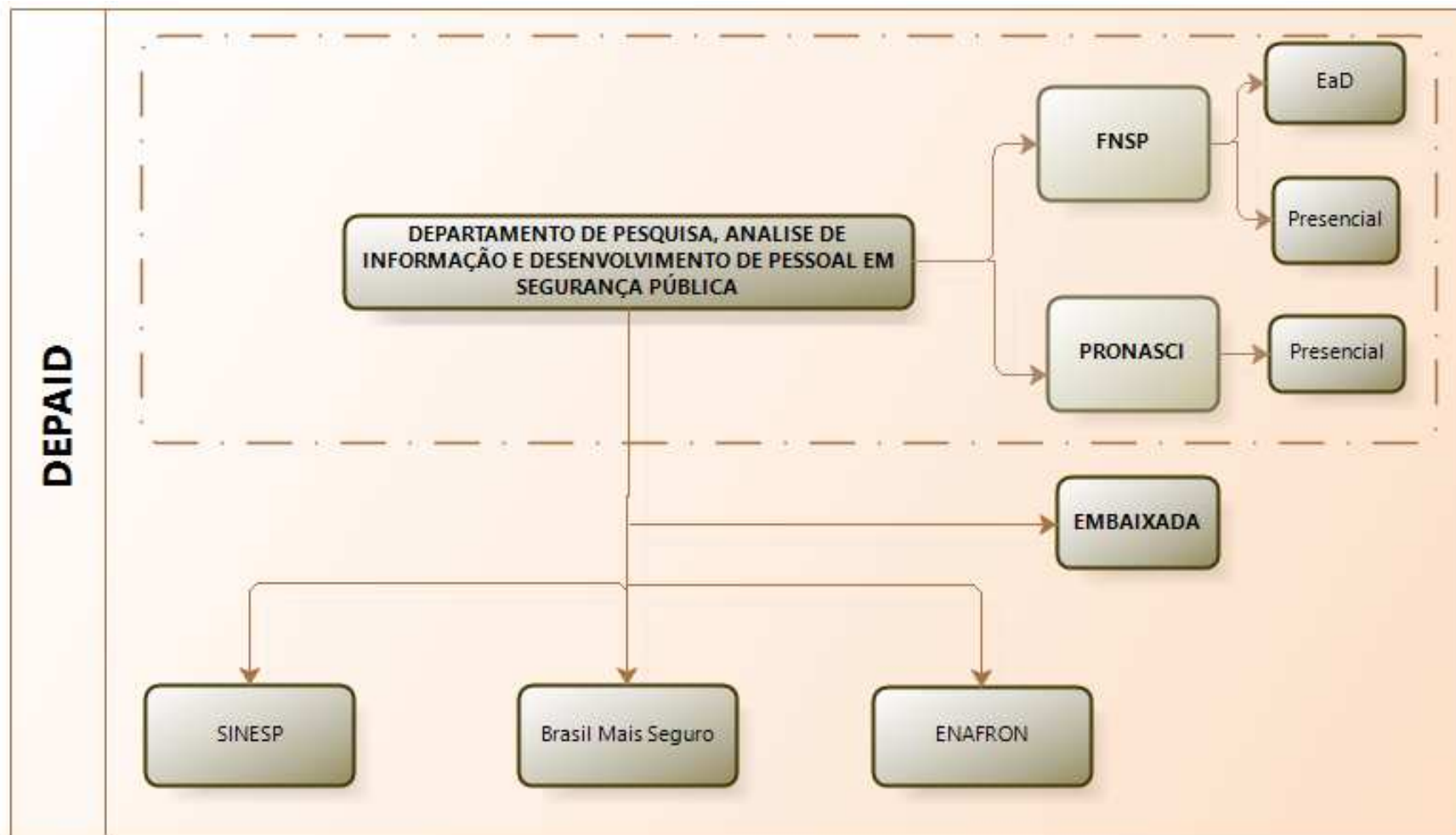


Figura A.4.3.1.3 - Ações de capacitação e programas prioritários

Fonte: CGDESP/DEPAID

Capacitação em Parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil

O acordo bilateral firmado entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil, por meio do “Memorando de Entendimento sobre o Controle de Narcóticos e Aplicação da Lei” - MDE, de 1º de agosto de 2008, teve como escopo aumentar a capacidade dos órgãos brasileiros, federais e estaduais responsáveis pela aplicação da lei e o enfrentamento ao tráfico de entorpecentes, o crime organizado, a lavagem de dinheiro e o contrabando de armas.

Assim, a Senasp, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, em 2015, executou os seguintes cursos:

- Cursos de Investigação de Homicídios – ministrado pelo Departamento de Polícia de Miami - MPD;
- Curso de Entrevista e Interrogatório – ministrado pelo FBI;
- Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes – ministrado pelo DEA;
- Curso A Polícia e a Promoção da Igualdade Racial – ministrado pelo MPD;
- Curso de Gestor de Unidade de Combate as Drogas – ministrado pela DEA.

a) A capacitação “Embaixada dos Estados Unidos” em números

A parceria pactuada entre a Senasp e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, para a capacitação dos profissionais de segurança pública foi de grande importância e valorizada pelos operadores da área. Na figura 6, temos o resumo do número de policiais capacitados, com um recorte de 2013 a 2015:

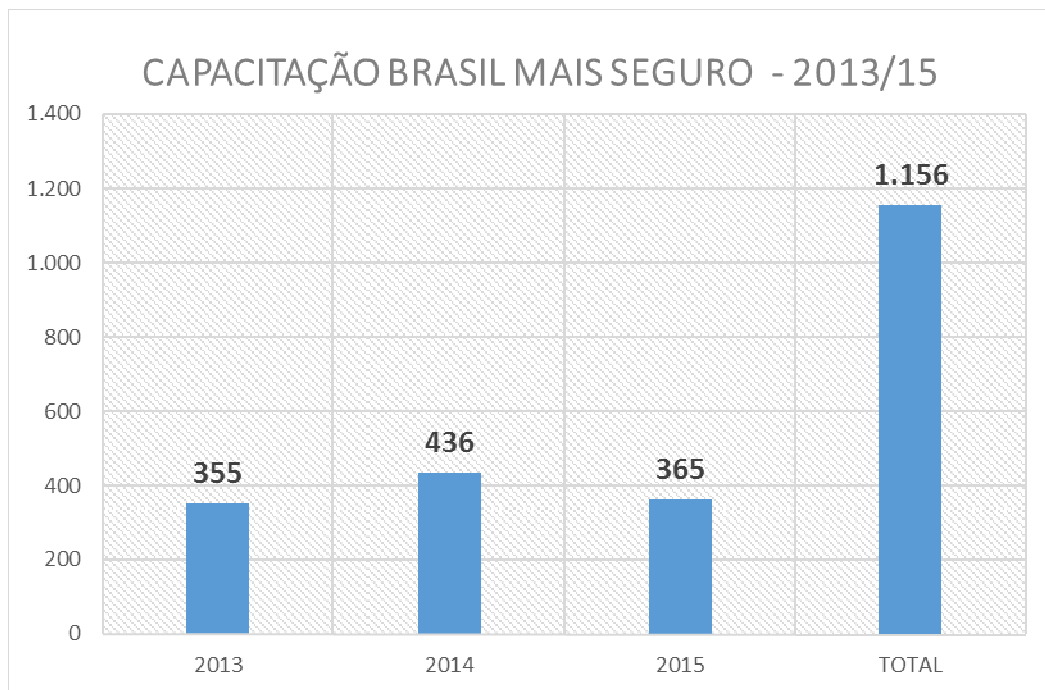


Figura A.4.3.1.4– Capacitação Embaixada dos Estados Unidos no Brasil

Fonte: CGDESP/DEPAID

Os cursos promovidos pela Senasp em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, capacitaram de 2013 a 2015, **1.156 profissionais de segurança pública**, totalizando um investimento de **R\$ 1.587.779,11**. Nesse formato, a Senasp ofertou os cursos custeando diárias e passagens aos alunos, bem como a execução logística da capacitação.

Relevante destacar que no exercício 2015, a capacitação em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, por meio de arranjos de gestão com os Entes Federados, foi alterada, onde a Senasp e a Embaixada ofertaram os cursos e as instituições se responsabilizaram pelo pagamento de diárias e passagens aos alunos.

Rede Nacional de Educação a Distância – EaD/SENASP

A Rede Nacional de Educação a Distância – EaD/Senasp, que no ano de 2015 completou 10 anos de criação, democratizou o ensino policial no Brasil, facilitando seu acesso, tendo por finalidade viabilizar aos profissionais de segurança pública a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada, por meio de um “Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA”, próprio.

A Rede EaD/Senasp, quebrou paradigmas no ensino policial, encurtou distâncias e disponibilizou seus cursos a todos os operadores de segurança pública, independente das limitações geográficas ou temporais impostas pela dimensão continental de nosso país.

Outro objetivo da Rede EaD/Senasp, não menos importante, é promover a articulação entre as Academias, Escolas, Centros de Formação e Instituições de Ensino de Segurança Pública, por meio de parcerias e acordos de cooperação que privilegiam a excelência nas capacitações e a autonomia das instituições. As referidas parcerias são materializadas por Acordos de Cooperação Federativas, celebradas com 27 Estados e 27 municípios.

No exercício de 2015, a Rede EaD/Senasp disponibilizou 73 cursos a distância, onde destacamos:

- Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Identificação Veicular;
- Uso Diferenciado da Força;
- Investigação de Estupro;
- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte;
- Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Emergencista Pré-hospitalar;
- Relatório de Local de Crime;
- Investigação de Homicídios;
- Balística Forense Aplicada;
- Condutores de Veículos de Emergência;
- Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis;
- Filosofia dos Direitos Humanos Aplicados à Atuação Policial;
- Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial;
- Entre outros.

a) A capacitação EaD/Senasp em números

Na figura 7 está exposto o gráfico da capacitação executada pela Senasp na Modalidade à distância, no período de 2012 a 2015:

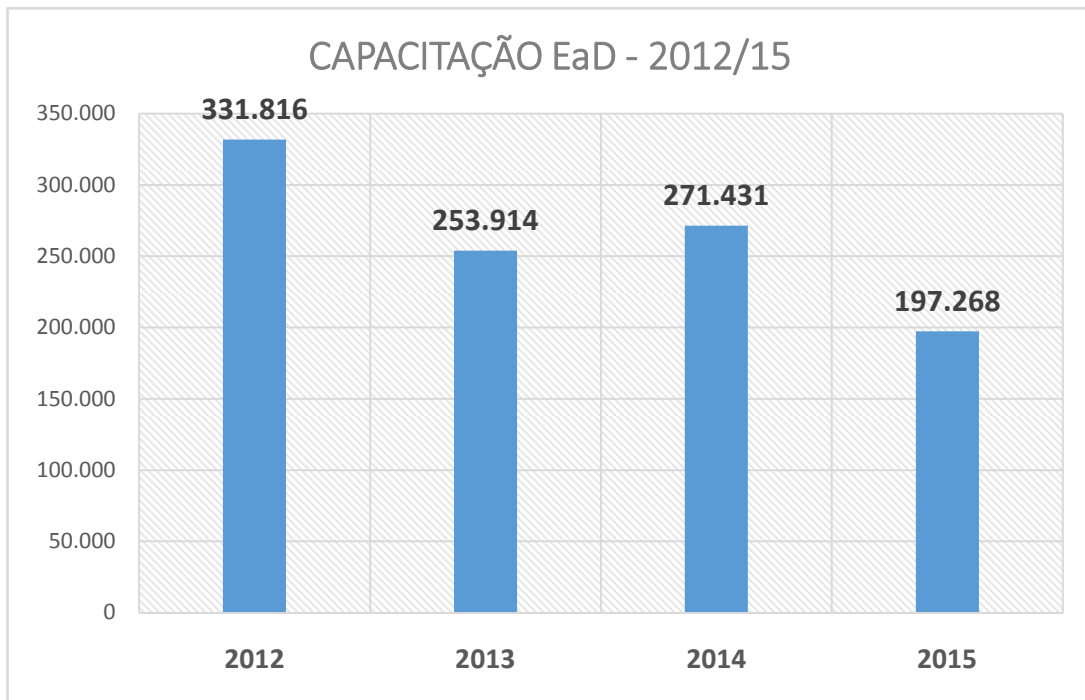


Figura A.4.3.1.5 – Capacitação EaD/Senasp

Fonte: CGDESP/DEPAID

No quadriênio 2012/2015, foram capacitados pela Rede EaD/Senasp **1.054.429** profissionais de segurança pública, totalizando um investimento de **R\$64.082.203,16**.

Capacitação Renaesp – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp, criada no ano de 2005 e instituída por meio da Portaria nº 1.148, de 12 de junho de 2012, tem por escopo, entre outros objetivos, promover a capacitação dos profissionais de segurança pública, em perfeita aderência com a matriz Curricular Nacional, além de garantir o acesso gratuito aos gestores e operadores da área aos processos de aprendizagem e de aperfeiçoamento, em especial, em cursos de pós-graduação lato sensu.

No ano de 2015, a Renaesp celebrou convênio com 14 Instituições de Ensino Superior, realizando 17 cursos de especialização lato sensu, garantindo a criação de 736 vagas aos profissionais de segurança pública.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Este subitem informa sobre o desempenho da UPC na execução das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Cabe destacar que o tópico “Ações do orçamento de Investimento” não se aplica à Senasp.

Ações do OFSS

O quadro a seguir dispõe sobre as dimensões física e financeira da execução da ação, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício, em razão da significância que tal dado tem atingido para demonstração dos resultados gerados pela gestão.

Quadro A.4.3.2.1 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2320			Tipo: Atividade		
Título	Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional					
Iniciativa	Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas.					
Objetivo	0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania Temático		Código:	2070	Tipo:	
Unidade Orçamentária	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.914.080,00	30.672.716,00	18.694.953,00	15.095.267,00	14.965.966,00	129.301,00	3.599.685,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Profissional capacitado		Unidade	235.038,0	0,0	201.461,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
21.829.426,00	880.944,00	(1.765.534,00)	Profissional capacitado	Unidade	5.959,0

Fonte: SIOF

Essa Ação Orçamentária é vinculada à UO 30911, Fundo Nacional de Segurança Pública, realiza as ofertas de capacitações em todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal. Em 2015 foi executada de forma direta, e, além dos cursos presenciais, também financiou a Rede EAD e RENAESP.

Quadro A.4.3.2.2 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20IC		Tipo: Atividade			
Título	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON					
Iniciativa	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (X) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
104.103.786,00	54.097.590,00	14.414.046,00	848.955,00	848.859,00	96,00	13.568.639,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	13,0	0,00	2,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
67.580.352,94	7.822.328,00	(90.966,00)	Projeto apoiado	Unidade	3.548,0	

Fonte: SIOF

Tendo em vista estratégia da SENASP de não celebrar Convênios com seus recursos ordinários, principalmente, pela restrição orçamentária, optou-se por reduzir o limite da ação e distribuir entre outras que foram priorizadas.

O montante empenhado refere-se à aquisição de coletes e realização de cursos, visando melhor estruturar as áreas de fronteiras.

Quadro A.4.3.2.3 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA– OFSS

Identificação da Ação						
Código	20ID		Tipo: Atividade			
Título	Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública					
Iniciativa	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
515.684.507,00	493.972.179,00	183.119.178,00	60.551.475,00	60.551.475,00	0,00	121.567.702
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	1.001,0	0,0	238,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
105.070.077,36	42.794.510,00	(743,00)	Projeto apoiado		Unidade	45,0

Fonte: SIOF

Essa Ação contempla o desenvolvimento e implementação do SINESP, bem como as aquisições diretas destinadas aos Entes Federados. Em 2015, dando continuidade ao desenvolvimento do SINESP e do INFOSEG, foram empenhados os Contratos firmados com SERPRO e foram efetuadas as aquisições de coletes para doação aos Estados e Municípios.

Foi também celebrado Convênio com o Estado de Goiás visando a estruturação do Cento Integrado de Comando e Controle.

Quadro A.4.3.2.4 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2B00			Tipo: Atividade		
Título	Força Nacional de Segurança Pública					
Iniciativa	Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições.					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código:	2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
146.638.856,00	192.199.059,00	157.621.603,00	108.806.814,00	108.806.514,00	0,00	48.815.090,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Servidor apostado			Unidade	1.800,0	0,00	1.500,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.204.333,01	2.911.788,00	(161.543,00)	Servidor apostado		Unidade	19,0

Fonte: SIOF

Foi atingida 83,33% da meta da Força Nacional de Segurança Pública- FNSP, “servidor apostado”, com a mobilização dos profissionais, servidores civis e militares dos Estados e do Distrito Federal que ao participarem de atividades desenvolvidas em decorrência de convênio de cooperação fizeram jus ao recebimento de diária, paga na forma prevista pelo art. 6º da Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007. Também foi atendida a meta de pagamento de indenização para profissional em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança, conforme atendimento das hipóteses previstas em lei. Não se alcançou 100% do previsto devido ao contingenciamento orçamentário do exercício.

Os procedimentos licitatórios foram concluídos a contento de modo a adquirir bens e serviços para a constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública e a implementação de um sistema logístico abrangendo suprimento, transporte, manutenção, animais, finanças, assistência jurídica, dentre outros serviços e meios necessários ao funcionamento organizacional e às operações da FNSP. Ainda continua sendo um evento dificultador a falta de contratação de plano de saúde, no entanto, o processo foi reiniciado e a contratação ocorrerá em 2016.

A capacitação/qualificação dos profissionais foi realizada de maneira adequada, com vista ao aprimoramento das condutas e procedimentos e de modo que os mobilizados sejam capazes de serem multiplicadores de conhecimento e experiência. Atendeu-se à implementação de convênios e outros instrumentos de cooperação mútua, com os Estados e Distrito Federal possibilitando a atuação da Força Nacional e a mobilização de profissionais.

Com efeito, as operações da Força Nacional desenvolveram atividades de patrulhamento em fronteiras, policiamento ostensivo, combate a crimes ambientais, policiamento em áreas indígenas, segurança em grandes eventos, patrulhamento aéreo, apoio em investigação de crimes e perícia, defesa civil e apoio a desastres climáticos.

O funcionamento do Departamento depende da realização das despesas relacionadas com as aquisições e manutenções diversas, necessárias para que as ações atendam ao mínimo dos serviços essenciais, de forma a refletir positivamente alinhados aos demais objetivos das áreas fins, sempre com a pronta resposta a ser empregada ao bem da sociedade, de forma célere e justa.

Procurando melhor desenvolver suas atividades, a Força Nacional realizou a aquisição de veículos para transporte de tropas, proporcionando um melhor planejamento e maior agilidade quanto aos deslocamentos de profissionais por mobilização ou movimentação, realizados em prol da formação ou permutação das diversas operações do DFNSP, além da visível desburocratização e economia com emissão de passagens aéreas nacionais.

Quadro A.4.3.2.5 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8124			Tipo: Atividade		
Título	Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade					
Iniciativa	Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.					
Objetivo	0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania Temático		Código: 2070		Tipo:	
Unidade Orçamentária	30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
100.689.250,00	83.998.879,00	3.041.025,00	0,00	0,00	0,00	3.041.025,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	82,0	0,0	7,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
34.492.300,80	3.367.455,00	0,00	Projeto apoiado	unidade	3,0	

Fonte: SIOP

Em 2015 não foram realizados Convênios devido à estratégia da Secretaria de priorizar as aquisições diretas, visando posterior doação. Outro fator que dificultou a execução da ação foi o contingenciamento orçamentário.

Quadro A.4.3.2.6 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20UD			Tipo: Atividade		
Título	Prevenção à Violência e à Criminalidade					
Iniciativa	Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.					
Objetivo	0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30101 - Ministério da Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.745.220,00	12.328.078,00	4.856.703,00	2.644.729,00	2.644.729,00	0,00	2.211.974,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	11,0	0,0	2.256,0

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
53.975.078,16	675.265,00	(9.615.929,00)	Projeto apoiado	Unidade	57,0

Fonte: SIOP

Nessa ação são implementados os Programas Proteção e Mulheres da Paz. Foram elaborados no âmbito do Ministério da Justiça, com a contribuição das Secretarias de Direitos Humanos, Juventude e Políticas para Mulheres, bem como dos Entes Federados que implantaram projetos bem sucedidos, bem como a Campanha do Desarmamento.

Em 2015 foram repassados os valores relativos aos Convênios celebrados em 2014, com o intuito de atender 550 (quinhentas e cinquenta) mulheres e 825 (oitocentos e vinte e cinco) jovens, perfazendo um total de 1.375 (mil, trezentas e setenta e cinco) pessoas beneficiadas.

Dando continuidade à Campanha do Desarmamento, as indenizações são pagas, por meio do Banco do Brasil S.A., que são efetuadas pelos beneficiários nos terminais de autoatendimento.

Quadro A.4.3.2.7 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8855		Tipo: Atividade			
Título	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública					
Iniciativa	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código: 2070	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	30101 - Ministério da Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
417.886.539,00	267.374.805,00	59.720.329,00	17.184.076,00	17.184.076,00	0,00	42.536.253,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	539,0	0,0	15,0

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
358.185.966,50	52.378.144,00	(17.916.553,00)	Projeto apoiado	Unidade	1.197,0

Fonte: SIOP

Nessa Ação estão abrangidos os Projetos Prioritários Crack, é possível vencer e Brasil mais seguro. Foi dada continuidade às ações previstas nos referidos projetos, por meio de aquisições diretas (equipamentos forense, câmeras fotográficas, etc). Também foi celebrado Convênio com Santa Catarina, visando a implantação e estruturação do Centro Integrado de Comando e Controle.

Quadro A.4.3.2.8 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8858			Tipo: Atividade		
Título	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública					
Iniciativa	Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas					
Objetivo	Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.					
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30101 - Ministério da Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.512.944,00	15.769.236,00	4.888.672,00	2.839.714,00	2.835.744,	3.970,00	2.048.958,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Profissional capacitado			Unidade	17.186,00	0,00	3.020,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
13.670.196,46	155.907,00	(1.555.249,00)	Profissional capacitado		Unidade	3.859,0

Nessa ação é realizada a formação, a capacitação e a valorização dos profissionais de segurança pública. Em 2015 foram realizados cursos presenciais voltados aos Projetos Crack, é Possível Vencer e ao Brasil Mais Seguro.

Ações/Subtítulos - OFSS

As informações constantes do quadro a seguir (Ações/Subtítulos – OFSS) dizem respeito aos subtítulos utilizados especialmente para identificar a localização física da ação orçamentária.

Quadro A.4.3.2.9 – Ações/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000						Tipo: Atividade
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção			Código: 2112		Tipo: -	
Unidade Orçamentária	30101 - Ministério da Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	17.407.603	17.407.603	15.600.300	13.215.687	13.215.687	200	2.384.613
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00001	4.990.414	2.030.613	60.808	-	-	-	

Fonte: SIOP

A ação de administração da unidade tem como objetivo apoiar o desenvolvimento das demais ações do Programa, no que se refere às despesas de caráter administrativo, não contempladas nas finalísticas. Nesse sentido, foram realizadas despesas com recursos provenientes

do Tesouro Nacional, com diárias, passagens, impostos, contratos, aquisições e manutenção de imóvel. Não há previsão de meta física para essa ação.

É importante mencionar que foi executado 89,62% da dotação disponibilizada para a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.4.3.2.10 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	00CA				
Título	Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários e Carcerários, Guadas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros.				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania		Código: 1453	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Secretaria Nacional de Segurança Pública				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
133.808	-	(133.808)	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro A.4.3.2.11 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	8853				
Título	Apoio a Implementação de Políticas Sociais				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania		Código: 1453	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Secretaria Nacional de Segurança Pública				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.691.194	-	(20.355)	-	-	-

Quadro A.4.3.2.12 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8854					
Título	Gestão e Comunicação do PRONASCI					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania			Código: 1453	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Secretaria Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
662.884	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro A.4.3.2.13 – Ações não Previstas LOA do exercício – restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8857					
Título	Apoio a Implementação de Políticas de Segurança Cidadã					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania			Código: 1453	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Secretaria Nacional de Segurança Pública					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
8.239.522	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Situacional

O orçamento original (exceto emendas parlamentares) autorizado no exercício de 2015 para esta Secretaria foi de R\$ 976.309.405,19 (novecentos e setenta e seis milhões, trezentos e nove mil, quatrocentos e cinco reais e dezenove centavos), no entanto, o limite definido para gasto foi de R\$ 503.561.677,25 (quinhentos e três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos). Dessa forma, é importante destacar que foi empenhado 87,0% do limite de empenho. Por outro lado, a despesa liquidada corresponde a 44,0%

do limite final, ou seja, os bens ou serviços foram entregues ou prestados, gerando obrigação efetiva relativa ao pagamento das despesas.

GND	LOA (A)	Limite de Empenho (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	% (D/C)	% (E/C)
Total	976.309.405,19	503.561.677,25	436.577.141,28	221.186.416,43	221.053.049,93	87%	44%
3	493.179.782,19	284.052.083,89	242.243.165,00	204.390.641,42	204.257.274,92	85%	72%
4	483.129.623,00	219.509.593,36	194.333.976,28	16.795.775,01	16.795.775,01	89%	8%

Fonte: Tesouro Gerencial

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2015 nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 trouxe novamente a figura do orçamento impositivo, ou seja, a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas individuais inseridas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2015. Foi liberado o montante de R\$ 439.873.380,00 (quatrocentos e trinta e nove milhões, oitocentos e setenta e três mil e trezentos e oitenta reais), deste valor foi liberado e empenhado R\$ 30.773.459,92 (trinta milhões, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos). Contudo, foram celebrados 42 instrumentos no valor de R\$ 23.543.158,13 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e oito reais e treze centavos), o que equivale à 77% do limite liberado.

Apesar do cenário econômico restritivo, bem como das dificuldades administrativas, tendo em vista o reduzido número de pessoal e a implantação da Coordenação-Geral de Logística da SENASP ter ocorrido apenas em meados do exercício de 2015, a execução foi satisfatória, levando-se em consideração o valor empenhado, no entanto, aproximadamente, 50% do executado foi inscrito em Restos a Pagar, o que gera impacto financeiro no exercício seguinte.

Na oportunidade cabe reiterar que não se aplica à Senasp o quadro “Ações do orçamento de Investimento”.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os principais fatores que prejudicaram uma execução mais eficiente das ações foram os seguintes:

- a) contingenciamento de crédito;
- b) lentidão no trâmite nos processos relativos a aquisições, devido à implantação da área na SENASP apenas em meados do exercício;
- c) número reduzido de profissionais atuantes nas áreas meios e fins da Secretaria; e
- d) Recursos financeiros escassos, resultando na inscrição em restos a pagar de um valor significativo.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Este subitem traz informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores e vigentes no exercício de 2015.

Quadro A.4.3.4.1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	405.621.240,06	104.915.762,89	17.692.880,58	283.012.596,59
2013	261.726.711,03	25.027.195,15	13.384.627,83	223.314.888,05
2012	2.032.397,06	0,00	223.625,78	1.808.771,28
2011	2.491.201,52	783.676,23	5.684,38	1.701.840,91
2010	19.627.769,18	13.080,00	28.493,03	19.586.196,15
2009	12.908.713,68	143.259,75	108.011,25	12.657.442,68
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	92.093,41	92.093,41	0,00	0,00
2013	19.668.601,01	11.498.210,00	0,00	8.170.391,01
2012	13.406,96	200,00	0,00	13.206,96
2011	114,36	0,00	114,36	0,00
2010	1.726.858,00	0,00	0,00	1.726.858,00
2009	1.060.250,00	200,00	0,00	860.250,00
2008	143.823,90	0,00	0,00	143.823,90

Fonte: Tesouro Gerencial

•4.3.4.1 Restos a Pagar Não Processados

O saldo a pagar de 2013 e 2014 refere-se a convênios celebrados e a contratos firmados no final dos exercícios, sem tempo hábil para a efetivação dos pagamentos, o que também não foi possível no exercício de 2015, tendo em vista a limitação financeira. Os recursos recebidos não foram suficientes para arcar com todos os gastos de exercícios anteriores, sendo priorizadas as despesas administrativas e com contratos. Restando, ainda, um saldo elevado de Restos a Pagar para o exercício de 2016.

4.3.4.2 Restos a Pagar Processados

O saldo a pagar de 2013 refere-se a convênios que tiveram o documento hábil emitido, contudo não foi possível a efetivação da transferência do recurso, devido a problemas operacionais no SICONV, referentes às contas bancárias, os quais serão efetivados no exercício de 2016. Os saldos a pagar dos exercícios anteriores a 2013 serão analisados e, se for o caso, cancelados no exercício de 2016.

4.3.4.3 Análise Crítica

Conforme conceituação prevista na Lei n. 4.320/64, Restos a Pagar são as despesas empenhadas e não pagas, até 31 de dezembro.

Os **Restos a Pagar Processados** constituem despesas que foram liquidadas, ou seja, o bem ou serviço foi entregue ou concluído, mas o pagamento, por alguma razão, ficou para o exercício seguinte. São corretamente incluídos na quantia que foi liquidada, ficando pendente apenas o pagamento na forma de transferência bancária. Neste estágio, o credor (quem entregou o bem ou prestou o serviço) já tem o direito de exigir o pagamento pela via administrativa ou até mesmo judicial.

Já os **Restos a Pagar Não Processados** são serviços ou bens não concluídos nem entregues à Administração Pública e, portanto, não foram liquidados e, muito menos, pagos. Essas são despesas sobre as quais não há nenhuma garantia de que serão realizadas, pois, não criaram a obrigação de pagamento, podendo ser canceladas a qualquer momento, motivo suficiente para que não sejam agregadas às despesas liquidadas.

Os Restos a Pagar são manejados fora da lei orçamentária e, por isso, são tidos como extra-orçamentários. Contudo, a despeito de terem sido gerados em anos anteriores, no momento em que são pagos, representam um desembolso que impacta o exercício financeiro em curso.

O montante inscrito em Restos a Pagar para pagamento em 2016, é de R\$ 552,96 milhões, incluindo os relativos a Emendas Parlamentares.

Levando-se em conta que os limites financeiros, recebidos pelos órgãos anualmente, englobam as despesas do ano corrente e os restos a pagar e analisando o cenário econômico atual, percebemos que não conseguiremos liquidar todos os compromissos realizados pela Secretaria, dessa forma, será feita uma análise minuciosa dos valores inscritos em Restos a Pagar, visando à verificação da viabilidade de se manter cada saldo, e, caso seja possível, efetuaremos a anulação daqueles que não são mais devidos.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

O subitem contém informações sobre a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da Senasp. Os quadros a seguir apresentam uma visão gerencial sucinta do conjunto das transferências, da situação da prestação de contas e da análise das contas por suas equipes técnicas

a) Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2013, 2014, 2015.

Quadro A.4.3.5.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	SENASP / Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP					
UG/GESTÃO:	200330 e 200331 / 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	42	187	276	28.976.757,72	62.167.533,30	334.049.612,31
Contrato de repasse	4	3	3	300.000,00	4.534.000,00	0,00
Termo de Parceria	1	0	0	489.960,90	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada (antes: Termo de Cooperação)	18	6	18	16.196.085,97	3.524.211,54	3.984.858,35
Totais	65	196	297	45.962.804,59	70.225.744,84	338.034.470,66
Fonte: SIAFI / SICONV						
Observação: a quantidade e o valor do ano de 2013 divergem neste relatório do que foi informado no anterior, visto que foi identificada e excluída a duplicidade de registro no Convênio nº 791931/2013.						

A maior parte dos convênios e contratos de repasses firmados em 2015, aproximadamente 95%, é oriunda do orçamento impositivo, ou seja, de Emendas Parlamentares aprovadas.

É importante ressaltar que o número de instrumentos celebrados foi menor que nos dois últimos exercícios, isso se deve à nova política implantada pela Secretaria. Há um maior investimento em aquisições diretas, para posterior doação aos Estados e Municípios.

A redução ocorreu, principalmente, devido à expressiva quantidade de instrumentos em execução e à falta de pessoal para realizar o acompanhamento e fiscalização. Pretende-se com a mudança obter melhoria nos resultados alcançados, com a garantia de execução mais correta por parte dos Convenientes.

b) Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

O quadro abaixo demonstra a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos pela Senasp.

Quadro A.4.3.5.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria Nacional de Segurança Pública					
UG/GESTÃO: 200331 e 200330 - 00001					
Exercício da prestação das contas	Quantitativo e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e montante repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	147	-	
		Montante repassado	244.094.158,87	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	
Exercícios anteriores	Contas NÃO prestadas	Quantidade	21	-	
		Montante repassado	15.958.270,32	-	

Fonte: Informações Gerenciais do SICONV – Obs.: Foi utilizado como critério o prazo de encerramento da vigência dos instrumentos, uma vez que a ferramenta gerencial não disponibiliza o prazo de envio da prestação de contas. A falha sistêmica foi objeto do Ofício DEAPSEG nº 200/2014, de 28 de abril de 2014, reiterado pelo chamado nº 37636/2016.

c) Visão gerencial da análise das contas prestadas

O quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas pela Senasp que foram apresentadas no exercício de 2015. Cabe destacar que foi utilizado como critério o prazo de encerramento da vigência dos instrumentos, uma vez que a ferramenta gerencial não disponibiliza o prazo de envio da prestação de contas.

Quadro A.4.3.5.3. – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria Nacional de Segurança Pública				
UG/GESTÃO: 200331 e 200330 - 00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do Relatório de Gestão		Convênios	Contrato de Repasse	...
Contas Analisadas	Quantidade aprovada	12	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-

	Montante repassado (R\$)	244.094.158,87	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	135	-	-
	Montante repassado (R\$)	216.161.352,32	-	-

Fonte: Informações Gerenciais do SICONV – Obs.: Foi utilizado como critério o prazo de encerramento da vigência dos instrumentos, uma vez que a ferramenta gerencial não disponibiliza o prazo de envio da prestação de contas. A falha sistêmica foi objeto do Ofício DEAPSEG nº 200/2014, de 28 de abril de 2014, reiterado pelo chamado nº 37636/2016.

O quadro abaixo demonstra o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela Senasp.

Quadro A.4.3.5.4. – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Segurança Pública					
UG/GESTÃO: 200331 e 200330 - 00001					
Instrumentos da transferência	Quantidades de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	03	09	123
Contratos de repasses	-	-	-	-	-

Análise Crítica

a. Contextualização – Criação do GTConv/Senasp

A Senasp tem envidado esforços no sentido de eliminar de vez o passivo de prestação de contas, adotando diversas tentativas de solução ao longo dos anos. Devido elevado número de prestações de contas “a aprovar”, diversas providências foram desenvolvidas, tais como relatórios internos, planos de ação, criação de grupos de trabalho. Destaca-se que haviam sido criados três grupos de trabalho (Portaria nº 006, de 17/03/2011, Portaria nº 060, de 19/06/2013 e Portaria nº 1.695, de 20/10/2014) que não alcançaram os resultados esperados.

O passivo de prestação de contas “a aprovar” da Senasp foi classificado como um “problema de estoque” que precisa ser tratado: (1) de forma específica, (2) com horizonte definido no tempo, (3) por meio de forças tarefa ou arranjos próprios para atividades que precisam de concentração de esforços por um horizonte de tempo determinado.

Com efeito, instituiu-se, por meio da Portaria da Senasp nº 49, de 30 de julho de 2015, o Grupo de Trabalho para Eliminação do Passivo de Prestação de Contas de Convênios (GTConv/Senasp), com prazo de duração de 18 (dezoito) meses, prorrogáveis por igual período, prazo em que se prevê a eliminação do passivo de prestação de contas da Senasp.

A fim de avaliar a evolução da Senasp na eliminação do passivo de prestação de contas, apresentamos os seguintes dados relativos ao período de julho a dezembro/2015:

b. Quantidade de processos analisados no período

No período de julho a dezembro/2015, foram acessados 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) Prestações de Contas, somando o montante de **R\$ 777.487.860,22** (setecentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais e vinte e dois centavos).

Após a análise dos 555 processos descritos no item acima, foram emitidos 817 (oitocentos e dezessete) Pareceres, sendo: 252 (duzentos e cinquenta e dois) Pareceres de análise financeira e 565 (quinhentos e sessenta e cinco) Pareceres de análise técnica. Todos os dados podem ser conferidos na Planilha anexa a este processo.

A quantidade total de Processos analisados, a quantidade total de Pareceres emitidos e o valor total movimentado desde a implantação do Grupo de Trabalho estão identificados na tabela abaixo:

Tabela A.4.3.5.1. – Processos acessados pelo GTConv-Senasp em 2015

PROCESSOS ACESSADOS 2015		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Julho	47	R\$ 58.161.020,44
Agosto	84	R\$ 186.779.781,76
Setembro	104	R\$ 137.838.486,70
Outubro	111	R\$ 169.830.471,00
Novembro	106	R\$ 109.656.747,37
Dezembro	103	R\$ 115.221.352,95
TOTAL	555	R\$ 777.487.860,22

Tabela A.4.3.5.2. – Pareceres emitidos pelo GTConv-Senasp em 2015

PARECERES EMITIDOS - GTCONV/SENASP		
ANO	MÊS	QUANTIDADE
2015	JULHO	53
	AGOSTO	120
	SETEMBRO	165
	OUTUBRO	162
	NOVEMBRO	157
	DEZEMBRO	160
TOTAL		817

c. Quantidade de prestações de contas aprovadas

Foram aprovadas 118 (cento e dezoito) Prestações de Contas finais entre julho e dezembro do ano de 2015, no mês de setembro, totalizando o valor de **R\$ 129.497.927,66** (cento e vinte e nove milhões quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos).

Tabela A.4.3.5.3. – Prestações de contas aprovadas em 2015

PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS SENASP 2015		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Julho	07	R\$ 5.891.240,12
Agosto	25	R\$ 21.714.401,58
Setembro	30	R\$ 32.788.838,99
Outubro	21	R\$ 29.198.038,33
Novembro	24	R\$ 30.024.022,92
Dezembro	11	R\$ 9.752.241,32
TOTAL	118	R\$ 129.497.927,66

d. Processos encaminhados para instauração de tomada de contas especial

Desde a implantação do Grupo de Trabalho, foram encaminhados 14 (quatorze) Prestações de Contas para instauração de Tomada de Contas Especial, somando um montante de **R\$ 27.899.796,59**.

e. Valores resgatados pela Senasp

Dentro do período estabelecido, foi recolhido o valor de R\$ 1.853.734,79 (um milhão, oitocentos e cinquenta e tres mil, setecentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme planilha demonstrativa.

Para fins de comparação, há que se considerar o Grupo de Trabalho criado no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça (GTConv/SE), por meio da Portaria nº 1.695, de 20 de outubro de 2014, cujo objetivo era o de analisar as prestações de contas dos convênios “a aprovar” do órgão. Esse Grupo foi responsável pela aprovação de 47 (quarenta e sete) convênios da Senasp num período de oito meses. Já o GTConv/Senasp, por sua vez, aprovou um total de 118 (cento e dezoito) convênios em cerca de cinco meses.

Os bons resultados do GTConv/Senasp podem ser atribuídos à motivação dos profissionais envolvidos, à dedicação do gerente e coordenador do grupo e à metodologia utilizada

Em virtude de todo o exposto, nota-se o esforço continuamente envidado pela Senasp no sentido de regularizar a situação de seus convênios, visando garantir um fluxo adequado aos seus processos, desde a celebração até a prestação de contas, além de eliminar o elevado estoque de processos “a aprovar”.

f. Novas diretrizes para substituição do repasse de recursos por meio de convênios

Ademais, cabe destacar que a Senasp está desenvolvendo novas diretrizes para substituição do repasse de recursos por meio de convênios pela realização de aquisições por parte da própria Secretaria Nacional, com posterior doação dos bens.

No intuito de aumentar a efetividade, a eficiência e a eficácia de suas aquisições, em virtude das especificidades das aquisições no âmbito da segurança pública, esta Secretaria decidiu-se pela criação de uma Coordenação-Geral de Logística – CGL em sua estrutura, desvinculando-se da CGL/MJ.

Em 11 de junho de 2015, foi publicada a Portaria nº 686, que delega competência à Secretária Nacional de Segurança Pública para atos relacionados às aquisições e contratações. O objetivo foi permitir especialização das aquisições e contratações vocacionadas ao reaparelhamento e obras de Segurança Pública e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente a celebração de convênios.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Em relação à estrutura de pessoal para análise das prestações de contas, acrescentamos às informações do tópico “Visão gerencial da análise das contas prestadas” os seguintes dados:

Tabela A.4.3.5.1.1. – Estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

	Área responsável	Nº de Profissionais (2015)
Prestações de contas com prazos de vencimento até 1º de julho de 2015	GTConv/Senasp	22
Prestações de contas com prazos de vencimento posteriores a 1º de julho de 2015	CGFis/DEAPSEG/SENASP	4

Pode-se destacar a carência de pessoal como uma das principais causas para o atraso no tratamento, análise e posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados.

Ademais a estrutura de pessoal mostra-se inadequada, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Insuficiência de força de trabalho;
- Rotatividade dos servidores;
- Ausência de funções e/ou gratificações para os servidores;
- Desmotivação dos servidores em virtude da alta responsabilidade das atribuições desenvolvidas e pela insuficiência de mecanismos de valorização pecuniária e profissional;
- Grande pressão e demanda dos órgãos de controle, além da possibilidade de sanções (até criminais) por falhas na instrução de processos;
- Elevado passivo de prestação de contas;
- Crescimento vertiginoso das demandas da SENASP com a recepção de toda a gestão do PRONASCI sem o aumento da estrutura da Secretaria.

4.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, sobre a execução das despesas pela Senasp, com informações sobre as despesas totais por modalidade de contratação; despesas por grupo e elemento de despesa e análise crítica da realização da despesa.

4.3.6.1 Despesas totais por modalidade de contratação

De modo a demonstrar a evolução das rubricas ao longo do tempo, foram dispostas no quadro abaixo informações sobre 2015 e 2014.

Quadro 4.3.6.1- Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
• Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.397.551	13.857.875	8.347.414	13.857.875
• Convite				
• Tomada de Preços				
• Concorrência				
• Pregão	8.397.551	13.857.875	8.347.414	13.857.875
• Concurso				
• Consulta				
• Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
• Contratações Diretas (h+i)	56.582.434	45.554.641	56.458.722	45.554.641
• Dispensa	55.461.770	30.143.645	55.340.858	30.143.645
• Inexigibilidade	1.120.664	15.410.996	1.117.864	15.410.996
• Regime de Execução Especial	-	-		
• Suprimento de Fundos	-	-		
• Pagamento de Pessoal (k+l)	126.928.893	127.170.285	126.928.893	127.170.285
• Pagamento em Folha*	9.314.752	9.245.015	9.314.752	9.245.015
• Diárias	117.614.141	117.925.270	117.614.141	117.925.270
• Outros	35.123.658	14.272.332	35.121.062	14.236.377
• Total (1+2+3+4+5)	227.032.536	200.855.133	226.856.091	200.819.178

(*)Valor pago referente à força de trabalho alocada na Secretaria Nacional De Segurança Pública - SENASP. Entretanto, a despesa é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda a folha de pessoal do MJ, inclusive dos servidores da SENASP.

4.3.6.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. As informações estão dispostas em quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada**, **Despesa Liquidada**, **RP não processados** e **Valores Pagos**.

Quadro 4.3.6.2- Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Nome do elemento de despesa								
39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	127.633.224	112.283.064	126.351.641	112.233.224	1.281.582	49.840	126.349.045	112.204.474
36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	98.367.489	52.153.009	69.183.973	33.262.225	29.183.516	18.890.783	69.063.061	33.262.225
Demais elementos do grupo	51.891.409	69.164.212	21.888.442	43.218.387	30.002.969	25.945.825	21.873.464	43.211.182
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
52 – Equipamentos e Material Permanente	211.719.764	33.648.766	186.400	2.896.282	211.533.364	30.752.484	186.400	2.896.282
41 – Contribuições	154.325.191	94.410.272	-	-	154.325.191	94.410.272	-	-
Demais elementos do grupo	1.440.367	-	107.329	-	1.333.038	-	60.280	-
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação ao Quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa” - “Despesas Correntes”, verificamos que não houve alteração nos elementos de despesa que tiveram maior

execução em 2014 e 2015, no entanto, percebe-se ampliação dos montantes empenhados e liquidados na Natureza de Despesa (ND) 339039 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, o que se justifica pelo acréscimo do contrato nº 45/2013 – SERPRO (SINESP). O valor expressivo executado na ND 339036 – outros serviços de terceiros – pessoa física refere-se às diárias pagas aos profissionais de segurança pública mobilizados pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, bem como ao pagamento de horas-aula.

Em referência às Despesas de Capital, observa-se ampliação na aquisição de equipamentos e material permanente 449052, tendo em vista, alteração da política, priorizando a aquisição direta em detrimento das transferências voluntárias. Em todo caso, o montante relativo ao elemento de despesa 41 – Contribuições foi maior que em 2014, devido ao crescimento de Emendas Parlamentares aprovadas e à celebração de convênios com os Estados de Goiás e Santa Catarina, visando à implantação e estruturação dos Centros Integrados de Comandos e Controle.

4.4 Desempenho operacional

Considerando que este item prevê a análise de resultados obtidos pela Senasp na condução dos objetivos definidos nos planos e que este tema foi tratado em outros itens do relatório, tais como “Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados” e “Apresentação e análise de indicadores de desempenho”, não há informações adicionais a serem prestadas.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O presente item tem por objetivo demonstrar os principais indicadores utilizados pela Senasp para monitorar os esforços empreendidos na direção de resultados a serem alcançados.

Foram adotados, via de regra, os atributos a) objetivo institucional; b) denominação do indicador; c) finalidade do indicador; d) meta; e) responsável pela meta; f) fórmula de cálculo; g) polaridade/estilo; h) periodicidade do acompanhamento; i) índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada; j) índice alcançado em 2015; k) análise crítica.

a) Indicadores estratégicos delineados no âmbito do Planejamento Estratégico do MJ

Em 28/01/2016, na 3ª Reunião de Monitoramento do Planejamento Estratégico, foi pontuado:

Quadro A. 4.5.1 – Indicador estratégico 2015-2019

Objetivo estratégico nº 1	Indicador Estratégico	Meta	Periodicidade de acompanhamento
Reduzir homicídios	Redução do número de homicídios	5% ao ano por 3 anos ou 15 % no final de 2018	Anual

Este indicador estratégico ainda **não está em uso**. A proposta de Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, que apoia este objetivo estratégico, propõe redução em 15% do número absoluto de homicídios dolosos no país até 2018, o que corresponde a cerca de 5% de redução ao ano, a contar de 2016, quando se iniciam ações importantes e de impacto na redução de homicídios.

O monitoramento do indicador só será iniciado após o final de 2016, visto que há um prazo necessário para o encerramento da coleta dos dados de homicídios através do SINESP.

Quadro A. 4.5.2 – Indicador estratégico 2015-2019

Objetivo estratégico nº 6	Indicador Estratégico	Meta	Periodicidade de acompanhamento
Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública	Quantidade de Centros Integrados de Comando e Controle implantados e ativos	15 novos implantados (até 2019)	Anual

A quantidade de CICC's novos implantados e ativos é **zero**. Tal resultado é o esperado considerando o planejamento de expansão dos CICC's em andamento.

Em **2015** foram realizadas **15 visitas técnicas preliminares aos Estados** e diversas providências para subsidiar o planejamento de contratação dos CICC's. Em dezembro foi **celebrado convênio com Santa Catarina** para construção e aparelhamento tecnológico do CICC, bem como celebração de convênio com **Goiás** para aperfeiçoamento tecnológico do CICC já existente em Goiânia. Os projetos foram aprovados e empenhados com o **valor total de R\$ 39 milhões**, com **prazo previsto de execução de 12 meses**.

Para construção dos **demais 13 CICC's**, a **estratégia** será diferente. A partir das análises e visitas preliminares realizadas, a SENASP está finalizando o estudo técnico para **contratação de empresa especializada** para elaboração de **13 anteprojetos de engenharia e**

TIC, que subsidiará a contratação integrada por RDC de empresa especializada para elaboração de projeto básico, projeto executivo e execução de obras de engenharia e estruturação tecnológica dos CICC's.

Quadro A. 4.5.3 – Indicador estratégico 2015-2019

Objetivo estratégico nº 6	Indicador Estratégico	Meta	Periodicidade de acompanhamento
Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública	Estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao SINESP	27 ativos (até 2019)	Semestral

A partir de dezembro de 2014 iniciamos a implantação do sistema de registros de Procedimentos Policiais Eletrônicos - PPE. Atualmente o sistema está em funcionamento em 20 delegacias de Boa Vista/RR, no qual 318 Policiais Civis foram capacitados. No primeiro semestre de 2016 há previsão de implantação do PPE em Amapá e em Maranhão e no segundo semestre de 2016, em Piauí.

Para os estados que já possuem sistema próprio, o Sinesp dispõe de solução para integração de base de dados de Boletins de Ocorrência – Sinesp Integração. No segundo semestre de 2015, iniciamos projeto piloto no Distrito Federal.

O DEPAID tem envidado esforços junto aos Estados para que as Integrações dos Boletins de Ocorrências ocorram com a maior brevidade possível. **Todavia, o alcance da meta depende de disponibilidade das equipes técnicas e infraestrutura dos estados. Além disso, alguns sistemas estaduais necessitam de customizações para atender os padrões adotados no Sinesp Integração.**

b) Outros indicadores

Quadro A. 4.5.4 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Cursos EaD disponibilizados

Finalidade do Indicador: Ampliar o cardápio de cursos da Rede EaD/Senasp

Meta: Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EaD/Senasp)

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	5 (cursos) x 4 (anos)	Quanto maior, melhor	Semestral	25 novos cursos, em 2014	6 cursos novos

Análise crítica: De 2012 a 2014, foram desenvolvidos 25 novos cursos da Rede EaD. No exercício 2015, 6 novos cursos foram desenvolvidos: Necropapiloscopia, Prevenção e Enfrentamento a Tortura, Análise Criminal 2, Perícia Papiloscópica em Identificação Humana, Políticas Públicas de Segurança Pública e Convênios: Formalização e Execução. No quadriênio 2012-2015, foram disponibilizados 31 novos cursos na Rede EaD/Senasp. Não obstante a meta ter sido superada em 55%, asseveramos que o atraso no cumprimento dos prazos por parte dos conteudistas em remeter o material didático-pedagógico, somado ao encerramento e renovação do contrato da empresa que procede a transposição dos conteúdos para a Plataforma, ocorrido em 2013, foram as principais dificuldades encontradas na

execução dessa meta.

Quadro A. 4.5.5 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Projetos pactuados

Finalidade do Indicador: Fomentar a implementação de programas de atenção biopsicossocial e valorização dos profissionais

Meta: Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Somatório de projetos pactuados	Quanto maior, melhor	Semestral	52 projetos de valorização profissional, de 2012 a 2014	0

Análise crítica: O Programa Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, pactua com os Entes Federados por meio de Edital de Chamada Pública, apoiando ações específicas, de acordo com a política de valorização da Senasp. Os editais fomentam projetos e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional nas Unidades da Federação, investindo em linhas que versam acerca da “redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional”, “prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas” e “qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho”. No período de 2012 a 2014, a Senasp pactuou 52 projetos relacionados a valorização profissional, superando a meta proposta em cerca de 30%. A quantidade de projetos pactuados, por ano, são os seguintes: 2012: 15 projetos; 2013: 24 projetos; 2014: 13 projetos. A política em questão, cujas metas físicas foram superadas, poderiam ter sido ampliadas, entretanto, no ano de 2015, em virtude de contingenciamento no orçamento, não foi realizado Edital de Chamada Pública. Destarte, devido ao referido contingenciamento financeiro, os repasses para alguns convênios celebrados em 2013 e 2014 não ocorreram.

Quadro A. 4.5.6 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Vagas ofertadas

Finalidade do Indicador: Aprimorar e qualificar os profissionais de segurança pública por meio de cursos e capacitações

Meta: Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Vagas ofertadas em cursos na	Quanto maior, melhor	Semestral	32.646 vagas criadas, de 2012 a 2014	8000

	modalidade presencial				
--	-----------------------	--	--	--	--

Análise crítica: A Senasp realiza seus cursos por execução direta, em parceria com os estados e DF, ou mediante convênios, por intermédio de transferências voluntárias de recursos. O público-alvo são os profissionais de segurança pública dos Estados (Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares, Profissionais de Perícia), DF e Municípios (Guardas Municipais). Essas capacitações são ações intimamente relacionadas com programas prioritários da Presidência da República, onde destacamos o “Brasil Mais Seguro – BMS” e “Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron”. Ainda fazem parte dessa meta os cursos realizados em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Estão abarcados nessa ação diversos cursos que visam a redução da criminalidade violenta e segurança pública nas fronteiras: “Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais”, “Curso de Necropapiloscopia”, “Curso de Local de Crime”, “Curso de Análise Criminal”, “Curso de Unidades Especializadas de Fronteira”, “Curso de Policiamento em Vias Hídricas”, “Curso de Operações de Inteligência”, Curso de Inteligência de Sinais”, “Curso de Produção do Conhecimento”, entre outros. Os treinamentos do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, ou seja, as “Instruções de Nivelamento de Conhecimento – INC”, também estão computados nesta meta. Outra ação importante, que demandou grande articulação interministerial e digna de destaque é o “Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios”, envolvendo esforços do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Secretaria de Política para as Mulheres. Tal capacitação visou qualificar os profissionais dos órgãos de perícia oficial e os profissionais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento e atendimento integral e humanizado das pessoas vítimas de violência sexual. A Senasp, de 2012 a 2014, disponibilizou 32.646 vagas aos profissionais de segurança pública nos cursos e atividades de ensino na modalidade presencial. Já em 2015, foram abertas 8.000 vagas. Dito isto, no período compreendido de 2012-2015, foram disponibilizadas 40.646 vagas nos cursos presenciais da Senasp.

Quadro A. 4.5.7 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Rede Integrada

Finalidade do Indicador: Integrar a Rede EaD às Instituições de Ensino de Segurança Pública dos Estados

Meta: Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Não se aplica	Não se aplica	Semestral	Em 2014, 18 Estados e 5 Guardas Municipais estavam integrados a Rede EaD, fazendo uso do módulo academia	18 Estados e 10 Municípios

Análise crítica: A Rede EaD-SENASP, que em 2015 completou 10 anos, vem disponibilizando, de forma gratuita, cursos continuados de qualificação e aperfeiçoamento aos profissionais de segurança pública. Com intuito de integrar a Rede EaD/Senasp às ações de educação das instituições de segurança pública, são ofertados cursos através do "Módulo Academia", que é uma ferramenta que possibilita a criação de turmas fechadas, de acordo com a demanda e necessidade das Instituições de segurança pública, complementando as ações de educação dessas instituições. O "módulo academia" integrou as ações da Rede EaD/Senasp as ações de educação das instituições de segurança pública, sendo amplamente utilizado visto o baixo custo, diminuição da carga-horária presencial dos cursos, bem como a otimização e diminuição do tempo de execução das capacitações. A utilização do módulo academia por parte dos entes federados comprovam o atingimento da meta, visto a seguinte evolução: em 2012, 12 estados e 4 municípios utilizavam a ferramenta; em 2013,

16 estados e 6 guardas municipais; em 2014, 18 estados e 5 guardas municipais; já em 2015, 18 Estados e 10 Municípios utilizaram a ferramenta. Estes indicador representa um crescimento significativo e maior interação entre a SENASP e as Instituições de Segurança Pública, sendo que para os próximos exercícios a ferramenta será ampliada, tendo em vista os excelentes resultados apresentados e a maior procura por parte das citadas instituições.

Quadro A. 4.5.8 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Cursos de pós-graduação lato sensu

Finalidade do Indicador: Qualificar os operadores de segurança pública pela oferta de cursos de especialização

Meta: Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por UF

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Somatório dos cursos ofertados	Quanto maior, melhor	Semestral	No quadriênio, até 2014, 21 Unidades Federativas foram contempladas com cursos Renaesp	0

Análise crítica: Os cursos ofertados pela RENAESP se constituem de especialização lato sensu executados em parceria com as Instituições de Ensino Superior, mediante a publicação de Editais. Nesse sentido, os editais possuem potencial para contemplar, no mínimo, uma Instituição por Unidade Federativa. Ao longo do quadriênio, foram lançados 4 editais ofertando cursos de especialização por meio da Renaesp, totalizando 21 unidades federativas contempladas com execução desses cursos. Isso posto, se percebe que 74% da meta foi atingida. Cabe destacar que o não atingimento da meta se justifica visto os seguintes fatores: i) A Senasp ofertou parcerias de cursos para todos os Estados, no entanto, em 6 UF as IES não apresentaram propostas; ii) visto que mesmo sendo lançado Editais pela Senasp, o envio de proposta é ato personalíssimo da IES, não possuímos total governabilidade; iii) o contingenciamento financeiro impediu o repasse de recursos referente ao Edital nº 01/2014. Isso posto, não contempladas 6 unidades da federação (AL, AM, ES, MS, PI e PR). Cabe destacar que os técnicos da Senasp se empenharam na divulgação dos editais junto às instituições de ensino superior almejando incentivar a realização de cursos Renaesp, em especial os estados ainda não contemplados, todavia, não ocorreu o envio de propostas de instituições de ensino superior desses Estados.

Quadro A. 4.5.9 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Pesquisas realizadas

Finalidade do Indicador: Induzir as pesquisas em segurança pública

Meta: Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do	Índice alcançado em 2015
-------------	--------------------	-------------------	---------------------------------	--	--------------------------

				mês/ano em que foi realizada	
CGDESP/DEPAID/SENASP	Total de pesquisas realizadas	Quanto maior, melhor	Semestral	7 pesquisas, de 2012 a 2014	3

Análise crítica: Os estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública são imprescindíveis para a qualificação dos profissionais da área, avanço das instituições, e diagnósticos acerca dos problemas e soluções da segurança pública no Brasil. Os estudos e pesquisas foram realizadas em parceria com o PNUD, sendo 2 pesquisas em 2012, 3 pesquisas em 2013, 2 pesquisas em 2014 e 3 em 2015. Assim, no quadriênio foram realizadas 10 pesquisas e/ou estudos, superando a meta em cerca de 150%.

Quadro A. 4.5.10 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Rede de gestores criada

Finalidade do Indicador: Articular e integrar os gestores das instituições de ensino em Segurança Pública

Meta: Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Não se aplica	Não se Aplica	Anual	Rede parcialmente criada em 2014.	Não se aplica.

Análise crítica: No primeiro semestre de 2013 foi elaborado o planejamento para o III Encontro de Áreas Educativas e do V Encontro de Tutores Máster da Rede de Educação a Distância – EaD/Senasp. O referido encontro, entre outros objetivos, visava estabelecer diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em especial, entre os gestores de ensino. Assim, a Rede Ead/Senasp desenvolveu a ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino”, destinado a discussões entre os Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública de todo país e os Tutores Master Estaduais. A Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública se encontra pronta e disponível junto a plataforma da Rede EaD Senasp, sendo muito utilizada pelos Tutores Master da referida Rede. No que diz respeito aos Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública, a previsão para funcionamento pleno seria no primeiro semestre de 2015, após o “Encontro Técnico dos Gestores de Ensino”, evento que não ocorreu, haja vista o contingenciamento de recursos. A ferramenta está pronta e disponível na plataforma da Rede EaD/Senasp, sendo utilizada pelos Tutores Masters Estaduais e Municipais. No que tange ao funcionamento pleno, ou seja, com a inclusão dos gestores das instituições de ensino de segurança pública, não foi possível atingir a meta, visto o que segue: i) contingenciamento financeiro e cancelamento do “Encontro Técnico”; ii) Mudanças nos gestores de educação das Instituições de Ensino dos entes federados. Dito isto, a meta foi parcialmente atingida, uma vez que a Rede de Gestores de Educação se encontra em funcionamento com os Tutores Master da Rede EaD. No que diz respeito aos gestores das instituições de ensino, para o ano de 2016 será realizado o Encontro Técnico para ajustar detalhes e integrar os referidos profissionais à Rede.

Quadro A. 4.5.11 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Temática racial incorporada					
Finalidade do Indicador: Incorporar a temática racial, de forma transversal em todas as ações de capacitação da Senasp, seja ela inicial ou continuada					
Meta: Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada					
Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Não se aplica	Quanto maior, melhor	Anual	Temática incorporada transversalmente, conforme MCN	Temática incorporada
<p>Análise crítica: As ações de capacitação da Senasp são pautadas pela “Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – MCN”. A MCN se constitui em um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar as capacitações iniciais e continuada dos órgãos de segurança pública. A referida MCN foi concebida em 2003 e no período de 2011 a 2012 passou por um processo de ampla revisão de suas diretrizes, orientações pedagógicas, eixos articuladores e áreas temáticas. A nova versão da MCN foi concluída em 2013 e publicada no ano de 2014. Foram impressos 8.000 exemplares, sendo distribuídos para as instituições de ensino de segurança pública e profissionais da área. A nova versão da Matriz incluiu em seu texto original, dentre outros pontos, o eixo articulador “Diversidade Étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública”. Relevante salientar que os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos de caráter transversal, o seja, devem nortear as orientações didático-pedagógicas e permear as diferentes disciplinas, seus objetivos e conteúdos. Ainda em 2013 foi realizado o Workshop “A abordagem policial e a promoção da igualdade racial”, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos e profissionais da Polícia de Miami. Destaca-se que essas ações foram realizadas em parceria com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e Embaixada Americana. Além disso, foram finalizadas, no segundo semestre de 2013, duas pesquisas com o tema: “Segurança Pública e Questões Raciais”, cujo objetivo é aprimorar o tratamento do tema nas ações de educação profissional direcionadas às instituições de segurança pública. Nos anos de 2014 e 2015, as capacitações realizadas pela Senasp, nas modalidades presencial e a distância, a temática racial permeou todos os conteúdos, de maneira transversal.</p>					

Quadro A. 4.5.12 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.					
Indicador: Profissionais capacitados					
Finalidade do Indicador: Qualificar os operadores de segurança pública pela oferta de cursos de capacitação continuada, na modalidade a distância					
Meta: Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área					
Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGDESP/DEPAID/SENASP	Somatório das aprovações nos diversos cursos	Quanto maior, melhor	A cada ciclo da Rede EaD	857.161 profissionais capacitados, de 2012 a 2014	216606

EaD				
-----	--	--	--	--

Análise crítica: A educação a distância promovida pela Senasp é realizada pela Rede EaD, tendo por especial fim qualificar os profissionais de segurança pública pela capacitação continuada, ofertados em sua plataforma própria. Atualmente estão disponíveis na referida Rede, cerca de 73 cursos de aperfeiçoamento profissional, os quais foram construídos devidamente ancorados nas orientações da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. A meta proposta no Plano Plurianual 2012-2015, foi amplamente superada, sendo capacitados no período 1.073.767 profissionais de segurança pública em cursos na modalidade a distância. A superação da meta pode ser atribuída a expansão da Rede EaD, que em 2015 completou 10 anos de criação, as novas tecnologias que dinamizaram a plataforma, a construção e atualização pedagógica de novos cursos, o módulo academia que passou a atender as demandas específicas de capacitação dos Estados e a maior divulgação das suas funcionalidades aos profissionais da área.

Quadro A. 4.5.13 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Profissionais capacitados

Finalidade do Indicador: Qualificar profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de crack e policiamento de proximidade

Meta: Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
DEPRO/SENASP	somatório dos profissionais capacitados nos diversos cursos relacionados a temática	Quanto maior melhor	Semestral	de 2012 a 2014, 7.863 profissionais capacitados na temática	605

Análise crítica: A capacitação de profissionais de segurança pública para atuarem em locais de uso de drogas é importante ação para o sucesso do “Programa Crack, é possível vencer”. As capacitações desenvolvidas visavam qualificar os profissionais em temáticas de policiamento ostensivo e preventivo de proximidade, com a utilização de “bases comunitárias com videomonitoramento móvel”. Foram ofertados os seguintes cursos: “Módulo I: Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária”, “Módulo II: Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias, Redes de Atenção e Cuidados – TEPAC/RAC” e “Módulo III: Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias, Abordagem a pessoas em situação de risco – TEPAC/APSR”. Foram capacitados nos cursos em epígrafe, 8.468 profissionais de segurança pública, superando a meta inicialmente prevista.

Quadro A. 4.5.14 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Profissionais capacitados

Finalidade do Indicador: Qualificar profissionais de segurança pública para atuarem no PROERD

Meta: Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack é Possível Vencer.

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
DEPRO/SENASP	Somatório dos profissionais capacitados no programa	Quanto maior, melhor	Semestral	De 2012 a 2014, 2.280 profissionais foram capacitados na temática	2838

Análise crítica: O “Programa Crack, é possível vencer” foi instituído com escopo de capacitar policiais militares para a atuação preventiva de natureza primária contra o uso de drogas junto à comunidade escolar, com foco nos alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental, por meio do PROERD – Programa Educacional de Resistência a Violência e as Drogas. As capacitações foram pactuadas com os entes federados em Acordos de Cooperação Técnica, onde foram ofertados os “Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD” e “Curso Nacional de Mentores do PROERD”. Dito isso, no período de 2012-2015, foram capacitados 2.838 policiais militares para a atuação junto ao “Programa Crack, é possível vencer”, totalizando 87,60% da meta proposta. O não atingimento da meta de capacitação é atribuída a alta complexidade do projeto, em especial, as seguintes dificuldades de execução: conciliar o calendário dos cursos com o calendário das instituições parceiras; não apresentação de discentes por parte dos respectivos comandos; estruturas físicas inadequadas; emprego dos profissionais de segurança pública na Copa do Mundo FIFA 2014, o que obrigou um recesso escolar de cerca de 4 meses; atividades operacionais relativas aos grandes eventos e missões extraordinárias, entre essas, as manifestações populares de junho 2013 e eleições gerais de 2014.

Quadro A. 4.5.15 – Indicadores internos

Objetivo: Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Indicador: Diretriz criada e positivada por meio de Portaria da política de pessoal

Finalidade do Indicador: Criar diretriz sobre política de pessoal para atuação nas fronteiras

Meta: Construção de diretriz sobre a Política de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras.

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
Qualivida/DEPAID	Não se Aplica	Não se Aplica	Semestral	Não se Aplica	Não se Aplica

Análise crítica: Tendo em vista a necessidade premente de melhorar as condições de trabalho e fixar os profissionais de segurança pública nas localidades de fronteira, de acordo com as orientações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron, se iniciou, gradativamente, a implementação das Diretrizes sobre a Política de Pessoal para os Profissionais dos órgãos de segurança pública de fronteira, conforme o eixo seis da Estratégia em comento. Dito isso, a Senasp com apoio do PNUD, produziu o Caderno Técnico “Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que Atuam na Faixa de Fronteira Brasileira”, desenvolvido nos anos de 2012 e 2013 e publicada no ano de 2014, com uma tiragem de 1.000 exemplares, distribuídos às Instituições de Segurança Pública de fronteira. Em 20 de novembro de 2013, foi publicada a Portaria da Senasp nº 136, instituindo no âmbito da Enafron a Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que atuam na faixa de fronteira. A partir de 2014, tendo em vista as observações do Caderno Técnico e as Diretrizes da Portaria nº 136/2013, foram realizados arranjos de gestão com os 11 Estados Brasileiros de Fronteira, em especial, nos Encontros Técnicos da Enafron. Nesses eventos, foi possível acompanhar o andamento dos convênios, as operações policiais promovidas, bem como identificar as necessidades, carências e boas práticas dos órgãos de segurança pública no que tange a política de pessoal, as principais diretrizes a serem

implementadas e as demandas mais urgentes. Em 2015, se intensificou a divulgação das Diretrizes da Política de Pessoal nos cursos realizados pela Senasp. A meta de construção das diretrizes da política de pessoal foi efetivamente atingida com a construção do Caderno Técnico e publicação da Portaria nº 136/2013.

Quadro A. 4.5.16 – Indicadores internos

Objetivo: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Indicador: Pactos Federativos

Finalidade do Indicador: Fomentar a implementação do Sinesp nas UF

Meta: Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
SINESP	Somatório dos pactos celebrados	Quanto maior, melhor	Anual	em 31/12/2014, 27 pactos celebrados	Não se aplica.

Análise crítica: Para a implementação e funcionamento do SINESP, a participação proativa das Unidades Federativas é imprescindível, uma vez que a alimentação e atualização dos dados no sistema deve ser procedida pelas Instituições de Segurança Pública. Isso posto, diversos arranjos de gestão para a formalização da pactuação foram feitos com os Estados e DF. Satisfatoriamente a meta foi concluída e atualmente todos os Estados da Federação aderiram ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp. A adesão ao Sinesp foi formalizada via acordo de cooperação técnica entre todos os entes federados para fornecimento e atualização de dados no sistema. Outra importante ação digna de nota foi a instituição do Conselho Gestor do Sinesp, por meio da publicação do Decreto 8.075 de 14 de agosto de 2013. O referido Conselho Gestor tem a representação da União, dos Estados e do Distrito Federal, sendo responsável por estabelecer os critérios de padronização dos procedimentos policiais. O Ministério da Justiça normatizou o Conselho Gestor em Portaria, tendo realizado oito reuniões ordinárias e uma extraordinária. Ademais, no ano de 2015 foi publicada a 1º Resolução do Conselho Gestor que trata dos critérios de adimplência das Unidades da Federação junto ao Sinesp.

Quadro A. 4.5.17 – Indicadores internos

Objetivo: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Indicador: Projetos apoiados

Finalidade do Indicador: Reparar os órgãos e instituições de segurança pública

Meta: Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios Informações Básicas

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
SINESP e CGPES/DEPAID/SENASP	Somatório dos projetos apoiados	Quanto maior, melhor	Semestral	2012 a 2015, 72 convênios	0

Análise crítica: Para a implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, instituído pela Lei Federal nº 12.681/2012, no ano de 2012 foram publicadas as Portarias nº 58 e 71, para seleção de projetos estaduais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco na aquisição de computadores de mesa, servidores de rede e licenciamento de softwares, além fomentar a modernização e melhoria da gestão dos instituições de segurança pública dos entes federados por meio do desenvolvimento, customização ou aquisição de sistemas informatizados para a gestão de recursos operacionais e de registros de atendimento/ocorrência dos órgãos e entidades de segurança pública estaduais. No referido ano foram pactuados 23 convênios, totalizando um valor global de R\$ 37.782.541,67. Ato contínuo, no ano de 2013 foi publicada a Portaria nº 128, de 25 de outubro de 2013, tendo por especial fim apoiar projetos para a melhoria da gestão das instituições de segurança pública dos entes federados, por meio de transferência voluntária de recursos para sistemas de informações, equipamentos de informática e/ou licenças de softwares, dando nova oportunidade aos entes que não tiveram suas propostas aprovadas nas portarias anteriores, acarretando na celebração de 18 convênios, totalizando um repasse R\$ 38.953.061,66. Apenas o estado do Amapá não apresentou proposta. Assim sendo, no quadriênio 2012-2015, a Senasp, para a materialização do Sinesp, celebrou 41 convênios com os entes federados, totalizando um repasse de R\$ 76.735.603,33. Cabe destacar ainda que a Senasp, no ano de 2012, também apoiou a estruturação dos Núcleos de Estatísticas e Análise Criminal e fomentou as ações dos Planos Estaduais de Segurança Pública, onde foram celebrados 15 convênios com transferência voluntária de R\$ 7.903.196,00. Nessa mesma política pública, em 2013 foram pactuados 16 convênios com os entes federados (R\$ 9.754.422,90).

Quadro A. 4.5.18 – Indicadores internos

Objetivo: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Indicador: Sistemas de BO integrados ao Sinesp

Finalidade do Indicador: Boletins de ocorrências integrados.

Meta: Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determina a Lei nº 12.681/2012.

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
SINESP	Somatório dos sistemas integrados ao Sinesp	Quanto maior melhor	Semestral	0	2

Análise crítica: Em 2014 o estado de Goiás foi a primeira Unidade da Federação a integrar o seu sistema de boletim de ocorrência junto ao Sinesp. No ano seguinte, foi necessária a evolução do módulo de Integração do Sinesp, acarretando na paralisação da alimentação dos dados de Goiás. Com a evolução do módulo de Integração do Sinesp, e retomado os trabalhos junto aos Gestores de T.I. estaduais, 17 UFs (DF, RR, AL, BA, MS, ES, PA, PR, PE, PI, AM, RS, SE, SP, TO, PB e GO) iniciaram os processos de análise e configuração dos seus ambientes para atender ao novo modelo, destacando-se o DF e o estado de RR como os primeiros entes a integrarem seus sistemas. Em 2015 o DEPEN iniciou o desenvolvimento do SISDEPEN, como mais um módulo do Sinesp. Desta forma, a integração será realizada logo que o sistema entre em produção. Ademais, aos trabalhos de integração entre os sistemas do DPRF e DPF estão sendo estudados pelas as equipes técnicas de ambas as instituições e o SERPRO. A empresa contratada elaborou o Guia de Integração para que os Estados implementem alimentação de seus Boletins de Ocorrência para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Foram integrados 02 (duas) Unidades da Federação: DF e RR. Cabe destacar que embora a meta não tenha sido atingida, 17 UFs enviaram à Coordenação do Sinesp as informações necessárias para o cadastro dos servidores junto ao Sinesp Segurança. O não atingimento da meta pode ser atribuído aos seguintes fatores: 1) Atraso na execução dos convênios por parte dos Estados; 2) Atraso na contratação da empresa responsável por realizar a integração; 3) Alteração do Estado-Piloto, que inicialmente seria o Distrito Federal para Goiás; Tal modificação se fez necessária tendo em vista que os padrões de registro de ocorrência do DF não contemplavam informações relevantes para as estatísticas do Governo Federal.

Quadro A. 4.5.19 – Indicadores internos**Objetivo:** Aprimorar a capacidade de gestão e governança da SENASP**Indicador:** Número de Apontamentos de Auditoria Resolvidos (PPP)**Finalidade do Indicador:** Identificar e corrigir falhas no atendimento às diligências determinadas pelos órgãos de controle**Meta:** 90%

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
AGERO/DEAPSEG/SENASP	Número de Apontamentos Resolvidos no Ano*100/Número de Recomendações Existentes no PPP	Quanto Maior, Melhor	Quadrimestral	Balanço Quadrimestral do Plano de Providências Permanente da CGU	69,84%

Análise crítica: Aproximadamente 70% das recomendações elencadas no Balanço não mais estão pendentes no âmbito da SENASP e, quanto às restantes, 82,45% das recomendações ainda estão em análise pela CGU e apenas 17,55% aguardam providências do gestor.

Quadro A. 4.5.20 – Indicadores internos**Objetivo:** Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública**Indicador:** Quantidade de Prestações de Contas de Convênios Movimentadas**Finalidade do Indicador:** Aferir a movimentação de convênios no semestre em relação ao total do passivo**Meta:** 33,35%

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
GTConv/DEAPSEG/SENASP	Número de Convênios Movimentados no Semestre*100/Número Total de Convênios do Passivo	Quanto Maior, Melhor	Semestral	1676 Convênios no Passivo de Prestação de Contas em Julho/2015	33,11%

Análise crítica: Em seu primeiro semestre de funcionamento, o GTConv atingiu 99,28% da meta para esse indicador, movimentando um total de 555 convênios de julho/2015 a dezembro/2015, primeiro semestre de funcionamento do Grupo. O resultado alcançado foi considerado positivo, tendo em vista que os primeiros meses do projeto abrangeram um período de treinamento e adaptação da equipe. Cumpre salientar que a movimentação dos convênios é importante em virtude do efeito pedagógico e do impacto que produz para os convenentes, sinalizando a presença fiscalizatória do órgão concedente.

Quadro A. 4.5.21 – Indicadores internos**Objetivo:** Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública**Indicador:** Quantidade de Pareceres de Prestação de Contas de Convênios Produzidos**Finalidade do Indicador:** Aferir a produção global do GTConv (resultado alcançado com relação ao resultado esperado)**Meta:** 100%

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade e / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
GTConv/DEAPSEG/SENASP	Número de Pareceres Produzidos*100/Número de Pareceres Estimados	Quanto Maior, Melhor	Semestral	760 Pareceres por Semestre	107,5%

Análise crítica: O Grupo conseguiu ultrapassar sua meta para o período, com a produção de um total de 817 pareceres em 6 (seis meses). Considera-se um resultado muito positivo, uma vez que os analistas ainda estavam em treinamento nesse período.

Quadro A. 4.5.22 – Indicadores internos**Objetivo:** Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública**Indicador:** Efetividade dos GGI**Finalidade do Indicador:** Medir a efetividade dos GGI**Meta:** 80%

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
CGPE/DEPRO/SENASP	Número de GGIs utilizando a ferramenta InfoGGI / Número de GGIs cadastrados.	Quanto Maior, Melhor	Mensal	Balço Trimestral em Janeiro/2016	44,67%

Análise crítica: Foi identificada extrema dificuldade no acompanhamento dos GGIs em funcionamento e utilizando efetivamente a ferramenta. Além disso, identificou-se que a ferramenta não possui um mecanismo eficaz para monitoramento das atividades

Quadro A. 4.5.23 – Indicadores internos**Objetivo:** Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública**Indicador:** Unidades operacionais da PM, PC, CBM e Perícia reaparelhadas na faixa de fronteira**Finalidade do Indicador:** Medir a abrangência dos convênios ENAFRON.**Meta:** 637 unidades operacionais aparelhadas

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
DEPRO/SENASP	Número de unidades operacionais reaparelhadas/ Total de unidades operacionais nos municípios na faixa de fronteira	Quanto Maior, Melhor	Semestral	660 unidades operacionais aparelhadas, em dezembro/2015.	103,61%

Análise crítica: O aparelhamento de unidades operacionais foi possível graças à celebração de dois convênios entre a SENASP/MJ e os Estados fronteiriços. Observou-se no período compreendido enorme dificuldade das Secretarias de Segurança estaduais na alocação dos bens adquiridos para as unidades destinatárias, em face das dificuldades logísticas e de pessoal, notadamente nas localidades do Arco Norte.

Quadro A. 4.5.24 – Indicadores internos

Objetivo: Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública

Indicador: Nível de estruturação de NÚCLEOS de inteligência na faixa de fronteira.

Finalidade do Indicador: Medir a evolução da implantação de núcleos

Meta: 40 unidades

Responsável	Fórmula de Cálculo	Polaridade / Estilo	Periodicidade do Acompanhamento	Índice de referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	Índice alcançado em 2015
DEPRO/SENASP	Quantidade de núcleos de inteligência ativos / Quantidade de núcleos de inteligência planejados pela CGI	Quanto Maior, Melhor	Mensal	95 unidades aparelhadas, em dezembro de 2015.	237,50%

Análise crítica: O aparelhamento de unidades operacionais foi possível graças à celebração de dois convênios entre a SENASP/MJ e os Estados fronteiriços. Busca-se a partir de agora a integração informacional entre os órgãos estaduais e federais.

Quadro A. 4.5.25 – Indicadores internos

Objetivo: Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública

Indicador: Quantidade de armas de fogo apreendidas

Finalidade do Indicador: Medir o atingimento da meta compartilhada entre SENASP, DPF e DPRF

Meta: 52.000 unidades apreendidas entre 2012 e 2015

Responsável	Fórmula de	Polaridade	Periodicidade do	Índice de	Índice
-------------	------------	------------	------------------	-----------	--------

	Cálculo	/ Estilo	Acompanhamento	referência, com indicação do mês/ano em que foi realizada	alcançado em 2015
DEPRO/SENASP	Quantidade de armas apreendidas/meta estabelecida para o período 2012-2015.	Quanto Maior, Melhor	Semestral	36.994 unidades apreendidas até dezembro/2015.	71,14%

Análise crítica: A meta estabelecida no início da medição do indicador (2012) se mostrou superdimensionada em razão da capacidade de atuação das instituições da Segurança Pública, estaduais e federais.

Quadro A. 4.5.26 – Indicadores internos

Objetivo: Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Indicador*	Unidade de medida	Índice alcançado em 2014	Índice alcançado em 2015
Operações	Absoluto	61	54
Abordagem a edificações	UND	722	908
Abordagem a motos	UND	70.665	88.733
Abordagem a ônibus	UND	5.665	5.508
Abordagem a pessoas	UND	408.271	431.349
Abordagem a veículos	UND	91.333	70.795
Adultos presos em flagrante	UND	784	767
Adultos presos por mandado judicial	UND	123	129
Apreensão de cocaína	KG	227	39
Apreensão de crack	KG	13	16
Apreensão de maconha	KG	3.280	5.996
Apreensão de pasta base de cocaína	KG	17	6
Apreensões de arma de fogo	UND	256	175
Apreensões de armas brancas	UND	866	308
Apreensões de carregadores	UND	61	35
Apreensões de cigarros	Maços	80.207	39.562
Apreensões de menor infrator	UND	238	286
Apreensões de motocicletas	UND	92	184
Apreensões de munição	UND	7.784	2.456
Apreensões de produtos eletrônicos	UND	5.229	5.071
Apreensões de veículos de passeio	UND	191	68
Apreensões em dinheiro	US\$	19.607	754
Atendimento pré hospitalar	R\$	479.628	469.961

IP'S remetidos ao judiciário com relatório final da autoridade policial	UND	14	349
Laudos de exame em arma de fogo	UND	1.031	867
Madeira em tora apreendida	UND	899	1.271
Madeira serrada apreendida	M3	21.261	2.410
Motosserras apreendidas	M3	926	244
Multas ambientais aplicadas	UND	161	45
Orientações e advertências	R\$	56.711.700,00	41.682.570,00
Resgate salv. em meio liquido	UND	4.210	56.531
Serrarias autuadas	UND	7	182
Serrarias embargadas	UND	2	5
Tratores apreendidos	UND	102	63

Análise crítica: Considerando que as Operações do DFNSP em regra são desempenhadas em situações emergenciais, quando o poder local ou órgão responsável esgota sua capacidade de resposta, necessitando de apoio para fazer frente a conjuntura crítica de forma a restabelecer a normalidade, agindo mediante solicitação deste ente apoiado e autorização através de Portaria do Ministro da Justiça, ao passo que ocorreu no exercício 2015 um leve decréscimo no número total de Operações no período, constatamos indicadores que proporcionalmente indicam aumento da ordem de 10% na produtividade do efetivo do Departamento atuando em todo território nacional no ano de 2015 em relação a 2014.

*Finalidade do indicador: Verificar a atuação operacional do Departamento.

**Fonte de coleta: CGM/DFNSP

***Periodicidade de acompanhamento: anual

****Responsável pela meta: SENASP/DFNSP

*****Fórmula de cálculo: Somatório

5 GOVERNANÇA

O presente item tem por objetivo apresentar a estrutura de governança da Senasp.

O subitem 5.1 faz uma descrição das estruturas de governança da Senasp, com menção à base normativa das mesmas. O subitem 5.2, que diz respeito às atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, não se aplica à Senasp, constando apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ. O subitem 5.3, por sua vez, tem por finalidade informar, de forma sucinta, sobre a sistemática gestão de riscos, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los.

5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do Ministério da Justiça está institucionalizada e se destina a uma atuação conjunta e sinérgica das instâncias que a compõem para definição e implementação de políticas públicas, buscando proporcionar um melhor ambiente de controle. Busca-se estabelecer instâncias internas de governança para tornar possível garantir um processo decisório mais transparente e estratégias mais aderentes às funções organizacionais.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública é uma organização dentro de uma estrutura de governo que presta contas à Secretaria-Executiva, ao Ministro da Justiça, à Presidente da República e à sociedade, que atuam de maneira direta ou por meio de unidades com vistas a controlar o desempenho institucional da Secretaria. Dentro do sistema de representação atual, cabe à Presidente da República a maior carga de responsabilidade, ou seja, recaem sobre a figura do titular da Presidência da República os maiores ônus e bônus quanto ao atendimento das ações governamentais frente às expectativas e demandas da população.

A fim de cumprir o papel institucional, toda uma engrenagem é estabelecida. A Senasp utiliza-se de sua estrutura de Administração Direta para implementar suas políticas públicas, sem órgãos descentralizados. Entre as principais estruturas de governança estão a Chefia de Gabinete da Secretária e as Diretorias dos Departamentos, que têm como atribuição principal apoiar a Secretária Nacional de Segurança Pública em seu papel de assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição, implementação e acompanhamento de políticas, de programas e de projetos de segurança pública, conforme legislação regulamentadora:

Chefe de Gabinete: art. 6º, Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006.

Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO: art. 13, Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.

Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID: art. 14, Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.

Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública – DEAPSEG: art. 15, Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.

Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP: art. 16, Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.

Outras unidades também auxiliam a Secretária nesse papel, como o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações

de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) e o Comitê de Gestão e Acompanhamento do Projeto (CGAP), conforme destacado abaixo:

O **Conselho Nacional de Segurança Pública** é um órgão consultivo, com participação social e de representantes de classe de trabalhadores, que fornece subsídios para o processo decisório da Política Nacional de Segurança Pública, regulado pelo Decreto nº 7.413/2010, de 30 de dezembro de 2010.

O **Conselho Gestor do Sinesp**, órgão consultivo e deliberativo do Ministério da Justiça, responsável pela administração, coordenação e formulação de diretrizes do Sinesp, é uma instância de articulação federativa (governos estaduais e governo federal), instituído pelo Decreto. nº 8.075/2013, de 14 de agosto de 2013.

O **Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública** é responsável pela administração do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) instituído no âmbito do Ministério da Justiça com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal, nos termos da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2014.

O **Comitê de Gestão e Acompanhamento do Projeto** é um órgão colegiado responsável, em última instância, pela gestão e acompanhamento da implementação do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/04/029 - SEGURANÇA CIDADÃ, firmado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, nos termos da Portaria SENASP n. 26, de 28 de outubro de 2008.

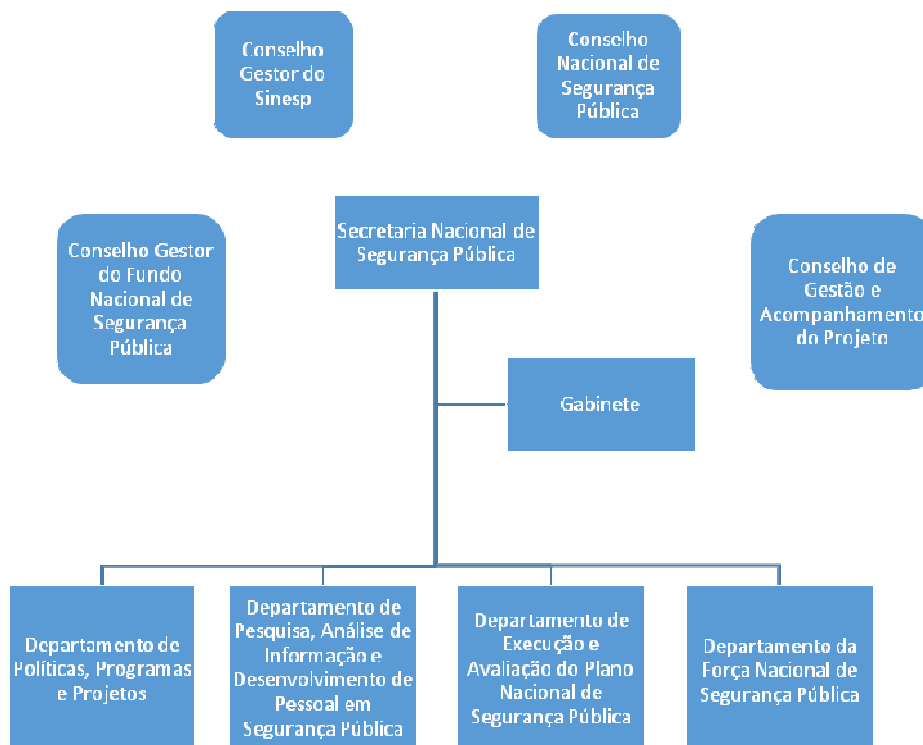


Figura A.5.1.1 – Estrutura de Governança da Senasp

5.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva do MJ.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

Este item informa, de forma sucinta, sobre a sistemática da gestão de riscos, incluindo controles internos para mitigá-los, demonstrando a percepção da Senasp, representada pelo seu nível estratégico de direção dos riscos que podem comprometer os objetivos institucionais e da qualidade dos controles internos administrativos; a obediência às leis e regulamentos que regem; a salvaguarda dos recursos; a eficiência e a eficácia de suas operações frente aos objetivos traçados.

Para melhor sistematizar as informações, são relacionados abaixo indicadores estratégicos delineados no âmbito do Planejamento Estratégico do MJ, bem como outros indicadores aplicados para medição do desempenho Senasp.

Quadro A.5.3.1 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Fomentar a política de estruturação e melhoria da segurança pública”

Objetivo Institucional
Fomentar a política de estruturação e melhoria da segurança pública, por meio de suporte às aquisições diretas realizadas pela SENASP e de apoio às Unidades Federativas na celebração e execução de convênios firmados com a SENASP/MJ.
Risco
Demora no processo de análise e, conseqüentemente na aprovação da proposta, bem como na execução dos convênios com os Estados.
Demora no processo de repasses dos recursos pela Concedente.
Deficiência no acompanhamento e monitoramento da execução dos convênios.
Não execução dos convênios
Demora no planejamento e execução dos processos de aquisição de bens específicos de uso da segurança pública.
Licitações frustradas/desertas.
Causa
Carência de pessoal (Analistas) no MJ, notadamente com perfil nas áreas específicas da segurança pública.
Carência de pessoal qualificado nas atividades de operacionalização do Siconv e de gerenciamento de projetos nos Estados (escritórios de projetos)
Não repasse dos recursos pela Concedente.
Carência de pessoal qualificado nas atividades de operacionalização do Siconv e de gerenciamento de projetos, nos Estados (escritórios de projetos).
Carência de servidores com perfil nas áreas específicas da segurança pública.
Exigências legais.
Entraves burocráticos.
Desinteresse das empresas.
Ação Principal para Mitigar Riscos
Em julho de 2015, foi implantado o Núcleo de Gerenciamento de Projetos e Convênios (NUGEP), no âmbito do Depro, com o objetivo de gerenciar de forma mais centralizada e especializada as demandas e processos concernentes aos convênios de alçada desse Departamento. Houve a realocação de pessoal especializado (analistas), com o fim de compor a equipe do NUGEP. O Núcleo passou a contar também com o suporte técnico dos colaboradores das áreas específicas (polícias, bombeiros, perícia) da segurança pública, no acompanhamento e fiscalização dos convênios, bem como na análise das reformulações de plano de trabalho.
Em 2015 foi redesenhado o processo de planejamento para aquisições de bens a serem doados às Unidades

Federativas, em razão da edição da Portaria nº 686/2015-MJ, que delegou à Senasp a competência para realizar licitações, celebrar contratos e demais atos necessários às aquisições pertinentes a esta Secretaria Nacional. Com isso foi criada a EPA – Equipe de Planejamento para Aquisições, composta de servidores e colaboradores das áreas técnicas específicas (que atuam como integrantes técnicos) e gestores/coordenadores das unidades (que atuam como gerentes do planejamento). A EPA é composta de servidores e colaboradores do Depro e do Deapseg, sendo responsável pelos Estudos Técnicos Preliminares, Análise de Riscos, elaboração de Termos de Referência/Projetos Básicos e Edital de Licitação, Pesquisas Mercadológicas, Análise de Propostas e Amostras, participação em Audiências Públicas, além do suporte técnico no curso do procedimento licitatório e na execução e fiscalização do contrato. Esta inovação na gestão trouxe maior celeridade e confiabilidade aos processos de aquisição pela SENASP de equipamentos, viaturas e sistemas, a serem destinados às Unidades da Federação.

Controles Implementados

Realização de treinamentos práticos com os profissionais dos Estados, no ato das visitas técnicas de acompanhamento dos convênios.

Gestão junto ao nível estratégico da Senasp, com fulcro na liberação dos recursos, a partir da apresentação de justificativas para cada situação.

Capacitação dos profissionais envolvidos, no âmbito da SENASP.

Distribuição das demandas, conforme a especificidade, para as áreas técnicas, iniciando-se o processo com a instituição de uma equipe de planejamento da aquisição pretendida. Monitoramento dos processos, através das ferramentas disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações-SEI.

Experiências Positivas

Redução dos prazos de análise técnica de propostas e ajustes dos convênios: a partir da implantação do NUGEP, em julho/2015, foram analisados 483 convênios celebrados e 87 propostas de convênio (emendas parlamentares), das quais 58 foram aprovadas e 29 não aprovadas.

Aumento da eficiência na operacionalização do SICONV pelos analistas, graças à melhoria do processo de treinamento realizados por estes.

Melhoria da qualidade das análises das solicitações de convênios.

Aumento da eficiência nos processos de aquisições realizados pela SENASP, a exemplo da aquisição de viaturas customizadas para a perícia criminal.

Maior controle de prazos processuais, em razão do uso de ferramentas do SEI.

Dificuldades Encontradas

Insuficiência do quadro de pessoal técnico (analistas).

Falta de efetivo especializado em determinados temas, como engenharia civil, radiocomunicação e videomonitoramento.

Carência de estruturas adequadas na maioria dos Estados (escritórios de projetos).

Insuficiência de pessoal técnico especializado nas áreas da segurança pública.

Quadro A.5.3.2 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Fomentar, induzir, coordenar e supervisionar as atividades de ensino e capacitação dos profissionais de segurança pública”

Objetivo Institucional

Fomentar, induzir, coordenar e supervisionar as atividades de ensino e capacitação dos profissionais de segurança pública, mediante a oferta de cursos de aperfeiçoamento profissional, tecnológico e pós-graduação, nas modalidades presencial e à distância.

Risco

Carência de pessoal para institucionalização e desenvolvimento dos cursos.

Interrupção das ações de ensino por falta de uma estrutura de escola institucionalizada.

Descontinuidade nos contratos de prestação de serviços da Rede EaD-Senasp/MJ.

Quadro de tutores defasado em vista de a entrada de novos profissionais estar indisponível desde o ano de 2012.

Interrupção dos processos de reformulação e construção de novos cursos da Rede EaD-Senasp/MJ.

Contingenciamento orçamentário.

Dificuldade em pactuar com o Estado as capacitações para os profissionais de segurança pública (local, estrutura física; etc).

Causa

Falta de concurso para servidores do MJ e desmobilização de colaboradores eventuais.

Não substituição de servidores e de colaboradores eventuais desmobilizados.

Inexistência de uma escola de segurança pública institucionalizada.

Contingenciamento de recursos.

Dissolução de continuidade por perda de prazo na elaboração de Termos de Referência e documentações correlatas.

Morosidade na análise dos processos por parte da CONJUR/MJ.

Gestão pesada no fluxo da comunicação com o ente federado.

Não priorização da capacitação em virtude da carência de pessoal nas instituições de segurança pública.

Crise econômica, cortes do orçamento do governo federal.

Custos da capacitação.

Outras prioridades do ente federado.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Distribuição de tarefas por programas prioritários.

Criação do Sistema Educatio (educatio.senasp) para a gestão escolar.

Descentralização da execução de cursos para os Estados.

Redução do número de capacitações na modalidade presencial com o fortalecimento do EaD/Senasp.

Otimização das rotinas burocráticas nos cursos presenciais.

Criação da Escola Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Enaesp.

Planejamento orçamentário que preveja a continuidade dos serviços mencionados.

Indicação de servidor/colaborador eventual responsável pelas ações necessárias para a continuidade dos contratos.

Elaboração de documentos e possíveis ajustes no processo em tempo reduzido, visando ampliar prazo estipulado pela CONJUR/MJ para análise de processos.

Constante contato com a CONJUR/MJ para disponibilizar informações para subsidiar a análise e dirimir possíveis dúvidas.

Comunicação prévia com as instituições, motivando e conscientizando a importância da participação dos operadores de segurança pública nas capacitações.

Redução de custos, com contingenciamento de diárias e passagens, compartilhando o investimento com os Entes Federados, por meio da descentralização dos cursos (realização local).

Fortalecimento dos cursos à distância.

Comunicação prévia com as instituições, motivando e conscientizando a importância da participação dos operadores de segurança pública nas capacitações.

Controles Implementados

Criação do Sistema Educatio, que favorece a gestão de ensino.

Utilização da plataforma EaD, que possibilita o controle dos cursos à distância.

Aperfeiçoamento dos relatórios de cursos e desburocratização dos Boletins de Serviços, dando maior celeridade ao processo de execução de curso, encerramento e pagamento de professores.

Dinamização das atividades produzidas pelos colaboradores eventuais.

Institucionalização da Escola, com desenvolvimento de projeto de criação.

Criação de rotinas de acompanhamento contratual, de processos de renovação contratual e de elaboração de novos processos licitatórios.

Inclusão dos recursos referentes aos contratos no custos invariáveis do Departamento.

Utilização de softwares gratuitos de gestão de projetos (ganttproject) para acompanhamento do andamento do processo e o impacto nas ações subsidiárias.

Acompanhamento especial do processo por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Envio dos convites aos Estados e DF com maior antecedência, mitigando o risco de não indicação de profissionais por parte dos entes federados.

Facilitação da remessa de documentos por meio do Sistema Educatio.

Valorização da participação dos profissionais dos Estados e DF, com envio de agradecimentos às instituições de origem.

Planejamento das capacitações, com redução de custos e executando as ações abaixo do teto orçamentário.

Planilhas de custos monitoradas.

Identificação dos Entes Federados mais receptivos e parceiros nas capacitações, com fortalecimento dos vínculos institucionais.

Experiências Positivas

Redução dos prazos de análise técnica dos cursos.

Criação de Grupos de Trabalho para institucionalização dos cursos.

Melhoria da gestão escolar no Sistema Educatio, com documentos online para preenchimento da coordenação de curso.

Maior envolvimento das instituições de segurança pública dos Estados, por meio da descentralização dos cursos.

Capacitações realizadas pelo Depaid, por meio da CGDESP.

Expansão da Rede EaD.

Parcerias com o MEC/Capes.

Capacitações desenvolvidas com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Transparência nos processos de acompanhamento de contratos, assim como nas renovações e elaborações de Termos de Referência.

Credibilidade nas ações realizadas pela educação na modalidade à distância, pela constância e grande disponibilidade.

Redução dos custos com contratos mais vantajosos pra a administração pública com as mesmas especificações técnicas.

Ajuste dos prazos e reprogramação de ações subsidiárias.

Contato com a CONJUR/MJ constante com apontamento dos impactos do atraso imposto pela morosidade na análise.

Designação de interlocutores junto aos Estados.

Celeridade na comunicação.

Descentralização dos cursos, executando nas instituições dos entes federados.

Novas parcerias estabelecidas com os entes federados.

Dificuldades Encontradas

Dificuldade na liberação de profissionais por parte dos Entes Federados.

Ausência de memória institucional, haja vista a carência de servidores permanentes da Senasp/MJ, aliada à rotatividade dos colaboradores eventuais.

Não publicação do Decreto de Criação da Enasp.

Falta do marco legal de criação da Escola.

Falta de pessoal com estabilidade para o desenvolvimento das atividades.
 Constante contingenciamento de recursos, que ameaça a continuidade das soluções propostas.
 As medidas de controle não garantem o atingimento dos objetivos, tendo em vista a ingerência sobre a área que gera o risco identificado.
 Pactuação com os Entes Federados, tendo em vista os custos das capacitações, local para a execução dos cursos (estrutura física).

Quadro A.5.3.3 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Identificar e fomentar projetos e ações de valorização de segurança pública dos Estados e do DF”

Objetivo Institucional

Identificar e fomentar projetos e ações de valorização de segurança pública dos Estados e do DF.

Risco

Carência de pessoal para acompanhamento e execução dos projetos e convênios pactuados, bem como na celebração de novos projetos e ações.
 Contingenciamento orçamentário.
 Não priorização de projetos e ações de valorização profissional por parte dos Entes Federados.

Causa

Falta de concurso para servidores do MJ e desmobilização de colaboradores eventuais.
 Crise econômica, cortes do orçamento do Governo Federal.
 Priorização de outras ações de segurança pública em detrimento de projetos de valorização profissional e qualidade de vida para os operadores da área.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Otimização das rotinas burocráticas no fomento das ações de valorização profissional.
 Priorização do planejamento e da execução de dois projetos prioritários: "Política Nacional de Proteção ao Policial vítima de ameaça – Pronapol" e "Prêmio Boas Práticas em Segurança Pública".
 Priorização de videoconferências e reuniões remotas com os entes federados.
 Redução das ações apoiadas, focando apenas em dois projetos prioritários.
 Execução do "Curso de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional", com escopo de sensibilizar os gestores locais para a importância do monitoramento e avaliação das ações da área.

Controles Implementados

Dinamização das atividades produzidas pelos colaboradores eventuais.
 Vinculação das atividades dos colaboradores eventuais à entrega de produtos.
 Planilhas de custos monitoradas, com contingenciamento de despesas de custeio com diárias e passagens.
 Não se aplica, devido a não governabilidade sobre o risco.

Experiências Positivas

Vinculação das atividades laborais do colaborador eventual à entrega de produto promoveu maior transparência ao processo.
 Videoconferências, reuniões remotas auxiliaram na contenção dos investimentos com diárias e passagens.
 Os participantes dos "cursos de indicadores" têm demonstrado abertura institucional para ampliação das ações da área.

Dificuldades Encontradas

Impossibilidade de ampliar o espectro de programas na área.
 Acompanhamento das ações implementadas foi dificultada pela falta de pessoal.

Redução de custos, com contingenciamento de diárias e passagens, diminuindo as visitas de campo.
 Impossibilidade de conveniar com os Entes Federados no ano de 2015.
 Redução do espectro de programas apoiados na área.
 Dificuldades institucionais na implementação dos convênios já pactuados.

Quadro A.5.3.4 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Identificar, documentar, produzir e disseminar pesquisas, materiais técnicos e publicações na área de segurança pública”

Objetivo Institucional

Identificar, documentar, produzir e disseminar pesquisas, materiais técnicos e publicações na área de segurança pública.

Risco

Carência de pessoal para contratação, institucionalização e desenvolvimento de pesquisas e análises de informações.

Causa

Falta de concurso para servidores do MJ e desmobilização de colaboradores eventuais.
 Não substituição de colaboradores eventuais desmobilizados.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Criação do Centro de Excelência em Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.
 Celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o IPEA para contratação de pesquisadores bolsistas.

Controles Implementados

Cronograma do Centro e do ACT.

Experiências Positivas

Estão em fase de implementação.

Dificuldades Encontradas

Falta de tempo para implementação.

Quadro A.5.3.5 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Planejar, coordenar e avaliar a sistematização de informações, estatística e acompanhamento de dados criminais, bem como propor critérios para seu aperfeiçoamento”

Objetivo Institucional

Planejar, coordenar e avaliar a sistematização de informações, estatística e acompanhamento de dados criminais, bem como propor critérios para seu aperfeiçoamento.

Risco

Qualidade das estatísticas de homicídios.
 Carência de pessoal.
 Restrições orçamentárias.
 Alta rotatividade de colaboradores que definem as regras negociais.
 Indefinição de processos.

Causa

Falta de padronização sobre determinadas categorias de mortes violentas de interesse policial.
 Falta de concurso público para MJ.
 Alto valor praticado pela contratada (SERPRO) para desenvolvimento das soluções para Sinesp;

Não renovação do período de cedência do colaborador eventual por parte do Estado. Desenvolvimento de software fora da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).
Ação Principal para Mitigar Riscos
Elaboração de nota técnica para subsídio para o Conselho Gestor do SINESP. Convocação da Câmara Técnica de Análise do Conselho Gestor do SINESP para elaboração de proposta de padronização. Investir na infraestrutura e pessoal da área de tecnologia do MJ – CGTI Investir na capacitação de servidores do MJ no negócio atendido pelo SINESP. Alocar servidores exclusivamente para ser ponto focal junto aos Entes Federados e representantes de segurança pública para gerir e definir regras de negócio. Internalização do desenvolvimento de soluções na CGTI. Concurso público. Negociação de custos junto à contratada, controle de custos, prazos e redução de escopo de projeto. Colaboradores eventuais como gerentes de negócio.
Controles Implementados
Reuniões da Câmara Técnica. Negociação de custos junto à contratada, controle de custos, prazos e redução de escopo de projeto. Colaboradores eventuais como gerentes de negócio.
Experiências Positivas
Solução em fase de implementação. Evitar a alta rotatividade de pessoal e melhoria na gestão do conhecimento. Criação de grupo de trabalho para definir os processos de trabalho.
Dificuldades encontradas
Falta de tempo para implementação. Dificuldade na liberação de profissionais por parte dos Entes Federados. Alta rotatividade dos colaboradores eventuais.

Quadro A.5.3.6 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública”

Objetivo Institucional
Aprimorar a capacidade de gestão e governança dos órgãos de Segurança Pública.
Risco
Acúmulo de prestação de contas “a aprovar”. Não análise das prestações de contas “a aprovar” tempestivamente. Não cumprimento da legislação aplicável. Possibilidade de responsabilização dos gestores. Demora no atendimento das solicitações e requisições dos órgãos TCU, MPF, CGU, MPOG, PF, etc. Possibilidade de haver entre as prestações de contas sem análise situações de desvio de finalidade, de objeto ou outras impropriedades não verificadas. Potencial prejuízo ao erário. Sensação de insuficiência de controle administrativo por parte dos convenentes.

Entes conveniados podem presumir a adimplência de prestações de contas que ainda não foram analisadas.
 Antiguidade dos convênios torna-se um complicador para a análise e saneamento.
 Alto valor do passivo de prestação de contas “a aprovar”.
 Prejuízo à imagem institucional da SENASP.

Causa

Estrutura de pessoal insuficiente.
 Dificuldades de ordem técnica.
 Desestímulo e alta rotatividade dos servidores responsáveis pelas análises.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Criação do Grupo de trabalho para eliminação do passivo de prestação de contas.

Controles Implementados

Adoção de metodologia de trabalho do Grupo de Trabalho.
 Adoção de critérios de priorização na análise de processos.
 Estabelecimento de metas para medir a produtividade dos profissionais envolvidos.

Experiências Positivas

De julho/2015 a dezembro/2015, foram acessados 555 prestações de contas, somando o montante de R\$ 777.487.860,22.
 Após a análise dos 555 processos, foram emitidos 817 pareceres, sendo: 252 pareceres de análise financeira e 565 pareceres de análise técnica.
 Desde a implantação do Grupo de Trabalho, foram encaminhados 14 prestações de contas para instauração de Tomada de Contas Especial, somando um montante de R\$ 27.899.796,59.
 Foi recolhido o valor de R\$ 1.853.734,79.

Dificuldades Encontradas

Número reduzido de servidores.
 Recursos tecnológicos insuficientes; grande quantidade de processos não digitalizados; elevada quantidade de demandas de órgãos de controle.

Quadro A.5.3.7 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional

Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp

Risco

Impossibilidade da adequada gestão de convênios celebrados pela Senasp para modernização e ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública do país.
 Atraso/insucesso nas aquisições em virtude da complexidade dos objetos relativos à segurança pública.

Causa

Estrutura da Senasp insuficiente para gerir convênios voltados para a modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

Ação Principal para Mitigar Riscos

Criação da Coordenação-Geral de Logística voltada para aquisições da Senasp.

Controles Implementados

Criação de Suporte Documental das Aquisições CGL/SENASP.

Implantação de metodologia que consiste na melhoria de processos, padronização de procedimentos e documentos, e definição de fluxos de trabalho e informação.

Experiências Positivas

A implantação da metodologia foi primordial para otimizar os prazos das etapas de instrução interna dos processos de aquisição. Em 4 meses, foram consolidados 7 pregões e 5 dispensas de licitação.

Foram firmados 13 (treze) contratos que totalizaram R\$ 142.875.725,93

Dificuldades Encontradas

Carência de pessoal e falta de ferramenta para acompanhar.

Quadro A.5.3.8 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional

Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp

Risco

Informações inconsistentes;
Deficiência na execução das atividades;
Controles ineficientes;
Atraso na entrega dos produtos.

Causa

Estrutura de pessoal insuficiente; necessidade de capacitação de pessoal; desmotivação.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Descentralização de atividades da área de Celebração de Convênios para as áreas técnicas.

Controles Implementados

Reformulação dos controles e redistribuição das atividades.

Experiências Positivas

Não se aplica

Dificuldades encontradas

Não se aplica

Quadro A.5.3.9 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional

Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp

Risco

Diligências/recomendações/determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo, atendidas fora dos prazos fixados ou não atendidas;
Acúmulo de pendências sem a adoção de providências

Causa

Ausência de pessoal dedicado exclusivamente à análise de demandas de órgãos de controle.
Elevado número de diligências oriundos do MPF, CGU, TCU.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Criação de área de gestão de risco no Departamento de Execução e Avaliação da Senasp
Controles Implementados
Adoção de planilhas para controle de prazos e atendimento de demandas. Reuniões de controle em pontos de criticidade elevada.
Experiências Positivas
Redução substancial do número de recomendações pendentes de atendimento no âmbito do Plano de Providências Permanente da CGU
Dificuldades Encontradas
Carência de pessoal Descumprimento dos prazos de resposta pelas áreas em virtude do excesso de demandas.

Quadro A.5.3.10 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional
Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp
Risco
Utilização de mão de obra colaboradores eventuais na Senasp indevidamente
Causa
Carência de pessoal; Gestão de pessoal insuficiente
Ação Principal para Mitigar Riscos
Criação do Plano de Ação Senasp para substituição dos colaboradores individuais irregulares
Controles Implementados
Esforços para mapeamento e dimensionamento da força de trabalho Senasp
Experiências Positivas
Conscientização das áreas da Senasp acerca da natureza da colaboração eventual e de sua regular utilização. Envolvimento de todas as áreas da Senasp no esforço de mapeamento de seus processos. Mobilização da Senasp em torno da necessidade de melhoria na gestão de processos e de pessoas.
Dificuldades Encontradas
Carência de pessoal e tempo exíguo para tratamento das informações e avaliação dos resultados do mapeamento

Quadro A.5.3.11 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública”

Objetivo Institucional
Aperfeiçoar a coordenação estratégica em segurança pública
Risco
Dimensionamento inadequado das necessidades estaduais Falta de identificação de demandas e problemas que só aparecerão na fase de execução A não identificação de pessoas chaves para o sucesso do projeto Mudança da localização do terreno em que o prédio será construído Atrasos em decorrência dos processos de aprovação, licenciamento e liberação de projetos junto às prefeituras e

concessionárias locais

Atrasos na liberação dos ambientes disponibilizados pelos Estados por órgãos governamentais dos Estados

Degradação do centro por falta de uso ou manutenção preventiva e corretiva

Necessidade de realizar estudos de viabilidade técnica e econômica, anteprojetos de arquitetura, engenharia e TIC em treze estados com peculiaridades e particularidades totalmente distintas, identificando as lacunas que precisam ser preenchidas para proporcionar o modelamento com as necessidades específicas para subsidiar a contratação de projeto básico, executivo e obra de engenharia e TIC em cada um dos Estados

A prospecção da concepção dos CICC's e dos equipamentos de TI por empresas distintas, em separado, onde a integração sistêmica ficaria prejudicada nas fases de projeto básico, executivo e execução integrada de obra e TIC, inviabilizando a estratégia de integração e consolidação de um Sistema Integrado de Comando e Controle.

Prospecção inadequada dos sistemas legados existente nos estados, SINESP e em especial com os sistemas de CAD e vídeo monitoramento, bem como outras ferramentas usadas pelas instituições federais, estaduais e municipais que ocuparão os CICC's nos Estados, além da não observância dos parâmetros técnicos de integração dos futuros CICC's com os Centros de Comando e Controle já existentes, especialmente o CICC.N.

Falta de estudo de capacidade técnica para manutenções preventiva e corretiva dos CICC's a serem implantados

Falta de estudo de capacidade técnica para manutenções preventiva e corretiva dos CICC's a serem implantados

Contenção financeira do governo federal

Falta de comprometimento das equipes envolvidas no projeto e na contratação, tanto no Ministério da Justiça, quanto nos Estados.

Instabilidade de permanência da equipe técnica no projeto.

Falta de aporte de equipamentos e tecnologias necessárias a execução do projeto.

Possíveis atrasos burocráticos nas análises e verificações por parte dos órgãos envolvidos indiretamente, impactando na execução do cronograma do projeto

Falta de pessoal técnico capacitado dentro do MJ para gerenciar o projeto em escala nacional e análise técnica dos insumos e produtos a serem entregues pelas empresas (arquitetura, engenharia e TIC).

Fracionamento da contratação, provocando falta de integração e padronização das soluções de arquitetura, engenharia e principalmente tecnológicas necessárias ao funcionamento adequado dos CICC's e do próprio SICC.

Recursos processuais decorrentes de apelações judiciais no processo licitatório, atrasando a execução do cronograma do projeto

O prazo atual é curto para que todas as fases de estudo, licitação e elaboração dos anteprojetos de arquitetura, engenharia e TIC sejam cumpridas, dado o pessoal técnico disponível no MJ.

Troca de diretores e gerentes do projeto e equipes técnicas da contratada

Atrasos em decorrência dos processos de aprovação, licenciamento e liberação de projetos junto às prefeituras e concessionárias locais

Causa

Falta de pessoal habilitado para fornecer informações; efetivo especializado e estrutura adequada para elaborar dimensionamentos dessa natureza

Diagnósticos mal elaborados

Falta de conhecimento dos Estados sobre o Projeto

Falta de envolvimento dos gestores locais

Falta de capacidade financeira dos Estados

Mau dimensionamento das necessidades estaduais.

Falta de identificação de demandas e problemas que só aparecerão na fase de execução (o que pode levar a aditivo ou mau funcionamento do centro).

Sub dimensionamento dos equipamentos a serem disponibilizados para o CICC.

A não identificação de pessoas chaves para o sucesso do projeto.

A não identificação dos riscos específicos de cada estado.

Elaboração dos anteprojetos sem uma articulação e uniformidade, gerando conseqüentemente a contratação de projetos básicos, executivos e obras e TIC totalmente desarticulados entre si, não as premissas do SICC, visto a existência de doze CICC's em capitais de Estados e um CICC'n legados da Copa do Mundo, um em fase de construção (SC), um em fase de adequação tecnológica (GO) e treze em fase de prospecção.

Integração deficitária provocando perdas e atrasos na geração e transmissão de dados e informações necessárias ao SICC, prejudicando também a consolidação de parte dos dados de Segurança Pública no Brasil.

Sub utilização dos CICC's.

Abandono e deteriorização dos CICC's.

Questões econômicas do país, que fogem da capacidade de gestão da SENASP

Plano de comunicação inadequado ou que não atinge os objetivos do Projeto

Mudanças na gestão do projeto

Dificuldade da CGTI em dispor estruturas adequadas

Pactuação antecipada comprometida

Falta de concursos públicos

Complexidade de projetos que envolve engenharia e TIC

Problemas nas especificações técnicas, editais e contratos

Mudanças políticas e na gestão do órgão

Falta de envolvimento dos entes federados

Ação Principal para Mitigar Riscos

Alocação de pessoal habilitado para as visitas técnicas; propiciar a colaboração da equipe técnica estadual; contratação de empresas especializadas para atuar nas fases do Projeto

Envolvimento dos altos escalões do projeto e dos Estados; visitas técnicas, contratação de empresas especializadas

Propiciar a colaboração da equipe técnica estadual; Articulação com o governo estadual para indicação das pessoas chaves do projeto.

Envolvimento dos altos escalões do projeto e dos Estados; visitas e informações técnicas precisas para os representantes dos Estados

Solicitar ao Estado a disponibilizar de técnicos e capacitá-los

Monitorar o processo de implantação e supervisionar a operação após a implantação do CICC.

Constituir equipe de governança e gerenciar efetivamente os CICC's depois de implantado; com metodologias de gestão adequadas, para mitigar os riscos

Garantir a alocação de pessoal habilitado para as visitas técnicas;

Propiciar a colaboração da equipe técnica estadual

Garantir que anteprojeto contenha detalhamento necessário para garantir ao máximo uma única interpretação das especificações

Alocar pessoal habilitado para as visitas técnicas

Mitigar: a equipe de governança deverá preparar protocolos de operação e preparar técnicos dos Estados

Mitigar: Criar plano alternativo para implantação em cronograma mais extenso

Mitigar: Propiciar a colaboração da equipe técnica estadual; Articular com o governo estadual para indicação das pessoas chaves do projeto.

Mitigar: instituir e manter atualizada toda a documentação do projeto

Transferir: conscientizar as autoridades do MJ sobre a inviabilidade que pode acometer o projeto

Mitigar: identificar e nomear interlocutores do Estado com as agências envolvidas
Mitigar: Definir a equipe e solicitar colaboradores aos Estados, para atuarem com tempo definido no projeto (início, meio e fim)
Mitigar: Apresentar detalhamento técnico da infraestrutura de TI existente
Mitigar: Apresentar TR e anexos com detalhamento técnico e jurídico aprimorado
Aceitar: conscientizar a equipe para trabalhar focada em resultado; relatar os patrocinadores constantemente sobre as fases do projeto
Mitigar: avaliar preventivamente a equipe da contratada
Mitigar: identificar e nomear interlocutores do Estado com as agências

Controles Implementados

Divisão da equipe do projeto em áreas complementares (Engenharia e Arquitetura; TIC e Gestão); Controle semanal de cronograma; relatório quinzenal de gestão do projeto para os patrocinadores; relatório de gestão bimestral para serem enviados a todos os estados; relatório mensal de fiscalização dos convênios celebrados; oficiar todos os atrasos e problemas do projeto aos patrocinadores; atualização semanal de ferramentas de gestão de projetos; Indicação de Interlocutores em cada Estado (titular e suplente); nomeação de equipes multidisciplinares de gestão do projeto nos Estados; Diagnósticos preliminares e visitas técnicas em todos os Estados, que possibilitou o desenho mais robusto da estratégia de contratação, ou seja, definição do certame licitatório para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental, bem como Anteprojetos de Arquitetura, Engenharia e TIC, que estará subsidiando no futuro a contratação integrada de projetos básicos, executivos e as obras dos CICC;

Experiências Positivas

Maior fluidez do projeto e da interlocução com os Estados;
Estratégia de contratação mais robusta e tecnicamente justificada;
Antecipação dos riscos junto aos patrocinadores, para tomada de decisão;
Maior envolvimento da equipe e dos representantes dos Estados;

Dificuldades Encontradas

Ferramentas (Sistemas) inadequadas e insuficiência de pessoal técnico qualificado

Quadro A.5.3.12 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional

Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp

Risco

Situações que configuram agravos de saúde dos mobilizados nas operações do DFNSP.

Causa

Agravos de Saúde que impossibilitem executar as atividades fins da Força Nacional.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Monitoramento permanente dos profissionais antes e durante sua mobilização, bem como, constantes eventos preventivos (campanhas de vacinação, palestras, informativos e etc.).

Controles Implementados

Monitoramento prévio a mobilização.
Participação de integrantes da Seção de Saúde Operacional nas Instruções de Nivelamento de Conhecimento (INC), INC-GE com vistas a acompanhar e realizar triagem sobre o estado de saúde dos colaboradores.
Bases de apoio da Seção de Saúde em operações com efetivos maiores.

Experiências Positivas

Garantia, através de exames, que os mobilizados ingressem na Força Nacional em plenas condições de saúde.

Rápida detecção de agravos de saúde dos mobilizados, homologando seu afastamento de acordo com a Portaria 0016/2014 do DFNSP, realizando o devido acompanhamento ou produção de laudo para subsidiar o Diretor do DFNSP referente a necessidade de desmobilização do profissional, conforme acordo cooperativo, visando garantir que todos estejam em plenas condições de desempenhar as atividades fins da Força Nacional.

Dificuldades Encontradas

Número insuficiente de profissionais na Seção de Saúde Operacional para acompanhar e orientar periodicamente os profissionais mobilizados nas operações espalhadas por todo o país.

Demora nos atendimentos da Unidade Públicas de Saúde.

Descumprimento dos prazos de resposta pelas áreas em virtude do excesso de demandas.

Quadro A.5.3.13 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp”

Objetivo Institucional

Aprimorar a capacidade de gestão e governança da Senasp

Risco

Situações que configuram desvio de conduta, danos ao patrimônio e afastamentos por motivo de saúde causando transtornos nas operações do DFNSP.

Causa

Mobilização de profissionais com perfis diversos, cada um trazendo características distintas de treinamento e personalidade.

Ação Principal para Mitigar Riscos

Mobilização de profissionais com os requisitos exigidos pela Portaria do Ministério da Justiça nº 3.383/2013.

Controles Implementados

Participação de integrantes da Seção de Avaliação e Acompanhamento de Conduta nas Instruções de Nivelamento de Conhecimento (INC) com vistas a esclarecer os profissionais mobilizados da necessidade de cumprir a Lei de forma ampla durante o período de mobilização.

Experiências Positivas

Diminuição do número de procedimentos apuratórios de conduta, dando mostras de que as ações para mitigação dos riscos e os controles implementados surtiram os efeitos esperados e os profissionais mobilizados tem hoje mais consciência de sua efetiva colaboração no desenvolver das operações do DFNSP.

Dificuldades Encontradas

Dificuldade de enviar profissionais da Seção de Avaliação e Acompanhamento de Conduta para instruir e orientar periodicamente os profissionais mobilizados nas operações espalhadas por todo o país

Quadro A.5.3.14 – Gestão de Riscos e Controles Internos para o Objetivo Institucional “Nivelar e aprimorar o conhecimento em segurança pública”

Objetivo Institucional

Nivelar e aprimorar o conhecimento em segurança pública

Risco

Eventual despreparo do profissional para o atendimento das necessidades operacionais (e toda a diversidade de atuação da Força Nacional)

Causa

Curto espaço de tempo para os treinamentos e limitação orçamentária para a busca de profissionais de outras instituições (nacionais ou estrangeiras)

Ação Principal para Mitigar Riscos

Seleção e mobilização de colaboradores com conhecimento profundo em diferentes áreas e a utilização destes no treinamento de seus pares (capacitação interna).

Controles Implementados

Elaboração de projetos pedagógicos que atendam à necessidade operacional atual, seleção de docentes de forma criteriosa, avaliação das capacitações pelos discentes e constante atualização dos conhecimentos (educação continuada).

Experiências Positivas

A principal experiência teve início no segundo semestre de 2015, e apenas com docentes mobilizados, foram capacitados através da Instrução de Nivelamento do Conhecimento do DFNSP para Grandes Eventos (INC GE) mais de três mil profissionais que agora encontram-se aptos para atuar na segurança dos jogos olímpicos e paraolímpicos. Essa escolha de contar nas equipes somente com colaboradores economizou centenas de milhares de reais e conseguiu manter a qualidade necessária para atender às demandas.

Dificuldades Encontradas

As dificuldades foram logísticas (se pensar que o Brasil é um país continental e as capacitações ocorreram, em sua maioria, no território de cada um dos Estados), além da limitação orçamentária que impediu o convite a docentes externos na maior parte das INC GE realizadas.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Busca-se na presente seção evidenciar as estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade.

O item 6.1 trata dos canais de acesso do cidadão. Já o 6.2 destaca os aspectos relativos à carta de serviços ao cidadão no âmbito da Senasp. O item 6.3, por sua vez, diz respeito à aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários”, com a finalidade de informar sobre os mecanismos utilizados pela Secretária para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação de sua atuação, bem como a demonstração e análise dos resultados identificados, inclusive os registrados em pesquisas de opinião realizadas. O item 6.4 abordará os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Senasp. O item 6.5 “Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações” constará apenas no RG da SE/MJ.

6.1 Canais de acesso do cidadão

No âmbito da Senasp podemos elencar a Ouvidoria Setorial da Senasp e a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão, Rede - SIC da Senasp.

6.1.1 Ouvidoria Setorial da Senasp

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp não contempla em suas atividades a prestação de serviços direto ao cidadão, porém disponibiliza um canal de comunicação por meio de sua Ouvidoria Setorial, que é uma ramificação da Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça, a qual está vinculada. Estando, portanto, afeta à carta de serviços ao cidadão do Ministério da Justiça, no que tange o âmbito de competência da Senasp.

Os canais de acesso do cidadão à Ouvidoria Setorial da Senasp contemplam o acionamento eletrônico, por meio do Sistema da Ouvidoria Geral do Ministério ao qual houve adesão da Senasp no ano de 2015. Através do sistema o cidadão tem maior facilidade de acesso e liberdade para realizações de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc, que podem ocorrer da forma que o usuário desejar (com registro de identificação ou de forma anônima). Além dos registros via sistema, é mantido o recebimento de manifestações via correios ou por entrega presencial, as quais são remetidas a Ouvidoria Setorial após conversão ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

As manifestações recebidas na Ouvidoria Setorial da Senasp são acolhidas, analisadas e encaminhadas às unidades internas ou aos órgãos competentes para a prestação de informações ou adoção das providências necessárias. Considerando que grande parte das manifestações recebidas são alheias ao âmbito de competência da Secretaria, é mantido um trabalho de encaminhamento dessas manifestações às Secretarias Estaduais de Segurança Pública visando promover o tratamento adequado à demanda.

O canal de resposta ao cidadão para o retorno de informações é geralmente o mesmo empregado no contato inicial (envio da solicitação) e contempla a totalidade das demandas recebidas através do envio de informações sobre as providências adotadas e/ou encaminhamentos realizados. No caso das demandas de competência de órgãos externos as informações ao cidadão são enviadas, sempre que ocorre o retorno dos órgãos em questão.

As demandas recebidas via sistema durante o ano de 2015 totalizaram 215 acionamentos, sendo a maioria das mensagens do tipo denúncia com o percentual de 74,42%, as demais manifestações foram distribuídas entre solicitação 12,10%, reclamação 9,31%, sugestão 3,73% e elogio 0,47%.

Quanto aos acionamentos recebidos via SEI para o ano em questão temos a seguinte estatística: total de 339 registros, os quais subdivididos nas regiões do país apresentam o seguinte cenário: Sudeste – 155 acionamentos, Nordeste – 77 acionamentos, Centro-Oeste – 38 acionamentos, Sul – 32 acionamentos, Norte – 20 acionamentos e as manifestações sem definição de localidade 17.

Informações sobre aferição da satisfação dos usuários serão dispostas em item próprio deste relatório.

6.1.2 Rede de Serviços de Informações ao Cidadão, Rede - SIC

A Rede de Serviços de Informações ao Cidadão, Rede - SIC do Ministério da Justiça, instituída pela Portaria nº 600, de 12 de abril de 2011, foi constituída de forma a contemplar a complexidade do Ministério da Justiça, de forma a garantir que o atendimento ao cidadão ocorra de forma célere, privilegiando-se a descentralização em relação aos órgãos e entidades vinculados.

Em cada unidade do Ministério, integrante do SIC Central ou com seu respectivo SIC Setorial, foi designado uma autoridade pelo dirigente máximo, responsável por distribuir internamente as demandas, analisar as respostas de forma a garantir a necessária qualidade e adequação aos pedidos, e controlar os prazos de resposta. O SIC Central recebe pedidos de acesso a informações dirigidos aos órgãos e entidades que integram a estrutura organizacional do Ministério da Justiça e encaminha às unidades competentes; além de monitorar o atendimento prestado por toda a rede.

No ano de 2015, o SIC SENASP recebeu 241 (duzentos e quarenta e um) pedidos de informação, enquanto no ano de 2014, recebeu 180 (cento e oitenta) pedidos via rede SIC MJ. Os pedidos são recebidos, analisados e distribuídos para as áreas técnicas da Secretaria, conforme o assunto da demanda. Após respondidos pela área técnica, são restituídos ao Ponto Focal da Secretaria, devolvidos ao SIC Central do Ministério da Justiça e encaminhados ao cidadão requerente.

No ano de 2015 foi implementado, no âmbito deste Ministério, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI e o Sistema de Gerenciamento de Documentos anterior, MJdoc, foi desabilitado. Com o sistema SEI e a tecnologia que ele dispõe, o andamento do fluxo das demandas dentro da Secretaria tornou-se mais rápido e ágil.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O Ministério da Justiça disponibiliza a sua Carta de Serviços ao Cidadão trazendo informações, por unidades, sobre os serviços prestados, bem como prazos e critérios de prioridade para o atendimento, ratificando, assim, seu compromisso com a busca constante da qualidade da prestação de seus serviços e com o atendimento ao cidadão.

Ressalta-se que a Carta de Serviços do Ministério da Justiça traz informações sobre as competências do Ministério da Justiça, sua estrutura organizacional, sua localização, bem como importante conteúdo sobre acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Consta ainda no documento, como conteúdo principal, descrição detalhada sobre os serviços prestados pelas unidades diretamente aos cidadãos, como por exemplo: a forma e os meios de acesso, prazo para atendimento, meios de acompanhamento do andamento da demanda, bem como canais e contatos para avaliação desses serviços pelo interessado.

A referida Carta está disponível de forma integral aos servidores do MJ, e ainda fragmentada por unidade, conforme a natureza do serviço pretendido, podendo ser acessada no sítio <http://www.justica.gov.br/Acesso/servicos-ao-cidadao-2>.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública foi tratada na referida carta tendo ressaltado os seguintes serviços (<http://www.justica.gov.br/Acesso/servicos-ao-cidadao-2/anexos/Senasp.pdf>):

46º – Recepção de armas no âmbito da Campanha Nacional do Desarmamento;

47º – Rede Nacional de Educação a Distância para profissionais de segurança pública – Rede EAD-Senasp.

6.2.1 Recepção de armas no âmbito da Campanha Nacional do Desarmamento

A Campanha Nacional do Desarmamento busca a mobilização da sociedade brasileira para retirar de circulação o maior número possível de armas de fogo. A entrega é voluntária e pode ser feita em mais de 2 mil postos de coleta em todo o Brasil. Ao entregar uma arma, o cidadão não precisará se identificar e receberá indenização que varia de R\$ 150,00 a R\$ 450,00, de acordo com o tipo da arma entregue.

A Campanha do Desarmamento atua diretamente com os cidadãos no momento anterior à entrega da arma; através do DEPRO/Senasp e no que tange ao esclarecimento de dúvidas sobre o procedimento da entrega, locais de entrega e valor de indenizações; no momento da entrega da arma, ação feita pelos postos de entrega cadastrados, e no momento após a entrega da arma, ação realizada por este ministério e que ocorre caso o cidadão encontre alguma dificuldade em receber sua indenização.

Apesar da atuação direta com os cidadãos, não há qualquer tipo de método ou pesquisa que avalie o grau de satisfação do cidadão-usuário. Outrossim, o Departamento julga pertinente a existência de tal método e estudará a criação de meios para tal avaliação no futuro.

6.2.2 – Rede Nacional de Educação a Distância para profissionais de segurança pública – Rede EAD-Senasp

Criada em 2005 pela Senasp/MJ, a Rede Nacional de Educação a Distância – Rede EAD-Senasp é uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública em todo o Brasil. Tem como objetivo viabilizar o acesso à capacitação continuada, independentemente das limitações geográficas e temporais.

A Rede EAD-Senasp possibilita aos Policiais Civis, Militares, Federais, Rodoviários Federais, Bombeiros Militares, Profissionais de Perícia Oficial, Guardas Municipais e Agentes Penitenciários acesso gratuito à educação continuada, integrada e qualificada.

Segue abaixo dados extraídos da Pesquisa de Satisfação, inserida na Plataforma da Rede e preenchida pelos alunos discentes após cada um dos três ciclos de cursos oferecidos anualmente, conforme **relatório do AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA dia 24/02/2016, gerados pela VAT (Data de referência: 06/2013 até 31/12/2015.)**

Questionários preenchidos por mais de 361.000 alunos.

1. Em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem:

- a) 82.83% dos alunos avaliaram que o ambiente virtual apresenta todas as informações necessárias para acompanhamento do curso;
- b) 75.36% dos alunos avaliaram que o acesso ao vídeo, ao conteúdo e aos demais materiais complementares dos cursos são de fácil visualização e acesso;
- c) 83.83% dos alunos avaliaram que o ambiente possui fácil navegação e com informações de fácil compreensão;
- d) 83.33% dos alunos avaliaram que o ambiente virtual possui ferramentas de interação (e-mail, chat e fórum) que facilitam o acesso ao tutor e aos colegas de curso;

2. Em relação a qualidade dos cursos:

- a) 85.43% dos alunos avaliaram que os objetivos dos cursos estão claros e bem definidos;
- b) 85.60% dos alunos avaliaram que os cursos apresentam conteúdos relevantes em relação as atividades dos profissionais de segurança pública;
- c) 85.60% dos alunos avaliaram que os módulos abrangem os principais conteúdos relacionados aos temas dos cursos;
- d) 82.93% dos alunos avaliaram que os conteúdos teóricos estão bem relacionados com os práticos apresentados nos cursos;
- e) 84.09% dos alunos avaliaram que os exercícios contribuíram para a aprendizagem;
- f) 85.98% dos alunos avaliaram que a linguagem utilizada nos módulos e aulas é acessível;
- g) 80.65% dos alunos avaliaram que a carga horária dos cursos é adequada;
- h) 76% dos alunos avaliaram que as informações contidas nos vídeos dos cursos contribuíram para enriquecer o aprendizado.

3. Em relação à aplicação dos cursos na atividade profissional dos discentes:

- a) 81.63% dos alunos avaliaram que os cursos atenderam suas expectativas;
- b) 84.41% dos alunos avaliaram que os cursos estimularam o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre os temas abordados;
- c) 77.88% dos alunos avaliaram que os cursos estão coerentes com a realidade profissional vivida por eles em seu cotidiano laboral;
- d) 84.74% dos alunos avaliaram que os cursos contribuíram para sua atualização profissional;
- e) 77.77% dos alunos avaliaram que os conhecimentos adquiridos nos cursos são aplicáveis no dia-a-dia de trabalho;
- f) 78.09% dos alunos avaliaram que as diretrizes, métodos, técnicas e procedimentos, quando apresentados nos conteúdos dos cursos, estão coerentes com as orientações de suas instituições de origem;
- g) 87.92% dos alunos avaliaram que os cursos realizados os motivaram a realizar outros oferecidos pela Rede EaD-Senasp.

Ao analisarmos os resultados da "Pesquisa de Satisfação", preenchida pelos alunos da Rede EaD-Senasp ao final dos cursos realizados no período de junho de 2013 a dezembro de 2015, constatamos a grande efetividade dos cursos na transmissão de conhecimento, bem como a aceitabilidade por parte dos profissionais de segurança pública da modalidade à distância, como forma de capacitação continuada. A maioria dos itens avaliados contou com mais de 80% de aprovação por parte dos discentes, evidenciando que esta estratégia de ensino, utilizada pela SENASP/MJ através da Rede EaD, é plenamente viável e deve ser mantida e, caso possível, ampliada em seus aspectos tecnológicos e estruturais.

Entendemos que alguns pontos devem ser melhorados visando o aprimoramento educacional, ainda que os índices de avaliação positiva tenham superado o percentual de 70%. Dentre os itens que podem ser aperfeiçoados, destaca-se: item 1 letra b), que trata do acesso ao vídeo, conteúdo e materiais complementares, com vistas a facilitar o acesso, do aluno, aos mencionados itens, inclusive via smartphone, tecnologia esta, que se acha em fase de estudo para implantação no ambiente virtual. Outro ponto que precisa de atenção corresponde a letra h) do item 2, onde novamente a questão da interação vídeo x conteúdo x práticas profissionais volta à tona, demonstrando a necessidade de aperfeiçoar este entrelaçamento pedagógico entre estes aspectos, não obstante a Coordenação da Rede EaD-Senasp estar criando uma dinâmica de aproximação entre os vídeos e as práticas profissionais, por meio da inserção de uma avaliação qualitativa, baseada nos vídeos dos cursos.

Por fim os resultados observados nas avaliações contidas nas letras c), e) e f) do item 3, reforçam a necessidade de se investir na interatividade dos vídeos, conteúdos e materiais complementares à realidade profissionais dos alunos, conforme visto no parágrafo anterior. Tal fato se constitui num grande desafio de grandes proporções, considerando a diversidade de instituições e as grandes diferenças de culturas organizacionais. Neste sentido a estratégia de utilização de Câmaras Técnicas compostas por profissionais de diversas instituições e especialistas objetivando a elaboração e revisão dos conteúdos e vídeos, vem apresentando bons resultados, desencadeando a criação de cursos que, realmente, atendam a esta necessidade de aproximar o conteúdo com o cotidiano dos profissionais de segurança pública.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Atualmente não há mecanismos para mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços Rede - SIC da Senasp e da recepção de armas no âmbito da Campanha Nacional do Desarmamento.

Abaixo seguem informações da aferição de satisfação dos usuários da Ouvidoria Setorial da Senasp. Na oportunidade ressaltamos que a aferição relativa à Rede EAD-Senasp foi tratada no item 6.2.2.

Os meios disponíveis para manifestações sobre a satisfação do cidadão/usuário com as respostas oferecidas pela Ouvidoria Setorial da Senasp são os mesmos disponibilizados para o primeiro atendimento, sendo recebidas e devidamente tratadas todas as mensagens que lhe são destinadas. No Sistema da Ouvidoria contamos, ainda, com recurso que possibilita ao usuário a avaliação da resposta no momento do recebimento, na ocasião é enviada automaticamente mensagem orientado que, em caso de insatisfação, seja realizado novo registro com maiores informações, possibilitando um nova avaliação e tratamento da demanda. No entanto, tal procedimento de avaliação é opcional e os indicadores internos com as estatísticas do ano de 2015, demonstram uma pequena adesão dos usuários ao procedimento de avaliação, conforme demonstrado nos gráficos abaixo. Sendo assim, não é possível mensurar a avaliação da totalidade das respostas oferecidas.

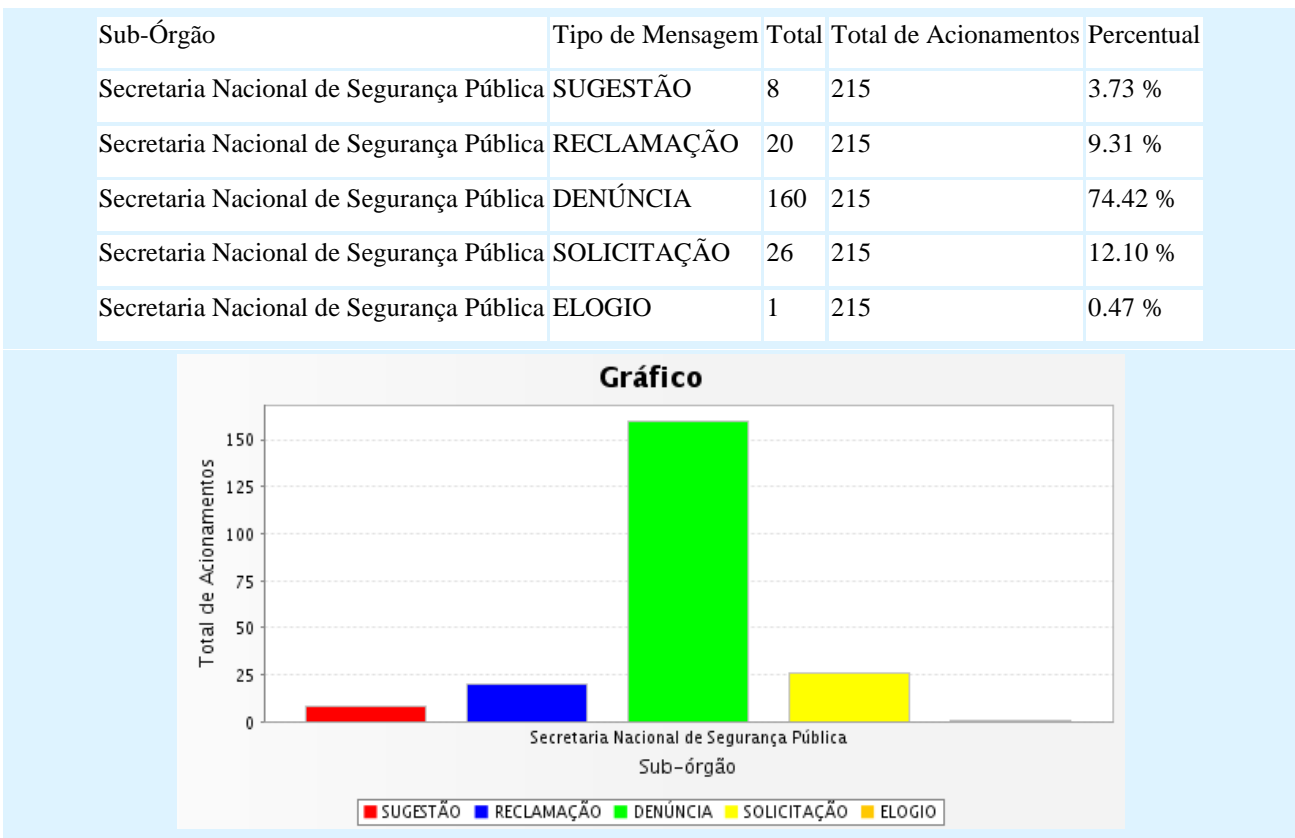


Figura A.6.3.1 – Tipos de Manifestações – Ouvidoria da Senasp

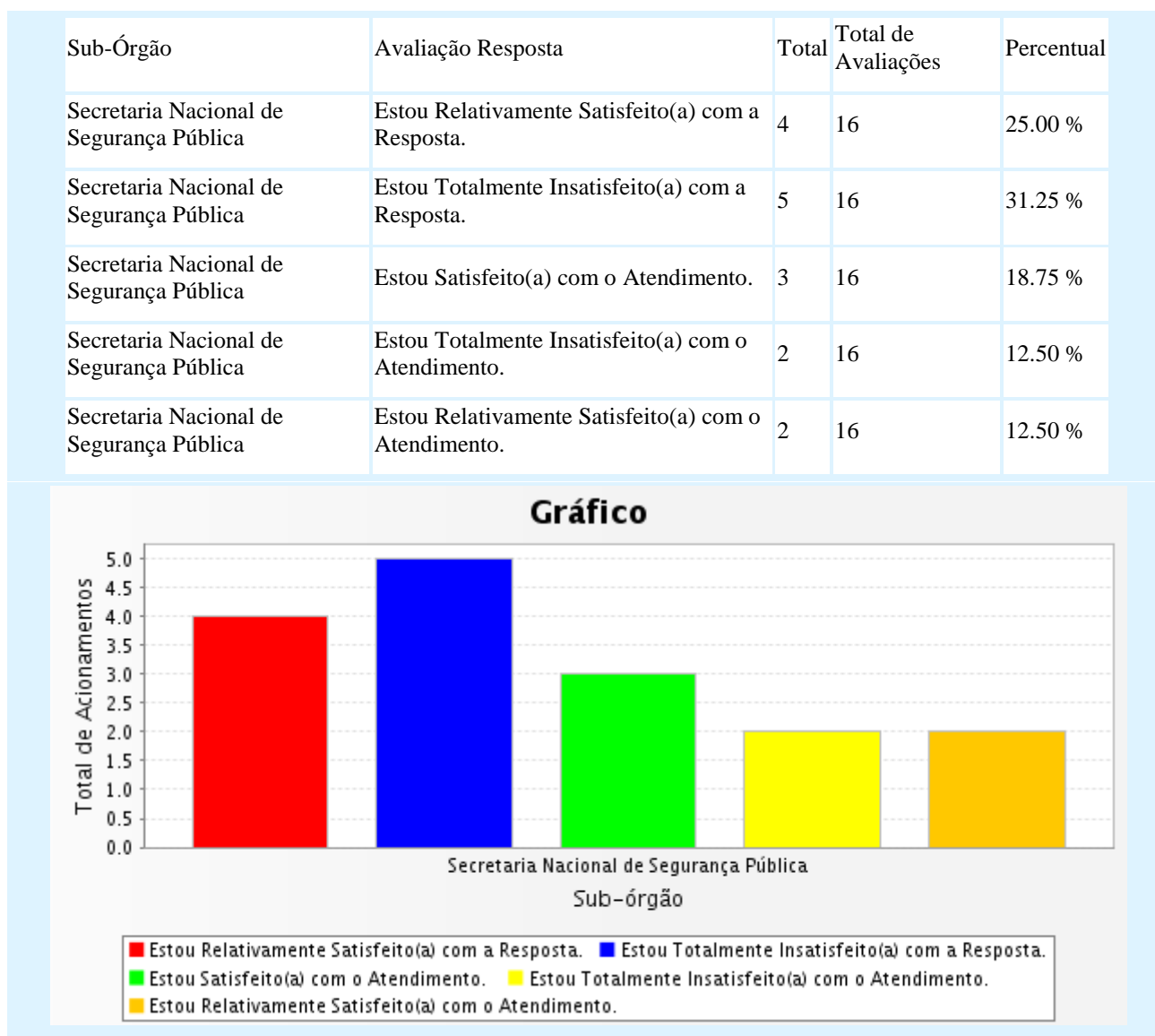


Figura A.6.3.2 – Estatísticas de Satisfação – Ouvidoria da Senasp

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No âmbito da Senasp destacamos os seguintes caminhos de acesso na Internet às informações referentes a atuação da Senasp e que são consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão:

- <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica>
- <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/Senasp>
- http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/subpaginas_auditoria/secretaria-nacional-de-seguranca-publica-Senasp
- <http://educatio.Senasp.gov.br/educatio>
- <http://ead.Senasp.gov.br>
- <https://www.sinesp.gov.br>

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Com relação a este item, segue quadro com as informações prestadas pela Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça:

Quadro A.7.1.1 - Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	
Denominação completa (UPC)	Código da UG
Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)	200330, 200331
<p>1. Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10</p> <p>a) NBC T 16.9</p> <p>O Ministério da Justiça obedece aos dispositivos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão.</p> <p>Em complemento a esta norma, a Coordenação de Contabilidade/MJ orienta às unidades gestoras do órgão que observem os procedimentos contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30– Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, com vistas a aplicar a metodologia para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para os cálculos de depreciação.</p> <p>Na Secretaria Nacional de Segurança Pública, no entanto, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora 200331 não efetuou as depreciações ao longo do exercício de 2015, conforme verificado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.</p> <p>b) NBC T 16.10</p> <p>O Ministério da Justiça obedece aos dispositivos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público– NBC T 16.10, que define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.</p> <p>Os procedimentos contábeis são estabelecidos também em conformidade com as metodologias indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos relacionados ao tema.</p> <p>As análises evidenciaram o que segue:</p> <p>b.1) Disponibilidades</p> <p>As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, se em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.</p> <p>b.2) Créditos e Dívidas</p> <p>Os direitos e obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, se em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. A Unidade não faz estimativa pelos prováveis valores de realização para o ativo e não faz o reconhecimento para os passivos, não constituindo, assim, provisões para perdas.</p>	

b.3) Estoques

As unidades gestoras executoras 200330 e 200331 não possuem registro de bens em estoque.

b.4) Investimentos permanentes

As unidades gestoras executoras 200330 e 200331 não possuem registro de investimentos permanentes.

b.5) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. A mensuração dos bens de uso comum é efetuada, sempre que possível, ao valor de aquisição. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

A unidade gestora 200330 não possui registro de bens móveis e imóveis. A unidade gestora 200331 possui registro de bens móveis, no entanto, não registrou a depreciação, cuja justificativa está no item “2” desse relatório.

b.6) Intangível

As unidades gestoras executoras 200330 e 200331 não possuem registro de bens intangíveis.

b.7) Diferido

As unidades gestoras executoras 200330 e 200331 não possuem registro de diferido.

b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A reavaliação incide sobre os bens patrimoniais escriturados no Ativo Imobilizado.

A unidade gestora 200330 não possui registro de reavaliação e redução ao valor recuperável, pois não possui bens patrimoniais imobilizados. Na unidade gestora 200331 não houve o registro de reavaliação e redução ao valor recuperável, cujas justificativas estão no item “2” desse relatório.

2. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nas alíneas “a”, “b.5” e “b.8”

A Coordenação de Contabilidade/MJ registrou as ocorrências contábeis 634- Falta Avaliação Bens Móveis, Imóveis, Intangível e Outros e 642 - Falta Evolução Incompatível Dep. Ativo Imobilizado em virtude do descumprimento dos registros contábeis mencionados nas alíneas “a”, “b.5” e “b.8” na unidade gestora 200331. Transcrevemos, assim, as justificativas apresentadas pela unidade:

“Devido a esta Unidade não possuir um setor de patrimônio a avaliação dos bens móveis/ imóveis/ intangível e outros ficou prejudicada, conseqüentemente, a falta de depreciação do Ativo Imobilizado também, contudo medidas estão sendo tomadas para que não haja mais a falta de avaliação”.

Em relação ao item “b.2”, esta Setorial de Contabilidade promoverá a orientação à Unidade para apuração dos valores a serem provisionados.

3. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC

Nas Demonstrações das Variações Patrimoniais- DVP das Unidades Gestoras 200330 e 200331, em 2015, não foram registradas Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e Variações Patrimoniais Passivas - VPD, nas contas contábeis que evidenciam as contabilizações determinadas nas NBCT's 16.9 e 16.10.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Com relação a este item, seguem abaixo as Notas Explicativas apresentadas pela Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça. As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 contam da seção “Anexos e Apêndices” deste Relatório.

Quadro A.7.3.1 – Informações contábeis da Senasp – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS		ÓRGÃO 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
1	Demonstrações 2015/2014	Em razão da alteração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público ter sido implantado em 2015, apenas o Balanço Patrimonial apresenta o comparativo entre os saldos de 2014 e 2015. As demais Demonstrações contém apenas os dados de 2015.
2	Consolidação	As Demonstrações Contábeis não foram extraídas do SIAFI conforme as UPC's do Anexo I da DN TCU 146/2015. A Unidade Gestora Executora 200330 - Secretaria Nacional de Segurança Pública, quanto à extração das Demonstrações, encontra-se no Órgão 30000 - Ministério da Justiça. Em razão de o SIAFI 2015 estar encerrado, não foi possível a criação de um grupo de extração das Demonstrações consolidando SENASP (200330) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (200331). As Unidades Gestoras Executoras do Órgão 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública compõe as Demonstrações Contábeis, UG's 200242 - Força Nacional de Segurança Pública e 200331 - Fundo Nacional de Segurança Pública.
3	Introdução ou Alteração de Práticas Contábeis	Não houve introdução ou alteração de práticas contábeis.
4	Resultados do Exercício	O Resultado Patrimonial do Exercício de 2015 foi de R\$ 82 milhões, sendo as Transferências Intragovernamentais recebidas e concedidas representando o maior volume de Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 385 milhões (69% da VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas, em R\$ 320 milhões (67% da VPD, respectivamente).
5	Renúncias de Receita	Não há registro de renúncias de receitas no Órgão 30911 (Fundo Nacional de Segurança Pública).
6	Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável	Não houve registros de Reavaliação ou Redução a Valor Recuperável.
7	Conciliação de Imóveis	O controle dos valores de Bens Imóveis de Uso especial é realizado pela equação 0167, consultada pelo subsistema "Novo CPR", transação "CONDESAUD". Não houve inconsistência ao fim do exercício.
8	Variação Cambial	No Órgão 30.911 - Fundo Nacional de Segurança Pública, não houve receita ou despesa por motivo de variação cambial em 2015.

9	Criação e Extinção de Órgãos e Unidades Gestoras	Foi iniciado o processo de incorporação da UG 200242 - FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA pela UG 200331 - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA, sendo o CNPJ da 200242 extinto junto à Receita Federal em 22 de setembro. A incorporação de saldos contábeis não correu em virtude de erro de sistema na transposição de saldos, já encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional para análise. A conclusão da transposição será em 2016.
10	Integrações de saldos contábeis	O Órgão participa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e está inserido no Balanço Geral da União - BGU.
11	Ajustes de exercícios Anteriores	Não houve contabilização de Ajustes de Exercícios Anteriores.
12	Eventos Subseqüentes	Não há previsão de eventos subseqüentes que resultem em impacto representativo no Patrimônio do Órgão Superior 30000 - Ministério da Justiça.

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

Preliminarmente, registre-se que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício na Senasp são de competência da CGRH/SPOA/SE.

Neste sentido, os subitens 8.1.1 a 8.1.8 correspondem às informações compiladas e disponibilizadas pela referida Coordenação. O subitem 8.1.9, por sua vez, trata de informações da Senasp relativas à contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da Senasp

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	55	83	34	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	55	83	34	30
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	55	55	17	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	3	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	25	14	12
2. Servidores com Contratos Temporários	0	10	10	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	33	13	19
4. Total de Servidores (1+2+3)	126	126	57	49

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	51	32
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	51	32
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	21
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	10
2. Servidores com Contratos Temporários	2	8
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	19	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	72	54

Quadro A.8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Senasp

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	67	62	32	34
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	67	62	32	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	7	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2	3	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	20	14	13

1.2.4. Sem Vínculo	Não há	31	11	16
1.2.5. Aposentados	Não há	2	2	3
2. Funções Gratificadas	2	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	69	63	32	34

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Análise Crítica

O Quadro de Pessoal do Núcleo Central do Ministério da Justiça conta com um quantitativo reduzido de servidores para a implementação de projetos e ações de crescente complexidade, o que impacta também a Senasp no que diz respeito à força de trabalho frente às necessidades da unidade.

Em face desse déficit da força de trabalho, atualmente, a Senasp conta com 31 servidores sem vínculo com a Administração Pública no exercício de cargo em comissão (50% dos cargos em comissão).

Além disso, a Unidade conta 10 profissionais contratados por tempo determinado, na forma da alínea "i" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, conforme autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 242, de 28 de julho de 2014, para o desenvolvimento de atividades inerentes ao gerenciamento do projeto Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas – Sinesp.

Por outro lado, o MJ vem buscando alternativas para recompor a força de trabalho das unidades integrantes da Pasta, tais como pedido de concurso público e plano de carreiras. Todavia, algumas ações fogem da governabilidade do órgão.

8.1.2 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade

No âmbito da Senasp, 17%, 67%, 12% e 4% dos servidores possuem, respectivamente, “Ensino Médio”, “Ensino Superior”, “Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação” e “Mestrado”.

No que se refere ao perfil etário dos servidores em exercício nessa unidade, observa-se que a seguinte distribuição: 15%, 46%, 24%, 10% e 5% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente, causando preocupação na Administração, pois há risco de evasão de servidores, seja pelos mais novos que buscam melhores oportunidades de salários, seja pelos mais velhos que podem sair a qualquer momento pelo instituto da aposentadoria.

Do total de 55 (cinquenta e cinco) servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ em exercício na SENASP, 7 (sete) completaram os requisitos para aposentadoria, representando 13% do pessoal efetivo. No ano de 2015, foram concedidas 2 (duas) aposentadorias.

8.1.3 Política de Capacitação e Treinamento de pessoal

No âmbito do MJ, foi instituída a Política de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, por meio da Portaria nº 2.716, de 5 de agosto de 2013, com as seguintes diretrizes: promoção da excelência na qualidade dos serviços prestados à sociedade, partindo das premissas: transparência, eficiência, eficácia e efetividade; promoção à formação e à educação contínua dos servidores; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos do MJ, tendo como referência o Plano Plurianual – PPA e o Plano Estratégico do MJ; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e desenvolvimento; racionalização dos recursos; mensuração dos resultados advindos das ações de capacitação e desenvolvimento com vistas a otimizar os investimentos; e responsabilização dos dirigentes na avaliação das necessidades, bem como no acompanhamento dos resultados das ações de capacitação e desenvolvimento.

No ano de 2015, foi realizado o levantamento das necessidades de capacitação junto às unidades administrativas do MJ, cujos temas mais demandados foram licitações, contratos, convênios e prestação de contas e execução orçamentária e financeira. No caso da Senasp, foram concedidas 32 (trinta e duas) oportunidades de capacitação (cursos e seminários) aos servidores.

Além disso, o MJ oferece oportunidades de capacitação de longa duração por meio dos seguintes programas: Bolsa Universitária (custeio de até 50% da mensalidade do curso de graduação); Bolsas Integrais de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado; Curso de inglês ministrado pelo Centro Cultural Thomas Jefferson; e Programa de Incentivo à Participação em Cursos de Idioma Estrangeiro (custeio de até 50% da mensalidade, até o limite máximo de R\$ 200,00).

Dessas ações, houve a participação de 6 (seis) servidores dessas unidades no curso de inglês. Além disso, 3 (três) servidores foram beneficiados com o Programa de Incentivo à Participação em cursos de idioma estrangeiro.

8.1.4 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dois meios:

- a) Parametrização no Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no qual é bloqueado a operação de cadastramento de um novo vínculo funcional, quando detectada a ocorrência de ocupação de um cargo público não acumulável no âmbito da Administração Pública Federal, direta e autárquica.
- b) Cruzamento das bases de dados do SIAPE com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que se detectado algum possível caso, é encaminhado ao órgão de exercício do respectivo servidor para verificação.

Em ambas situações, a possível ocorrência deve ser apurada por meio de processo administrativo, no qual é assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Destaca-se ainda, que no âmbito interno, o servidor no momento da posse em cargo público apresenta declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, respeitando as situações previstas na Constituição Federal e que caso faça alguma declaração inverídica, essa pode agravar a situação do servidor. Ademais o servidor se compromete a comunicar à CGRH/MJ, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional e de que está ciente de que declarar falsamente é crime previsto em Lei.

No exercício de 2015 não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

8.1.5 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro A.8.1.5.1 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	1.507.750,78	455.940,39	2.113.289,65	108.759,74	252.009,73	108.494,43	26.328,39	3.065,25	8.559,59	4.584.197,95
	2014	1.341.395,98	399.615,20	1.674.635,56	72.359,40	226.708,69	96.701,01	25.952,73	1.452,59	1.048,51	3.839.869,67
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	1.045.910,15	102.107,01	32.004,94	244.843,43	7.066,68	40.402,82	2.037,90	0,00	1.474.372,93
	2014	0,00	917.680,47	78.357,87	30.109,07	109.722,40	7.237,89	19.222,24	875,05	0,00	1.163.204,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	1.957.887,21	151.051,74	41.220,65	306.864,18	53.132,02	100.166,36	2.005,26	0,00	2.612.327,42
	2014	0,00	2.112.500,68	170.840,30	42.819,31	217.848,99	44.610,13	46.967,31	208,34	0,00	2.635.795,06
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	50.496,19	0,00	83.381,38	3.836,10	8.579,00	2.041,40	6.303,65	0,00	0,00	154.637,72
	2014	10.751,76	0,00	20.381,63	1.713,37	1.865,00	685,64	629,23	162,00	19.000,00	55.188,63
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	429.110,00	0,00	36.658,35	0,00	23.448,11	0,00	0,00	0,00	0,00	489.216,46
	2014	1.163.611,99	0,00	87.998,34	31.003,23	82.783,40	1.623,81	183.936,37	0,00	0,00	1.550.957,14

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

8.1.6 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O déficit de servidores no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça agravou-se, principalmente, pela ausência de concurso público para este órgão nas décadas de 80 e 90, contrapondo com o gradativo e significativo aumento das atribuições institucionais da Pasta ao longo desse mesmo período.

Não obstante a realização de concursos públicos nos anos de 2009 e 2013, os quantitativos autorizados foram aquém do número necessário de servidores. Destaca-se que, o concurso público de 2009 teve como objetivo a substituição dos prestadores de serviços considerados como impróprios por servidores, que já não eram suficientes para fazer frente à notória ausência de servidores públicos, então verificada no Ministério da Justiça.

Já com relação ao concurso de 2013, do total de 838 (oitocentas e trinta e oito) vagas solicitadas, só foram autorizadas, pela Portaria MP nº 592, de 10 de dezembro de 2012, 110 (cento e dez) vagas, sendo 10 (dez) de Administrador, 95 (noventa e cinco) de Analista Técnico-Administrativo, 1 (uma) de Contador e 4 (quatro) de Economista, sob alegação de restrições orçamentárias. No ano de 2015, foi autorizada a nomeação de 7 (sete) candidatos excedentes, sendo 5 (cinco) para o cargo de Administrador, 1 (um) para o cargo de Economista e 1 (um) para o cargo de Engenheiro.

Entretanto, os servidores do Quadro de Pessoal do MJ são integrantes do Plano Geral do Poder Executivo - PGPE e percebem uma das mais baixas remunerações do Serviço Público Federal, trazendo como consequências: considerável índice de desistência à posse no cargo efetivo e evasão de servidores qualificados.

Do concurso público de 2009, de um total de 604 (seiscentos e quator) cargos oferecidos (considerando as 450 vagas iniciais e 154 vagas excedentes), apenas 357 (trezentos e cinquenta e sete) vagas estão providas no MJ (posição: 31/12/2015), em face da grande oferta de cargos públicos com remunerações melhores, inclusive no Poder Executivo Federal.

Com referência ao concurso público de 2013, cujos provimentos iniciaram a partir de março de 2014, apresenta-se o índice de desistência dos candidatos para assumir o cargo público. Além disso, 26% dos candidatos empossados solicitaram vacância do cargo. Assim, o MJ conta com 123 (cento e vinte e três) servidores oriundos desse certame (posição 31/12/2015).

Diante desse cenário e considerando a carência de servidores, o MJ encaminhou em 2013, e novamente em 2014, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pedidos de autorização para realização de concurso público, conforme quadro a seguir, mas ambos pedidos foram indeferidos, sob a alegação de que os Projetos de Lei dos exercícios de 2014 e 2015, encaminhados ao Congresso Nacional, não contemplaram recursos orçamentários para a implementação das referidas propostas.

Quadro A.8.1.6.1 – Pedido de autorização para realização de concurso público

Cargo	Nível	Quantitativo - Pedido 2013	Quantitativo - Pedido 2014
Agente Administrativo	NI	200	200
Arquiteto	NS	-	05
Contador	NS	-	05
Engenheiro	NS	04	10
Estatístico	NS	-	05

Técnico em Comunicação Social	NS	-	10
TOTAL		204	235

No ano de 2015, esta Pasta Ministerial solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Aviso MJ nº 801/2015, autorização para realização de novo concurso público para o provimento de 70 (setenta) cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais e 224 (duzentos e vinte e quatro) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal, sendo: 10 (dez) de Administrador, 74 (setenta e quatro) de Analista Técnico-Administrativo, 1 (um) de Arquivista, 10 (dez) de Arquiteto, 1 (um) de Assistente Social, 6 (seis) Bibliotecário, 5 (cinco) de Contador, 4 (quatro) de Economista, 1 (um) de Enfermeiro, 20 (vinte) de Engenheiro, 5 (cinco) de Estatístico, 4 (quatro) de Médico, 1 (um) de Psicólogo, 1 (um) de Sociólogo, 10 (dez) de Técnico em Assuntos Educacionais, 20 (vinte) de Técnico em Comunicação Social, 50 (cinquenta) de Agente Administrativo e 1 (um) de Auxiliar de Enfermagem, cujo pedido encontra-se em análise no órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC.

Além do quantitativo reduzido da força de trabalho, verifica-se que no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, há uma concentração de servidores ocupantes de cargo de nível superior na classe inicial. Já no caso dos servidores de nível intermediário, a concentração acontece na classe final. Em ambas situações, esses aspectos tornam-se um fator preocupante para os gestores do MJ, porque há possibilidade de evasão de servidores, seja por posse em outro cargo inacumulável ou aposentadoria, dentre outras modalidades de vacâncias.

Com relação às possíveis aposentadorias, 215 (duzentos e quinze) servidores completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria até o ano de 2018, ou seja, 27% do Quadro de Pessoal do MJ. Embora a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja mínima, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, pois não há a reposição de imediato.

A fim de estabelecer uma política de remuneração capaz de manter o quadro de pessoal desta Pasta, o MJ encaminhou em 2012 e 2013, respectivamente, as seguintes propostas:

- Plano de Gratificações composto pela Gratificação de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e Cidadania - GAJUSC e pela Gratificação de Desempenho de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e Cidadania – GDAJUSC; e
- Plano de Carreira: constituído pelos cargos de Analistas e Técnicos de Justiça, Cidadania e Segurança Pública (a serem criados) e demais cargos de provimento efetivo de nível superior, intermediário e auxiliar, cujos titulares encontram-se lotados nas Unidades do Núcleo Central do MJ, que seriam enquadrados no novo plano, salvo manifestação irretratável, mantendo-se as denominações e as atribuições do cargo já definidas por legislação específica.

Todavia, ambos pedidos foram indeferidos sob a alegação de que as atuais diretrizes governamentais são no sentido de não se instituir novas gratificações específicas para determinado grupo de servidores de órgão ou entidade nem novos planos de carreiras e cargos específicos para órgão ou entidades da Administração Pública Federal. No caso das gratificações, evita-se o aumento das distinções remuneratórias no âmbito da Administração Pública Federal. Já no caso dos planos de carreiras, busca-se privilegiar a transversalidade, no sentido de que os servidores de um plano de carreiras e cargos existente possam ser alocados de acordo com as necessidades de cada órgão.

Em razão da necessidade de constituir um Quadro de Pessoal permanente e qualificado que possa dar continuidade às ações governamentais, novamente o MJ, no exercício de 2014, submeteu a proposta do Plano de Gratificações, por meio do Aviso nº 653, de 30 de maio de 2014. O Plano de Gratificações foi indeferido, em dezembro de 2015, sob a alegação de que o Projeto de Lei do exercício de 2016, encaminhado ao Congresso Nacional, não contemplou recursos orçamentários para a implementação da referida proposta.

Em que pese todas as dificuldades encontradas, a Secretaria-Executiva desta Pasta continua empenhada a reduzir o déficit da força de trabalho das unidades integrantes do MJ.

8.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

I) Absenteísmo

O indicador gerencial “absenteísmo”, utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, busca medir as ausências dos servidores, no qual são computados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

$$\text{ABS: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores} \times \text{n}^\circ \text{ de trabalho}}, \text{ em que:}$$

$\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}$ = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2014.

$\text{n}^\circ \text{ de servidores}$ = quantidade de servidores da Unidade.

$\text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}$ = quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “ $\text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}$ ” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são computados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, como parâmetro, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para os cargos efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 1/4 (um quarto) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos. Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que à medida que as idades avancem, alguns problemas de saúde também sobressaiam.

b) Com a nomeação e posse de novos servidores em cargos efetivos, em virtude de habilitação em concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 60% do efetivo nas faixas etárias abaixo de 40 anos. Parte desse grupo são mulheres que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SENASP, por meio da fórmula acima mencionada, no qual chegou-se ao seguinte resultado: ABS: $[134 / (126 \times 365)] \times 100 = 3\%$, o qual conclui-se que está dentro do padrão aceitável.

II) Acidentes de trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, levando em consideração os últimos 3 (três) exercícios, sendo que no ano de 2015 houve apenas 2 (dois) casos no total.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH/MJ formulou a seguinte fórmula:

$$AT = \frac{(n^{\circ} \text{ de casos} \times 100)}{n^{\circ} \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

n° de casos = quantidade de acidentes de trabalho.

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal do MJ, bem como as atividades desenvolvidas, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos da Administração Pública, como os de carreira policial. Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Pasta, como, por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa, considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2015, na SENASP, não houve acidente de trabalho.

III) Doenças Ocupacionais

Observando-se o Código Internacional de Doenças – CID, foram levantados os afastamentos que podem ter sido provocados por fatores relacionados com o ambiente de trabalho. Considerando a complexidade do tema, foi estipulado para o exercício de 2015, que o índice aceitável seria de até 5%.

Destaca-se que, no âmbito do Núcleo Central do MJ, a principal causa de afastamento tem relação com doença do aparelho locomotor. Há também ocorrências de transtornos mentais e comportamentais. Todavia, por ser uma questão sigilosa tratada apenas no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, não é possível identificar os CID por Unidades, tão somente classificar como doença ocupacional ou não.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

$$DO = \frac{(n^{\circ} \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100)}{n^{\circ} \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

n° de servidores com doenças ocupacionais = quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais.

n° de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

No exercício de 2015, na SENASP, não houve caso de doença ocupacional.

IV) Rotatividade

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

$$\text{ROT: } \frac{(\text{entrada} + \text{saída})}{2} \times 100, \text{ em que:}$$
$$\text{n}^\circ \text{ de servidores}$$

entrada = quantidade ingressos na Unidade.

saída = quantidade de egressos na Unidade.

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, são considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice; e

b) Os cargos efetivos do MJ estão inseridos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de 10%, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $\text{ROT} = \{[(57+49)/2]/126 \times 100\}$, obtém-se um índice de rotatividade de 42%.

V) Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional e o ideal é que não haja nenhum caso.
Para medir esse índice, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

$$\text{DISC: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de penalidades}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}, \text{ sendo:}$$

n° de penalidades = quantidade de penalidades (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2015, 2 (dois) servidores sofreram penalidades de suspensão. Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $[(2/762) \times 100]$, obtém-se um índice de 4%

Além disso, houve 2 (duas) ocorrências de atos de exoneração do cargo em comissão convertidos em destituição.

8.1.8 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro A.8.1.8.1 – Contratação de estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício de 2014 (em R\$)	Despesa no exercício de 2015 (em R\$)
	1º Semestre 2014	2º Semestre 2014	1º Semestre 2015	2º Semestre 2015		
1. Nível superior	20	19	33	41	148.087,29	181.324,65
1.1 Área Fim	20	19	33	41	148.087,29	181.324,65
1.2 Área Meio	0	0	0	0	-	-
2. Nível Médio	16	20	24	29	83.112,53	90.037,15
2.1 Área Fim	4	5	0	0	17.767,04	-
2.2 Área Meio	12	15	24	29	65.345,49	90.037,15
3. Total (1+2)	36	39	57	70	231.199,82	271.361,80

Os estagiários alocados na Senasp são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

8.1.9 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A contratação de consultores na modalidade “Produto” através dos projetos de cooperação técnica internacional tem contribuído de forma significativa para o aperfeiçoamento da implementação das políticas públicas da Secretaria. Os produtos são elaborados por especialistas com conhecimentos específicos e geram conhecimento para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria.

Os critérios de seleção dos consultores são definidos previamente pela área técnica nos termos de referência que passam pela análise e aprovação do Comitê de Gestão e Acompanhamento de Projetos – CGAP, antes de sua publicação. O CGAP foi instituído por meio da Portaria nº 48 de 21 de novembro de 2011, é presidido pela secretária Nacional de Segurança Pública e conta com a participação do coordenador do Projeto de Cooperação Técnica Internacional e dos diretores de todos os Departamentos beneficiários. Além de discutir e aprovar os planos de trabalho e ajustes da matriz lógica dos projetos, o CGAP analisa a conformidade das propostas com a estratégia e os objetivos do Ministério da Justiça (MJ) e da SENASP. Todos os processos de contratação de pessoa física ou jurídica relacionados aos projetos de cooperação técnica internacional firmados pela SENASP só podem ser acatados após exame e aprovação do referido comitê. Após aprovação pelo CGAP os termos de referência bem como os critérios de seleção são amplamente divulgados nos sites do Ministério da Justiça e do Organismo Internacional bem como em jornal de grande circulação. É estabelecido um prazo de sete dias corridos para o recebimento de currículos dos interessados. Para cada processo de seleção, são instituídas, por meio de portaria, comissões de seleção para apreciar os currículos dos candidatos a consultorias no âmbito de todos os nossos projetos. Essa comissão é composta por, no mínimo, três servidores, sendo que um destes é externo a Secretaria e as vezes ao próprio Ministério da Justiça, mantendo assim a transparência em nossos processos de seleção.

Os produtos recebidos passam pela análise da área técnica, da coordenação e da Direção do Projeto para posterior pagamento. É elaborada uma Nota Técnica com a referida análise a qual é assinada por todos os responsáveis respeitando assim o princípio da segregação de funções.

Atualmente a Secretaria possui apenas um Projeto de Cooperação em execução e sua estrutura gerencial conta com uma Diretora Nacional, servidora comissionada, a qual possui a atribuição de ordenadora de despesas e uma Coordenadora Nacional, também comissionada, ambas nomeadas pela portaria Senasp nº 26, de 22/06/2015, a qual substituiu a estrutura gerencial anterior.

Além da Diretora e da Coordenadora, o Projeto possui em sua estrutura de pessoal duas servidoras estaduais na qualidade de colaboradoras eventuais e dois prestadores de serviços.

Em 2015 o Projeto passou por uma Revisão Substantiva de modo a ajustar algumas atividades, atualizar a tabela de insumos, bem como prorrogar a sua vigência, no entanto, não foi realizado nenhum desembolso. Desta forma, não houve efeito da variação cambial no que se refere a desembolsos para o Organismo Internacional. A variação cambial também não interfere no fluxo de pagamentos dos contratos do Projeto, pois estes são todos assinados com valores expressos na moeda brasileira. A interferência da variação cambial se dá somente sobre o saldo final do Projeto que está depositado na conta do Organismo Internacional em moeda estrangeira.

A comunicação entre a coordenação do Projeto e as demais áreas da Secretaria bem como com o Organismo Internacional são realizadas por meio de mensagens eletrônicas, memorandos e ofícios, de acordo com a necessidade de cada caso. Já com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC a comunicação é realizada por meio do Sistema de Informações Gerenciais de

Acompanhamento de Projetos – SIGAP. Para além disso, são realizadas reuniões tripartites de forma a monitorar a execução do Projeto.

Quadro A.8.1.9.1 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000167-2

Valores em R\$

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000167-2					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para construção e validação de um instrumento psicológico de diagnóstico de vulnerabilidade ao estresse ocupacional em Profissionais de Segurança Pública no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/04/2014	26/03/2015	89.544,65	0	55.634,25	89.544,65
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho detalhado sobre a construção e validação de um instrumento psicológico de verificação de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissional em Segurança Pública no Brasil, contendo a metodologia a ser adotada com base em fundamentação teórica e revisão bibliográfica atual.			26/05/2014	10.597,00	
Produto 2 – Apresentação do Instrumento de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissional em Segurança Pública, com características que permitam sua aplicação via Internet e/ou presencial, e sua análise semântica e de fidedignidade. Obs: a disponibilização do instrumento em plataforma web é de responsabilidade do consultor.			28/07/2014	23.313,40	
Produto 3 – Validação do Instrumento de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissional em Segurança Pública com a apresentação dos dados e análise dos resultados obtidos. Entrega do Instrumento validado.			20/10/2014	31.791,00	
Produto 4 – Manual técnico de aplicação, avaliação e interpretação do instrumento validado			01/12/2014	15.895,50	
Produto 5 – Texto sobre a construção e validação do instrumento Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissional em Segurança Pública no Brasil de em formato de artigo.			22/12/2014	7.947,75	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: CRISTIANE FAIAD DE MOURA	CPF: 636.449.751-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Quadro A.8.1.9.2 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000184-1

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Numero do Contrato: 2014/000184-1					
Objetivo da Consultoria: Consultoria técnica especializada para propor modelo metodológico e padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento de Unidades Policiais Especializadas de Fronteiras, e Unidades Policiais Especializadas em Vias Hídricas, visando orientar a atuação dos órgãos estaduais de segurança pública nos municípios fronteiriços e nas calhas dos grandes rios amazônicos, da bacia do prata, lagos e canais existentes na região de fronteira, buscando o aprimoramento da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/05/2014	30/01/2015	81.395,00	0	8.920,00	81.395,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Elaborar plano de trabalho, contendo a metodologia de análise, os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, os referenciais teóricos e bibliográficos.			16/05/2014	7.582,00	
Produto 02 - Relatório técnico contendo a análise sobre o funcionamento, modelo metodológico e padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento das Delegacias Especiais de Polícia Marítima e Unidades de Policiamento Marítimo do DPF na Amazônia e no Paraná; Unidades das Policias Militares e Civas especializadas em vias hídricas nos Estados do Pará, Amazonas, Paraná; Unidades Especializadas da Marinha do Brasil que atuam em águas interiores do Brasil. O consultor deverá argumentar/analisar sobre a possibilidade de replicação para outras realidades de fronteiras no Brasil por meio de propostas, apresentando limites e custos e benefícios disso. Por fim, será relevante citar o processo político e as políticas que viabilizaram a efetividade dessas unidades.			06/06/2014	13.380,00	
Produto 03 - Relatório sobre o funcionamento, modelo metodológico e padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento do DOF-MS e DEFRON-MS para que se possam utilizar esses casos práticos enquanto modelos de			11/07/2014	12.042,00	

policialmente terrestre no intuito de otimizar as ações das respectivas unidades e replicar as boas práticas em outros estados. O relatório deverá argumentar/analisar sobre a possibilidade de replicação para outras realidades de fronteiras no Brasil por meio de propostas, apresentando limites e custos e benefícios disso. Por fim, será relevante citar o processo político e as políticas que viabilizaram a efetividade dessas unidades;		
Produto 04 - Relatório sobre o funcionamento, modelo metodológico e padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento do GEFRON no Estado do Mato Grosso, para que se possam utilizar esses casos práticos enquanto modelos de policialmente terrestre no intuito de otimizar as ações das respectivas unidades e replicar as boas práticas em outros estados. O consultor deverá argumentar/analisar sobre a possibilidade de replicação para outras realidades de fronteiras no Brasil por meio de propostas, apresentando limites e custos e benefícios disso. Por fim, será relevante citar o processo político e as políticas que viabilizaram a efetividade dessas unidades.	08/08/2014	12.042,00
Produto 05 - Relatório sobre o funcionamento, modelo metodológico e padrões mínimos de estrutura, gestão e funcionamento do Batalhão de Polícia de Fronteira do Paraná (BPFron). O consultor deverá argumentar/analisar sobre a possibilidade de replicação para outras realidades de fronteiras no Brasil por meio de propostas, apresentando limites, custos e benefícios disso. Por fim, será relevante citar o processo político e as políticas que viabilizaram a efetividade dessas unidades.	12/09/2014	13.380,00
Produto 06 – Relatório sobre o funcionamento e modelo metodológico utilizado nas ações operacionais da força integrada de resposta rápida do Amazonas, em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.	10/10/2014	5.129,00
Produto 07 - Relatório Final fazendo uma análise global e comparativa das experiências pesquisadas, bem como, os pontos positivos, negativos, avanços, desafios, e proposta de estrutura de gestão e funcionamento de Unidades Especializadas de Fronteiras.	14/11/2014	8.920,00
Produto 08 - Relatório Final fazendo uma análise global e comparativa das experiências pesquisadas, bem como, os pontos positivos, negativos, avanços, desafios, e proposta de estrutura de gestão e funcionamento Unidades Especializadas em Vias Hídricas	01/12/2014	8.920,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: SERGIO FLORES DE CAMPOS		CPF: 388.221.720-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.3 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000178-1

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SEGURANÇA CIDADÃ				BRA/ 04/ 029	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000178-1					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para realizar mapeamento dos Programas, Ações e Projetos brasileiros que tenham interfaces e se relacionem ao Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/05/2014	30/01/2015	86.747,00	0	10.035,00	86.747,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Elaborar plano de trabalho, contendo a metodologia de análise, os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, os referenciais teóricos e bibliográficos			20/05/2014	7.582,00	
Produto 02 - Relatório sobre os pontos pertinentes do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e dos trabalhos desenvolvidos na Comissão Permanente do Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) focado nas interfaces com a segurança pública nas fronteiras brasileiras, tendo o Plano Estratégico de Fronteiras e a ENAFRON enquanto base para se estabelecer a relação entre esses pontos que podem se complementar, conflitar ou, eventualmente, serem os mesmos em termos de objetivos e ação.			23/06/2014	20.070,00	
Produto 03 - Relatório sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) focado nos pontos de possíveis convergências e alinhamento com as ações dos órgãos de Segurança Pública que atuam na fronteira, tanto federais, estaduais ou municipais.			29/07/2014	20.070,00	
Produto 04 - Relatório sobre os pontos na Estratégia Nacional de Defesa (END), nas Políticas de Defesa Nacional (PDN) de 1996 e 2005 e em outros programas e iniciativas relacionadas à defesa, como o Calha Norte, que sejam pertinentes à segurança pública nas fronteiras brasileiras, tendo por base de comparação para similaridades, conflitos e complementação em termos de políticas e ações o Plano Estratégico de Fronteiras e a ENAFRON, bem como, as respectivas possibilidades de convergência das ações com os Órgãos de Segurança Pública.			08/09/2014	14.495,00	
Produto 05 - Relatório sobre os Planos, Programas, Projetos e ações do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento que possam ser transversais e complementares às ações dos órgãos de segurança pública			17/10/2014	14.495,00	

nas regiões de fronteira, visando fortalecer a prevenção e repressão à criminalidade, objetivo do Plano Estratégico de Fronteiras e a ENAFRON, levando-se também em consideração as ações de desenvolvimento e integração do Governo brasileiro nessas áreas em parceria com os países vizinhos.		
Produto 06 - Relatório Final consolidando as interfaces, concepções e possíveis inter-relações dos planos, programas, projetos e ações analisados com o Plano Estratégico de fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, bem como apresentar sugestões de ações estruturantes integradas (União, Estados, Municípios e países fronteiriços) e diretrizes com o objetivo de fortalecer a política, balizar e orientar o investimento nos próximos anos.	01/12/2014	10.035,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO	CPF: 057.781.427-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.4 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000187-3

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Contrato Número: 2014/000187-3					
Objetivo da Consultoria: Levantamento do perfil profissiográfico e mapeamento de competências do cargo de perito criminal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/05/2014	26/03/2015	82.126,75	0	47.686,50	82.126,75
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Definição de metodologia, plano de trabalho e cronograma de viagens para realização do perfil profissiográfico e mapeamento de competências do cargo de Perito Criminal no Brasil.			14/05/2014	5.298,50	
Construção de instrumento(s) com base no resultado dos Grupos Focais para levantamento de perfil profissiográfico e mapeamento de competências, contemplando as tarefas			08/07/2014	29.141,75	

comuns aos peritos criminais, bem como as tarefas relacionadas às áreas específicas de atuação (de acordo com nível de dificuldade, grau de importância e frequência), fatores restritivos, fatores facilitadores e dificultadores, bem como as competências técnicas e comportamentais (grau de domínio e importância) necessárias para execução das tarefas.		
Relatório analítico contendo a profissiografia, análise das tarefas que a compõem de acordo com dificuldade de realização, importância e frequência, bem como fatores restritivos para desempenho no cargo.	12/08/2014	18.544,75
Relatório analítico contendo o mapeamento de competências do cargo de Perito Criminal, identificando, para cada tarefa levantada, as competências técnicas e comportamentais necessárias para sua execução, bem como as lacunas existentes e as necessidades de treinamento de acordo com cada instituição pesquisada em cada região do país.	16/09/2014	18.544,75
Caderno técnico para publicação contendo a profissiografia e mapeamento de competências do cargo de perito criminal no Brasil.	06/10/2014	10.597,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: PATRICIA FAGUNDES CAETANO		CPF: 023.235.019-17
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.5 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000187-3

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SEGURANÇA CIDADÃ				BRA/ 04/ 029	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000186-02					
Objetivo da Consultoria: Realização de pesquisa sobre as relações hierárquicas nas Polícias Militares brasileiras.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/05/2014	26/03/2015	82.126,75	0	15.895,50	82.126,75
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Plano de trabalho descrevendo em detalhes as etapas da pesquisa, as estratégias, os métodos que serão			03/06/2014	15.895,50	

empregados e um cronograma de viagens. Artigo contendo revisão da literatura nacional e internacional e análise documental contendo avaliação histórica das estratégias, processos e políticas de gestão de pessoas com enfoque nas relações hierárquicas nas instituições de segurança pública, em especial nas polícias militares brasileiras, bem como descrição de boas práticas no desenvolvimento das relações pessoais entre superiores e subordinados no ambiente de trabalho. Roteiro de entrevista semi-dirigida para realização da etapa qualitativa da pesquisa.		
Produto 02 - Relatório contendo transcrição das entrevistas e dos grupos focais, bem como a sistematização do trabalho desenvolvido a partir dos mesmos. As entrevistas e grupos focais devem ser desenvolvidos com policiais militares de diferentes níveis hierárquicos e pesquisadores renomados na temática para identificação de demandas (que orientarão a elaboração dos instrumentos a serem aplicados). Nesta etapa deverão ser entrevistados ao menos 30 (trinta) profissionais e deverão ser realizados ao menos 6 (seis) grupos focais. Tanto as entrevistas como os grupos focais deverão ser distribuídos entre 3 (três) Estados da Federação, a serem decididos posteriormente.	23/07/2014	26.492,50
Produto 03 - Construção de instrumento de pesquisa individual a ser aplicado on-line em profissionais do segmento e instrumento institucional voltado às Ouvidorias e Corregedorias (2 instrumentos). Obs: a disponibilização dos questionários em plataforma web é de responsabilidade do consultor.	04/08/2014	5.298,50
Produto 04 - Relatório contendo a tabulação, análise e discussão de dados individuais e institucionais. Deverá ser entregue conjuntamente o banco de dados.	11/09/2014	21.194,00
Produto 05 - Consolidação de caderno técnico composto pela articulação dos principais tópicos produzidos em cada produto anterior, bem como com as conclusões a que a pesquisa pode chegar a respeito do impacto das relações hierárquicas na qualidade de vida dos policiais militares. Apresentar também sugestões concretas de políticas para a promoção de um ambiente institucional mais democrático.	13/10/2014	15.895,50
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: SÔNIA REGINA PEREIRA FERNANDES		CPF: 081.824.695-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.6 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000224-4

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
SEGURANÇA CIDADÃ	BRA/ 04/ 029
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Número do Contrato: 2014/000224-4					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para a criação de Cartas de Serviços da Perícia Oficial Criminal, por intermédio do levantamento em âmbito nacional dos diversos tipos de exames realizados pelos órgãos de Perícia Oficial Criminal e de suas diversas unidades de perícia.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/05/2014	23/03/2015	63.000,00	0	48.000,00	63.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório inicial descritivo e analítico, que contenha a metodologia da pesquisa e o resultado do levantamento bibliográfico e documental sobre os exames periciais oferecidos e disponibilizados no Brasil, produzidos pelos diversos tipos de áreas e subáreas de Perícia Criminal Oficial das Unidades da Federação. O relatório deve sistematizar e consolidar as informações coletadas, identificar os exames oferecidos, a metodologia de definição da classificação dos mesmos através da apresentação de conceitos, finalidade, detalhes técnicos, especificações e características de cada serviço pericial realizado, a fim de subsidiar a construção de instrumento de pesquisa institucional.			13/06/2014	9.000,00	
Produto 2 – Construção do Instrumento de Pesquisa Institucional, a partir das informações do relatório inicial, a ser aplicado em todos os órgãos oficiais de perícia no intuito de realizar levantamento dos exames efetivamente oferecidos por cada órgão em cada unidade federativa;			6.000,00	6.000,00	
Produto 3: Relatório geral dos serviços periciais existentes no Brasil com tabelas, gráficos e mapas para ilustração, contendo os exames produzidos pelos diversos tipos de unidades de Perícia Criminal Oficial das Unidades da Federação (Criminalística, Laboratórios, Medicina Legal e Identificação) e por área e subárea da perícia criminal. O relatório deve sistematizar e consolidar as informações coletadas, identificar os exames oferecidos, a metodologia de definição da classificação dos mesmos e a finalidade de cada exame. O relatório devesse adequar e simplificar os termos técnicos, utilizando linguagem cotidiana e clara, de forma a facilitar a leitura e compreensão àqueles que não estão habituados à terminologia técnica das ciências forenses.			24.000,00	24.000,00	
Produto 4 – Elaborar 27 relatórios dos serviços periciais existentes (um por unidade federativa), descritivos dos exames periciais oferecidos e disponibilizados em cada ente federado, mostrando a cobertura geográfica dos serviços (por município) – 27 Cartas de Serviços da Perícia Criminal individualizadas por unidade federativa, que tragam o rol de serviços e exames disponibilizados, suas finalidades e abrangência municipal. Todos os relatórios deverão adequar e simplificar os termos técnicos, utilizando linguagem			24.000,00	24.000,00	

cotidiana e clara, de forma a facilitar a leitura e compreensão àqueles que não estão habituados à terminologia técnica das ciências forenses.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ALBERI ESPINDULA		CPF: 136.129.560-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.7 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000231-6

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000231-6					
Objetivo da Consultoria: Consultoria técnica especializada para pesquisa documental, iconográfica e sistematização cronológica das ações e projetos planejados e executados no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), detalhando os acompanhamentos, monitoramentos da política, boas práticas implementadas, reuniões realizadas nas diversas localidades da fronteira brasileira, bem como propor metodologia, caderno de sugestões e de orientações a partir do conhecimento produzido nas discussões e ações realizadas sobre segurança pública nas fronteiras entre 2011 a 2014, com vistas à produção de um livro institucional das ações realizadas pelo Programa em parceria com os entes federados, que servirão para aprimoramento e fortalecimento do Plano Estratégico de Fronteiras e da ENAFRON.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/05/2014	25/05/2015	32.335,00	0	32.335,00	33.335,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 – Pesquisa documental, iconográfica, sistematização cronológica e relatório técnico referentes aos acompanhamentos e monitoramentos da política realizada pela SENASP no âmbito da ENAFRON nos anos de 2011 a 2014 realizados em municípios fronteiriços, incluindo apresentação dos problemas, avanços e desafios apresentados durante o período de implementação da política por estado e por Arco da Fronteira (Norte, Central e Sul), de acordo com os investimentos realizados no período, bem como estruturar e apresentar sugestões, orientações e metodologia para que seja possível aperfeiçoar e padronizar sistematicamente o acompanhamento e monitoramento da política de segurança pública nas fronteiras, em fase de implementação pela			01/07/2014	10.035,00	

SENASP e Estados fronteiriços.		
Produto 02 – Pesquisa documental, iconográfica, sistematização cronológica e relatório técnico dos debates, documentos gerados e parceiros envolvidos a partir dos eventos, encontros técnicos, simpósios e reuniões realizadas entre 2011 e 2014 pela SENASP no âmbito da ENAFRON e que incidem na implementação da política que está em andamento.	02/09/2014	10.035,00
Produto 03 – Livro institucional sobre a ENAFRON, sistematizando os dados, imagens e informações referentes aos produtos anteriores e todas outras ações, projetos e investimetnos desenvolvidos no âmbito da ENAFRON. Dessa maneira, o consultor deverá apresentar um compêndio estruturado de tudo o que foi realizado e apresentar, também, questões discutidas, implementadas, possíveis dilemas políticos do idealizado para a implementação, problemas, desafios e os avanços, bem como apresentar sugestões para aperfeiçoamento da própria política.	14/11/2014	12.265,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: JEFERSON LARA SCABIO		CPF: 064.995.779-28
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.8 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000201-5

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SEGURANÇA CIDADÃ				BRA/ 04/ 029	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000201-5					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para realizar as atividades de pesquisa, coleta e análise de dados, destinada a produção do relatório Diagnóstico sobre os principais problemas e respectivas demandas, atuais e emergentes, na gestão da segurança pública no Brasil, para o Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal/ SENASP/ MJ.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/05/2014	15/07/2015	68.796,00	0	62.244,00	68.796,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Proposta dos instrumentos e da metodologia de coleta da pesquisa de campo, para construção do diagnóstico			02/06/2014		6.552,00

da situação da gestão da segurança pública no Brasil.		
Produto 2 – Relatório de pesquisa de campo, com dados quantitativos e qualitativos, visando a identificar as principais demandas atuais e decorrentes do exercício das funções de gestores políticos e institucionais da segurança pública dos entes federativos.	29/09/2014	52.416,00
Produto 3 – Relatório final constando o Diagnóstico sobre os principais problemas e respectivas demandas, atuais e emergentes, na Gestão da Segurança Pública no Brasil. O relatório deverá apresentar e analisar ao menos dez principais problemas e respectivas demandas, atuais e emergentes, na gestão da segurança pública no Brasil, que sejam representativos da realidade nacional. A análise será subsidiada pela pesquisa bibliográfica de estudos já realizados sobre o tema Gestão da Segurança Pública, selecionando e sistematizando os mais relevantes e afins as questões apontadas pelos gestores no produto 2.	20/10/2014	9.828,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: SERGIO ROBERTO DE ABREU	CPF: 293.990.090-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.9 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000204-4

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SEGURANÇA CIDADÃ				BRA/ 04/ 029	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000204-4					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para o levantamento dos sistemas classificatórios e de registro de solicitação de perícia, laudo, exame e outros tipos de documentos emitidos pelas Perícias Criminais Oficiais de 5 (cinco) Unidades da Federação das regiões Sudeste, Sul e Nordeste, assim como dos “formulários” de registros utilizados para estas solicitações (seus campos e conteúdos), além da sistematização destes dados para dois tipos de unidade de perícia (Criminalística e Laboratórios ou Medicina Legal e Identificação), com vistas à implantação de formulário próprio de perícia no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/05/2014	02/03/2015	45.000,00	0	40.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor

Produto 1 – Proposta de instrumento e metodologia de coleta de dados para dois tipos de unidades de perícia (Criminalística e Laboratório ou Medicina Legal e Identificação). (A área demandante designará quais serão estes dois tipos a serem objeto da proposta. As unidades de perícia deste consultor serão diferentes daquelas que o consultor das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste fizer).	09/06/2014	5.000,00
Produto 2 - Relatório descritivo e analítico sobre as metodologias de produção da informação e de registro e sobre os sistemas classificatórios adotados de registro das solicitações de perícia, de laudo, exame e outros documentos produzidos por dois tipos de unidades de Perícia Criminal Oficial (de Criminalística e Laboratórios ou Medicina Legal e Identificação) das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas. O relatório deve sistematizar as informações coletadas, identificar a metodologia de registro e os sistemas classificatórios adotados de registro de solicitação de perícia, laudo, exame e outros documentos produzidos para dois tipos de unidades de perícia das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas.	29/08/2014	20.000,00
Produto 3 - Relatório descritivo e analítico sobre os campos e os conteúdos existentes nos “formulários” de registro das solicitações de perícia, laudo, exame e outros documentos produzidos por dois tipos de unidades de Perícia Criminal Oficial (de Criminalística e Laboratórios ou de Medicina Legal e Identificação) das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas. O relatório deve sistematizar as informações coletadas de modo comparativo entre os mesmos tipos de unidades de perícia sob sua responsabilidade, apresentando os campos e conteúdos comuns e distintos entre as UFs nestes dois tipos de unidades de perícia das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas, de modo comparativo entre os mesmos tipos de unidades de perícia, apresentando os campos e conteúdos comuns e distintos entre as UFs nestes dois tipos de unidades de perícia.	29/09/2014	20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CLAUDIO DANTAS MONTEIRO		CPF: 505.928.741-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.10 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000207-1

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
SEGURANÇA CIDADÃ	BRA/ 04/ 029
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Número do Contrato: 2014/000207-1	
Objetivo da Consultoria: Consultoria técnica especializada para realizar estudo sobre os planos, programas, projetos e ações existentes no âmbito das instituições de segurança pública da Rússia, China e Índia por meio de estudos de casos e, também, métodos comparativos apontando pontos positivos e negativos das políticas desses países para	

regiões de fronteira.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2014	30/01/2015	86.747,00	0	10.035,00	86.747,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Elaborar plano de trabalho, contendo a metodologia de análise, os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, os referenciais teóricos e bibliográficos.			30/05/2014	7.582,00	
Produto 02 – Relatório técnico contendo uma análise geral sobre dados demográficos, socioeconômicos, de violência e criminalidade, características das interações entre os principais municípios, províncias, estados e departamentos russos, chineses e indianos nas respectivas regiões de fronteira, bem como os avanços e desafios da segurança pública nessas regiões.			30/06/2014	20.070,00	
Produto 03 - Relatório técnico contendo concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos da China relacionados à segurança pública em suas regiões de fronteiras, demonstrando pontos positivos, negativos, principais tecnologias empregadas e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil;			08/08/2014	20.070,00	
Produto 04 - Relatório técnico contendo concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos da Rússia relacionados à segurança pública em suas regiões de fronteiras, demonstrando pontos positivos, negativos, principais tecnologias empregadas e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil;			17/09/2014	14.495,00	
Produto 05 - Relatório técnico contendo concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos da Índia relacionados à segurança pública em suas regiões de fronteiras, demonstrando pontos positivos, negativos e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil;			27/10/2014	14.495,00	
Produto 06- Documento técnico consolidando a inter-relação das concepções, funcionamentos e efetividades dos planos, programas, ações e projetos da China, Rússia e Índia relacionados à segurança pública em suas regiões fronteiriças, demonstrando os pontos positivos, negativos e as possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras do Brasil, bem como apresentar sugestões para fortalecimento da política brasileira e dos países vizinhos, visando balizar e orientar a implementação de novas ações estruturantes			09/12/2014	10.035,00	

integradas nas regiões de fronteira nos próximos anos.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: SAMARA DANTAS PALMEIRA GUIMARÃES	CPF: 084.156.004-88	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.11 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000281-1

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000281-1					
Objetivo da Consultoria: Consultoria técnica especializada para realizar estudo sobre os planos, programas, projetos e ações de segurança pública nas regiões de fronteira dos Estados Unidos da América e do México, por meio de estudos de casos e, também, métodos comparativos apontando pontos positivos e negativos das políticas desses países para regiões de fronteira.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/06/2014	30/01/2015	77.604,00	0	16.502,00	77.604,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Elaborar plano de trabalho, contendo a metodologia de análise, os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, os referenciais teóricos e bibliográficos.			08/07/2014	7.582,00	
Produto 02 – Relatório técnico contendo uma análise geral sobre dados demográficos, socioeconômicos, de violência e criminalidade, características das interações entre os municípios, províncias, estados e departamentos americanos e mexicanos nas respectivas regiões de fronteira, bem como os avanços e desafios da segurança pública nessas regiões.			26/08/2014	17.840,00	
Produto 03 - Relatório técnico contendo concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos dos Estados Unidos da América relacionados à segurança pública em suas regiões de fronteiras, demonstrando pontos positivos, negativos, principais tecnologias empregadas e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil.			30/09/2014	17.840,00	

Produto 04 - Relatório técnico contendo concepção, funcionamento e efetividade dos planos, programas, ações e projetos do México relacionados à segurança pública em suas regiões de fronteiras, demonstrando pontos positivos, negativos, principais tecnologias empregadas e possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras do Brasil.	28/10/2014	17.840,00
Produto 05 – Relatório técnico que consolidará a inter-relação das concepções, funcionamentos e efetividades dos planos, programas, ações e projetos dos Estados Unidos da América e do México relacionados à segurança pública em suas regiões fronteiriças, demonstrando pontos positivos, negativos e as possíveis interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras do Brasil, bem como apresentar sugestões para fortalecimento da política brasileira na sua interlocução com países fronteiriços, visando balizar e orientar a implementação de novas ações estruturantes integradas nas regiões de fronteira nos próximos anos.	02/12/2014	16.502,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: RENATA AVELAR GIANNINI	CPF: 326.177.178-01	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.12 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000305-1

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SEGURANÇA CIDADÃ				BRA/ 04/ 029	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000305-1					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para realizar as atividades de pesquisa e coleta de dados, destinada a produção de relatório contendo um Compêndio de boas práticas, na gestão da segurança pública no Brasil, para o Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal/ SENASP/ MJ.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/07/2014	13/03/2015	62.244,00	0	9.828,00	62.244,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Proposta de instrumentos e metodologia de coleta da pesquisa de campo, para construção do Compêndio			25/07/2014		6.552,00

de Boas Práticas na Gestão da Segurança Pública no Brasil.		
Produto 2 – Relatório de pesquisa de campo, com dados quantitativos e qualitativos, visando a identificar as Boas Práticas na Gestão da Segurança Pública no Brasil, decorrentes do exercício das funções de gestores políticos e institucionais da segurança pública, nas unidades da federação.	03/11/2014	45.864,00
Produto 3 – Relatório final constando o Compêndio de Boas Práticas na Gestão da Segurança Pública no Brasil. O relatório deverá apresentar e analisar ao menos dez boas práticas na gestão, que sejam passíveis de adoção nas demais unidades da federação, respeitando-se as diferenças regionais. A análise será subsidiada pela pesquisa bibliográfica de estudos já realizados sobre o tema Boas Práticas na Gestão da Segurança Pública, selecionando e sistematizando os mais relevantes e afins as questões apontadas pelos gestores no produto 2.	28/11/2014	9.828,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LUIS FLAVIO SAPORI	CPF: 591.721.506-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.13 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000339-2

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SEGURANÇA CIDADÃ			BRA/ 04/ 029		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Número do Contrato: 2014/000339-2					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para o levantamento dos sistemas classificatórios e de registro de solicitação de perícia, laudo, exame e outros tipos de documentos emitidos pelas Perícias Criminais Oficiais de 5 (cinco) Unidades da Federação das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, assim como dos “formulários” de registros utilizados para estas solicitações (seus campos e conteúdos), além da sistematização destes dados para dois tipos de unidade de perícia (Criminalística e Laboratórios ou Medicina Legal e Identificação), com vistas à implantação de formulário próprio de perícia no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/07/2014	02/03/2015	45.000,00	0	40.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Produto 1 – Proposta de instrumento e metodologia de coleta de dados para dois tipos de unidades de perícia (Criminalística e Laboratório ou Medicina Legal e Identificação). (A área demandante designará quais serão estes dois tipos a serem objeto da proposta. As unidades de perícia deste consultor serão diferentes daquelas que o consultor das regiões Sudeste, Sul e Nordeste fizer).	08/08/2014	5.000,00
Produto 2 - Relatório descritivo e analítico sobre as metodologias de produção da informação e de registro e sobre os sistemas classificatórios adotados de registro das solicitações de perícia, de laudo, exame e outros documentos produzidos por dois tipos de unidades de Perícia Criminal Oficial (de Criminalística e Laboratórios ou Medicina Legal e Identificação) das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas. O relatório deve sistematizar as informações coletadas, identificar a metodologia de registro e os sistemas classificatórios adotados de registro de solicitação de perícia, laudo, exame e outros documentos produzidos para dois tipos de unidades de perícia das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas.	13/10/2014	20.000,00
Produto 3 - Relatório descritivo e analítico sobre os campos e os conteúdos existentes nos “formulários” de registro das solicitações de perícia, laudo, exame e outros documentos produzidos por dois tipos de unidades de Perícia Criminal Oficial (de Criminalística e Laboratórios ou de Medicina Legal e Identificação) das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas. O relatório deve sistematizar as informações coletadas de modo comparativo entre os mesmos tipos de unidades de perícia sob sua responsabilidade, apresentando os campos e conteúdos comuns e distintos entre as UFs nestes dois tipos de unidades de perícia das 10 (dez) Unidades da Federação pesquisadas, de modo comparativo entre os mesmos tipos de unidades de perícia, apresentando os campos e conteúdos comuns e distintos entre as UFs nestes dois tipos de unidades de perícia	10/11/2014	20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ROBSON MONTEIRO		CPF: 859.366.937-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Quadro A.8.1.9.14 – Relação de consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Contrato 2014/000548-3

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
SEGURANÇA CIDADÃ	BRA/ 04/ 029
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Número do Contrato: 2014/000548-3	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para criação do Caderno Temático de Referência sobre abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2014	30/03/2015	39.738,75	0	21.194,00	39.738,75
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 3 – Instrumento a ser aplicado em grupo focal para fins de socialização e validação dos principais pontos identificados no produto 01, avaliando os métodos, as técnicas e as práticas que melhor se aplicam à realidade; a aplicação do instrumento em grupos focais formados por profissionais de segurança pública e apresentação de parecer analítico com a compilação dos dados da aplicação do instrumento nos grupos focais;			11/11/2014	18.544,75	
Produto 4 - Caderno Temático de Referência (CTR) com base nos resultados da aplicação no grupo focal, descrevendo os métodos e as técnicas que melhor se aplicam à realidade. O CTR deve conter todas as informações importantes de cada método e técnica sugerida, de forma a possibilitar que o policial atuante na investigação de infrações penais contra a mulher e demais delitos correlatos, tenha condições de aplicá-la em suas atividades diárias.			31/12/2014	21.194,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: RAFAELA SATIRO DE SOUZA CAVALCANTI				CPF: 072.938.657-08	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

8.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

8.3 Gestão da tecnologia da informação

Informa-se que quanto os itens a e b do referido relatório, os quais tratam do PDTI (Plano Direto de Tecnologia da Informação) e Comitê Gestor de TI, respectivamente, não são referenciados por essa Secretaria, pois possuem um nível macro de gestão, já tratado por esta Coordenação-Geral do Ministério da Justiça, constante do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ .

8.3.1 Principais sistemas de informações

No que diz respeito as ferramentas de Tecnologia da Informação, o Depaid/Senasp possui os seguintes Sistemas de Informação:

- ✓ Plataforma da Rede Nacional de Educação a Distância – Rede EaD/Senasp;
- ✓ Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas – Sinesp; e
- ✓ Sistema do Ensino – *Educatio.Senasp*.

Sistema da Rede EaD/SENASP

A educação a distância se constitui numa das mais expressivas e bem-sucedidas aplicações da tecnologia da informação no atendimento à crescente necessidade da sociedade humana de acesso ao conhecimento e à formação continuada.

A Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rede EaD-Senasp) mostra sua produtividade, ao longo de seus 10 anos de existência, haja vista que após 35 Ciclos de cursos concluídos, o LMS - Learning Management System (Sistema de Gestão de Aprendizagem) da Senasp já realizou mais de 3,2 milhões de matrículas, em 73 cursos especializados, alcançando mais de 640 mil profissionais de segurança pública de todas as instituições em todo o país.

A presente solução de Tecnologia da Informação, dedicada a prestação de serviço de secretariado acadêmico e pedagógico, além do fornecimento de operação de manutenção corretiva e evolutiva da Rede EaD-Senasp, foi incluída pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CTI do Ministério da Justiça, fazendo parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2013-2015.

Respeitando a Instrução Normativa/MPOG nº 04, de 12/11/2010, a solução e consequente contratação, Contrato nº 22/2015, mantido com a empresa VAT Tecnologia da Informação S/A dispõe de todos artefatos obrigatórios, desenvolvidos pela Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos do inciso III, do art. 2º, do referido Normativo, tais como: Documento e Oficialização da Demanda - DOD; Análise de Viabilidade da Contratação; Plano de Sustentação; Estratégia de Contratação; e Análise de Risco.

A Contratação tem como objetivo o fornecimento de serviços de secretariado acadêmico-pedagógico no apoio a gestão de processos educacionais destinados à implementação de cursos na modalidade de Educação a Distância - EaD e de operação e manutenção corretiva e evolutiva do LMS da rede EaD-Senasp.

As metas do planejamento estratégico, estabelecidas no DOD são:

1) Pessoas e Tecnologia

Meta 02: Modernizar, otimizar a infraestrutura física e tecnológica.

2) Processos Internos

Meta 07: Aprimorar o uso da tecnologia da informação e intensificar a produção de conhecimento.

Meta 08: Padronizar e agilizar os processos de trabalho e de gestão.

3) Resultados Institucionais

Meta 32: Democratizar e modernizar o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos.

4) Contribuição para a Sociedade

Meta 36: Justiça e cidadania.

Meta 37: Segurança pública.

O sistema informatizado da Rede EaD-Senasp compreende o LMS, o banco de dados em Microsoft SQL Server, os objetos de aprendizagem desenvolvidos no padrão Sharable Content Object Reference Model - SCORM (modelo de referência de objeto compartilhado - que é uma coleção de padrões e especificações para EaD baseado na web), vídeos HD e SP nos formatos MP4, FLV, AVI e compatíveis com plataformas móveis.

O LMS de propriedade da Senasp apresenta-se como um conjunto de ferramentas que viabilizam e automatizam o funcionamento da Rede EaD; tendo sido desenvolvido em ASP e DotNet, contempla os seguintes módulos: Educacional, Tutoria, Gestão Estadual, Administrativo, Financeiro, Academia, Conteúdos, Relatórios e TV Senasp (On Demand e Canal Institucional).

A operação do sistema informatizado é composta pelos encadeamentos de ações sobre o LMS necessárias para atender aos objetivos propostos pela Rede EaD.-Senasp. A referida rede disponibiliza três ciclos de cursos por ano, aperfeiçoando uma média de 110 mil discentes a cada Ciclo em 73 cursos disponíveis aos policiais militares, civis, bombeiros militares, profissionais de perícia forense e guardas municipais, por meio de cooperação técnica entre Policiais Federais, Rodoviários Federais e Termo de Execução Descentralizada para os Servidores do Departamento Penitenciário Nacional, alcançando assim mais de 640 mil profissionais.

Além do apoio integral da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, na execução e fiscalização do Contrato nº 22/2015, a Coordenação da Rede EaD-Senasp, conta com 1 servidor e 5 colaboradores, desenvolvendo as atividades da presente solução em três setores: Acadêmico, Pedagógico, Mídias e Tecnologias.

A Rede conta ainda com os serviços de profissionais dos entes federados que desenvolve atividades de conteudistas, reformuladores, revisores, tutores masters e tutores, totalizando mais de três mil profissionais envolvidos com a educação mediada por meio de tecnologia para os profissionais de segurança pública no Brasil.

A administração do Sistema se faz por meio do já referido Contrato nº 22/2015, que tem como contratada a empresa VAT Tecnologia da Informação S/A.

A Comissão Técnica de Acompanhamento Contratual - CTAC é composta por três integrantes, sendo dois da Coordenação da Rede EaD, que ocupam as funções de Gestor/ Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo (as duas primeiras acumuladas com o Coordenador da Rede EaD); e um integrante da CGTI, como Fiscal Técnico.

Em reuniões periódicas, os integrantes buscam meios para mitigar a dependência tecnológica da Contratada, bem como estuda possibilidades de assunção de algumas atividades do contrato pela própria CGTI, tais como o desenvolvimento de novas regras de negócios e algumas fases da manutenção corretiva e evolutiva do Sistema.

Sistema Sinesp

O Sinesp compõe-se de etapas estratégicas, metodológicas e de tecnologia da informação, conforme abaixo descritas:



Figura nº A.8.3.1.1 – Etapas estratégicas, metodológicas e de TI
 Fonte: Sinesp

Etapas estratégicas – Sinesp

Quadro A.8.3.1.1 – Etapas estratégicas do Sinesp

Definições de Nível Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • Pactuar com parceiros o projeto do Portal Sinesp: 27 Termos de adesão assinados; • Institucionalizar o Portal Sinesp (instrumentos normativos), com previsão da obrigatoriedade de envio de dados; • Construir uma política de divulgação e compartilhamento sistemáticos das informações coletadas em parceria com os estados
Definições Metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Definir as metodologias de registro • Desenvolver campos mínimos e obrigatórios padronizados de registro de dados (Boletins de ocorrência, Termos Circunstanciados e Atendimento a Emergências (PM e BM), já padronizados) • Definir sistema classificatório (Seguir os códigos penal e de processo penal, além das leis extravagantes. Definir tabela nacional de naturezas típicas e atípicas. • Padronizar as unidades de medida de drogas e outros objetos. • Investir na qualificação dos profissionais da ponta.
	<ul style="list-style-type: none"> • Contratar do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO; • Integração dos sistemas existentes da Rede INFOSEG e do

Definições de Tecnologia da Informação	<p>SINESPJC no Portal Sinesp;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a estruturação tecnológica nos Estados; • Desenvolver ferramentas de consulta, geoprocessamento e produção de relatórios, atendendo as necessidades da Senasp e dos entes federados; • Desenvolver sistemas de cadastro de procedimentos policiais e de bombeiros para os Estados; • Desenvolver sistema de registro de Procedimentos de Polícia Judiciária; • Desenvolver sistema de integração de bases de dados federais e nacionais de interesse da segurança pública e áreas afins.
---	---

Fonte: Sinesp

Principais módulos em desenvolvimento:

Quadro A.8.3.1.2 – Principais módulos em desenvolvimento no Sinesp

Módulo	Funcionalidades	Criticidade
Procedimentos Policiais Eletrônicos – PPE	Registro de Procedimentos de Polícia Judiciária (BO, TCO, IP, etc), emissão de relatórios gerenciais e despacho homologatório.	Alta
Gabinetes de Gestão Integrada - InfoGGI	Emissão de alarmes, relatórios gerenciais, ações pré-definidas, frequência dos participantes e painel resumo.	Média
Central de Atendimento e Despacho - CAD	Registro de atendimentos e emergências, distribuição e despacho de incidentes, registros off-line, integração com Voip, georreferenciamento, etc.	Alta
Comunidades Terapêuticas - CT.	Gestão de contratos de prestação de serviço de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa e gestão dos cadastros dos acolhidos.	Média
Portal Público.	Publicação de notícias, estatísticas, página de acesso ao Sinesp Cidadão, Sinesp Seguro e CNJ.	Média
Rede Sinesp.	Módulo avançado de videoconferência, chat, fórum, disco virtual, notícias, etc.	Média
Módulo de autenticação de usuários e controle de entidades operacionais - Sinesp Segurança.	controle de usuários e entidades operacionais.	Alta
Sinesp Auditoria.	Cria histórico de dados, cria auditoria para as informações consultadas e realiza cadastro de solicitações.	Alta
Sinesp Cidadão	Consulta a veículos, consulta mandados de prisão e consulta desaparecidos.	Média
Sinesp Integração	Integra base de dados federais e estaduais, fornece serviços e tabelas corporativas	Alta

Sinesp Seguro	Transmissão, recepção e compartilhamento de dados (áudio, imagem e vídeo) e chat.	Média
Infoseg	Consulta detalhada de dados de pessoas, veículos e armas.	Média
Sinesp Estatística	Criação de Dashboards, relatórios estatísticas, gráficos, etc. (dados agregados)	Alta
Sinesp Análise.	Criação de Dashboards, relatórios estatísticas, gráficos, etc. (microdados)	Alta
Sinesp GEO	Criação de mapas com dados georreferenciados.	Alta

Fonte: Sinesp

Destaca-se o Sinesp Cidadão como um módulo do Sinesp que permite ao cidadão brasileiro acesso direto aos serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ele disponibiliza a funcionalidade de consultar informações de veículos registrados na base nacional do cadastro do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), mandados de prisão registrados no banco nacional de mandados de prisão do CNJ, além de possibilitar a participação do cidadão junto à II Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG.

Sistema Educatio

O Sistema Educatio foi concebido a partir da demanda da Senasp em desenvolver um software para otimizar e qualificar o processo de gestão de ensino dos cursos, treinamentos, capacitações e eventos promovidos para os profissionais de segurança pública.

O desenvolvimento da ferramenta ainda veio de encontro as orientações dos órgãos de controle, solicitando a criação de um banco de talentos para melhorar o processo de seleção de docentes, atendendo assim a critérios técnicos e em perfeita aderência com os princípios da administração pública, em especial a legalidade, publicidade, imparcialidade e licitação.

O referido sistema foi construído no Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, por dois profissionais, sendo hoje muito utilizado por toda Senasp, na organização dos cursos e eventos dos demais departamentos.

O Educatio organiza os cursos, turmas, corpo docente e discente e otimiza o processamento da informação. Se constitui em uma plataforma web, disponível para qualquer usuário na rede mundial de computadores. Atualmente, mais de 20 mil currículos estão cadastrados nesse grande Banco de Talentos.

Como funcionalidades, podemos citar a gestão das atividades de ensino, auxílio na construção dos projetos pedagógicos dos cursos, criação de turmas, matrícula de alunos, alocação dos docentes, aprovação ou reprovação dos alunos, tabulação de horas aulas dos profissionais que exerceram atividades educacionais para a Senasp, emissão dos certificados de conclusão etc.

As atividades descritas acima seguem normas e parâmetros da portaria nº 63, de 10 de outubro de 2012, a qual “Disciplina o processo seletivo, o exercício de encargos referentes às atividades educacionais e estabelece valores para gratificação dessas atividades, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp”.

Como já mencionado, o *Educatio* também auxilia outros departamentos da Senasp na seleção e divulgação dos credenciamentos de currículos de profissionais em segurança pública, para atuação de colaboração em atividades que exigem uma expertise específica.

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012 disciplina que a administração pública federal poderá adquirir bens e contratar serviços e obras, considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, os quais deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. Com efeito, cabe à área demandante inserir os critérios e requisitos de sustentabilidade nos Termos de Referências e Projetos Básicos, conforme dispõe o citado Decreto.

Todavia no ano de 2015, não houve contratação de serviços ou obras realizada internamente na SENASP, apenas aquisições de bens. Outrossim, nas licitações realizadas por esta Secretaria foram incluídos critérios de sustentabilidade ambiental, em observância aos dispositivos contidos no Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012, e Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

Outras informações relevantes poderão constar do Relatório de Gestão da SE/MJ.

8.5 Gestão de fundos e de programas

8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), instituído no âmbito do Ministério da Justiça, por meio da Lei nº 10.201/2001, tem o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal.

Administrado por um Conselho Gestor, o FNSP apóia projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica; programas de polícia comunitária e programas de prevenção ao delito e à violência, dentre outros.

Na avaliação dos projetos, o Conselho Gestor prioriza o ente federado que se comprometer com os seguintes resultados: realização de diagnóstico dos problemas de segurança pública e apresentação das respectivas soluções; desenvolvimento de ações integradas dos diversos órgãos de segurança pública; qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e das guardas municipais; redução da corrupção e violência policiais; redução da criminalidade e insegurança pública e repressão ao crime organizado.

Terão acesso aos recursos do FNSP: o ente federado que tenha instituído plano local de segurança pública; os integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) que cumprirem os prazos estabelecidos pelo órgão competente para o fornecimento de dados e informações ao Sistema; e o município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário ou, ainda, institua Conselho de Segurança Pública.

Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP não poderão ter prazo superior a dois anos e os recursos poderão ser aplicados diretamente pela União ou repassados mediante convênios, acordos, ajustes ou qualquer outra modalidade estabelecida em lei. Os entes federados beneficiados com recursos do FNSP prestarão ao Conselho Gestor e à Secretaria Nacional de Segurança Pública informações sobre o desempenho de suas ações na área da segurança pública.

Com relação aos itens b) objetivos e desempenho do fundo; c) informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados; d) relacionamento dos recursos do fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções; e e) demonstrações contábeis do fundo, que podem constar do anexo do relatório de gestão, informamos que os recursos do FNSP no exercício de 2015 foram oriundos do Tesouro Nacional, dessa forma, os dados apresentados sobre sua gestão são abordadas ao longo do relatório de gestão.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Neste item verificam-se as principais informações das determinações e recomendações do TCU no ano de 2015 e outras decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estão pendentes de atendimento.

a) Visão geral das deliberações do TCU em acórdãos de 2015

Quadro A.9.1.1 – Tratamento dado ao Acórdão 1864/2015 - TCU - Plenário

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC nº 003.669/2015-7	1864/2015 - TCU - Plenário	9.1	Aviso 898-GP/TCU, 12/08/2015	12/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Senasp				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1 conhecer da solicitação e conceder prazo adicional de 90 (noventa) dias, a contar da notificação deste acórdão, para encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial relativos aos Convênios 053/2001, 130/2001, 088/2003, 049/2004, 022/2006, 148/2008, 106/2008, 162/2008, 164/2008, 191/2008, 248/2008, 315/2008, 674/2008, 192/2009, 613/2010 e 609/2010, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, relacionados no Aviso 151/2015-MJ;				
Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Convênio nº 053/2001 – SSP/MS: está em análise na sua fase interna, haja vista a complexidade do processo e considerando o tempo decorrido para a apresentação das manifestações dos responsáveis notificados.</p> <p>130/2001 – SSP/RR: foi encaminhada ao TCU em 06.11.2015, por meio do Ofício nº 105/2015.</p> <p>088/2003 – SSP/AP: retornou da Controladoria Geral da União em 02.12.2015, com diligências, as quais implicaram na remessa de novos ofícios de notificação, com vistas ao envio das alegações de defesa dos responsáveis notificados.</p> <p>049/2004 – Conselheiro Lafaiete/MG: retornou da Controladoria Geral da União em 13.01.2016, com diligências, que implicam em possível revisão de responsabilidade e expedição de novos ofícios de notificação.</p> <p>022/2006 – Duque de Caxias/RJ: foi encaminhada ao TCU em 16.07.2015, por meio do Ofício nº 73/2015;</p> <p>148/2008 – Taboão da Serra/SP: está em fase de elaboração do Pronunciamento Ministerial para o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas da União (processo SEI nº 08020.021275/2013-83);</p> <p>106/2008 – Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação do Estado de Pernambuco: foi encaminhada ao TCU em 03.09.2015, conforme o Pronunciamento Ministerial;</p> <p>162/2008 – Nilópolis/RJ: foi encaminhada ao TCU em 13.07.2015, por meio do Ofício nº 71/2015;</p> <p>164/2008 – Itaguaí/RJ: foi encaminhada ao TCU em 13.07.2015, por meio do Ofício nº 69/2015;</p> <p>191/2008 – Novo Gama/GO: foi encaminhada ao TCU em 14.12.2015, por meio do Ofício nº 115/2015;</p> <p>248/2008 – Canoas/RS: foi encaminhada ao TCU em 09.10.2015, por meio do Ofício nº 96/2015;</p> <p>315/2008 – Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação do Estado de Pernambuco: foi encaminhada ao TCU em 09.09.2015, por meio do Ofício nº 86/2015;</p> <p>674/2008 – SSP/AP: foi encaminhada ao TCU em 13.07.2015, por meio do Ofício nº 70/2015;</p> <p>192/2009 – Mucajaí/RJ: foi encaminhada ao TCU em 13.07.2015, por meio do Ofício nº 68/2015;</p> <p>613/2010 - Rio Grande/RS: foi encaminhada ao TCU em 12.06.2015, por meio do Ofício nº 53/2015;</p> <p>609/2010 – Sumaré/SP: foi encaminhada ao TCU em 13.07.2015, por meio do Ofício nº 72/2015.</p> <p>Apenas os convênios 053/2001; 088/2003; 049/2004; 148/2008 não foram encaminhados, pelos motivos expostos acima</p>				

Quadro A.9.1.2 – Tratamento dado ao Acórdão 2009/2015 - TCU - Plenário

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.672/2014-2	2009/2015-TCU- Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 1355/2015- TCU/SecexDefesa, de 17/9/2015	18/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Senasp e Escritório de Projetos/CGTI/MJ				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. com fulcro na Lei 8.443, de 1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso II, determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) que:</p> <p>9.1.1. inclua, em seus próximos termos de convênio, cláusula de reversão de bens custeados por meio de transferência de recursos, caso estes não sejam colocados, tempestivamente, à disposição da sociedade;</p> <p>9.1.2. nas mesmas condições do item anterior, estabeleça cláusula que estipule sanção pecuniária ao gestor;</p> <p>9.1.3. elabore normativo a fim de disciplinar a forma como os bens revertidos serão utilizados, bem como as condições em que se valerá dessa prerrogativa;</p> <p>9.2. com fulcro na Lei 8.443, de 1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso III, recomendar à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) que:</p> <p>9.2.1. aprimore os mecanismos de avaliação da capacidade técnica e operacional do conveniente de usar e de manter adequadamente os bens adquiridos com recursos federais em prol da comunidade e do interesse público;</p> <p>9.2.2. quando da celebração de futuros convênios, exija dos convenientes, como critério de habilitação, padrões mínimos de controle patrimonial, estipulando, quando for o caso, exigência de registro patrimonial provisório dos bens adquiridos com recursos federais, enquanto pendente a conclusão da análise da prestação de contas;</p> <p>9.2.3. desenvolva, juntamente com as organizações de segurança pública dos estados e do Distrito Federal, sistema de controle patrimonial dos bens adquiridos por meio de convênios ou outros instrumentos congêneres, a fim de poder acompanhar a utilização, manutenção e conservação desses bens;</p> <p>9.2.4. patrocine a melhoria dos sistemas de controle internos, bem como a realização de ações que possam aperfeiçoar a gestão de pessoas das organizações de segurança pública do Distrito Federal;</p>				
Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.1 Determinações:</p> <p>9.1.1 – Atendida: foi incluída, nos instrumentos de transferência voluntária celebrados em 2015, cláusula de reversão de bens regulando casos em que os bens custeados não sejam colocados tempestivamente à disposição da sociedade, o que pode ser comprovado, a título de exemplo, pelo Convênio nº 818842/2015, (vide cláusula décima, parágrafo segundo).</p> <p>9.1.2 – Atendida: foi igualmente incluída cláusula estipulando sanção pecuniária ao gestor nos casos em que os bens custeados não sejam colocados tempestivamente à disposição da sociedade (vide Convênio acima mencionado, em sua cláusula décima, parágrafo terceiro).</p> <p>9.1.3 – Não atendida: a SENASP está trabalhando, juntamente com a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, para atender a determinação de elaboração de normativo para disciplinar a forma como os bens revertidos serão utilizados, bem como as condições em que a SENASP se valerá dessa prerrogativa.</p> <p>9.2 Recomendações:</p> <p>9.2.1 – Parcialmente atendida: a SENASP tem aprimorado o modelo de declaração pelo qual o proponente de convênios declara informações capazes de permitir uma melhor avaliação de sua capacidade técnica e operacional para usar e manter adequadamente os bens adquiridos com recursos federais em prol da comunidade e do interesse público.</p>				

9.2.2 – Parcialmente atendida: encontra-se em deliberação a definição de padrões mínimos de controle patrimonial, para exigência a futuros convenientes como critério de habilitação, porém, a exigência de registro patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais foi estabelecida (vide Convênio acima mencionado, em sua cláusula décima, parágrafo primeiro).

9.2.3 - Não atendida: o processo foi encaminhado para o Escritório de Projetos/CGTI/MJ para análise do desenvolvimento de sistemas

9.2.4 – Atendida: em sua atuação, a SENASP sempre busca patrocinar a melhoria dos sistemas de controle interno, bem como a realização de ações que possam aperfeiçoar a gestão de pessoas das organizações de segurança pública de nosso país como um todo, e não só do Distrito Federal.

Quadro A.9.1.3 – Tratamento dado ao Acórdão 2252/2015 - TCU - Plenário

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 014387/2014-0	Acórdão 2252/2015 – Plenário	9.1; 9.3; 9.4; 9.5	Ofício 0236/2015-TCU/SECEX-MS, de, 12/3/2015	19/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
MJ; Senasp/Depro				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, à Vice-Presidência da República e aos coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministérios da Defesa, da Fazenda e da Justiça) que aperfeiçoem a estrutura de liderança a ser praticada no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, com destaque para a definição de funções e responsabilidades dos coordenadores do Plano, em conjunto com os seus órgãos partícipes, assim como no Centro de Operações Conjuntas (COC) e nos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-FRONS), estes em comum acordo com os Estados, a fim de que possam ser reconhecidos pelo conjunto de órgãos que participam da política de segurança na fronteira, atentando para a necessidade do estabelecimento de indicadores objetivos que permitam avaliar a efetividade das ações previstas nos programas correspondentes;</p> <p>9.3. recomendar à Casa Civil, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, que promovam discussão interna com o propósito de elaborar projeto de:</p> <p>9.3.1. lei ou decreto, a ser submetido à análise do Ministério da Justiça, para regulamentação do exercício de função de polícia de fronteira, estabelecendo-se competências e delimitando-se o alcance dessas atividades, especificamente quanto à responsabilidade pelo patrulhamento ostensivo das fronteiras;</p> <p>9.3.2. normativo regulamentador da Lei Complementar nº 97/99, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, notadamente em seu art. 16-A, definindo-se o caráter temporal das intervenções (permanente ou periódico) e os procedimentos a serem observados, tanto em ações individuais, como em conjunto com os demais órgãos envolvidos;</p> <p>9.4. recomendar aos coordenadores da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF (Ministério da Integração Nacional) e do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda), que, face à ausência da formalização de uma política nacional de fronteiras, sejam envidados esforços para:</p> <p>9.4.1. articulação com os diversos órgãos e instituições integrantes dos colegiados sob suas coordenações (CDIF, COC e GGI-FRONS) a fim de estabelecer critérios e procedimentos de atuação integrada, com vistas à:</p> <p>9.4.1.1. edição de normativos interinstitucionais que reduzam a termo as funções e responsabilidades das partes envolvidas, guardadas suas atribuições individuais dispostas em leis próprias de criação e respectivos regimentos internos;</p> <p>9.4.1.2. previsão, nos normativos, de participação social nos fóruns já estabelecidos, inclusive nos processos</p>				

decisórios;

9.4.1.3. adoção de ações pertinentes que despertem o interesse da sociedade e demonstrem a utilidade e os benefícios de sua colaboração e participação para o alcance dos resultados desejados, a exemplo de seminários, oficinas de trabalho e outros meios que promovam a interação dos interessados; e

9.4.1.4. elaboração de modelo de participação social que garanta o envolvimento dos interessados, de forma equitativa e balanceada, na definição das prioridades da política pública em curso;

9.4.2. articulação com os demais membros integrantes da CDIF, com a finalidade de se editar um instrumento formal que consolide os elementos necessários para a caracterização de uma lógica de intervenção das políticas federais aplicadas à faixa de fronteira, sob os aspectos de desenvolvimento socioeconômico, segurança e integração, de forma a alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos em função dos problemas a serem atacados;

9.4.3. convocação dos demais membros integrantes da CDIF para debaterem processo de planejamento para as políticas federais voltadas para a faixa de fronteira, que compreenda as áreas de desenvolvimento, segurança e integração da região, de forma unificada ou setorializada;

9.4.4. articulação com os diversos órgãos e instituições para promoverem a sistematização das cooperações vigentes, por áreas de atuação, de acordo com critérios pré-estabelecidos, a fim de definirem as prioridades a serem encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores com a finalidade de celebrarem-se os acordos e tratados internacionais correspondentes;

9.4.5. identificação de um plano consolidado, complementar ao PPA, de recursos destinados à política aplicada à fronteira, incluindo montantes orçamentários e outras formas de financiamento, pessoal qualificado, infraestrutura física, sistemas de informação, entre outros, necessários à implementação dos programas relacionados ao desenvolvimento, integração e segurança da região, acompanhando da estimativa do potencial benefício auferido pelo país com a implantação das medidas propostas;

9.4.6. aprimoramento dos mecanismos de disponibilização de informações para subsidiar a participação efetiva dos setores representativos da sociedade, fornecidas com suficiência e tempestividade que possibilitem o exercício eficaz do controle social;

9.5. recomendar aos coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministérios da Defesa, da Fazenda e da Justiça) que:

9.5.1. promovam discussões acerca da execução das operações integradas, a partir de levantamento de domínios temáticos que requeiram atuações coordenadas, com o objetivo de se estabelecer e formalizar mapa de processos, geral e/ou setorializado;

9.5.2. orientem a Secretaria da Receita Federal do Brasil e os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal para que:

9.5.2.1. avaliem a necessidade de se promoverem estudos com vistas a detecção dos benefícios advindos de uma atuação mais efetiva nas fronteiras comparativamente a possíveis distorções na relação entre os quantitativos de servidores lotados nas áreas fim e meio de cada órgão, assim como nos critérios de definição de lotação das diversas unidades do interior do país, com o objetivo de, mediante a adoção de incentivos, otimizar-se a alocação dos recursos humanos disponíveis para o alcance dos resultados institucionais;

9.5.2.2. destaquem de suas atribuições gerais aquelas necessárias especificamente para as atividades de prevenção, controle, fiscalização e repressão aos delitos transfronteiriços, com o objetivo de promover levantamentos de efetivos necessários para o desempenho satisfatório de suas funções, com base em critérios devidamente formalizados que levem em conta indicadores selecionados, definidos pelos respectivos especialistas, utilizados para se aferir a efetividade das intervenções e a redução dos ilícitos praticados na região;

9.5.2.3. depois de concluídos os referidos estudos, encaminhem as conclusões ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o intuito de demonstrar a vantajosidade de priorização de concursos públicos para suprir a carência de pessoal que vier a ser comprovada;

9.5.3. orientem as Forças Armadas, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal a realizarem, de forma articulada, levantamento dos recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório das atividades de fronteira a seus encargos, compatíveis com os efetivos requeridos, a fim de racionalizar o aproveitamento e definir a necessidade de complementação destes, com vistas a enviar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como proposta de inclusão nos documentos oficiais orçamentários e financeiros da União (PPA, LDO e LOA);

9.5.4. providenciem levantamento junto às Forças Armadas, à Receita Federal do Brasil e aos Departamentos de

Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal, a fim de identificar os sistemas de Tecnologia de Informação utilizados e projetos relacionados em andamento, e coletar seus interesses e necessidades de infraestrutura, equipamentos e informações, com o objetivo de estabelecerem e tornarem obrigatórias regras de compartilhamento interagências, a serem institucionalizadas por intermédio de normativo próprio interministerial, que garantam a otimização dos recursos materiais disponíveis e a divulgação das informações, seguindo critérios de proteção necessários;

9.5.5. para incentivar e legitimar a participação dos Estados no PEF, adotem as providências que entenderem necessárias a fim de assegurar a representação no Centro de Operações Conjuntas de todas as instituições partícipes das operações, em cumprimento ao disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 7.496/2011;

9.5.6. orientem as instâncias de coordenação (COC e GGI-FRONS) a estabelecerem procedimentos uniformes de encontros periódicos, com divisão de trabalho entre seus membros, de modo a induzir a articulação dos partícipes.

Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas

Item nº 9.4.1.3: A Senasp, por meio da Enafron, realiza periodicamente Encontros Técnicos da Enafron, preferencialmente em cidades gêmeas, objetivando, principalmente, a participação social nos fóruns de discussões estabelecidos nos eventos. Trata-se da realização de atividades que buscam aprimorar a discussão local sobre os problemas na fronteira; ampliar a integração entre os profissionais de todos os estados fronteiriços e de divisas, órgãos federais e representantes dos dez países vizinhos, bem como monitorar sistematicamente as ações da política de segurança pública na faixa de fronteira, por meio da análise das informações divulgadas pelos estados durante o evento.

O modelo de organização do encontro consiste na formação de grupos temáticos específicos, referentes aos diversos problemas em discussão, a saber, Acompanhamento, monitoramento, avanços e desafios do Plano Estratégico de Fronteiras; A importância da cooperação municipal no desenvolvimento e segurança pública nas regiões de fronteira; A participação dos profissionais de segurança pública para o aperfeiçoamento da política de segurança nas localidades fronteiriças; e A participação social e o aperfeiçoamento da segurança pública nas regiões de fronteira.

Item 9.4.1.4: Nos encontros técnicos são formados grupos temáticos para discussão dos diversos problemas relacionados à fronteira, sendo um desses grupos dedicado a discussões entre os profissionais de segurança pública e a sociedade local.

A avaliação dos gestores estaduais em relação às discussões propostas nos encontros técnicos têm sido bastante positiva, sugerindo que várias ações operacionais já foram desencadeadas a partir das decisões tomadas nesses fóruns de discussão, a exemplo das operações integradas, realizadas nos anos de 2012 e 2013, e que proporcionaram um ambiente favorável a que a própria Senasp coordenasse as operações integradas que se sucederam nos anos seguintes.

Itens 9.4.2 e 9.4.3: Desde a primeira edição dos encontros técnicos, a Senasp/MJ tem buscado articular com os demais integrantes do PEF, a saber, Ministério da Defesa e Ministério da Fazenda, assim como com a CDIF/MINT, com vistas a aprimorar mecanismos de gestão integrada na área de segurança pública e desenvolvimento territorial da faixa de fronteira. Nesse sentido, tem sido constante a participação deste órgão no fórum de discussão em referência, cuja contribuição tem sido determinante para a adoção de políticas transversais que possam gerar benefícios para as localidades fronteiriças.

Item 9.4.5: De acordo com a previsão orçamentária para o ano corrente, existe dotação para viabilizar a realização de obras de reformas de estruturas físicas das instituições de segurança pública na faixa de fronteira brasileira, objetivando melhorar essas estruturas, proporcionando melhoria na acomodação de equipamentos e materiais diversos, adquiridos com recursos federais, além de possibilitar um ambiente mais humanizado para os operadores de segurança pública e comunidade em geral.

Para o ano corrente está curso o processo de qualificação de policiais em atividade na faixa de fronteira em diversos cursos (presenciais e EAD), coordenados pelo Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública-DEPAID/SENASP.

Não há plano consolidado complementar ao PPA, sendo arcado com dotações da SENASP as demandas apresentadas pelos entes, conforme acima relatado.

Item 9.5.2.2: Em que pese a função precípua das instituições federais de segurança pública, na proteção das fronteiras brasileiras, a Senasp tem buscado investir em ações de fortalecimento das instituições estaduais de segurança pública, objetivando integrar políticas federais e dos estados de fronteira, com vistas à intensificação da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos crimes praticados na faixa de fronteira.

Quadro A.9.1.4 – Tratamento dado ao Acórdão 7872/2015 – TCU – 2ª Câmara

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.036/2013-0	7872/2015 - 2ª Câmara	1,9; 1.10; 1.14 (ciência)	Ofício nº 1537/2015-TCU/SecexDefesa, 27/10/2015	29/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Senasp/GAB; Senasp/Deapseg				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.9. <u>Determinar</u> à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que, no prazo de 180 dias, encaminhe ao Tribunal de Contas da União:</p> <p>1.9.1. Informações sobre o estágio das providências adotadas para solução das pendências relacionadas à montagem dos blocos de módulos metálicos habitáveis para alojamento do Batalhão Escola de Pronto Emprego - Bepe, objeto do Contrato 235/2009;</p> <p>1.9.2. Documentos que subsidiaram a formulação do preço efetivamente pago à empresa Eurobravin Comércio e Serviço Ltda. no âmbito do contrato acima mencionado (pesquisas de preços, expedientes dirigidos a potenciais fornecedores, pareceres técnicos e jurídicos, termos de referência de compras similares, entre outros);</p> <p>1.9.3. Documentos referentes à execução remanescente do objeto originalmente contratado junto à empresa Eurobravin Comércio e Serviço Ltda. (montagem dos módulos);</p> <p>1.10. <u>Determinar</u> à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que, informe ao TCU no prazo de 60 dias, sob pena de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8443/92, sobre o estágio das prestações de contas a que se refere o item 1.7.2, e o prazo final de análise;</p> <p>1.14. Dar ciência à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça sobre as seguintes impropriedades/falhas para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras semelhantes:</p> <p>1.14.1. Ausência de orçamento detalhado que expresse a composição de todos os custos unitários por itens para fins de aferição de compatibilidade do valor proposto com os praticados no mercado, identificada no processo 08020.004103/2012-64, o que afronta o disposto no art. 15, inciso V, e art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993; 1.14.2. Elaboração de rol de responsáveis em desconformidade com as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, o que afronta o disposto nos arts.10 e 11 da IN-TCU 63/2010;</p>				
Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas				
Determinação 1.9: serão encaminhadas ao TCU, no prazo concedido, as informações solicitadas.				
Determinação 1.10 atendida, conforme Ofício nº 4897/2015/GAB SENASP/SENASP-MJ.				

Quadro A.9.1.5 – Tratamento dado ao Acórdão 2388/2015 – TCU – Plenário

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 017.111/2015-3	2388/2015 - Plenário	1.6.1 e subitens	Ofício 0852/2015-TCU/SECEX-RR, de 6/10/2015	23/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SENASP/DEAPSEG/CGFIS				
Descrição da determinação/recomendação – ciência à Senasp				
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:				
1.6.1. dar ciência, nos termos do art. T e Anexo III da Resolução TCU nº 265/2014, aos órgãos e às entidades abaixo				

<p>relacionadas a respeito das falhas identificadas, com vistas à adoção das providências cabíveis: [...] b) à Secretaria Nacional de Segurança Pública e ao Governo do Estado de Roraima de que foram constatados, no âmbito do Convênio nº 752.164/2010 (Reaparelhamento da Delegacia de Repressão a Entorpecentes em Boa Vista/RR): b.1) não recolhimento do saldo financeiro ao Tesouro Nacional, o que violou o disposto no art. 116, § 6º, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 12, parágrafo único, do Decreto 6.170/2007; b.2) desvio de finalidade e realização de despesas não autorizadas referentes à aquisição de 30 Computadores e 1 veículo pick up, o que teria gerado um prejuízo para a União no valor estimado de R\$ 180.153,92 e violado o disposto no art. 116, § 3º, 11, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000; b.3) frustração dos objetivos do Convênio nº 752.164/2010 (Reaparelhamento da Delegacia de Repressão a Entorpecentes), em decorrência da inutilização da Plataforma de Gravação Digital - Guardião, o que teria ocasionado um prejuízo para a União estimado em RS 577.687,50 e violado o disposto no art. 116, § 3º, II, da Lei nº 8.666/1993 e no art 25, § 2º, da Lei Complementar 101/2000;</p>
<p>Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas</p>
<p>Em obediência à Portaria Interministerial nº 127/2008, o processo de prestação de contas do convênio SENASP/MJ nº 728/2010 (SICONV: 752164), celebrado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima, está em análise quanto à boa e regular aplicação dos recursos, no Grupo de Trabalho para a Eliminação do Passivo de Prestações de Contas A Aprovar, o qual foi instituído pela Portaria nº 49 de 30.07.2015.</p>

Quadro A.9.1.6 – Tratamento dado ao Acórdão 2387/2015 – TCU – Plenário

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.703.2015-4	2387/2015 - Plenário	1.7 e subitens	Ofício 3232/2015-TCU/SECEX-MA, de 26/10/2015	10/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SENASP/DEAPSEG/CGFIS				
Descrição da determinação/recomendação – ciência à Senasp				
<p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.7.1. dar ciência, nos termos do art. T e Anexo III da Resolução TCU nº 265/2014, aos órgãos e às entidades abaixo relacionadas a respeito das falhas identificadas, com vistas à adoção das providências cabíveis:</p> <p>[...]</p> <p>e) ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão sobre:</p> <p>c.1) aplicação financeira dos recursos, enquanto ainda mo haviam sido utilizados no objeto avençado, em desacordo com a legislação, identificada na execução do Convênio Siconv nº 777.080, resultando em prejuízo no valor de R\$ 21.310,61, o que afronta o disposto nos arts. 116, § 4, da Lei n 8.666/1993; 10, § 4, do Decreto nº 6.170/2007 e 42, § 1º, inciso I, da Portaria Interministerial-MPOG/MF/CGU nº 127/2008;</p> <p>c.2) aplicação financeira dos recursos, enquanto ainda não haviam sido utilizados no objeto avençado, em desacordo com a legislação, identificada na execução do Convênio Siconv nº 764.790, resultando em prejuízo no valor de R\$ 30.206,24, o que afronta o disposto nos arts. 116, § 4, da Lei n 8.666/1993; 10, § 4º, do Decreto nº 6.170/2007 e 42, § 1º, inciso I, da Portaria Interministerial-MPOG/MF/CGU nº 127/2008;</p>				
Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em obediência à Portaria Interministerial nº 127/2008, os processos de prestação de contas dos convênios SENASP/MJ nºs 418/2011 (SICONV: 764790) e 285/2012 (SICONV: 777080), celebrados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, estão em análise quanto à boa e regular aplicação dos recursos, no Grupo de Trabalho para a Eliminação do Passivo de Prestações de Contas A Aprovar, o qual foi instituído pela Portaria nº 49 de 30.07.2015.</p>				

Dos dados acima apresentados, extrai-se o seguinte comparativo da quantidade de deliberações recebidas, atendidas, não atendidas e atendidas parcialmente.

Quadro A.9.1.7 – Índice de atendimento a determinações e recomendações do TCU

Determinações e recomendações do TCU no âmbito da Senasp - Acórdãos publicados em 2015				Determinações			Recomendações		
	Acórdão	Det.	Rec.	Atendidas	Não atendidas	Parcialmente atendidas	Atendidas	Não atendidas	Parcialmente atendidas
1	1535/2015 - Plenário	-	-	-	-	-	-	-	-
2	1864/2015 - Plenário	-	-	-	-	-	-	-	-
3	2009/2015 - Plenário	3	4	2	1	-	1	1	2
4	2252/2015 - Plenário	-	2	-	-	-	-	-	2
5	7872/2015 - 2ª Câmara	2	-	1	1	-	-	-	-
6	2388/2015 - Plenário	-	-	-	-	-	-	-	-
7	2387/2015 - Plenário	-	-	-	-	-	-	-	-

Dada a importância de se acompanhar as deliberações do TCU afetas à Senasp, iniciou-se, em março de 2015, a estruturação de uma área, Assessoria de Gestão de Risco Operacional (AGERO), na estrutura do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, para auxiliar no acompanhamento das demandas dos órgãos de controle.

A AGERO ficou responsável, entre outras atribuições, por atuar como interface com os órgãos de controle no âmbito da Secretaria, realizar os encaminhamentos, cobrar o cumprimento de prazos, bem como viabilizar outras providências como reuniões internas e externas à Senasp (exemplo, TCU, CGU, Conjur/MJ). e instituição de grupos de trabalho para acompanhamento dos processos mais relevantes.

Neste contexto, cabe destacar uma das principais dificuldades enfrentadas pela Senasp, a carência de pessoal para auxiliar nos controles, bem como para promover com a celeridade e qualidade que as deliberações requerem as providências necessárias. Ademais, pode-se pontuar que é ainda precário, no âmbito do Ministério, os recursos tecnológicos que permitam monitorar e sistematizar os controles.

b) Informações das determinações e recomendações do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estão pendentes de atendimento.

Quadro A.9.1.8 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.549/2010-5	1158/2014	9.6.3	-	-

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
Senasp
Descrição da determinação/recomendação
9.6.3. Ausência de designação de servidor para o acompanhamento dos convênios, ocorrência identificada nos convênios 705128, 716638, 729907, 704407, 703954 e 715445, o que afronta o disposto no art. 53 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, revogada pela Portaria interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, que traz igual dispositivo no art. 67;
Análise das determinações/recomendações atendidas e justificativas do não cumprimento e medidas adotadas
Informamos que, dos convênios listados apenas o de nº 729907 teve fiscal designado de forma específica e registrado no SICONV (Portaria nº 67, de 02 de setembro de 2015). Para os demais convênios listados (705128; 716638; 704407; 703954 e 715445), embora não haja registro de fiscal específico no SICONV, entendemos ser aplicável a Portaria nº 33, de 06 de outubro de 2011.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Trata-se do item "Tratamento de recomendações do órgão de controle interno", constante da Seção 9 "Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle", que visa oferecer uma visão gerencial do tratamento dado às recomendações do órgão de controle interno a que a Senasp está vinculada:

No exercício de 2015, a Controladoria-Geral da União apresentou 9 (nove) recomendações à Senasp, todas constantes do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774, encaminhado por meio do Ofício nº 20039/2015/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 26 de agosto de 2015. O principal produto do tratamento a essas recomendações foi o **Plano de Ação da Senasp**, encaminhado à CGU por meio do Ofício nº 116/2016/GAB SENASP/SENASP-MJ, de 11 de janeiro de 2016. O objetivo central desse Plano de Ação foi o de fornecer soluções para os problemas de utilização de servidores mobilizados pela Força Nacional e de colaboradores eventuais em atividade de natureza administrativa sem a devida previsão legal. Seguem, abaixo, as constatações apresentadas no Relatório nº 201410774, com suas respectivas recomendações e as providências adotadas pelo gestor para cada uma delas:

Quadro A.9.2.1 – Constatação nº 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774

Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774 – Constatação nº 1.1.1.2		
Texto da Constatação: Desvio da finalidade pactuada nos termos de registro de convênios na utilização de servidores da FNSP		
Nº da Recomendação	Texto da Recomendação	Providências do Gestor
1	Realizar, no prazo de 90 dias, levantamento das atividades realizadas por mobilizados com base na Lei n.º 11.473/2007, que realizam serviços administrativos, e elaborar Plano contendo o levantamento de necessidades de força de trabalho e cronograma de remanejamento dessas atividades para pessoal integrante da estrutura de SENASP, tendo em vista a falta de amparo legal	Recomendação parcialmente atendida. Conforme Plano de Ação da Senasp: a) está em curso o mapeamento detalhado dos processos e postos de trabalho da Senasp, a fim de se realizar o levantamento das atividades realizadas por mobilizados que realizam serviços administrativos e das necessidades de força de trabalho da Força Nacional; b) foi elaborado cronograma de remanejamento das atividades para pessoal integrante da estrutura da SENASP, em consonância com as etapas previstas no Plano; c) como medida paralela, está em andamento processo que propõe a alteração do Decreto nº 5.289/2004, que disciplina a organização e o funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública e dá outras providências, a fim de se especificar melhor o rol de atividades passíveis de realização pelos servidores mobilizados
2	Suspender, considerando o Plano de remanejamento contido na Recomendação 1, a utilização de mão-de-obra de servidores civis e militares mobilizados com base na Lei nº 11.473/2007, para a realização de serviços administrativos, tendo em vista a falta de	Recomendação parcialmente atendida. Conforme Plano de Ação da Senasp: a) a suspensão da utilização da mão-de-obra de servidores civis e militares mobilizados para a realização de serviços administrativos está prevista

	amparo legal, com a conseqüente interrupção do pagamento das diárias.	como etapa do Plano de Ação; b) como medida paralela, está em andamento processo que propõe a alteração do Decreto nº 5.289/2004, que disciplina a organização e o funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública e dá outras providências, a fim de se especificar melhor o rol de atividades passíveis de realização pelos servidores mobilizados.
3	Suspender, considerando o Plano de remanejamento contido na Recomendação 1, a utilização de mão-de-obra de servidores e militares mobilizados com base na Lei nº 11.473/2007, para realização de escoltas de autoridades, tendo em vista a falta de amparo legal e tratar-se de competência das Polícia Rodoviária Federal conforme inciso VIII, artigo 1º do Decreto nº 1.655/95.	Recomendação atendida. A utilização de mão-de-obra de servidores e militares mobilizados para a realização de escoltas de autoridades já foi suspensa pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
4	Adotar medidas administrativas necessárias para garantir que os servidores e militares dos estados disponibilizados para atuação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública sejam alocados exclusivamente para atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.	Recomendação parcialmente atendida. Conforme Plano de Ação da Senasp: a) as medidas administrativas necessárias para garantir que os servidores mobilizados atuem apenas nas atividades e serviços previstos em lei estão previstas como etapa do Plano de Ação; b) como medida paralela, está em andamento processo que propõe a alteração do Decreto nº 5.289/2004, que disciplina a organização e o funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública e dá outras providências, a fim de se especificar melhor o rol de atividades passíveis de realização pelos servidores mobilizados.

Quadro A.9.2.2 – Constatação nº 1.1.1.3 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774

Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774 – Constatação nº 1.1.1.3		
Texto da Constatação: Utilização continuada de servidores estaduais e municipais, a título de colaboradores eventuais, no desenvolvimento de atividades de natureza administrativa e institucional.		
Nº da Recomendação	Texto da Recomendação	Providências do Gestor
1	Proceder ao levantamento das expertises de natureza técnica necessárias para embasar solicitação junto à Secretaria-Executiva de providências quanto à contratação, reposição de recursos humanos qualificados ou disponibilização de funções/cargos que guardem pertinência aos objetivos institucionais.	Recomendação parcialmente atendida. O levantamento das expertises de natureza técnicas necessárias à Senasp será realizado por meio do mapeamento dos processos e postos de trabalho da Secretaria, que está em curso como etapa do Plano de Ação da Senasp.
2	Apresentar, no prazo de 90 dias, plano de ação, inclusive com participação da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, para substituição da força de trabalho composta atualmente por colaboradores eventuais de modo a adequar a estrutura de pessoal dessa Secretaria às suas atribuições.	Recomendação atendida. Após pedido de prorrogação à CGU, o Plano de Ação da Senasp, construído conjuntamente com a Secretaria-Executiva do MJ, foi apresentado por meio do Ofício nº 116/2016/GAB SENASP/SENASP-MJ, de 11 de janeiro de 2016.

3	Estabelecer tratativas junto à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça no sentido de dar efetivo cumprimento à determinação contida no Acórdão TCU nº 2.648/2009 – 2ª Câmara, item 9.6.8 - pagamento de diárias de forma contínua e sem as características da eventualidade e transitoriedade, ocorrência relatada no subitem 1.2.3.1 (Constatação 017) do Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU nº 244062 – 2ª Parte, o que afronta o disposto no art. 58 da Lei nº 8.112, de 1990, estruturando o quadro de pessoal da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ, assegurando a realização de suas atribuições regimentais por efetivo próprio.	Recomendação atendida. As tratativas com a Secretaria Executiva foram estabelecidas por meio do processo de desenvolvimento do Plano de Ação da Senasp, que prevê a participação tanto da Coordenação-Geral de Planejamento Setorial (CGPlan) quanto da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) para a realização do mapeamento de processos e de postos de trabalho e para a solicitação de concurso público ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
4	Avaliar a possibilidade de celebração de convênio e/ou realização de cessão com outros órgãos da área de defesa e segurança para participação de servidores dessas entidades, por exemplo, na aquisição de itens técnicos na realização de atividades conjuntas de natureza transitória.	Recomendação parcialmente atendida. A avaliação da possibilidade de negociação com outros órgãos da área de defesa e segurança para realização de convênios e/ou cessão de servidores está em andamento, dependendo de estudos de viabilidade e de uma acurada análise de cenário.

Quadro A.9.2.3 – Constatação nº 1.1.1.4 do Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774

Relatório de Auditoria da CGU nº 201410774 – Constatação nº 1.1.1.4		
Texto da Constatação: Manutenção de estrutura administrativa (Unidade Gestora) com custos superiores aos benefícios.		
Nº da Recomendação	Texto da Recomendação	Providências do Gestor
1	À SENASP que proceda a extinção da UG 200242, em razão da baixa execução e complexidade das despesas realizadas, além do uso indevido de pessoal da FNSP.	Recomendação parcialmente atendida. O CNPJ da UG foi baixado, os saldos transferidos para a UG 200331. Segundo o contador do MJ a conclusão da extinção da UG somente não ocorreu porque o sistema estava com problemas, de tal modo a extinção ocorrerá no encerramento do exercício de 2016, no entanto, não há mais execução naquela UG.

Assim, considera-se que todas as recomendações apresentadas à Senasp pela CGU em 2015 foram total ou parcialmente atendidas. Ademais, todos os atendimentos parciais decorrem da necessidade de medidas de médio e longo prazo para a completa implementação das providências requeridas, as quais já estão em curso, não se configurando inércia da administração da Senasp em nenhum dos casos.

O acompanhamento das recomendações da CGU, desde março de 2015, é realizado pela Assessoria de Gestão de Risco da Senasp (AGERO), área responsável pela interface com os órgãos de controle. Nessa área, ocorre o controle e a distribuição dos processos pertinentes a demandas de órgãos de controle para os responsáveis pela elaboração das respostas, além da cobrança de prazos e da criação de grupos de trabalho para acompanhamento de processos relevantes. Com a estruturação da AGERO, tanto as recomendações quanto as providências necessárias para seu atendimento passaram a ter acompanhamento mais rigoroso; assim, ampliou-se

a consciência de gestores e demais agentes da Senasp com relação às demandas dos órgãos de controle e criou-se uma cultura de maior responsividade no âmbito da Secretaria.

Cabe ainda destacar o avanço no tratamento das recomendações constantes do Plano de Providências Permanentes (PPP) da Controladoria Geral da União (CGU):

A. Dados do PPP em janeiro/2015

- Total de recomendações: 189
- Recomendações para análise da CGU: 68
- Recomendações para providências do gestor: 121

B. Dados do PPP, extraídos do sistema Monitor em 22/03/2016:

- Total de recomendações: 57
- Recomendações para análise da CGU: 47
- Recomendações para providências do gestor: 10

Nesse contexto, nota-se que aproximadamente 70% das recomendações elencadas no Balanço não mais estão pendentes no âmbito da Senasp e, quanto as restantes, 82,45% das recomendações então para análise da CGU e 17,55% aguardando providências do gestor.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Este item apresenta as medidas adotadas pela Senasp para apuração e responsabilização por dano ao erário. As informações constantes das alíneas “c” e “d” foram fornecidas pela Assessoria Disciplinar do Ministério da Justiça.

a) Medidas internas Senasp para apuração e ressarcimento de danos – Tomadas de Contas Especiais

Quadro A.9.3.1 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Tomadas de Contas Especiais							
Não instauradas			Instauradas				
Dispensadas		Outros casos*	Remetidas ao TCU			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento				
			Recebimento Débito	Não comprovação	Débito < R\$ 75.000		
4	-	-	-	-	2	15	25

*Por oportuno, informamos as "razões" do quantitativo da coluna "Não enviadas > 180 dias do exercício instauração", quais sejam, insuficiência de força de trabalho do setor responsável para fazer frente a todas as suas demandas dentre as quais destacamos o acompanhamento/fiscalização in loco; elaboração de respostas aos Órgãos de Controle; análise de prestação de contas, inclusive a instauração, instrução e finalização dos processos de TCEs no âmbito da SENASP. Ademais, a rotatividade de servidores e a complexidade dos processos de prestação de contas que resultaram na instauração das tomadas de contas especiais, também impactam no envio tempestivo das Tomadas de Contas Especiais ao Tribunal de Contas da União.

b) Outras medidas administrativas internas para apuração de danos

b.1) Inquéritos Técnicos do DFNSP: 97 procedimentos instaurados para apurar evento danoso, envolvendo o patrimônio sob administração ou responsabilidade do DFNSP.

b.2) Providências para regularização de eventuais pendências de diárias e passagens no âmbito da Senasp:

Em 2015 foi realizado um levantamento de pendências relativas às diárias recebidas a maior ou indevidamente, bem como de documentos não apresentados por profissionais das instituições quando da desmobilização junto à Senasp.

Foram encaminhados ofícios às autoridades superiores (Comandantes-Gerais, Diretores-Gerais, Delegados-Gerais, Chefias) dos profissionais que prestaram serviço à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) no sentido de dar ciência aos devedores de valores de diárias recebidas a maior ou indevidamente, bem como de documentos não apresentados por profissionais das instituições quando da desmobilização junto à Senasp. Tal pedido deveu-se ao fato desta Secretaria ter tentado contato com os profissionais com pendências de diversas formas (ofícios emitidos, telefonemas realizados, e-mails enviados), e não ter obtido sucesso. Em muitos casos não tivemos resposta em razão de divergências dos dados cadastrados pelos profissionais.

A Senasp orientou para regularização pelos profissionais com pendências o recolhimento dos valores devidos, por meio de guias de recolhimento da União (GRU) encaminhadas. Com relação à documentação, foram solicitadas informações e documentos conforme orientação da Senasp.

Os quadros abaixo mostram medidas adotadas em 2015 relativas ao passivo de GRU anteriores ao ano de 2015 (2007 a 2014) da Senasp, bem como pendências de 2015:

Quadro A.9.3.2 – Medidas adotadas quanto ao passivo de GRUs anteriores a 2015

Medidas adotadas em 2015 relativas ao passivo de GRU anteriores a 2015 (2007 a 2014) - SENASP			
Exercício	Quantidade de pendências anteriores a 2015	Quantidade de casos de danos objeto de medidas administrativas internas em 2015	Quantidade de casos com pendências solucionadas em 2015
2007	40	40	16
2008	29	29	10
2009	77	77	23
2010	42	42	12
2011	47	47	19
2012	54	54	24
2013	145	145	61
2014	109	109	67
TOTAIS	543	543	232

Quadro A.9.3.3 – Medidas adotadas quanto às GRUs do exercício de 2015

Medidas adotadas para pendências do exercício de 2015 às GRU – SENASP*			
Exercício	Quantidade de pendências 2015	Quantidade de casos de danos objeto de medidas administrativas internas em 2015 (Medida: Emissão e cobrança de GRU)	Quantidade de casos com pendências solucionadas referente a 2015
2015	838	838	674

*Ressalta-se que de outubro a dezembro de 2015 deparamos com a instabilidade do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, o que veio a contribuir de forma negativa nos processos de concessão de diárias e passagens, ocasionando diversos transtornos, dentre eles o atraso da prestação de contas das viagens ocorridas em 2015. Todavia, está sendo realizada força-tarefa para sanar todas as pendências.

Após as cobranças citadas acima, estão sendo empreendidos esforços no sentido de identificação dos débitos ainda não quitados e providências decorrentes, tais como inclusão do CPF do devedor em conta específica junto ao SIAFI, verificação da possibilidade de inscrição em dívida ativa junto a União e terão seus dados incluídos no CADIN. Aos devedores que não se enquadrarem para inserção junto ao CADIN em virtude dos valores não contemplados, a este serão solicitado que regularizem a devida devolução dos valores, sob pena de não mais integrarem as ações desenvolvidas por este DFNSP, até que seja regularizada sua pendência, corrigidos os valores conforme legislação que o caso requer.

c) Sindicâncias Investigativas:**Quadro A.9.3.4 – Sindicâncias investigativas**

<p>08000.000051/2015-38 08001.000241/2015-45</p>	<p>Ofício nº 34358/2014/CSAJ/CORAS/CRG/CGU-PR de 30/12/2014, solicita instauração de Sindicância Investigativa para apurar responsabilidades contidas no Relatório de Auditoria R.A nº 201100845, Ordem de Serviço – 201100845, realizada no período de 07 a 25/02/2011, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, durante a execução do projeto de Cooperação Técnica Internacional Segurança Cidadã – PNUD/BRA/04/02. Referente a omissão dos responsáveis quanto ao não atendimento à recomendação de reposição ao erário, bem como impropriedades em procedimentos de concessão de diárias e passagens.</p>
<p>08001.009410/2014-21 08001.003668/2015-03</p>	<p>Despacho nº 312 de 19/05/2015, determina a reinstauração da Sindicância para realização de diligências visando à apuração acerca de quem seriam os eventuais agentes públicos inertes que teriam contribuído para significativo prejuízo administrativo, percebem-se indícios de significativas falhas nos controles patrimonial e de acesso às dependências do órgão ministerial, vislumbrando-se a ausência de eficiente gestão pública.</p>
<p>08001.014597/2013-02 08001.005525/2015-28</p>	<p>Memorando nº 965/2015/GAB SENASP/SENASP de 20/08/2015, solicita a instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades na etapa predecessora e na execução do Contrato nº 235/2009, inclusão pelo fiscal em atestos parciais e notas técnicas de informações sobre a situação do contrato à época, inclusive das condições precárias de armazenamento do material entregue, sem registro de providências pelos destinatários dessas comunicações, em especial o gestor do contrato; destaque-se o relato de problemas, em 06/08/2010, 09/08/2010, 25/10/2010, 07/07/2011 e 12/07/2011, relativos a infra-estrutura, divisão 70%/30% para pagamentos parciais de materiais e serviços, alteração do projeto executivo pela contratada para aumentar a espessura das chapas e o formato de peças com anuência do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP, discrepância entre materiais fornecidos e projeto executivo inicial, uso de lona para cobrir o material entregue apesar de compromisso em providenciar galpão, possíveis atrasos nos serviços de infra-estrutura em virtude do não atendimento a pedido de apresentação de responsável técnico pela empresa, entrega de projetos executivos sem Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.</p>

d) Processos Administrativos Disciplinares: não houve.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Iniciou-se a contratação no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, como unidade prestadora de Contas (UPC) apenas em novembro de 2015, razão pela qual não houve revisão de contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, previstos na Lei nº 12.546/2011, ou ainda que exercem as atividades elencadas nos arts. 7º a 9º daquela Lei e no art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Este item constará apenas do Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva/MJ.

10 ANEXOS E APÊNDICES

Os anexos foram inseridos diretamente no Sistema e-Contas do TCU e correspondem aos seguintes documentos:

1. Balanço Financeiro - Todos os Orçamentos
2. Balanço Orçamentário - Todos os Orçamentos
3. Balanço Patrimonial - Todos os Orçamentos
4. Demonstrações dos Fluxos De Caixa - Todos os Orçamentos
5. Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos
6. Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNDOS
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	78,133,720.74		Despesas Orçamentárias	311,654,565.61	
Ordinárias	78,505,779.67		Ordinárias	311,630,509.69	
Vinculadas	-		Vinculadas	24,055.92	
Educação	-		Educação	-	
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-		Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	
Operação de Crédito	-		Operação de Crédito	-	
Alienação de Bens e Direitos	-		Alienação de Bens e Direitos	-	
Transferências Constitucionais e Legais	-		Transferências Constitucionais e Legais	-	
Previdência Social (RGPS)	-		Previdência Social (RGPS)	-	
Doações	-		Doações	24,055.92	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-		Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	
Demais Recursos	-		Demais Recursos	-	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-372,058.93				
Transferências Financeiras Recebidas	385,835,496.49		Transferências Financeiras Concedidas	320,474,268.46	
Resultantes da Execução Orçamentária	304,274,972.39		Resultantes da Execução Orçamentária	186,146,470.45	
Cota Recebida	-		Cota Concedida	-	
Repasse Recebido	194,717,154.11		Repasse Concedido	76,588,652.17	
Sub-repasse Recebido	109,557,818.28		Sub-repasse Concedido	109,557,818.28	
Recursos Arrecadados - Recebidos	-		Recursos Arrecadados - Concedidos	-	
Valores Diferidos - Baixa	-		Valores Diferidos - Baixa	-	
Valores Diferidos - Inscrição	-		Valores Diferidos - Inscrição	-	
Correspondência de Débitos	-		Correspondências de Créditos	-	
Cota Devolvida	-		Cota Devolvida	-	
Repasse Devolvido	-		Repasse Devolvido	-	
Sub-repasse Devolvido	-		Sub-repasse Devolvido	-	
Independentes da Execução Orçamentária	81,560,524.10		Independentes da Execução Orçamentária	134,327,798.01	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	81,139,049.50		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	55,822,018.34	
Demais Transferências Recebidas	49,415.67		Demais Transferências Concedidas	-	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	372,058.93		Movimento de Saldos Patrimoniais	78,505,779.67	
Movimentações para Incorporação de Saldos	-		Movimentações para Incorporação de Saldos	-	
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	195,600,941.17		Despesas Extraorçamentárias	26,601,475.59	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2,596.60		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1,665.00	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	195,568,765.88		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	26,570,231.90	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29,578.69		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29,578.69	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	
Restituições a Pagar	-		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	
Passivos Transferidos	-		Pagamento de Passivos Recebidos	-	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	
Arrecadação de Outra Unidade	-		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	
Variação Cambial	-		Variação Cambial	-	
Valores para Compensação	-		Valores Compensados	-	
Valores em Trânsito	-		Valores em Trânsito	-	
DARF - SISCOMEX	-		Ajuste Acumulado de Conversão	-	
Ajuste Acumulado de Conversão	-		Demais Pagamentos	-	
Demais Recebimentos	-				
Saldo do Exercício Anterior	1,060,785.55		Saldo para o Exercício Seguinte	1,900,634.29	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,060,785.55		Caixa e Equivalentes de Caixa	1,900,634.29	
TOTAL	660,630,943.95		TOTAL	660,630,943.95	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNDOS
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			78,133,720.74	78,133,720.74
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes			78,133,720.74	78,133,720.74
Multas e Juros de Mora			84.40	84.40
Indenizações e Restituições			76,418,659.63	76,418,659.63
Receita da Dívida Ativa				
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas			1,714,976.71	1,714,976.71
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				

Transferências Intergovernamentais					
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferência de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios					
Transferências para o Combate à Fome					
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.					
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café					
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional					
Receitas de Capital Diversas					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS				78,133,720.74	78,133,720.74
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				78,133,720.74	78,133,720.74
DÉFICIT				233,520,844.87	233,520,844.87
TOTAL				311,654,565.61	311,654,565.61
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA			1,737,360.00	1,737,360.00	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro					
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			1,737,360.00	1,737,360.00	
Créditos Cancelados Líquidos					
Créditos Adicionais Reabertos					

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	431,731,165.00	355,576,058.00	129,195,702.63	116,085,799.73	116,083,203.13	226,380,355.37
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	431,731,165.00	355,576,058.00	129,195,702.63	116,085,799.73	116,083,203.13	226,380,355.37
DESPESAS DE CAPITAL	494,899,314.00	520,664,365.00	182,458,862.98	-	-	338,205,502.02
Investimentos	494,899,314.00	520,664,365.00	182,458,862.98	-	-	338,205,502.02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	926,630,479.00	876,240,423.00	311,654,565.61	116,085,799.73	116,083,203.13	564,585,857.39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	926,630,479.00	876,240,423.00	311,654,565.61	116,085,799.73	116,083,203.13	564,585,857.39
TOTAL	926,630,479.00	876,240,423.00	311,654,565.61	116,085,799.73	116,083,203.13	564,585,857.39

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18,752,357.42	22,748,462.95	5,612,526.48	5,612,526.48	1,747,147.70	34,141,146.19
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18,752,357.42	22,748,462.95	5,612,526.48	5,612,526.48	1,747,147.70	34,141,146.19
DESPESAS DE CAPITAL	60,080,106.50	116,459,910.42	20,957,705.42	20,957,705.42	743.30	155,581,568.20

Investimentos	60,080,106.50	116,459,910.42	20,957,705.42	20,957,705.42	743.30	155,581,568.20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	78,832,463.92	139,208,373.37	26,570,231.90	26,570,231.90	1,747,891.00	189,722,714.39

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	365,512.46	1,455.00	1,665.00	-	365,302.46
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	365,512.46	1,455.00	1,665.00	-	365,302.46
DESPESAS DE CAPITAL	4,151,004.55	-	-	-	4,151,004.55
Investimentos	4,151,004.55	-	-	-	4,151,004.55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	4,516,517.01	1,455.00	1,665.00	-	4,516,307.01

Marcas, Direitos e Serviços Industriais (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido Diferido (-) Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO	1,857,449,006.06	1,855,752,322.31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1,857,449,006.06	1,855,752,322.31

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1,900,634.29	336,340,319.76	PASSIVO FINANCEIRO	389,890,403.72	554,312,727.15
ATIVO PERMANENTE	1,855,548,371.77	1,519,412,002.55	PASSIVO PERMANENTE	-	-250,967,167.40
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	1,467,558,602.34	1,552,406,762.56

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	46,039,995.64	41,242,542.00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	278,518,481.86	301,780,118.32
Execução dos Atos Potenciais Ativos	46,039,995.64	41,242,542.00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	278,518,481.86	301,780,118.32
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	46,039,995.64	41,242,542.00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Executar	278,518,281.86	301,779,918.32
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	200.00	200.00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	46,039,995.64	41,242,542.00	TOTAL	278,518,481.86	301,780,118.32

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-388,358,533.32
Recursos Vinculados	368,763.89
Doações	-24,055.92
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	68,319.90
Demais Recursos	324,499.91
TOTAL	-387,989,769.43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNDOS
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	839,848.74	-
INGRESSOS	463,998,795.92	-
Receitas Derivadas e Originárias	78,133,720.74	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	78,133,720.74	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	385,865,075.18	-
Ingressos Extraorçamentários	29,578.69	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	385,835,496.49	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-463,158,947.18	-
Pessoal e Demais Despesas	-116,084,868.13	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-116,084,868.13	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-26,570,231.90	-
Intergovernamentais	-26,570,231.90	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-10,844,558.99	-
A Municípios	-15,725,672.91	-
Intragovernamentais	-	-

Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-320,503,847.15	-
Dispêndios Extraorçamentários	-29,578.69	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-320,474,268.46	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	839,848.74	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1,060,785.55	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1,900,634.29	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNDOS
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	1,770,447,599.85	-	-	1,770,447,599.85
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	82,402,482.76	-	-	82,402,482.76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	1,852,850,082.61	-	-	1,852,850,082.61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FUNDOS
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 08/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	557,837,568.82	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2,849,829.12	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	84.40	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2,849,744.72	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	385,835,496.49	
Transferências Intragovernamentais	385,835,496.49	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	80,786,750.45	
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	80,786,750.45	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	88,365,492.76	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	88,365,492.76	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	475,435,086.06	
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-

Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	114,010,582.70	-
Uso de Material de Consumo	12,440.00	-
Serviços	113,998,142.70	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	366.08	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	366.08	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	325,584,484.93	-
Transferências Intragovernamentais	320,474,268.46	-
Transferências Intergovernamentais	5,110,216.47	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	32,729,292.72	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	83,901.97	-
Desincorporação de Ativos	32,645,390.75	-
Tributárias	1,967,648.82	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	71,178.82	-
Contribuições	1,896,470.00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1,142,710.81	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1,142,710.81	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	82,402,482.76	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014